

Revista (Con)Textos Linguísticos

Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística
da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Vitória - ES

Volume 15

|

Número 31

|

Ano 2021

Revista (Con)Textos Linguísticos

Programa de Pós-Graduação em Linguística
Departamento de Línguas e Letras
Centro de Ciências Humanas e Naturais
Universidade Federal do Espírito Santo

Av. Fernando Ferrari, 514
Goiabeiras – Vitória - ES
CEP: 29075-910
Telefax: (27) 4009-2524
linguistica.ufes.br
periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)

Revista (Con)Textos Linguísticos [recurso eletrônico] / Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Linguística. – v. 15, n. 31 (2021)- . – Dados eletrônicos. – Vitória: PPGEL-UFES, 2007-
Quadrimestral.

ISSN 2317-3475

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web: <<http://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos>>

1. Linguística – Periódicos. 2. Linguística – Estudo e ensino. I. Programa de Pós-graduação em Linguística. II. Universidade Federal do Espírito Santo.

CDU: 81(05)

Ficha catalográfica elaborada por:
Saulo de Jesus Peres
CRB6 – Reg. 676/ES

Universidade Federal do Espírito Santo

Reitor: Paulo Sérgio de Paula Vargas

Vice-Reitor: Roney Pignaton da Silva

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Pró-Reitor: Neyval Costa Reis Junior

Centro de Ciências Humanas e Naturais

Diretora: Edinete Maria Rosa

Vice-Diretora: Leni Ribeiro Leite

Departamento de Línguas e Letras

Chefe: Mário Cláudio Simões

Subchefe: Junia Claudia Santana de Mattos Zaidan

Programa de Pós-Graduação em Linguística

Mestrado e Doutorado em Estudos Linguísticos

Coordenadora: Gesieny Laurett Neves Damasceno

Coordenadora-Adjunta: Lilian Coutinho Yacovenco

Conselho Editorial

Alexsandro Rodrigues Meireles (UFES), Ana Cláudia Peters Salgado (UFJF), Ana Cristina Carmelino (UNIFESP), Ana Lúcia Tinoco Cabral (Universidade Cruzeiro do Sul), Ana Zandwais (UFRGS), Antônio Simões (Kansas University, EUA), Antônio Suarez Abreu (UNESP), Carla Viana Coscarelli (UFMG), Donesca Cristina Puntel Xhafaj (UFSC), Edna Maria Fernandes dos Santos Nascimento (UNESP), Erasmo D'Almeida Magalhães (USP), Eric Guy Claude Laporte (Université Paris-Est Marne-la-Vallée, França), Fernanda Mussalim (UFU), Gregory Riordan Guy (New York University), Gustavo Ximenes Cunha (Universidade Federal de Alfenas), Hylea de Camargo Vale (IBC), Isabel Roboredo Seara (Universidade Aberta de Lisboa, Portugal), Ivo Costa Rosário (UFF), Janaína Soares Alves (UNB), Janayna Bertollo Cozer Casotti (UFES), Janice Helena Chaves Marinho (UFMG), José Olímpio de Magalhães (FALE/UFMG), José Magalhães (UFU), Júlio Araújo (UFC), Juscelino Pernambuco (UNESP/UNIFRAN), Jussara Abraçado (UFF), Leonor Werneck dos Santos (UFRJ), Lilian Coutinho Yacovenco (UFES), Lúcia Helena Peyroton da Rocha (UFES), Luciana Lucente (UFAL), Luciane Corrêa Ferreira (UFMG), Luiz Antonio Ferreira (PUC/SP), Luiz Francisco Dias (UFMG), Lurdes de Castro Moutinho (Universidade de Aveiro, Portugal), Maria da Conceição Auxiliadora de Paiva (UFRJ), Maria Flavia de Figueiredo (UNIFRAN), Maria Luiza Braga (UFRJ), Maria Silvia Cintra Martins (UFSCAR), Marina Célia Mendonça (UNESP), Marina Terkourafi (University of Illinois at Urbana-Champaign, EUA), Micheline Mattedi Tomazi (UFES), Miguel Oliveira Jr. (UFAL), Pablo Arantes (UFSCar), Rebeka Campos-Astorkiza (Ohio State University, EUA), Renata Archanjo (UFRN), Ronice Müller de Quadros (UFSC), Sônia Benites (UEM), Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva (UFMG).

Comissão Editorial

Pedro Henrique Witsch (Editor-gerente), Flávia Medeiros Álvaro Machado (Editora de Seção), Janayna Bertollo Cozer Casotti (Editora de Seção), Micheline Mattedi Tomazi (Editora de Seção), Mayara de Oliveira Nogueira (Editora de Texto), Amanda Heiderich Marchon (Editora de Texto).

Sumário

Apresentação

Comissão Organizadora.....5

Linguística textual, interação e cognição social: procedimentos metodológicos

Anna Bentes, Renata Palumbo, Zilda Aquino.....10

O discurso digital nativo e a noção de textualidade: novos desafios para a Linguística Textual

Maria Eduarda Giering, Rosalice Pinto.....30

O caráter interacional e intertextual da argumentação polêmica

Mônica Magalhães Cavalcante, Mariza Angélica Paiva Brito, Evandro de Melo Catelão,
Maria da Graça dos Santos Faria, Ananias Agostinho da Silva, Susana Leite Cortez.....48

Argumentação e impolidez: o *post* nas instâncias da interação

Rodrigo Albuquerque, Isabel Roboredo Seara,
Leonor Werneck dos Santos, Micheline Mattedi Tomazi.....66

Da interpretação à compreensão: análise discursiva de textos em mídias digitais

Aparecida Lino Pauliukonis, Beatriz dos Santos Feres, Lúcia Helena Martins Gouvêa,
Patricia Neves Ribeiro, Rosane Santos Monnerat.....85

O gênero digital artigo de divulgação da ciência para crianças: plano de texto, interação e interfaces para o tratamento da leitura e da escrita

Sueli Cristina Marquesi, Ana Lúcia Tinoco Cabral, Maria das Graças Soares Rodrigues,
Vanda Maria da Silva Elias, Ana Elvira Luciano Gebara, Sílvia Augusta de Barros Albert.....105

Intertextualidade multimodal como estratégia argumentativa

Amanda Heiderich Marchon, Carlos Eduardo Nunes Garcia.....126

Topicalidade em comentários on-line do *Instagram*

Leonor Lopes Fávero, Ana Rosa Ferreira Dias, Geralda de Oliveira Santos Lima,
Maria Cristina de Moraes Taffarello, Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade,
Maria da Penha Pereira Lins, Marise Adriana Mamede Galvão, Rivaldo Capistrano Júnior.....146

Rotulação na perspectiva do modelo dialogal da argumentação

Nádia Vieira Simão, Rubens Damasceno-Morais.....170

As relações retóricas sinalizadas pelo marcador discursivo *mas* em estratégias de construção do texto falado

Gabriele Pecuch, Juliano Desiderato Antonio.....189

Representações discursivas de Lula: uma análise da referenciação no texto das capas da revista *Época*

Lucélio Dantas de Aquino, Alexandro Teixeira Gomes.....211

A organização tópica no gênero artigo de opinião

Cleide Vilanova Hanisch.....231

Apresentação

Com este número temático da *Revista (Con)Textos Linguísticos*, objetivamos divulgar o pensamento de pesquisadores brasileiros, atuantes em diferentes programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e em grupos de pesquisa consolidados, que vêm se dedicando aos estudos do texto, em diferentes modalidades e nos mais diferentes contextos sociais. Os trabalhos aqui reunidos, em sua maioria escritos por integrantes Grupo de Trabalho Linguística de Texto e Análise da Conversação (GT LTAC), da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística (ANPOLL), voltam-se para a redefinição de procedimentos metodológicos e se abrem, em diálogos interdisciplinares, para o estabelecimento de muitas perspectivas, o que, sem dúvida, muito contribuirá para os avanços nos campos da Linguística de Texto e Análise da Conversação.

Abre esta edição o artigo *Linguística textual, interação e cognição social: procedimentos metodológicos*, de Anna Bentes, Renata Palumbo e Zilda Aquino, que propõem uma discussão das possibilidades de abordagens metodológicas para a pesquisa voltada aos estudos textual-discursivos. As autoras mostram como se distribuem as abordagens metodológicas qualitativa, quantitativa e mistas em diversos campos de pesquisa científica e dentro da própria Linguística. Nesse sentido, destacam que a usual preferência pela pesquisa qualitativa pela maioria dos linguistas tem cedido lugar a uma tendência à adoção de metodologia mista, “em que as abordagens qualitativa e quantitativa estejam inter-relacionadas conforme as finalidades investigativas”. Conforme as autoras, a adoção de abordagens mistas contribui para sistematizar evidências em conformidade com os interesses de pesquisa e revelam mudança “nos modos de produção do conhecimento acadêmico científico na área de Letras e Linguística”.

Maria Eduarda Giering e Rosalice Pinto, com o artigo intitulado *O discurso digital nativo e a noção de textualidade: novos desafios para a Linguística Textual*, refletem sobre a necessidade de atualização do conceito de textualidade, que, segundo essas estudiosas, deve ser complexificada, tendo em vista os discursos que circulam no mundo digital, especialmente os gêneros nativos digitais. Focalizando dois aspectos importantes relativamente aos gêneros digitais, a deslinearização e a ampliação enunciativa, o trabalho traz uma apresentação aprofundada desses conceitos. Além disso, as análises de um hipertexto e um tuíte (com comentários), permitem evidenciar como o escritor atua efetivamente como “agente de conexão e de construção de processos de leitura e escrita”.

Mônica Magalhães Cavalcante, Mariza Angélica Paiva Brito, Evandro de Melo Catelão, Maria da Graça dos Santos Faria, Ananias Agostinho da Silva e Suzana Leite Cortez, com o artigo intitulado *O caráter interacional e intertextual da argumentação polêmica*, apresentam um estudo da argumentação polêmica, focalizando a negociação de conflitos entre pontos de vista antagônicos. Considerando os ambientes digitais, os autores destacam os recursos tecnolinguageiros mobilizados pelos interlocutores desses ambientes. Os autores apresentam uma reflexão em torno de conceitos fundamentais da argumentação, articulam os conceitos à questão da polêmica e suas peculiaridades e concluem haver necessidade de aprofundamento relativamente a duas questões ligadas à modalidade argumentativa polêmica: o próprio enquadramento da polêmica como modalidade argumentativa e o fato de a intertextualidade constituir uma “uma condição para que o embate se efetive no espaço público”.

O artigo de Rodrigo Albuquerque, Isabel Roboredo Seara, Leonor Werneck dos Santos e Micheline Mattedi Tomazi, intitulado *Argumentação e Impolidez: o post nas instâncias da interação* alia a (im)polidez à argumentação. Os autores analisam comentários do *Facebook* à notícia sobre casamento de moradores de rua, investigando as estratégias linguístico-discursivas (im)polidas presentes nesses comentários. Para tanto, os autores apresentam uma rica revisão teórica sobre os estudos de (im)polidez, estabelecem de forma também teoricamente aprofundada a relação entre impolidez e argumentação para, em seguida, analisarem um conjunto de 22 comentários à referida notícia. As análises evidenciam que os comentários são marcados por estratégias linguístico-discursivas cujo objetivo era ridicularizar o casamento coletivo realizado em Belo Horizonte (BH), sendo o discurso agressivo e impolido.

Aparecida Lino Pauliukonis, Beatriz dos Santos Feres, Lúcia Helena Martins Gouvêa, Patricia Neves Ribeiro e Rosane Santos Monnerat, com o artigo intitulado *Da interpretação à compreensão: análise discursiva de textos em mídias digitais*, analisam textos da mídia digital para tratar da relação entre componentes internos e componentes externos ao enunciado. As autoras dedicam-se à análise de inferências, especialmente a inferência centrípeta interna e a inferência centrífuga externa, dois conceitos propostos por Charaudeau que, conforme as autoras, propõe uma abordagem atualizada do conceito de inferência. Tratando sobretudo da questão da compreensão, as autoras trazem para o trabalho vários conceitos teóricos importantes na teoria Semiolinguística, como o conceito de contrato de comunicação, que está na base da dinâmica interacional do ato de comunicação entre sujeitos sociais e discursivos; a importância dos saberes de conhecimento e dos saberes de crença, além de uma abordagem inovadora dos processos inferenciais, propondo igualmente uma aplicação didática. Destaque-se que o trabalho reúne pesquisadores de várias universidades, constituindo uma parceria entre

pesquisadores da Teoria Semiolinguística do Discurso de diferentes Universidades (UFRJ, UFF e UNISINOS).

O trabalho intitulado *O gênero digital artigo de divulgação da ciência para crianças: plano de texto, interação e interfaces para o tratamento da leitura e da escrita*, de Sueli Cristina Marquesi, Ana Lúcia Tinoco Cabral, Maria das Graças Soares Rodrigues, Vanda Maria da Silva Elias, Ana Elvira Luciano Gebara e Sílvia Augusta de Barros Albert traz uma análise da interação em um exemplar de gênero digital artigo de divulgação científica para crianças. O objetivo é verificar como se organiza o plano de texto deste exemplar de gênero digital e investigar como o plano, em conjunto com as sequências textuais, especialmente as explicativas e as descritivas, estimulam a interação do leitor com o texto. A partir das análises, as autoras apresentam uma reflexão sobre as contribuições dos conceitos abordados para o ensino de leitura e escrita.

Em *Intertextualidade multimodal como estratégia argumentativa*, Amanda Heiderich Marchon e Carlos Eduardo Nunes Garcia propõem uma interface entre a Teoria Semiolinguística do Discurso e a Teoria Multimodal da Comunicação, com o objetivo de demonstrarem como o fenômeno da intertextualidade multimodal constitui-se em relevante estratégia da argumentação verbo-imagética. Para tal, analisam seis memes sobre questões políticas nacionais da contemporaneidade. O estudo apresentado revela que, nesse gênero, a imagem agrega sentidos que faltam aos enunciados linguísticos e vice-versa, e a intencionalidade argumentativa é materializada pela junção das diferentes semioses.

Em *Topicalidade em comentários on-line do Instagram*, Leonor Lopes Fávero, membro emérito do GT LTAC, da ANPOLL, Ana Rosa Ferreira Dias, Geralda de Oliveira Santos Lima, Maria Cristina de Moraes Taffarello, Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade, Maria da Penha Pereira Lins, Marise Adriana Mamede Galvão e Rivaldo Capistrano Júnior realizam instigante discussão sobre como os internautas gerenciam o tópico discursivo em comentários postados na rede social *Instagram*. Com base nas análises do *corpus* selecionado, os pesquisadores afirmam que os comentários postados, em relação à postagem iniciadora e, por conseguinte, ao tópico que lhe é constitutivo, podem organizar-se estruturalmente de modo a abrir a interação e desencadear outras contribuições (comentários a comentário), constituindo, à semelhança de pares adjacentes ou suscitar uma interação em potencial com comentários monológicos e atinentes à centração da postagem motivadora. Por fim, concluem que comentários poligeridos apontam para uma topicalidade dinâmica, com diferentes focalizações pautadas pela concernência, e que incita as múltiplas interações e o estabelecimento de redes temáticas complexas.

Com o artigo *Rotulação na perspectiva do modelo dialogal da argumentação*, Nádia Vieira Simão e Rubens Damasceno-Morais estabelecem interfaces entre a Linguística Textual, a Análise da Conversação e a perspectiva dialogal da argumentação, com o objetivo de evidenciar a relação existente entre o processo referencial de rotulação com a interação argumentativa. O *corpus* de análise é constituído por um recorte da entrevista com Ricardo Salles, realizada pelo programa televisivo Roda Viva, em 2019. Os resultados revelam a ostensiva relação entre a retomada e a antecipação da rotulação com o surgimento da *estase* argumentativa na interação entre entrevistado e entrevistadores do programa Roda Viva.

Em *As relações retóricas sinalizadas pelo marcador discursivo mas em estratégias de construção do texto falado*, Gabriele Pecuch e Juliano Desiderato Antonio analisam o funcionamento do marcador discursivo *mas* em dez entrevistas orais disponíveis no banco de dados do Grupo de Pesquisas Funcionalistas do Norte/Noroeste do Paraná (Funcpar). Com base no aporte teórico da Teoria da Estrutura Retórica e da Análise da Conversação e nas análises empreendidas, os autores concluem que o *mas*, em seu papel de marcador discursivo (MD), pode sinalizar relações retóricas diversas e auxiliar no processo de construção do texto falado.

Com o penúltimo artigo, *Representações discursivas de Lula: uma análise da referenciação no texto das capas da revista Época*, Lucélio Dantas de Aquino e Alexandro Teixeira Gomes analisam a referenciação e a multimodalidade para a (re)construção das Representações discursivas (Rds) do objeto de discurso Lula, em dezessete capas da revista *Época*, coletadas entre 2002 e 2010. Por meio da análise do *corpus* selecionado, os pesquisadores concluem que a revista *Época* constrói Rds de “Lula” como “um candidato que chega à presidência da República e que enfrenta problemas relacionados à sua carreira política, um homem de família que representa a nação e o seu sonho de mudança”.

Por fim, em *A organização tópica no gênero artigo de opinião*, Cleide Vilanova Hanisch dedica-se a examinar a organização tópica em vinte (20) artigos de opinião, publicados nos jornais *Opinião*, *Página 20*, *O Rio Branco* e *A Gazeta*, de julho a agosto de 2016. A autora mostra que a organização intertópica e a organização intratópica, nesse gênero, se configuram como processos sistemáticos passíveis de serem definidos, em termos de organização tópica.

Em seu conjunto, este dossiê **Linguística de Texto e Análise da Conversação: abordagens metodológicas** apresenta um panorama das pesquisas no campo dos estudos do texto e **abrange discussões de novas abordagens metodológica nas áreas.**

Expressamos nossos agradecimentos aos editores da *Revista (Con)Textos Linguísticos* e à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGEL), da Universidade

Federal do Espírito Santo (UFES), o apoio a este projeto e aos autores a confiança depositada nos organizadores deste dossiê.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Ana Lúcia Tinoco Cabral (USP)

Rivaldo Capistrano Júnior (UFES)

Maria da Penha Pereira Lins (UFES)

Linguística textual, interação e cognição social: procedimentos metodológicos

Textual linguistics, interaction and social cognition: methodological procedures

Anna Bentes¹
Renata Palumbo²
Zilda Aquino³

Resumo: Neste artigo, propomos uma discussão em torno das abordagens metodológicas, passíveis de serem utilizadas nos procedimentos de pesquisa voltados aos estudos textual-discursivos. O caráter interdisciplinar dos estudos textual-discursivos conduz a desafios no que diz respeito às seleções teóricas, epistemológicas e metodológicas, principalmente quando se considera a cognição social e a interação como indissociáveis da produção, da construção e do processamento textual-discursivo. Em relação aos procedimentos metodológicos, pesquisas que se voltam para o texto-discurso, como é o caso da Linguística Textual, em boa parte das vezes, vêm selecionando a abordagem qualitativa nas análises de dados linguísticos. Acreditamos, entretanto, que o tratamento a ser dado aos corpora também possa se situar em um procedimento de “caráter integrativo”, “multimétodo” (TREZ, 2012), em que as abordagens qualitativa e quantitativa estejam inter-relacionadas conforme as finalidades investigativas, estabelecendo um continuum (quali-quant) assim como Marcuschi (2001) já indicara. Nessa direção, discutimos acerca dessa abordagem mista e como ela vem sendo adotada em algumas pesquisas de texto-discurso do campo midiático. Observamos que as abordagens complementam-se e possuem encaminhamentos e papéis específicos, relacionados aos interesses de pesquisa. Além do mais, identificamos que a análise qualitativa dos resultados quantitativos ocorre em todos os trabalhos examinados.

Palavras-chave: Linguística Textual. Interação. Cognição Social. Abordagens qualitativa e quantitativa.

Abstract: In this article, we propose a discussion around methodological approaches, which can be used in research procedures aimed at textual-discursive studies. The interdisciplinary nature of textual-discursive studies leads to challenges with regard to theoretical, epistemological and methodological selections, especially when considering social cognition and interaction as inseparable from production, construction and textual-discursive processing. In relation to methodological procedures, research that turns to text-discourse, as is the case with Textual Linguistics, in most cases, has been selecting the qualitative approach in the analysis of linguistic data. We believe, however, that the treatment to be given to corpora can also be situated in a procedure of "integrative character", "multimethod" (TREZ, 2012), in which the qualitative and quantitative approaches are interrelated according to the investigative purposes, establishing a continuum (quali-quant) as Marcuschi (2001) has already indicated. In this direction, we discussed about this mixed approach and how it has been adopted in some text-discourse research in the media field. We observed that the approaches complement each other and have specific referrals and roles, related to research

¹ Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Departamento de Linguística, Campinas, SP, Brasil. annafapesp@hotmail.com.

² Faculdade SESI-SP de Educação, Departamento de Linguagens, São Paulo, SP, Brasil. renata.palumbo@portalsesisp.org.br.

³ Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Programa de Filologia e Língua Portuguesa, São Paulo, SP, Brasil. ziaquino@usp.br.

interests. Furthermore, we identified that the qualitative analysis of the quantitative results occurs in all the studies examined.

Keywords: Textual Linguistics. Interaction. Social Cognition. Qualitative and quantitative approaches.

Introdução

Consideramos que as seleções metodológicas, tais como as abordagens qualitativa, quantitativa e mista (quali-quant), ancoram-se às bases epistemológicas, às teóricas, aos objetos de análise, aos interesses da pesquisa, tornando-se um tópico de discussão de caráter dinâmico e análogo entre os pesquisadores. Em geral, os pesquisadores promovem a articulação desses processos e os meios de potencializar e de ampliar os resultados de sua investigação.

Apesar de a abordagem qualitativa ser a abordagem recorrente nas pesquisas realizadas no âmbito dos estudos do texto/discurso, alguns estudiosos (CRESWELL; CLARK, 2013; TREZ, 2012; TEDDLIE; TASHAKKORI, 2009) têm indicado a ocorrência de um terceiro movimento metodológico, que recorre a um olhar integrador, em que a observação qualitativa se complementa com a quantitativa. Por isso, entendemos haver a necessidade de discutir como esse método misto vem sendo utilizado em pesquisas do campo dos estudos texto e do discurso, considerando os seguintes fatores: i) modo de participação (prioridade de uma abordagem sobre outra) na pesquisa; ii) ordem de participação de cada abordagem (se no início, por exemplo) na pesquisa; iii) utilização de cada abordagem na coleta e na análise de dados da pesquisa; iv) resultados obtidos pela integração das diferentes abordagens ao longo da pesquisa.

Neste artigo, buscamos apontar a ocorrência dessas abordagens complementares (quali-quant) em algumas pesquisas realizadas no âmbito dos estudos do texto/discurso, que estabeleceram interfaces com estudos sobre cognição social⁴ e com estudos sociológicos, observando especialmente as produções discursivas e as interações do/no campo midiático. Seleccionamos os seguintes passos para a elaboração deste artigo: a) realizamos um rastreamento de alguns trabalhos que tenham utilizado as abordagens qualitativas e quantitativas de modo complementar na área de texto-discurso, em específico, situados no campo midiático e seleccionamos quatro; b) identificamos como e por qual razão as abordagens foram utilizadas, seu tratamento e as informações obtidas a partir delas; c)

⁴ Assumimos com van Dijk (1988) que toda cognição é social, de modo macro, embora possamos caracterizá-la de modo particular, a depender de grupos sociais e suas representações, de experiências e de culturas das quais tomam parte as produções textuais.

examinamos os resultados com vista à seleção das abordagens complementares. Também mobilizamos dados sobre o uso das diferentes abordagens nas pesquisas apoiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) como maneira de situar e de reforçar a importância e atualidade dessa discussão.

Abordagens qualitativa, quantitativa ou mista nas pesquisas de texto e discurso

A discussão a respeito de qual método adotar em uma pesquisa propicia (i) a retomada de uma reflexão sobre o papel dos paradigmas e sobre o papel do caráter epistemológico que subjaz às vertentes de pesquisa e sobre os seus limites, suas implicações e sobre a demanda por posicionamentos filosóficos, conforme já discutiram autores em diversas áreas (GAMBOA, 1995; THIOLENT, 1984; MORGAN, 2007; TREZ, 2012; entre outros). De fato, o positivismo embasou a posição quantitativa, assim como o construtivismo delineou a pesquisa qualitativa. Segundo estudiosos como Sieber (1973), Johnson e Onwuegbuzie (2004), Gunther (2006), Teddlie e Tashakkori (2009), na verdade, esses dois paradigmas sempre travaram uma luta pela supremacia no interior dos diferentes campos científicos. No campo dos estudos do texto/discurso, sabemos ter sido eleita a pesquisa qualitativa como abordagem predominante ao longo de todo o século XX, tendo sido quase proibitivo empregar metodologia que adotasse uma abordagem quantitativa na Linguística Textual (LT), por exemplo.

Hoje, entretanto, vivenciando a pós-modernidade, entendemos a importância de uma metodologia mista que pode bem trazer resultados ainda mais produtivos, mais assertivos quanto ao que se buscou descrever e interpretar. Entendida como pesquisa integrativa, multimétodo, terceiro movimento, pesquisa triangulada nas Ciências Sociais (TREZ, 2012), assim pode ser pensada em termos de análise em Linguística de Texto ou em outras linhas teóricas voltadas aos estudos do texto/discurso.

Os pesquisadores brasileiros foram ensaiando essa possibilidade e hoje já localizamos investimentos mais intensos, como o trabalho que vem desenvolvendo a doutoranda Leticia Brito-Costa na FFLCH-USP. Não se trata de proceder a uma mera contagem de ocorrências, mas sim de buscar de que modo essa contagem pode significar algo no processamento textual-discursivo. Nesse caso, a pesquisa quantitativa, no mínimo, viria para confirmar a pesquisa qualitativa realizada.

Sabemos também que, por um lado, há ocasiões nas quais a abordagem qualitativa – tais como aquelas desenvolvidas a partir de tipos de coleta por observação, entrevista, documentos e estratégias como narrativa, fenomenologia, etnografia, estudo de caso e teoria

fundamentada (CRESWELL; CLARK, 2009), sendo a última, consensualmente, selecionada em nossa área para o tratamento de diferentes textualidades – será a mais adequada em termos de atender a um problema de pesquisa, principalmente em análises que se ocupam, sobremaneira, da descrição e do detalhamento de características específicas da organização textual-discursiva, ou mesmo, de algumas particularidades multimodais que participam da funcionalidade ou dos efeitos de sentido de produções contemporâneas (textos imagéticos e audiovisuais na internet, por ex.), entre outros interesses do campo dos estudos do texto e do discurso.

Por outro lado, o pesquisador e/ou seu grupo deverá atender a questões de pesquisa das quais tomam parte uma maior quantidade de dados, passíveis de serem quantificados, apontando frequências e tendências mais gerais. Um exemplo desse tipo de abordagem são as pesquisas do grupo de Genebra, que postula o Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), coordenado por Jean-Paul Bronckart. O grupo observou, durante uma década, diversos segmentos e gêneros textuais, o que possibilitou a elaboração de uma grade de análise e a detecção de particularidades linguísticas e estruturais de diversos tipos de texto (STRIQUER, 2014). Assim, é o conjunto de questões de pesquisa, a natureza do corpus/dos corpora etc. que orienta a pesquisa para uma abordagem mista.

De forma a indicar como está sendo feita a utilização das abordagens qualitativas, quantitativas e complementar/mista por área do conhecimento, trazemos aqui dados obtidos no banco de dados da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP⁵) e no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD⁶).

Considerando que os termos do método misto não são consensuais, mobilizamos as palavras-chave “método misto”, “quali-quantitativo”, “qualitativa-quantitativa”, “qualitativa”, “quantitativa”, e elaboramos a tabela abaixo a partir do banco de dados da FAPESP.

Tabela 1 - FAPESP: ocorrências por área de conhecimento.

FAPESP: Ocorrências por grande área de conhecimento					
Grande área	Método misto	Quali-quantitativo	Qualitativa-quantitativa	Qualitativa	Quantitativa
Ciências agrárias	270	1668 (Mais ocorrências em Agronomia, Zootecnia e Medicina Veterinária)	409	643	1211
Ciências biológicas	155	929	410	587	1614

⁵ Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/assunto/2016/banco-de-dados/>. Acesso em 15 maio 2021.

⁶ Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em 15 maio 2021.

Ciências exatas e da terra	499 (Mais ocorrência em Química com 331)	839	236	603	837
Ciências humanas	61	540	425 (Mais ocorrências em Psicologia com 126 e Educação com 117)	1468 (Mais ocorrências em Educação com 550 e Psicologia com 477)	626
Ciências sociais aplicadas	35	301	183	567	471
Ciências da saúde	306	1804 (Mais ocorrências em Medicina com 536 e Odontologia com 441)	941 (Mais ocorrências em Medicina com 264 e Odontologia com 253)	1900 (Mais ocorrências em Odontologia com 435 e em Medicina com 397)	2536
Engenharias	501 (Mais ocorrência em Engenharia de materiais e metalúrgica com 166)	711	208	308	571
Interdisciplinar	8	134	55	120	101
Linguística, Letras e Artes		72	55	174	98

Fonte: <https://bv.fapesp.br/pt/assunto/2016/banco-de-dados/>. Acesso em 15 maio 2021.

Na tabela 1, destacamos as áreas em que aparecem mais ocorrências e as que indicam menos. Como resultado das seleções “método misto”, “quali-quantitativo”, “qualitativa-quantitativa”, a abordagem complementar aparece com mais recorrência em Ciências da Saúde (chegando a ficar muito próxima da qualitativa), que é seguida de outras áreas: Ciências Agrárias e Ciências Humanas.

A comparação dos resultados indica que a área de Linguística, Letras e Artes, de modo geral, não apresenta pesquisas estruturadas metodologicamente por meio do método misto, método bastante presente nas áreas de ciências exatas e engenharias. É também interessante notar que há uma tendência na área de ou combinar métodos qualitativos e quantitativos (127 pesquisas no total considerando as duas categorias que se referem a essa combinação) ou de desenvolver pesquisas que se auto-categorizam como quantitativas. Tal resultado dá indícios de que a área vem recorrendo ao método misto, mas o de caráter qualitativo ainda possui maior recorrência em números absolutos.

No que diz respeito às subáreas da área de Linguística, Letras e Artes, na tabela 2, os resultados indicam a maior incidência da abordagem qualitativa na Linguística Aplicada,

enquanto que em outras áreas, já se observa uma tendência de combinação de métodos quantitativos e qualitativos.

Tabela 2 - FAPESP: ocorrências por disciplina.

FAPESP: Ocorrências por disciplina					
	<i>Letras</i>	<i>Linguística</i>			
	Língua Portuguesa	Linguística aplicada	Linguística histórica	Sociolinguística e Dialectologia	Teoria e análise linguística
Método misto	—	3	—	—	4
Quali-quantitativa	6	20	6	3	15
Qualitativa-quantitativa	5	16	6	3	8
Qualitativa	7	47	6	7	25
Quantitativa	5	18	9	9	19

Fonte: <https://bv.fapesp.br/pt/assunto/2016/banco-de-dados/>. Acesso em 15 maio 2021.

Talvez esses dados mostrem essa tendência de aumento de pesquisas na área de Letras e Linguística no estado de São Paulo que combinam abordagens quantitativas e qualitativas pelo fato de essa combinação ser bastante incentivada e valorizada na avaliação dos projetos pela FAPESP. Essa hipótese explicativa parece se confirmar quando observamos os resultados do banco de dados da BDTD.

Esse banco de dados prevê em sua organização dezenas de áreas do conhecimento com divisões diferentes daquelas da FAPESP. Por esse motivo, atentamo-nos, especificamente, para os resultados da área de Linguística, Letras e Artes, que também foram obtidos por meio da seleção das palavras-chave indicadas anteriormente. Observemos a tabela 3:

Tabela 3 - BDTD: ocorrências na área de Linguística, Letras e Artes.

BDTD: Ocorrências na área de Linguística, Letras e Artes	
<i>Método Misto</i> (3507 resultados)	7
<i>Quali-quantitativa</i> (149 resultados)	1
<i>Qualitativa-quantitativa</i> (379 resultados)	13
<i>Qualitativa</i> (72.139 resultados)	1052
<i>Quantitativa</i> (35.472 resultados)	271

Fonte: <https://btdt.ibict.br/vufind/>. Acesso em 15 maio 2021.

Nessa tabela 3, podemos identificar que os resultados caminham são bem diferentes em relação à tabela 2 no que diz respeito à abordagem mais recorrente, que é a qualitativa com mil e cinquenta e dois resultados, seguida da quantitativa em número bem menor (duzentos e setenta e um). Já a abordagem mista aparece com uma frequência bem distante

das demais, indicando, que as pesquisas nacionais nessa grande área privilegiam a abordagem qualitativa e, em segundo lugar, a abordagem quantitativa.

Em especial, no interior da Linguística de Texto, ressaltamos que a abordagem mista já foi discutida por Marcuschi (2001), que salientou o papel da noção de língua como construção social, incluindo fatores humanos, ideológicos e históricos, incluindo o texto como um evento situado, o que modifica por si só o tratamento que deve ser dado aos corpora constituídos por textos. O estudioso apontou para a importância de o pesquisador privilegiar o objetivo da pesquisa para, assim, observar os dados a partir de um interesse investigativo específico. Por isso, entendemos que, na atualidade, não se pode deixar de pensar tanto sobre a possibilidade de as abordagens serem integradas, quanto sobre a necessidade de se examinar o que tem sido realizado e alcançado a partir desse método integrativo e de suas especificidades.

Abordagem mista: encaminhamentos dinâmicos e análogos às especificidades da pesquisa

Para Creswell e Clark (2009, p. 241), no planejamento de uma pesquisa de abordagem mista, torna-se necessário observar quatro fatores: “a distribuição do tempo, a atribuição de peso, a combinação e a teorização”. O primeiro fator corresponde à ordenação da coleta de dados qualitativos e quantitativos no que se refere a sua realização de maneira sequencial (primeiramente uma, depois a outra abordagem) ou de modo simultâneo a depender da finalidade do pesquisador.

Em relação ao segundo, a prioridade dada a cada abordagem (qualitativa ou quantitativa) pode ser igual ou de modo a enfatizar uma ou outra. No caso da combinação, terceiro fator, ela pode ocorrer em meio a determinadas etapas de uma pesquisa (na coleta, na análise, na interpretação) ou durante todas. Ainda sobre a combinação, os autores destacam que ela pode-se dar por fusão ou por separação de uma extremidade do contínuo, neste último caso, quando os dados são mantidos separados, porém conectados.

No que diz respeito à teorização, é de nosso conhecimento que nossas análises partem de bases teóricas, de modo a explicitar, ou mesmo, encaminhar especificidades dos processos metodológicos. Creswell e Clark (2009) afirmam que as teorias servem como uma lente sobre os objetos e métodos. Relacionando tal acepção à LT, as bases teóricas e as interfaces estabelecidas constituem mais do que concepções sobre a natureza do texto e finalidades de pesquisa; elas servem como orientadoras dos processos envolvidos na análise de dados, de forma a fazer avançar a investigação.

Sabemos que as fases da LT, de acordo com Koch (1997, p. 67), encaminharam métodos diferentes em razão das preocupações e das teorias em curso, tal como ocorreu em seu início, na análise transfrástica, em que se recorria ao método ascendente com vista às sentenças, às formas: “Tentou-se, então, encontrar regras para o encadeamento de sentenças, a partir de métodos até então utilizados na análise sentencial”.

À medida que a atenção se voltou para o texto e as funções de suas unidades menores, podemos ressaltar dois fatores: a interdisciplinaridade e o aparato metodológico relacionado, principalmente, à função/funcionalidade e não, somente e especificamente, à forma. No que diz respeito à interdisciplinaridade, podemos entender que a própria definição de texto encaminha para essa direção. Sobre esse ponto, retomamos Marcuschi (1983) que apresenta a seguinte posição:

[...] o texto é o resultado atual das operações que controlam e regulam as unidades morfológicas, as sentenças e os sentidos durante o emprego do sistema linguístico numa ocorrência comunicativa (MARCUSCHI, 1983, p. 30).

Sendo assim, podemos afirmar que o texto movimenta as unidades da língua de um modo coeso e coerente para um todo significativo, portanto, é para o texto que a língua se movimenta. Nessa direção, por um lado, o texto atua como propulsor das operações dos elementos de um sistema linguístico, por outro, considerando uma metáfora, existe um sistema gerador que está além do texto: as instituições, o sujeito em toda sua complexidade, sua relação com o mundo e com as atualizações de sentido dos textos com os quais tem contato (coproduções textuais e de leitura) em diversas situações de interação específicas.

Esse modo de compreender o texto para além dele mesmo está alinhado à proposta metodológica inicial de Bronckart ([1999], 2009), que propõe um método de análise textual no qual estão incluídas as condições de produção e a arquitetura textual em seu funcionamento, tendo em vista que as formulações linguísticas caracterizam-se pelos comportamentos dos sujeitos. Trata-se de uma abordagem descendente. Nesse viés, conforme Guimarães e Machado (2007, p. 21), o estudioso menciona os elementos que consideramos importantes em uma análise:

- primeiro, as condições e os processos de interação social: em termos contemporâneos, as diversas redes e formas de atividade humana;
- depois as “formas de enunciação”, que verbalizam ou semiotizam essas interações sociais no quadro de uma língua natural;
- enfim, a organização dos signos no interior dessa formas, que, segundo o autor, seriam constituídos das ‘ideias’ e do pensamento humano consciente.

O olhar tanto interdisciplinar como para a função/funcionalidade dos textos permeia o a seleção metodológica, ou seja, a seleção de abordagem ou qualitativa, ou quantitativa ou mista, que pode se dar de diversas maneiras, com fins específicos e em diferentes etapas da pesquisa.

Apenas para ilustrarmos a participação das abordagens (ou de uma delas) em diversos momentos das etapas de uma pesquisa de caráter interdisciplinar de estudos de texto/discurso, apresentamos a tabela subsequente, em que algumas características, presentes frequentemente, estão indicadas, de maneira a pensar essas abordagens como fatores análogos e inter-relacionados a outros:

Tabela 4 - Utilização das abordagens em alguns momentos das etapas da pesquisa no âmbito do texto-discurso, cujas etapas não obedecem, necessariamente, à ordem indicada.

Conjunto de algumas características da organização das pesquisas no campo de estudos do texto/discurso: possível utilização das abordagens em etapas
- Seleção teórica e/ou estabelecimento de interfaces.
- Identificação de objetivos e da problematização.
- Abordagem qualitativa, quantitativa ou mista; instrumentos.
- Constituição de corpus/corpora: unidade mínima (texto), dados linguísticos empíricos, coleta criteriosa, organização e seleção dos textos submetidos à análise (textos recolhidos e parte deles analisada).
- Seleção de unidades menores de análise sem desconsiderar o texto (o todo), a eleger recortes compreendidos como significativos em termos de frequência de uso ou de particularidades.
- Possível utilização de aparatos para análise da materialidade linguística, recuperados de teorias com as quais a pesquisa estabelece diálogo.
- Lugar e condições da observação dos elementos situacionais, pragmáticos e cognitivos que constituem sentido ao texto e que fazem parte de sua conjuntura a depender dos objetivos de pesquisa.
- Abordagem qualitativa, quantitativa ou mista; instrumentos.
- Análises.
- Abordagem qualitativa, quantitativa ou mista; instrumentos.
- Considerações.

Fonte: elaborada pelas autoras.

Ressaltamos que, embora as abordagens possam aparecer em momentos diferentes na pesquisa, como mencionamos, temos que a ordem da tabela 4 não consiste de única opção. Uma razão da flexibilidade indicada corresponde à complexidade da construção do corpus/dos corpora. De acordo com Charaudeau (2011, p. 1), o corpus/os corpora depende(m) de um posicionamento teórico e se constituem e reconstituem “segundo critérios de abertura ou fechamento (intertexto e hipertexto), de contraste (interno e externo) e de pertinência quantitativa e/ou qualitativa”. Nessa direção, o estudioso menciona que o corpus pode-se dar segundo o “paratexto (de palavras, de enunciados, de modos de enunciação)”, “segundo o interdiscurso (saberes de conhecimento, saberes de crença)”, “segundo a situação (locutores,

finalidade e dispositivo)”. Esses agrupamentos ocorrem devido à “problemática de análise e do tipo de contraste escolhido”.

No que se refere a essa relação entre a problematização da pesquisa e os métodos mistos, Creswell e Clark (2013, p. 20) ainda dizem: “Os pesquisadores os reconhecem como uma abordagem acessível à investigação. Eles têm questões (ou problemas) de pesquisa que podem ser mais bem respondidos usando-se métodos mistos e enxergam o valor de usá-los (assim como os desafios que estes colocam)”.

Schneider, Fujii, Corazza (2017), ao tratarem de questões metodológicas para as pesquisas voltadas ao ensino de Ciências, destacam discussões importantes e que nos servem de embasamento, tendo em vista não contarmos em nossa área de estudos com discussões metodológicas amplas e que pudessem ser aqui citadas. As autoras utilizam posições, entre outros, de Minayo (1997), Gatti (2004) e Cano (2012), para salientarem que as abordagens quali e quanti podem ser consideradas complementares, não antagônicas e constituem caminhos que os pesquisadores podem decidir qual(ais) seguirá(ão), tendo em vista a melhor representação do objeto estudado. Assim, ao serem considerados complementares por esses autores, os métodos quali e quanti, propiciarão análises mais produtivas e resultados mais representativos.

Esses estudiosos ainda atestam que o apoio de um método no outro permite realizar uma análise estrutural pelo método qualitativo e uma análise processual a partir do método qualitativo, combinação que pode bem enriquecer os resultados, mas que demanda muita atenção do pesquisador. Entende-se a razão desse posicionamento, tendo em vista a necessidade de se realizar o estudo quali, seguido do estudo quanti e, ainda, a triangulação dos dados.

A respeito dessa convergência de métodos, Perovano (2016, p. 51) afirma que:

Com base em uma amostra, existe a possibilidade de generalizar os resultados a uma população, por intermédio de uma visão mais contextualizada sobre o fenômeno pesquisado. Nesse sentido, a pesquisa quantitativa permite apontar a relação entre as variáveis contidas na hipótese de pesquisa, ao passo que, na qualitativa, existe a possibilidade de entender e descrever as propriedades, os predicados e os atributos do fenômeno.

Como já mencionamos, muitas são as denominações sobre o que apresentamos como abordagem complementar/método misto neste trabalho – pesquisa integrativa, multimétodo, terceiro movimento, pesquisa triangulada. Assim também ocorre com o entendimento sobre essa convergência dos métodos qualitativos e quantitativos. Tratando dessas diferenças e

propondo uma definição comum, Johnson *et al.* (2007, 123 *apud* CRESWELL; CLARK, 2013, p. 21) dizem que:

A pesquisa de métodos mistos é o tipo de pesquisa em que um pesquisador ou um grupo de pesquisadores combina elementos de abordagens de pesquisa qualitativa e quantitativa (p. ex., o uso de pontos de vista qualitativos e quantitativos, coleta de dados, análise e técnicas de inferência) para o propósito de ampliar e aprofundar o entendimento e a corroboração. (p. 123)

Creswell e Clark (2013, p. 22), ao analisarem artigos – da área de saúde, das ciências sociais e humanas – sobre métodos mistos e ao identificarem como pesquisadores usavam as duas abordagens em seus trabalhos, localizaram a existência de alguns procedimentos centrais por parte desses pesquisadores, permitindo-nos inferir que tal convergência, por si mesma, pode encaminhar uma orientação metodológica em uma pesquisa.

Os estudiosos exemplificam encaminhamentos quanto à utilização de uma abordagem complementar. Entre as exemplificações, citam a possibilidade de o pesquisador selecionar dados quantitativos e qualitativos, examinando se ambos são indicativos de resultados similares. Os autores também mencionam a existência de integração entre técnicas de caráter quantitativo e qualitativo, assim como pode ocorrer com instrumentos experimentais qualitativos junto a entrevistas qualitativas dos participantes do experimento.

No que diz respeito aos instrumentos de coleta de dados, com as transformações das mídias a partir das interações digitais, programas e ferramentas de busca de dados passaram a estar mais disponíveis, permitindo que pesquisadores de várias áreas passassem a utilizar esses meios em suas pesquisas. Para a área de texto e discurso, essas mudanças também encaminham processos específicos de coleta de dados, tal como pode ocorrer com os instrumentos de busca do *Google*, do *Twitter*, do *Facebook*, *Youtube*, no interior dos quais são armazenadas inúmeras informações de textos coletivos produzidos nesses espaços de interação.

Mais do que isso, os bancos de dados permitem acesso a programas televisivos, debates públicos, entre outras possibilidades, com os quais abordagens qualitativas, quantitativas e mistas podem ser encaminhadas. Desse modo, não só os textos funcionam de maneira específica no espaço digital – dinamicidade, interatividade, multimodalidade com sons, imagens etc., não acabamento, coletividade de produção, temporalidade –, mas também o modo de coletá-los, de organizá-los e de descrevê-los merece atenção, podendo ocorrer procedimentos metodológicos específicos.

Ainda em relação à coleta de dados, existem *softwares* desenvolvidos, livres ou não, que auxiliam as pesquisas de diversas áreas. Um exemplo dessa ordem corresponde à

disponibilização de *softwares* para pesquisadores (docentes e discentes do campus USP) por parte da Superintendência da Tecnologia da Informação (STI), da Universidade de São Paulo (USP), com a qual é possível ajustar as tecnologias disponíveis às necessidades das pesquisas de várias áreas, incluindo as do campo de estudos do texto e do discurso.

Análise de pesquisas: abordagens complementares e seus encaminhamentos

Procedemos ao exame de algumas pesquisas que selecionaram a abordagem complementar ao investigarem texto e/ou discurso a partir de um viés interacional e/ou da cognição social. Como mencionamos anteriormente, a partir da discussão sobre métodos mistos de Creswell e Clark (2009), atentamo-nos para os seguintes fatores: i) modo de participação (prioridade de uma abordagem sobre outra) na pesquisa; ii) ordem de participação de cada abordagem (se no início, por exemplo) na pesquisa; iii) utilização de cada abordagem na coleta e na análise de dados da pesquisa; iv) resultados obtidos pela integração das diferentes abordagens ao longo da pesquisa.

No artigo “Temas e estratégias referenciais em Conexão: analisando processos de estabilização e de mudança em um programa televisivo” de Bentes, Mariano e Acceturi (2015), os interesses da pesquisa encaminharam para a seleção de abordagens complementares, de modo a integrar os resultados quantitativos e os qualitativos com participação similar. A finalidade da investigação correspondeu a:

[...] fazer um levantamento da configuração temática do programa Conexões Urbanas, exibido no canal fechado Multishow, considerando o período de sete anos (outubro de 2008 a março de 2015). Para tanto, descrevemos os processos de centração da significação no contexto de cada episódio do programa e relacionamos as estratégias de introdução de referentes – por meio da análise do título de cada episódio – ao regime simbólico das temáticas estabelecidas.

A pesquisa analisou cento e onze programas, que foram exibidos em um período de setes anos. A caracterização do programa e o modo como ele foi mudando ao longo do tempo foram examinados a partir das pistas levantadas, via abordagem quantitativa, em relação aos tópicos abordados, sua frequência e a importância dada a eles, os quais foram: “Indivíduos”, “Grupos Sociais”, “Instituições de Segurança Pública ou outras”, “Projetos/ONGs”, “Questões Sociais e “Lugares de Conflito/Tensão Social”. A abordagem quantitativa precedeu à qualitativa, sendo que a primeira ofereceu subsídios para a segunda apresentasse outros detalhes.

Em relação à abordagem qualitativa selecionada na pesquisa, foi realizada a análise das estratégias de introdução de referentes via os títulos de cada um dos episódios,

descrevendo algumas especificidades em termos de formulações linguísticas (nomes próprios, siglas e expressões nominais e, na maioria, descrições definidas), e sua funcionalidade (referência ou evocação de atores sociais via associações lexicais ou ativação de modelos de contextos).

Desse modo, a integração permitiu que se observassem a caracterização do programa e dos agentes envolvidos, do ponto de vista interacional e situacional, bem como as particularidades dos textos/discursos na constituição da referenciação e de sua funcionalidade.

Na pesquisa subsequente, intitulada “Argumentação e Referenciação: a dinâmica nas orientações argumentativas em debates políticos televisivos” de Palumbo (2007), o “continuum” (MARCUSCHI, 2001) entre as abordagens pode ser observado, uma vez que a investigação centralizou-se na análise qualitativa, tendo também recorrido à contagem de pistas linguísticas que reafirmaram o que, de fato, a descrição de caráter qualitativo veio confirmar: a construção dinâmica de objetos de discurso por grupos políticos com posições divergentes.

Esse trabalho de pesquisa investigou os processos de referenciação, do ponto de vista argumentativo, e observou, especificamente, as ocorrências de expressões nominais definidas e indefinidas em discursos produzidos por grupos políticos em situação de debate na televisão. Tratou-se de um debate político organizado pelo programa de entrevistas *Roda Viva*, transmitido pela TV Cultura de São Paulo, em 15 de julho de 2005, cujos debatedores, deputados e senadores, integrantes da CPI dos Correios, estavam divididos em dois grupos partidários: a oposição, formada por representantes dos partidos PFL, PPS e PSDB, e os governistas, do partido do PT, cujo membro Luiz Inácio Lula da Silva ocupava o cargo de Presidente da república na época.

Os resultados quantitativos deram-se pelo levantamento das escolhas das expressões referenciais performatizadas pelos membros de cada grupo político para referirem-se a Lula (então, presidente da República). As escolhas das expressões indicaram as relações estabelecidas nas interações entre os participantes ao longo da entrevista, relações estas que orientaram a construção conjunta e dinâmica de objetos de discurso de modo argumentativo. A tabela 5, referente a essa pesquisa, ilustra as ocorrências:

Tabela 5 - Ilustração do levantamento quantitativo realizado durante a pesquisa.

Expressão nominal	Grupo do governo	Grupo da oposição
O presidente da República	2 ocorrências	9 ocorrências
O presidente Lula	6 ocorrências	1 ocorrência
O presidente	10 ocorrências	10 ocorrências
Lula	_____	1 ocorrência
Senhor Lula	_____	1 ocorrência
O senhor presidente	_____	1 ocorrência

Fonte: Palumbo (2007, p. 119).

Em relação às observações realizadas na análise qualitativa, a descrição voltou-se para: a) o exame das condições específicas de produção, de circulação de recepção das expressões referenciais; b) o modo como cada grupo direcionou o sentido, orientou-o argumentativamente por meio das estratégias de referenciação que possibilitaram qualificações e de desqualificações do grupo oponente.

Assim é que, como indicamos, os resultados quantitativos colaboraram para a análise qualitativa, indicando evidências de que houve tipos de seleção consistentes com a caracterização de cada grupo: o grupo do governo referiu-se ao então presidente como “o presidente Lula”, individualizando, assim, a menção à autoridade máxima; já o grupo do governo buscou a estratégia de neutralização da figura do então presidente, referindo-se a ele como “o presidente da República”, privilegiando assim no modo de referir o cargo e não a pessoa. No entanto, há uma zona de referenciação/categorização mobilizada por ambos os grupos: o uso da expressão referencial “o presidente”, expressão esta que é compartilhada com a audiência e com a população em geral. A abordagem quantitativa foi mobilizada durante a análise qualitativa, diferentemente da pesquisa anterior.

Na sequência, observamos a dissertação de Dioguardi (2014), denominada “Argumentação e Redes Sociais: o *tweet* como gênero e a emergência de novas práticas comunicativas”. Para examinar o funcionamento argumentativo do *tweet*, que foi considerado um gênero textual digital emergente, foram selecionados cinquenta *tweets* (de duzentos no total) produzidos por alunos do 1º. ano do Ensino Médio de uma escola privada da cidade de São Paulo, desenvolvidos no interior de uma sequência didática.

A especificidade da plataforma *Twitter* possibilitou o levantamento dos dados quantitativos relativos à frequência de uso dos elementos linguísticos e não-linguísticos como estratégia argumentativa e seu relacionamento com o posicionamento do locutor (ironia, 46%;

hashtags, 26%; perguntas retóricas, 24%). A tabela 6, presente na pesquisa de Dioguardi (2014), apresenta-nos a quantificação da presença dos mecanismos textuais de coesão e de coerência e os recursos argumentativos nos *tweets* selecionados.

Tabela 6 - Organização do levantamento quantitativo dos elementos linguísticos e não linguísticos em tweets de alunos do ensino médio

Nome	n	%
Coerência	40	100%
<i>Ironia</i>	23	46%
Recuperação contextual pela leitura de outros <i>tweets</i>	15	30%
<i>Hashtags</i>	13	26%
<i>Perguntas Retóricas</i>	12	24%
Coesão sequencial – tema/rema-comentário	9	18%
<i>Humor</i>	9	18%
Repetição de letras	9	18%
Coesão referencial	7	14%
Sinais de pontuação – exclamação	7	14%
Sinais de pontuação – reticências	6	12%
Hipertexto	6	12%
Entonação por letras maiúsculas	4	8%
<i>Emoticons</i>	4	8%
Sinais de pontuação – aspas	3	6%
Sinais gráficos	3	6%
Onomatopeias	2	4%
Sinais de pontuação – travessão	1	2,5%

n = nº de *tweets* positivos para a variável

Fonte: Dioguardi (2014, p. 155).

Com a atenção voltada para o funcionamento de *tweets* argumentativos, a análise qualitativa permitiu que fossem quantificados e descritos os mecanismos textuais de coesão e coerência usados na construção argumentativa dos *tweets*, bem como as estratégias argumentativas, considerando as especificidades das condições de produção.

Sobre a seleção da abordagem quali-quantitativa em sua pesquisa, Dioguardi (2014, p. 25) afirma que:

Entendemos que a realização de uma análise qualitativa por meio de exemplos de cinquenta *tweets* selecionados no corpus desta pesquisa, permitiram-nos descrever os mecanismos textuais de coesão e coerência usados na construção argumentativa dos *tweets* selecionados e localizar, nesses *tweets*, as estratégias argumentativas que marcaram um posicionamento do locutor. Além disso, sob uma perspectiva

estatística, observamos a relação entre os elementos que expusemos e a organização e uso ajustados da Língua Portuguesa no que tange à elaboração de um texto argumentativo voltado a um gênero textual digital.

Desse modo, os resultados quantitativos estiveram com grau menor de presença em relação aos qualitativos, embora possamos afirmar que, na linha contínua das abordagens, a abordagem quantitativa tenha ocupado mais espaço do que na pesquisa de Palumbo (2007) e menos do que na investigação de Bentes, Mariano e Acceturi (2015). Assim, os dados quantitativos, no primeiro momento da pesquisa, colaboraram para a análise qualitativa, indicando evidências importantes em relação à organização textual e argumentativa dos *tweets*.

No artigo de Koike e Bentes (2018), “*Tweetstorms* e processos de (des)legitimação social na administração Trump”, o qual teve por finalidade o exame de *tweets* do presidente Donald Trump, entendendo-os como práticas, temáticas e perspectivadas, as quais rompem formas tradicionais de (des) legitimação, a abordagem quantitativa levou à observação e quantificação de todos os *tweets* e *retweets* das contas do presidente Donald Trump, durante o período de primeiro de maio de dois mil e dezessete a cinco de junho de dois mil e dezessete. Foram examinados: o comportamento das postagens, as seleções tópicas dos *tweets* e dos *retweets*.

Como discutimos anteriormente, as plataformas digitais possibilitam que recorramos a modos particulares de análise e de coleta de dados em razão, entre outras, de terem-se tornado um amplo banco de dados de produções textuais. Nessa direção, Koike e Bentes (2018, p. 143) procederam conforme podemos observar na seguinte citação:

O uso do Twitter por Donald Trump, antes mesmo de chegar à Presidência dos Estados Unidos, pode ser observado no arquivo maciço de seus *tweets* (*TRUMP TWITTER ARCHIVE*). O *site* divide o arquivo por temas que ocorrem mais comumente em seu discurso. Por exemplo, no momento da escrita deste artigo, “notícia falsa” aparece em 206 *tweets*; “Obama” é mencionado 90 vezes; e seu debate com a grande mídia comercial norte-americana aparece em mais de duas centenas de postagens.

No artigo, as autoras procedem à descrição das funções principais dos *tweets* em diferentes esferas sociais via discussão teórica. O corpus foi construído por meio das contas @POTUS, @WhiteHouse e @realDonaldTrump, e foi classificado por temática e por distribuição diária de *tweets*. A análise qualitativa recaiu sobre os *tweets* com vista aos modos de legitimação do *Twitter* como fonte oficial da Casa Branca na administração de Donald Trump.

Nesse caso, as abordagens estabelecem integração de dados de modo a terem espaços similares na pesquisa e a complementarem-se. Em relação à ordem, a abordagem quantitativa realizada (temáticas, comportamentos das postagens) leva à apresentação tanto da dimensão interacional, social e política da conta do *Twitter* de Trump, como das especificidades das produções textuais (*tweets*), que são confirmadas e ampliadas via a abordagem qualitativa com vista também à melhor descrição das funções legitimadoras dessa prática: a de tweetar como forma de comunicação oficial do presidente da República dos EUA com seus eleitores e com o povo americano em geral.

Conclusão

A discussão e as análises sobre a importância das abordagens integradas (quali-quantitativa) por meio do levantamento inicial de tendências de abordagens por área e por meio do exame de pesquisas quali-quantitativa na área de estudos do texto e do discurso indicam que há uma tendência, especialmente nos estudos desenvolvidos no estado de São Paulo, de os pesquisadores adotarem uma abordagem mista/complementar, embora tenhamos observado que existe a tendência da seleção de uma abordagem única, ou qualitativa (mais frequente) ou quantitativa, nas pesquisas brasileiras como um todo.

Observamos que as abordagens complementares colaboram para a sistematização das evidências relacionadas aos interesses de pesquisa. As abordagens aparecem e relacionam-se de forma específica, conforme o modo de encaminhamento do trabalho, ou seja, conforme o modo como as questões de pesquisa são formuladas: a) a pesquisa quantitativa pode confirmar a pesquisa qualitativa realizada, tal como ocorreu no trabalho sobre debate televisivo, ou mesmo, ampliar e trazer dados de caracterização do corpus e da situação de interação; b) os graus de participação de cada abordagem, em linha contínua, são diferentes a depender da proposta de cada projeto: no caso dos artigos de Bentes, Mariano e Accetturi (2015) e de Koike e Bentes (2018), as abordagens aparecem de maneira similar, diferentemente da dissertação de Dioguardi (2014), na qual a qualitativa participa mais do que a quantitativa; e, no caso da pesquisa de Palumbo (2007), os dados quantitativos foram utilizados para confirmar a análise qualitativa, uma vez que a dissertação se caracterizou por ser, centralmente, qualitativa; c) a ordem de utilização de cada abordagem deve-se, também, às finalidades de cada pesquisa, podendo ocorrer em momentos distintos da investigação; d) a análise qualitativa dos resultados quantitativos ocorre em todos os trabalhos observados até o momento.

Ao longo desse texto, procuramos evidenciar como as abordagens integrativas (quali-
quanti) estão passando a ser consideradas no contexto dos estudos do texto e do discurso, mas
mais especialmente, no contexto dos estudos que têm como base perspectivas sócio-
cognitivistas e/ou sócio-interacionistas. A esse respeito, podemos dizer que todos os estudos
que se desenvolvam com base na noção de cognição social (KOCH; CUNHA-LIMA, 2004;
MARCUSCHI, 2007, 2008; VAN DIJK, 2012, 2014) podem se beneficiar em muito dos
vários tipos de abordagens integrativas.

A elaboração de processos textuais-discursivos (referenciação, tópicos/temáticas e
recursos argumentativos, por exemplo) como quantificáveis e também correlacionáveis a
explicações de natureza qualitativa acaba por revelar, por exemplo, quais e que tipos de
conhecimentos são ou podem ser compartilhados entre os diferentes participantes das
interações sociais possibilitadas pelos textos e pelos discursos. Por fim, essa tendência de os
pesquisadores assumirem abordagens integrativas na pesquisa do campo dos estudos do
texto/discurso revela também processos de mudança nos modos de produção do conhecimento
acadêmico científico na área de Letras e Linguística, o que, em última instância, leva a novos
modos de nos (re)conhecermos como estudiosos do texto/discurso, esses objetos tão
complexos e tão apaixonantes.

Referências

BENTES, A. C.; MARIANO, R. D.; ACCETURI, A. C. Temas e estratégias referenciais em
Conexão: analisando processos de estabilização e de mudança em um programa televisivo.

ReVEL, v. 13, n. 25, 2015.

BRONCKART, J.-P. [1999]. **Atividade de linguagem, textos e discurso**: por um
interacionismo sociodiscursivo. Trad. Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. 2. ed. São
Paulo: EDUC, 2009.

CANO, I. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil.
Sociologias, Porto Alegre, v. 14, n. 31, p. 94-119, 2012.

CRESWELL, J. W. **Designing and conducting mixed methods research**. Sage Publications:
California, 2007.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Trad.
Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRESWELL, J. W.; CLARK, V. L. Plano. **Pesquisa de métodos mistos**. 2. ed. Porto Alegre:
Penso, 2013.

DIOGUARDI, G. **Argumentação e Redes Sociais**: o *tweet* como gênero e a emergência de novas práticas comunicativas. 2014. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

GAMBOA, S. A. S. Quantidade-quantidade: para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica. In: GAMBOA, S. S.; FILHO, J. C. S. (Orgs.). **Pesquisa Educacional**: quantidade-qualidade. São Paulo: Cortez, 1995. p. 84-107.

GATTI, B. A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n.1, p. 11-30, 2004.

GUIMARÃES, A. M. M.; MACHADO, A. R. Apresentação. In: GUIMARÃES, A. M. M.; MACHADO, A. R.; COUTINHO, A. (Orgs.). **O Interacionismo sociodiscursivo**: questões epistemológicas e metodológicas. Campinas: Mercado de Letras, 2007. p. 9-18.

GUNTHER, H. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: esta é a questão? **Psicologia**: Teoria e Pesquisa, v. 22, n. 2, p. 201-210, 2006.

JOHNSON, R. B.; ONWUEGBUZIE, A. J. Mixed methods research: a research paradigm whose time has come. **Educational Researcher**, v. 33, n. 7, p. 14-26, 2004.

JOHNSON, R. B.; ONWUEGBUZIE, A. J.; TURNER, L. A. Toward a definition of mixed method research. **Journal of Mixed Methods Research**, v. 1, n. 2, p. 112-133, 2007.

KOCH, I. G. V. Linguística textual: retrospecto e perspectivas. **Alfa**, São Paulo, n. 41, p. 67-78, 1997.

KOCH, I. G. V.; CUNHA-LIMA, M. L. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos. São Paulo; Cortez Editora, 2004. p. 251-310.

KOIKE, D.; BENTES, A. C. Tweetstorms e processos de (des)legitimação social na administração Trump. **Cadernos Cedex**, Campinas, v. 38, n. 105, p. 139-158, 2018.

MARCUSCHI, L. A. **Linguística de texto** – o que é e como se faz. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1983. (Série Debates 1).

MARCUSCHI, L. A. Aspectos da questão metodológica na análise verbal: o continuum quantitativo-qualitativo. **Revista da Aled**, v. 1, n. 1, p. 23-42, 2001.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MORGAN, D. L. Paradigms Lost and Pragmatism Regained: Methodological implications of combining qualitative and quantitative methods. **Journal of Mixed Methods Research**, v. 1, n. 1, p. 48-76, 2007.

PALUMBO, R. **Argumentação e Referenciação**: a dinâmica nas orientações argumentativas em debates políticos televisivos. 2007. 193 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PEROVANO, D. G. **Manual de metodologia de pesquisa científica** [livro eletrônico]. Curitiba: Intersaberes, 2016.

SALE, J. E.M.; BRAZIL, K. A strategy to identify critical appraisal criteria for primary mixed-method studies. **Quality & Quantity**, n. 38, p. 351-365, 2004.

SANTOS FILHO, J. C. Pesquisa quantitativa versus pesquisa qualitativa: o desafio paradigmático. In: GAMBOA, S. S.; SANTOS FILHO, J. C. (Org.). **Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

SCHNEIDER, E. M.; FUJII, R. A. X.; CORAZZA, M. J. Pesquisas quali-quantitativas: contribuições para a pesquisa em ensino de ciências. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 569-584, 2017.

SIEBER, S. D. The integration of fieldwork and survey methods. **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, p. 1335-1358, 1973.

STRIQUER, M. S. R. O método de análise de texto desenvolvido pelo Interacionismo Sociodiscursivo. **Eutomia**, v. 1, n. 14, p. 313-334, 2014.

TEDDLIE, C., TASHAKKORI, A. **Foundations of Mixed Methods Research: Integrating quantitative and qualitative approaches in the social and behavioral sciences**. California: Sage, 2009.

THIOLLENT, M. J.-M. Aspectos qualitativos da metodologia de pesquisa com objetivos de descrição, avaliação e reconstrução. **Cadernos de Pesquisa**, n. 49, p. 45-50, 1984.

TRÉZ, T. A. Caracterizando o método misto de pesquisa na educação: um continuum entre a abordagem qualitativa e quantitativa. **Atos de pesquisa em educação - PPGE/ME**, v. 7, n. 4, p. 1132-1157, 2012.

VAN DIJK, T. A. Social cognition, social power and social discourse. **Text**, v. 8, p. 129-157, 1988.

Sobre as autoras

Anna Bentes (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-3183-1291>)

Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É professora do Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp.

Renata Palumbo (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-6969-0802>)

Doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade São Paulo (USP). É professora do Departamento de Linguagens da Faculdades SESI-SP.

Zilda Aquino (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-0432-7046>)

Doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo (USP). É professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Recebido em junho de 2021.

Aprovado em julho de 2021.

O discurso digital nativo e a noção de textualidade: novos desafios para a Linguística Textual

The digital discourse and the concept of textuality:
new challenges for Text Linguistics

Maria Eduarda Giering¹

Rosalice Pinto²

Resumo: Este trabalho, centrado fundamentalmente na Análise dos Discursos Digitais (MAYEUR; PAVEAU, 2020; PAVEAU, 2021), objetiva mostrar de que forma a noção de textualidade, tradicionalmente descrita nos estudos de Linguística Textual, deve ser complexificada, quando analisamos discursos em circulação nas mídias digitais. Assim, de forma a atingir o objetivo proposto, duas categorias analíticas desses discursos serão estudadas: a deslinearização e a ampliação enunciativa. Na verdade, nestes a textualidade é construída pelo próprio escreitor que combina, de forma dinâmica e simultânea, tanto o ato de escrita quanto o de leitura. Tal atitude enunciativa na gestão dos hiperlinks e também a natureza deslinearizada do seu gesto enunciativo propiciarão inúmeras possibilidades de construção de unidades textuais/discursivas. De forma ilustrativa, serão analisadas duas postagens: um hipertexto da revista Superinteressante e um tuíte do epidemiologista Paulo Lotufo (com os comentários). Os resultados qualitativos obtidos atestam que o leitor-usuário, nos gêneros nativos digitais, são aqueles que “fazem o texto”, seja pela deslinearização ou pela ampliação enunciativa, sendo que esses processos são co-construídos simultaneamente por linguagem multissemiótica e pela tecnologia. Tais características desses discursos digitais impõem assim uma atualização do conceito tradicional de textualidade.

Palavras-chave: Textualidade. Gênero nativo digital. Hipertexto. Escreitor. “Fazer Texto”.

Abstract: This paper, that mainly focus on the Analysis of Digital Discourses (MAYEUR; PAVEAU, 2020; PAVEAU, 2021) aims at showing how the concept of textuality, traditionally described in Text Linguistics studies, should be taken to a more complex level when we analyse discourses in the digital media. Thus, in order to achieve this goal, we consider two categories for the analysis of those discourses: the non-linearity and the enunciative enlargement. Actually, in these discourses, textuality is created by the writer-reader himself/herself who combines, in a dynamic and simultaneous way, both writing and reading. This enunciative attitude towards the management of the hyperlinks fosters several possibilities for the construction of the textual/discursive units. Then, to illustrate our approach, two posts will be analysed: one hyperlink from the magazine Superinteressante and a tweet from the epidemiologist Paulo Lotufo (with the comments). The qualitative results showed that, regarding the digital native genres, the readers-users are the ones who “make the text”, either by non-linearization or by an enunciative enlargement; these processes are built simultaneously through the use of a plurissemiotic language and technology; such features of these digital discourses demand thus a review of the concept of textuality as it is traditionally assumed.

Keywords: Textuality. Digital native genre. Hypertext. Writer-Reader. “Text Making”.

¹ Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, São Leopoldo, RS, Brasil. Endereço eletrônico: eduardajg@gmail.com.

² Instituto de Filosofia da Linguagem e Centro de Investigação e Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal. Endereço eletrônico: rosalice.pinto@fcs.unl.pt.

Introdução

Desde o advento da Web 2.0, os discursos que circulam nas mídias digitais, por suas características diferenciadas, questionam noções, até então estabilizadas, sobre texto e textualidade. A hipertextualidade e os gêneros nativos da web, isto é, produzidos on-line num lugar digital que os hospede, reúnem de forma indissociável linguagem e tecnológica digital, desprendendo-se de concepções de textualidade que servem aos textos impressos.

Quando nos referimos à tecnologia no âmbito do discurso digital, estamos tratando da relação com dispositivos constituídos de ferramentas informáticas on-line ou off-line, em que textos (plurissemióticos) são produzidos em aparelhos conectados (computador, telefone, tablet). Relaciona-se a essa tecnologia igualmente as imposições técnicas decorrentes do próprio dispositivo digital. Trata-se de restrições da escrita por sistemas de gerenciamento de conteúdo dos sites e pelos CMS (*Content Manager System*) e APIs (*Application Programming Interface*). Conforme Paveau,

[...] as restrições que a técnica coloca na escrita digital são de duas ordens: no nível macro, elas produzem determinismos dos formatos próprios dos dispositivos de escrita; em um nível micro, elas se voltam à natureza dos elementos da linguagem no contexto digital que integram intrinsecamente uma dimensão técnica (a dimensão compósita³ dos elementos tecnolinguageiros). (PAVEAU, 2021, p. 186)

Salienta-se também, na adoção do termo tecnológico digital, a influência dos algoritmos, que constituem uma parte das restrições discursivas on-line. Inclusive, como afirma Paveau (2007, p. 23), a internet, a partir da web, ao transmitir instruções semânticas fortes (tecnologicamente controladas), pode vir a se tornar até “arma de manipulação”.

A Análise do Discurso Digital (doravante ADD) idealizada por Marie-Anne Paveau (PAVEAU, 2021; MAYEUR e PAVEAU, 2020) discute seriamente a dimensão digital dos processos de textualização em ecossistemas conectados, indicando para a Linguística Textual (LT) e a Análise do Discurso (AD) a necessidade de adequar seus dispositivos teóricos e metodológicos com vistas ao tratamento dos textos on-line.

Motivadas pelas provocações da Paveau (2015) e a partir de exemplos de textos que circulam nativamente na web, apresentamos algumas noções introduzidas pela linguista no interior da ADD. Expomos particularidades dos textos digitais e a dificuldade de estender a eles as propriedades postuladas para os textos pré-digitais. Antes disso, discorreremos brevemente

³ Os discursos digitais nativos são compósitos porque constituídos de matéria mista, que reúne o linguageiro e o tecnológico de natureza informática, caracterizando uma composição tecnolinguageira, que pode ser plurissemiótica, ao mobilizar, numa mesma semiose, texto, imagem fixa ou animada, som (PAVEAU, 2021).

sobre como a LT, nacional e internacionalmente, tem tratado a noção de textualidade até o hipertexto.

Nosso objetivo neste artigo é discutir a textualidade no hipertexto considerando as particularidades dos textos produzidos em ambientes conectados.

A concepção de textualidade e “faire-texte”

O conceito de textualidade vem sendo desenvolvido ao longo dos anos por vários teóricos da Linguística Textual (LT) a nível nacional e internacional.

Como se sabe, foi a partir dos trabalhos precursores de Beaugrande e Dressler (1981) que a textualidade foi concebida como o resultado de um conjunto de características que nos propicia etiquetar um texto como tal. São estas: a coerência e a coesão (ambas de natureza linguística e conceitual); a intencionalidade, a aceitabilidade, a situacionalidade, a informatividade e a intertextualidade (relacionados a fatores pragmáticos em consonância com o próprio processo sociocomunicativo). Evidentemente, apesar de já haver, mesmo de forma incipiente, indícios da importância do contexto sociocomunicativo, ainda permaneciam resquícios de uma LT apregoada por teóricos das gramáticas do texto, centrada em uma visão cognitiva da linguagem. Nesta, como se sabe, o texto, enquanto objeto formal abstrato, correspondia a uma unidade qualitativamente maior do que a frase. Nesse quadro, a língua centrava-se, sobretudo, em uma capacidade mental (racional, intuitiva) de corresponder a uma determinada realidade. Nesse contexto, os princípios da textualidade atestavam regras de boa formação textual.

Evidentemente, esses pressupostos teóricos iniciais de Beaugrande e Dressler foram complementados pelas atualizações de Beaugrande (1997), a partir de uma revisitação da noção de texto que veio a implicar mudanças substanciais no âmbito dos estudos da LT. Neste último trabalho em especial, Beaugrande aponta que o texto deve ser considerado como “um evento comunicativo no qual convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais” (BEAUGRANDE, 1997, p. 10). Ao tratar o texto como um evento comunicativo e pontuando também a relevância das questões sociais a ele relacionadas, o autor complexifica a própria noção de textualidade. Tal atualização teórica veio a se refletir em trabalhos posteriores de Marcuschi e Koch, em contexto brasileiro, por exemplo.

Na realidade, como bem salienta Marcuschi (2008, p. 80), com essa redimensionalização o texto passa a ter de tratar de vários multissistemas (o caráter pluri-semiótico dos textos com suas várias funções passa a ser uma das suas características constitutivas). Ainda, a questão interativa (com várias autorias) e social se impõem na produção

textual, sendo que o último aspecto passa a ter também uma maior relevância. Essa ampliação do conceito de texto veio a repercutir também em contexto europeu. Pode-se citar o trabalho de Coutinho (2004)⁴, em que a autora pontua a tendência, na atualidade, da existência de uma não dicotomização das noções de texto e discurso que passaram a ser, complementares. Ou, ainda, nas palavras de Travaglia (2021) e também ratificadas por reflexões de Cavalcanti (2021), questões discursivas estão amalgamadas às textuais, nos estudos atuais da LT.

Contudo, apesar dessas breves considerações, não nos compete aqui traçar um percurso histórico sobre a evolução das noções de texto ou de textualidade. Vale ressaltar, sobretudo, os esforços estabelecidos pelos diversos teóricos, principalmente na década de 90, no sentido de salientarem que a textualidade pode ultrapassar o nível linguístico propriamente dito, sendo também dependente da situação comunicativa em que se dá a interação. Dentro desse contexto, essa interlocução se estabelece entre sujeitos históricos e sociais, que (re)constroem textualmente os seus dizeres. Se estes interlocutores se restringiam inicialmente apenas ao produtor e ao intérprete de determinado texto, observa-se a existência, já em contexto brasileiro, de uma mudança de paradigma. Nomeadamente, os trabalhos de Marcuschi (1999) e Koch (2002) complexificam essa visão da interação ainda restrita, mostrando que, em função de contextos diversos, ela pode ser estendida a muitos interlocutores (como mencionado), o que vai repercutir de forma inequívoca na noção de textualidade que está sendo revista na atualidade com o trabalho dos discursos digitais.

No caso específico do primeiro autor, a noção de hipertexto⁵ é introduzida aos estudos da LT, no que tange à “escrita eletrônica”, pontuando que o leitor tem condições de ser também o autor do texto que produz, conforme pressupostos já desenvolvidos por Snyder (1997). Consequentemente, este leitor/autor (lautor), na acepção inclusive de Rojo⁶ ou escreleitor conforme Paveau (2021), interage com vários indivíduos na rede, tendo a tecnologia como base. Evidentemente, essa escrita não sequencial e não linear vai permitir a esse escreleitor ter acesso,

⁴ Neste sentido, a autora se contrapõe à concepção de texto preconizada inicialmente nos trabalhos de Adam de 1990, que concebia ser o texto = Discurso – condições de produção, separando assim de forma radical o texto do discurso.

⁵ A noção de hipertexto, relacionada à quebra da linearidade sintática ao nível da leitura, já é há muito conhecida, inclusive na literatura. Dessa forma, não está restrita aos textos digitais. Segundo Levy (1993), estamos, todo o tempo, fazendo associações a-lineares, nos processos de leitura, escrita, através de analogias, relações, associações. A esse processo, o autor denomina “ecologia cognitiva”.

⁶ Este corresponde à diluição de fronteiras entre leitura e autoria, como menciona Rojo (2013) citando Chartier (1999), consequência das mídias digitais atuais. Este “lautor” ou “produsuário” pode utilizar as várias multissêmioses disponíveis nos próprios meios para as suas várias ‘produções’. Vale salientar ainda que, segundo Chartier (1999, p. 16) *apud* Komesu (2005), no texto eletrônico, a função do autor enquanto editor passou a ser múltipla: além de re(construir) o texto ele é também o responsável por sua divulgação (tarefa restrita anteriormente a livreiros e distribuidores).

em tempo real, a inúmeros textos, a partir das escolhas por ele efetuadas. Os textos produzidos serão, assim, denominados de hipertextos que remetem a um novo paradigma de produção textual e também a uma noção de textualidade que merece ser reatualizada tendo em conta esses novos paradigmas. De que forma a noção de hipertexto estaria interligada à da coerência?

Evidentemente, para que se estabeleça normalmente a coerência deve haver a existência de uma “integração conceitual e temática” entre o texto produzido e o interpretado. Nos textos impressos, como de hábito, em que a leitura dos textos é linear, compete ao produtor fazer as escolhas textuais de forma a “facilitar o processo de interpretação” por parte do leitor. Contudo, no caso de hipertextos, tal suposição cognitiva por parte do produtor é muito mais complexa, uma vez que são várias as possibilidades de continuação textual por parte do escritor. Face a essa dificuldade, Marcuschi (1999) salienta a relevância dos estudos dos processos de coerência dinâmica que poderiam vir a criar condições para que um menor esforço cognitivo por parte dos leitores fosse exigido, ao efetuarem as suas buscas na Internet.

Koch (2002), por sua vez, partilha da opinião desenvolvida por Marcuschi (1999) no que tange ao papel multifacetado do leitor (também autor ou co-autor), mas de uma forma um pouco diferente. Segundo a autora, o leitor do hipertexto poderá vir a fazer, neste, escolhas dos caminhos a seguir, aprofundando-se nos temas que mais lhe são pertinentes, o que lhe concederá certa autonomia. Outro autor, nomeadamente Xavier (2004, p. 117), sugere que essa possível emancipação do leitor não o eximirá dos possíveis condicionamentos socioculturais que poderá vir a sofrer.

Apesar de termos selecionado alguns aspectos em função do nosso interesse de estudo, o foco aqui é delimitar como a textualidade pode ser hoje considerada ao nível da LT e de que forma ela pode vir a ser (re)atualizada ou, mesmo, re(definida) em função da era digital em que vivemos. Contudo, para tal, importa-nos ratificar o conceito de LT que será por nós considerado.

Advoga-se aqui, neste trabalho, que a LT corresponde a um programa de trabalho, como já afirmara Marcuschi, que lida com textos enquanto unidades comunicativas (eventos) que têm uma unidade de sentido (realizada ao nível do uso como ao nível do sistema). No entanto, o texto, enquanto objeto de análise singular e integrado forçosamente a determinado gênero discursivo, deve ser estudado em função das condições sócio-históricas de sua produção/interpretação; dos interdiscursos com os quais dialoga; da orientação argumentativa à qual forçosamente está relacionado. Sendo que, em contextos digitais, lidamos com hipertextos e, assim, existe intrinsecamente uma complexificação das estratégias de

textualização e outras restrições de natureza técnica, como mencionamos, vão coibir a materialidade dos textos.

Se no Brasil já é latente uma adequação da LT ao desenvolvimento das demandas do próprio mundo digital, em contexto europeu ainda não se vê claramente este posicionamento. Por exemplo, no capítulo *Continuité e textualité*, Philippe e Adam (2015) trazem à tona a relevância de alguns fatores que propiciam ao produtor ou ao intérprete de determinado texto atribuir a um conjunto de enunciados certo “juízo de textualidade”. Para esses autores este se baseia em três aspectos: a conexão (ligações microtextuais dos enunciados); a coesão (integração local e global das partes entre elas e destas em relação ao texto em sua totalidade) e a coerência (relativa à adequação dos próprios enunciados à situação sociodiscursiva e ao gênero do discurso). Em relação aos dois primeiros níveis, em especial, Philippe e Adam (2015) postulam os três níveis de segmentação textual: o micro, o meso e o macro.

As primeiras estão ao nível oracional, sendo subdivididas em seis níveis: (1) ligações do significado – anáforas, isotopias, coreferência e colocações; (2) ligações do significante – gráficas – sinais de pontuação ou fônicas; (3) conexões – organizadores e conectores; (4) ligações por implicação – utilização de implícitos (pressupostos e subentendidos), elipses, intertextos; (5) responsabilização enunciativa e planos de enunciação; (6) sequência de atos do discurso.

As segundas dizem respeito às ligações mesotextuais. Estas correspondem às formas de empacotamento dos enunciados, de caráter semântico e macrossintático. As interligações podem ser da ordem da frase; do período (de teor gramatical ou ritmo); da estrutura sequencial (por sequências – descritivas, narrativas, argumentativas, explicativas ou dialogais).

As terceiras referem-se às ligações macrotextuais, relativas à unificação das partes de um plano de texto que pode ser mais ou menos convencional, em função da própria tradição do gênero discursivo em que esteja inserido. Essas ligações podem apresentar uma estrutura composicional (planos de texto englobantes e sequências facultativas) ou uma estrutura não linear (reticular e configuracional).

Ainda vale ressaltar que para Adam (2015, p. 75): “Todo efeito de textualidade é inseparável de um efeito de genericidade”. A imbricação dessas noções advém do fato de que uma unidade linguística, quer seja uma frase ou oração, só se torna unidade de discurso (enunciado) quando nos é possível relacioná-la a outras. Dessa forma, em todo enunciado ecoam vários outros, com os quais estão intertextualmente relacionados. Ou, ainda, os enunciados estão inseridos em gêneros que integram o universo interdiscursivo de determinada comunidade social. Na realidade, o próprio conceito de genericidade pode vir a ser expandido

para o discurso digital se concebermos que os hiperlinks remetem-nos para outros gêneros iguais ou diferentes do texto fonte e esses podem nos indicar ainda outros. No entanto, tal noção não foi aplicada diretamente para gêneros digitais ou, mesmo, para discursos digitais. Assim, o “faire texte” que a LT ainda apregoa está ainda muito ligado a uma tradição. Contudo, não podemos nos esquecer de que nas redes o escritor, através dos hiperlinks aos quais tem acesso, também é um agente de conexão e de construção de processos de leitura e escrita. Quais as implicações teóricas e metodológicas a serem assumidas por essa participação ativa?

Em jeito de síntese, podemos assumir aqui que o conceito de textualidade veio a ser atualizado ao longo dos diversos trabalhos por nós aqui elencados. Contudo, em contextos digitais, objetivo maior das análises que aqui serão apresentadas, o termo necessitará ainda de uma maior ampliação em função de questões tecnológicas, hipertextuais, multissemióticas, interacionais envolvidas. As questões que agora suscitamos é: (1) Como re(atualizar) o conceito de textualidade? (2) De que forma esta pode vir a reverberar na construção dos discursos em circulação no universo digital?

O hipertexto e a noção de textualidade

Quando nos deparamos com o texto digital, isto é, com textos elaborados *on-line* nos espaços de escrita e com os instrumentos propostos pela internet, constatamos que os dispositivos que temos utilizado nos estudos teóricos de texto, discurso e interação, nos fornecem subsídios incompletos para análise. Essa é a posição de Marie-Anne Paveau (2021) ao mostrar que os gêneros nativos digitais, endêmicos da web, possuem uma dimensão tecnodiscursiva, ou seja, relacionam-se com processos de discursivização da língua num ambiente tecnológico, em que a produção languageira e discursiva está intrinsecamente ligada a ferramentas tecnológicas (computadores, telefones, tablets, softwares, aplicativos, sites, blogs, redes, plataformas). Essa realidade impõe desafios à linguística, especialmente à LT e à Análise do Discurso, entre os quais, a atualização da noção de textualidade.

Os discursos digitais, constitutivamente integrados aos ambientes conectados, não podem ser analisados apenas a partir do domínio linguístico, cultural, social, político, ético, mas também como composições intrinsecamente imbricadas entre o languageiro (de caráter plurissemiótico) e o tecnológico de natureza informática (PAVEAU, 2021).

Trata-se, na verdade, de considerá-los no âmbito de uma ecologia do discurso, isto é, com uma abordagem que toma como objeto não mais elementos languageiros isolados, mas todo o ambiente em que eles estão inscritos (PAVEAU, 2013). Para o tratamento ecológico dos discursos, projeta-se uma linguística de perspectiva pós-dualista, na qual não há ruptura entre a

ordem linguística e extralinguística, entre discurso e contexto (implicando, neste, também ferramentas tecnológicas digitais) “a ordem da linguagem e a da realidade formam um *continuum*”, postula Paveau (2021, p. 27).

Explica a linguista:

A perspectiva ecológica é particularmente necessária para análise do discurso nativamente digital por várias razões: as formas tecnolinguísticas possuem componentes tecnológicos que uma análise logocêntrica descartaria; a produção e recepção discursivas, no modo *on-line*, envolvem gestos de leitura na Internet inseparáveis de enunciados (clique, role, toque); os tecnodiscursos têm uma dimensão relacional, sendo todos, em graus variados e em diversas configurações, de ligações técnicas para outros enunciados. (PAVEAU, 2021, p. 159)

Na perspectiva da ecologia do discurso, a noção de ambiente passa a ser uma alternativa à de suporte, própria da linguística tradicional, pois, como salienta a linguista, “a técnica não é um simples suporte e menos ainda uma ferramenta, mas um componente estrutural dos discursos. O agente enunciativo se encontra distribuído no ecossistema digital” (PAVEAU, 2017, p. 162).

Quando Paveau afirma que há uma distribuição do agente enunciativo no ecossistema, isso significa que, no ambiente digital, atuam não apenas enunciadore humanos, mas também não-humanos, como os sistema de gerenciamento de conteúdo de sites, por exemplo, o CMS (Content Manager System), que dita formatos dos dispositivos digitais de escrita do texto, como falamos na introdução deste artigo.

Os elementos clicáveis de um discurso digital são formas tecnolinguageiras. É o caso, entre outros, das tecnopalavras que estabelecem conexões hipertextuais lexicalizadas; das instruções integradas aos formatos dos sites, blogs, redes sociais ou outras plataformas (botões como ocultar, bloquear, reportar no Twitter; comentar, compartilhar no Facebook, por exemplo); das hashtags, um segmento linguageiro precedido do signo #, cuja associação transforma o segmento numa *tag* clicável que permite acessar a um grupo de enunciados que contém a hashtag.

Esses elementos são constitutivos das produções linguageiras e não simplesmente um meio que lhe seria exterior, destaca Paveau (2013). Nessa perspectiva, os componentes ditos inertes ou não dotados de palavras constituem, ainda assim, agentes físicos que participam da produção verbal e da circulação de informações. “Artefatos, objetos naturais, animados não humanos, dispositivos técnicos, configurações espaciais etc., todos esses elementos devem ser levados em conta e integrados ao processo de produção dos discursos” (PAVAEU, 2013, p. 10).

Para a linguista, seis são as características do discurso digital, que obrigam a repensar o instrumental teórico e metodológico da análise de discurso e de texto (PAVEAU, 2017):

- Composição: os discursos são constituídos por matéria mista, linguageira e tecnológica, de natureza informática, frequentemente de natureza plurissemiótica, mobilizando texto, imagens fixas ou em movimento, som;
- Deslinearização: os discursos podem ser deslinearizados pelos links hipertextuais;
- Ampliação enunciativa: os discursos digitais nativos revelam uma enunciação ampliada por adição (de comentários⁷, especialmente) e circulações facilitadas (compartilhamentos e reblogagem), ou pela escrita colaborativa (vários escritores produzindo um texto);
- Relacionalidade: Os discursos digitais nativos são todos inscritos numa relação com outros discursos, com os aparelhos (enunciados coproduzidos com a máquina) ou com os escritores e os (escri)leitores;
- Investigabilidade: devido aos metadados dos discursos digitais nativos, que são interiores a ele (inscritos no código), os textos são percorridos por ferramentas de busca e de redocumentação, sendo, assim, investigáveis, ou seja, localizáveis e coletáveis para eventuais menções, utilizações, repetições etc.;
- Imprevisibilidade: os discursos digitais nativos são parcialmente produzidos e/ou moldados pelos programas e algoritmos, o que os torna imprevisíveis para enunciadores humanos.

Para a discussão sobre a textualidade do hipertexto, objetivo deste artigo, focamos as categorias deslinearização e ampliação enunciativa, ainda que todos os traços enumerados estejam implicados nos discursos digitais.

A deslinearização nos remete à dimensão hipertextual dos discursos nativos da web, vista a partir de uma perspectiva que privilegia a análise dos fenômenos tecnolinguageiros, próprios do ambiente digital, e que integra práticas e competências tecnodiscursivas dos usuários. Paveau explicita essa posição:

Minha descrição de discurso hipertextual se apoiará principalmente na noção de ligação (a relacionalidade dos enunciados em contexto hipertextual), de não-

⁷ Os comentários on-line, segundo Paveau (2021, p. 107), podem ser de quatro tipos: o relacional, o conversacional, o deslocalizado e o de partilha (ou pseudocomentário), cada qual com algumas tipologias características - para detalhes, ver: Paveau (2021, p. 97-117). No entanto, para este trabalho, por limitações espaciais, centramos-nos no estudo do segundo e mais particularmente no do comentário discursivo. Neste, em que é estabelecida uma relação entre dois enunciados (o enunciado 2 e o enunciado 1), o enunciado 2 (comentário propriamente dito) explora as diferentes potencialidades das várias plataformas, ampliando o conteúdo da informação contida no enunciado de origem, predicando-o.

linearidade e/ou descontinuidade (a concepção de texto como colocação em ligação dinâmica de fragmentos) e de escreitura (coconstrução do sentido pelo usuário num gesto duplo de leitura e de escritura). (PAVEAU, 2016, p. 23)

Visando a esclarecer a perspectiva ampliada do hipertexto, a linguista alinha-se a Jean Clément (1995), que sublinha a dimensão dinâmica da escrita hipertextualizada, remetendo a uma leitura ativa e topográfica, que integra um gesto de escritura: “Mas o que se dá assim a ler não é o hipertexto. Isso não é mais do que uma representação simbólica. É que o hipertexto não é para ler, é para escrever. O sentido ali não é instituído de uma vez por todas” (CLÉMENT, 1995, on-line).

Na deslinearização, os elementos clicáveis (por exemplo, hiperlinks, hashtags, URLs) direcionam o leitor de um texto de origem a um texto de destino, estabelecendo-se uma conexão relacional entre os dois. Algo se destaca sobremaneira nesse fenômeno: a decisão do usuário-leitor, que ativa a deslinearização por meio da ação de clicar, ou seja, com um “enunciado de gesto” (BOUCHARDON, 2011). Configura-se, dessa maneira, a escreitura, própria aos discursos conectados, em que as ações de escrita e leitura se encontram. O texto preparado pelo escritor, que transforma os elementos linguageiros em endereços e, por conseguinte, em ferramentas de navegação para o leitor, é unicamente uma potencialidade: é o leitor que, ao localizar graficamente o hiperlink (colorido e/ou sublinhado), pode escolher se continua sua leitura linearmente ou se clica e se deixa “endereçar” a um texto alvo. O leitor, para Chartier, se transforma, na escreitura, em um coautor. Ele explica:

Com o texto eletrônico, [...] não somente o leitor pode submeter o texto às múltiplas operações (ele pode indexá-lo, anotá-lo, copiá-lo, desmembrá-lo, recompô-lo, desloca-lo etc.), mas, pode ainda tornar-se seu coautor. A distinção, fortemente visível no livro impresso, entre a escrita e a leitura, entre o autor do texto e o leitor do livro, desaparece diante de uma realidade diferente: a em que o leitor transforma-se em um dos atores de uma escrita a várias vozes ou, pelo menos, acha-se em condições de constituir um texto novo partindo de fragmentos cortados e juntados (CHARTIER, 1994, p. 193).

Ao visualizar a marca gráfica do hiperlink, o leitor faz a escolha de continuar sua leitura linearmente ou de clicar e se deixar “endereçar” a um texto alvo. É nesse último caso que sua leitura se constitui uma escreitura, pois enquanto lê/navega, ele escreve um outro texto além daquele que se lhe apresenta no primeiro contato. O leitor é, assim, um escreitor, que manipula o texto e escolhe seu percurso.

A título de exemplificação, trazemos uma notícia da revista Superinteressante on-line (Figura 1) marcada graficamente por hiperlinks, cada um deles remetendo a um texto de destino,

caso o leitor decida clicar nos tecnossegmentos grafados em vermelho e sublinhados⁸. Ao ter acesso ao texto de destino, ele pode prosseguir sua navegação, estabelecendo, como escritor, outras relações de acordo com seus interesses. Dessa forma, o hiperlink é uma entidade textual manipulável, que cria um novo tipo de conectividade e de escolha para o leitor, como salienta Landow (1996): “O hipertexto é, assim, propriamente falando, uma escritura multissequencial ou multilinear mais que não-linear”, define o autor (LANDOW, 1996, p. 157).

Outro exemplo, Figura 2, mostra igualmente a presença da deslinearização em um tuíte, gênero nativo digital⁹ próprio da plataforma Twitter. Nesse caso, verifica-se que ela ocorre por meio de elementos clicáveis – a URL <<https://jornal.usp.br/artigos/coronavac-para-alem-de-anticorpos/>> e a própria imagem da notícia vinculada –, que direcionam o leitor-usuário para um outro ecossistema, caso ele decida, num enunciado de gesto, dirigir-se, como escritor, ao texto de destino.

Neste exemplo, o epidemiologista Paulo Lotufo tuíta uma crítica ao jornal Estadão que veiculara coluna assinada por um biólogo na qual questionava a eficácia da vacina Coronavac. O texto do tuíte de Lotufo é sucinto, ainda que marque sua posição sobre o tema ao afirmar que o artigo dos cientistas Daniel Youssef Bargieri e Mellanie Fontes-Dutra, ao qual o leitor é remetido em seguida, desmente o que Lotufo denomina desinformação “repetida todos os sábados pelo @estadão10”. No artigo dos biólogos publicado no jornal da USP, eles apresentam uma contraposição à coluna polêmica publicada anteriormente pelo Estadão sobre o tema. Salientamos que é o leitor-usuário que, se interessado, clica no hiperlink e é direcionado para o artigo de Bargieri e Fontes-Dutra, que, por sua vez, remete, também por meio de hiperlinks, à coluna inicial publicada no Estadão que gerou a contra-argumentação¹¹, e, também, ao artigo científico que embasa toda a discussão sobre segurança e potencial de estimular resposta imunológica pela CoronaVac.

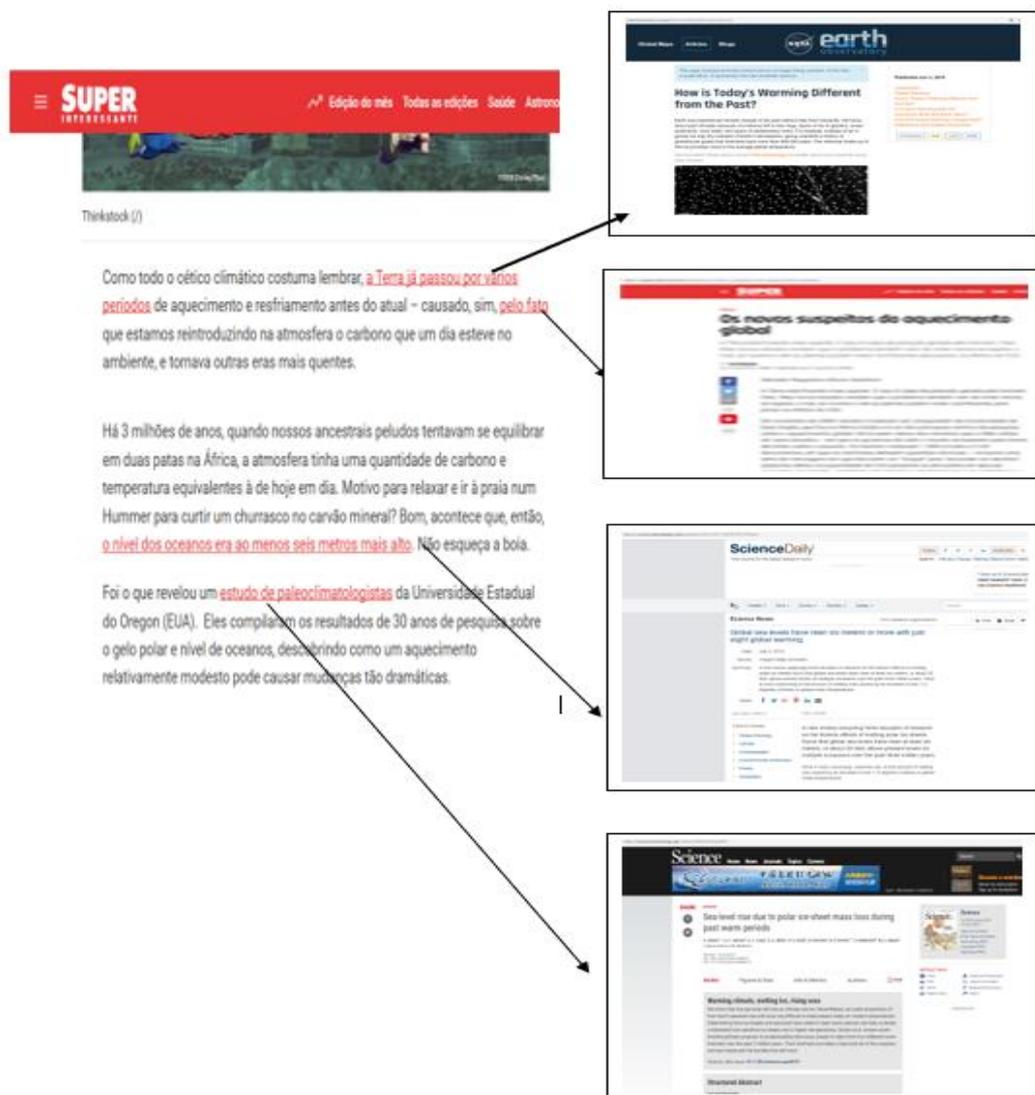
⁸ A cor no ambiente dos gêneros nativos digitais não é apenas um sinal de hipertextualidade, mas uma espécie de quadro cognitivo que vai permitir ao usuário reconhecer certo segmento tecnolinguageiro, o que o permitirá clicar e aceder ao que pretende. Ademais, a própria cor (interligada à questão tecnológica envolvida) também é uma marca enunciativa importante, nesse contexto.

⁹ O tuíte é um gênero nativo digital, pois ele tem sua existência ligada à plataforma digital Twitter.

¹⁰ O uso de “@ X”, que indica o destinatário quando o sistema não o faz automaticamente, caracteriza um metadado produzidos pelo próprio autor.

¹¹ Aspectos da argumentação que envolvem as interações não serão aqui explorados, pois o foco é a deslinearização, traço específico do enunciado digital nativo.

Figura 1 - Fragmento de notícia da Revista Superinteressante com as hiperligações e os textos de destino



Fonte: BARBOSA, V. Aquecimento global faz rio desaparecer no Canadá em 4 dias. 20 abril 2017. Disponível em: <http://super.abril.com.br/ciencia/aquecimentoglobal-faz-rio-canada-sumir-em-4-dias/>. Acesso em: 16 jun. 2018.

Nesses dois exemplos de hipertexto, observamos que a unidade textual-discursiva é construída por decisão do escritor, estabelecendo-se uma multilinearidade, que, acreditamos, reconfigura a noção de textualidade ao reunir os atos de escrita e leitura. A textualidade, assim, é construída pelo escritor, que manipula o texto, mostrando esse constituir-se como objeto dinâmico. O julgamento de textualidade é, dessa forma, estabelecido pelo escritor, que faz seu texto.

Nesse processo, evidencia-se a dificuldade de pensar a textualidade do hipertexto fora do percurso do escritor, pois a unidade textual/discursiva é construída no percurso de leitura que “a torna texto”.

Aproximamo-nos agora da noção de enunciação ampliada. A escrita digital é considerada ampliada, de acordo com Paveau (2021), ou porque a web social permite prolongar os escritos por adições (de comentários, especialmente) e por compartilhamentos e reblogagens, ou porque possibilita, devido às ferramentas de escrita ubíquas, a vários escritores produzir simultaneamente textos (como no Google Drive, por exemplo). A característica comum nos dois casos é da ordem da enunciação, pois é plurienunciativa. Além disso, a atividade de leitura é ampliada, uma vez que, pela prática dos comentários, considerados enunciados segundos, a compreensão da mensagem, como esclarece Paveau (2021, p. 53), “não depende mais apenas de sua enunciação primeira, mas integra as enunciações segundas, prolongamentos temáticos ou metadiscursivos, que constituem os comentários, os compartilhamentos, as circulações”.

Se acompanharmos o prolongamento do tuíte da Figura 2, considerando os comentários¹² de escreitores, na Figura 3, verificamos que também esse traço do discurso digital atua para examinarmos a textualidade do discurso digital nativo.

Na Figura 3, após o tuíte de Lotufo (enunciado primeiro), vários leitores-usuários realizam comentários (enunciados segundos) sobre o conteúdo, seja para concordar, parabenizar, criticar o jornal Estadão ou o autor da coluna publicada pelo jornal, ou até para se contrapor à crítica de Lotufo¹³. O comentário digital, gênero tecnodiscursivo¹⁴, constitui, assim, uma enunciação ampliada, como salienta Paveau, que explica:

O comentário é, de fato, produzido a partir de um tecnodiscurso primeiro, postagem de *blog*, artigo de imprensa, postagem de rede social, do qual ele constitui um aumento, por diversas razões. Primeiro, no plano da enunciação editorial, o comentário se localiza num espaço integrado ao do texto inicial, às vezes na mesma página de internet (alguns sistemas, no entanto, exigem um clique específico para exibir os comentários). Em seguida, no plano do fio discursivo, os comentários prolongam o texto, às vezes fazendo seu autor intervir, e, às vezes, provocando atualizações no texto primeiro. Finalmente, os comentários têm um impacto semântico no texto ao orientarem sua leitura e, portanto, sua produção de sentido. (PAVEAU, 2017, p. 44)

¹² Este exemplo contempla apenas comentários discursivos.

¹³ Convém salientar novamente que, neste artigo, ao tratarmos o comentário discursivo on-line na perspectiva da ampliação enunciativa, não o focalizamos sob a ótica da argumentação.

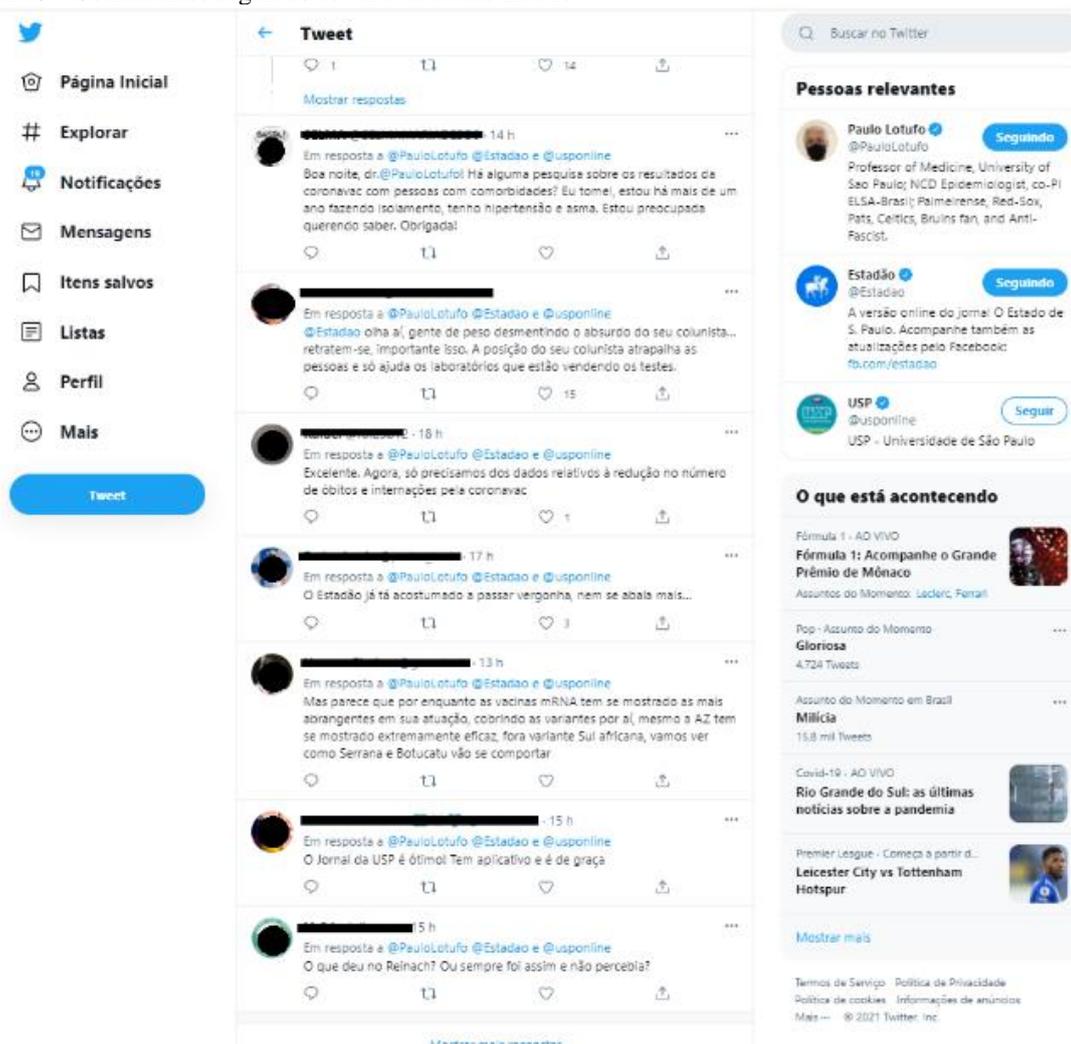
¹⁴ O comentário on-line é considerado um gênero tecnodiscursivo, porque é produzido num espaço de escrita específico, no interior de ecossistema digital conectado.

Figura 2 - Tuíte Prof. Paulo Lotufo



Fonte: <https://twitter.com/PauloLotufo/status/1396193878152208385>.

Figura 3 - Comentários seguidos ao tuíte de Paulo Lotufo



Fonte: <https://twitter.com/PauloLotufo/status/1396193878152208385>.

Como se pode observar na Figura 3, os comentários dos usuários-leitores ao tuíte de Lotufo ampliam o texto primeiro produzido, que permanece aberto até o término dos comentários. Para Paveau (2017), a função do comentário digital modifica o status do texto produzido nativamente, pois seu fechamento não é uma propriedade do texto nem uma vontade somente do escritor, mas resultado dos papéis combinados dos programas e dos internautas.

A interatividade e a conversacionalidade características da web social oportunizam ao comentarista digital atuar como escreitor, que lê-escreve ao tecer comentários, os quais aumentam a postagem inicial e produzem um efeito retrospectivo sobre a unidade primeira, podendo modificar suas significações.

Considerações finais

Ao levarmos em conta que os gêneros nativos digitais permitem a atuação do leitor-usuário como produtor de texto que excede ao enunciado primeiro sob “domínio” do escritor digital (ainda que ele esteja sobredeterminado pelas ferramentas de gestão de processos de escrita), constatamos que “o que faz texto” no ambiente digital pela deslinearização ou a ampliação enunciativa está intrinsecamente ligado aos processos próprios dos discursos digitais nativos, coconstituídos de linguagem e tecnologia informática.

A incorporação do tecnológico informático complexifica, assim, a noção de textualidade, pois o que está em jogo não são mais apenas descrições de encadeamentos de enunciados que “consistem na construção de unidades semânticas e de processos de continuidade pelos quais se reconhece um segmento textual” (ADAM, 2011, p. 63), mas operações tecnodiscursivas, nas quais a conectividade é estabelecida por elementos tecnolinguageiros que relacionam diferentes elementos – multissemióticos - e permitem percursos navegacionais que os ligam.

Além disso, a figura do escreitor modifica enormemente as noções de escrita e de leitura do pré-digital. Como afirma Chartier em relação ao texto eletrônico: “o leitor pode, a qualquer momento, intervir nos textos, modificando-os, reescrevendo-os, fazendo-os seus” (CHARTIER, 1994, p. 190).

Marcuschi (2005) já antevia, como vimos anteriormente, que características tecnológicas do hipertexto atuavam sobre a construção da coerência. Ele alertava: “o centro da coerência passa para o navegador, pois é ele que tem o mouse” (MARCUSCHI, 2017, p. 185).

Por fim, respondendo às perguntas apresentadas ao final da primeira parte deste artigo, podemos dizer que, para atualizar o conceito de textualidade, a LT necessita considerar que o texto nativo digital é um objeto tecnolinguageiro, manipulável e dinâmico. No hipertexto, com

um enunciado de gesto, o escritor constrói a multilinearidade do hipertexto, ou seja, uma multissequência de textos (multissemióticos), desdobrando uma textualidade aberta, incompleta e imprevisível, em que o texto está sujeito a contínuas ampliações sequenciais numa rede de relações.

Dessa forma, ao analista de textos digitais nativos cabe atender para as características do ecossistema em que estão inseridos esses textos, necessitando ir além dos elementos que marcam a textualidade impressa, caso queira dar conta da complexidade tecnodiscursiva que os caracteriza.

Uma última consideração: as abordagens breves apresentadas neste artigo se fazem no intuito de tematizar as questões apresentadas, sem ignorar que as formas e as práticas do discurso digital são complexas e exigem estudos aprofundados e interdisciplinares.

Referências

- ADAM, J.-M. A. **Linguística textual**. Introdução à análise textual dos discursos. 2. ed. Trad. Maria das Graças S. Rodrigues *et alii*. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- BARBOSA, V. Aquecimento global faz rio desaparecer no Canadá em 4 dias. **Superinteressante**. 20 abril 2017. Disponível em: <http://super.abril.com.br/ciencia/aquecimento-global-faz-rio-no-canada-sumir-em-4-dias/>. Acesso em: 16 jun. 2018.
- BEAUGRANDE, R. de. **New Foundations for a Science of Text and Discourse**: Cognition, Communication, and the Freedom of Access to Knowledge and Society. Norwood: Ablex, 1997.
- BEAUGRANDE, R-A. de; DRESSLER, W. **Introduction to Text Linguistics**. London: Longman, 1981.
- BOUCHARDON, S. Des figures de manipulation dans la création numérique. **Protée**, n. 39, p. 37-46, 2011.
- CAVALCANTI, M. **Notas de Conferência proferida. II Ciclo de Conferências Linguística Textual e BNCC**. Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguística Textual (GEPELT). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2021.
- CHARTIER, R. Do código ao monitor: a trajetória do escrito. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 185-199, 1994.
- CLÉMENT, J. L'hypertexte, une technologie intellectuelle à l'ère de la complexité. *In*: BROSSAUD, C. ; REBER ; B., **Humanités numériques 1**, Nouvelles technologies cognitives et épistémologie, Hermès Lavoisier, 2007.

COUTINHO, A. Schématisation (discursive) et disposition (textuelle). *In*: ADAM, J.-M.; GRIZE, J.-B & BOUACHA, M.A. (Orgs.). **Texte et discours**: catégories pour l'analyse. Dijon: Editions Universitaires de Dijon, 2004. p. 29-42.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortes, 2002.

KOMESU, F. O autor e o leitor no hipertexto. **Estudos linguísticos**, Campinas, v. XXXIV, p. 881-886, 2005.

LANDOW, G. **Hypertext 2.0**. The Convergence of Contemporary Critical Theory and Technology. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1996.

LÉVY, P. **As Tecnologias da Inteligência**. O futuro do pensamento na era da informática. 2. ed. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.

MARCUSCHI, L.A. A coerência do hipertexto. *In*: COSCARELLI, C. V.; RIBEIRO, A. E. **Letramento digital**: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. 3.ed. Belo Horizonte, Ceale/Autêntica, 2017.

MARCUSCHI, L. A. **Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MARCUSCHI, L. A. **Linearização, Cognição e Referência**. O desafio do hipertexto. Comunicação apresentada no IV Colóquio da Associação Latino-americana de Analistas do Discurso. Santiago, Chile, 5 a 9 de abril de 1999.

MAYEUR, I.; PAVEAU, M.-A. Présentation. Les devenirs du texte numérique. **Corela**, n. 33, p. 1-18, 2020.

PAVEAU, M.-A. **Análise do discurso digital**: dicionário das formas e das práticas. Campinas: Pontes, 2021.

PAVEAU, M.-A. Des discours et des liens. Hypertextualite, technodiscursivite, ecrilecture. **Semen**- Revue de sémio-linguistique des textes et discours, Presses Universitaires de l'Université de Franche Comté (Pufc), p. 23-48, 2016a.

PAVEAU, M.-A. L'écriture numérique. Stardartisation, délinearisation, augmentation. **Fragmentum**, n. 48, jul-dez, 2016b.

PAVEAU, M.-A. En naviguant en écrivant. Réflexions sur les textualités numériques. ADAM, J.-M. **Faire Texte**. Frontières Textuelles et Opérations de textualisation, Paris, p. 337-353, 2015.

PAVEAU, M.-A. Technodiscursivités natives sur Twitter. Une écologie du discours numérique, **Epistémè 9**, p. 139-176, 2013.

PHILIPPE, G.; ADAM, J. M. Continuité et textualité. *In*. Adam J.M. (org.). **Faire Texte**. Frontières Textuelles et Opérations de Textualisation, Paris, p. 35-81, 2015.

ROJO, R.; MOURA, E. (Orgs.). **Multiletramentos na Escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SNYDER, I. **Hypertext**. The electronic labyrinth. Washington: New York, University Press, 1997.

TRAVAGLIA, L. C. **Notas de conferência proferida no IV Workshop de Linguística Textual**. Grupo PROTEXTO. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2021

XAVIER, A. C. Leitura, texto e hipertexto. *In*: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (Orgs.). **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004, p. 170-180.

Sobre as autoras

Maria Eduarda Giering (<https://orcid.org/0000-0001-8098-4238>)

Doutora em Letras e Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e pós-doutora em Análise do Discurso pela Universidade Paris IV, França. É professora titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da mesma universidade.

Rosalice Pinto (<https://orcid.org/0000-0002-7638-654X>)

Doutora em Linguística pela Universidade Nova de Lisboa e pós-doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa. É pesquisadora do Instituto de Filosofia da Linguagem (IFILNOVA) da Universidade Nova de Lisboa e do Centro de Investigação e Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade (CEDIS) da mesma universidade.

Recebido em maio de 2021.

Aprovado em julho de 2021.

O caráter interacional e intertextual da argumentação polêmica

The interactional and intertextual character of the polemic argument

Mônica Magalhães Cavalcante¹
Mariza Angélica Paiva Brito²
Evandro de Melo Catelão³
Maria da Graça dos Santos Faria⁴
Ananias Agostinho da Silva⁵
Suzana Leite Cortez⁶

Resumo: Os critérios analíticos da Linguística Textual são motivados por uma tentativa de explicação para as escolhas textuais por meio das quais o sujeito age sobre o seu dizer, reelaborando-o a todo instante, negociando-o com os prováveis interlocutores (em seus papéis sociais), para buscar atender a seus propósitos (CAVALCANTE *et alii*, 2020). É justamente a suposição dessa agentividade, dessa actorialização, que faz a LT eleger como critérios de análise os diversos recursos de que pode se valer o locutor para tentar persuadir a quem ele projeta como interlocutor e, muitas vezes, como terceiro. Analisamos as marcas da negociação dos conflitos entre pontos de vista antagônicos que acontecem nas modalidades argumentativas polêmicas, admitindo amplamente que, nas interações humanas, os interlocutores mobilizam recursos tecnolinguageiros, em ambientes digitais, nas diversas tentativas de reafirmar seu ponto de vista no dissenso e de influenciar o terceiro. Enfatizamos, neste trabalho, dois traços da modalidade argumentativa da polêmica que merecem ser aprofundados ainda. O primeiro é o fato de a noção de polêmica de Amossy (2017) se descrever não como uma oposição discursiva pela qual todo discurso se identifica, mas como um dos tipos de modalidade argumentativa, o que exige que a polêmica aconteça numa interação concreta, em que os participantes encenam o papel social de Proponente, de Oponente e de Terceiro. O segundo é o fato de a intertextualidade não ser um recurso opcional nessa modalidade, mas uma condição para que o embate se efetive no espaço público.

Palavras-chave: Argumentação polêmica. Interação. Encenação. Intertextualidades.

Abstract: The analytical criteria of Textual Linguistics are motivated by an attempt to explain the textual choices through which the subject acts on their saying, re-elaborating it at all times, negotiating it with the probable interlocutors (in their social roles), in order to seek to meet their purposes (CAVALCANTE *et alii*, 2020). It is precisely the assumption of this agentivity, of this actorialization, that makes Textual Linguistics choose as analysis criteria the various resources that the speaker can use to try to persuade whom they project as an interlocutor and,

¹ Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Linguística, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, CE, Brasil. Endereço eletrônico: monicamc02@gmail.com.

² Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Linguagens e Literaturas, Departamento de Linguística, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Redenção, CE, Brasil. Endereço eletrônico: marizabrito02@gmail.com.

³ Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curso de Letras, Departamento de Linguagem e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Curitiba, PA, Brasil. Endereço eletrônico: evandrocatelao@gmail.com.

⁴ Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas, Curso de Letras, Departamento de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, São Luís, MA, Brasil. Endereço eletrônico: gracafaria@hotmail.com.

⁵ Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Centro Multidisciplinar de Angicos, Curso de Pedagogia, Departamento de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ensino, Angicos, RN, Brasil. Endereço eletrônico: ananias.silva@ufersa.edu.br.

⁶ Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Curso de Letras, Departamento de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Recife, PE, Brasil. Endereço eletrônico: sucortez@gmail.com.

often, as a third party. We analyzed the marks of the negotiation of conflicts between the antagonistic points of view that take place in the polemic argumentative modalities, broadly admitting that, in human interactions, the interlocutors mobilize technolanguage resources, in digital environments, in their several attempts to reaffirm their point of view in the polemic and to influence the third party. We emphasize, in this study, two features of the argumentative modality of the controversy that deserve to be further explored. The first is the fact that Amossy's (2017) notion of polemic is described not as a discursive opposition by which every discourse is identified, but as one of the types of argumentative modality, which requires the polemic to happen in a concrete interaction, in which the participants enact the social role of Proponent, Opponent and Third Party. The second is the fact that the intertextuality is not an optional resource in this modality, but a condition for the conflict to take place in the public space.

Keywords: Argumentation. Interaction. *Mis-en-scene*. Intertextuality.

Introdução

A argumentação, segundo Amossy (2017; 2020), situa-se num quadro onde os participantes de uma interação buscam agir um sobre o outro, nem que seja apenas para predispor o outro a ver e pensar de determinada maneira. Desse modo, nas interações em que se defende uma tese, tenta-se apoiá-la num conjunto de argumentos, claramente explicitados ou não e, neste caso, dizemos que os textos que dali emergem, apresentam visada argumentativa. Nas interações em que não se tenta demonstrar uma tese, ainda assim há pontos de vista de algum modo expressos que orientam o outro para dados modos de pensar, de ver e de sentir. Dizemos que os textos desse tipo de interação apresentam somente uma dimensão argumentativa.

Em outras palavras, a argumentação é inerente a qualquer texto, e toda interação atende a determinados modos de argumentar, desde os moderados aos mais exacerbados, como propõe Amossy (2008). Dentre essas modalidades argumentativas, focalizamos, neste trabalho, a modalidade polêmica, caracterizada pela autora a partir de uma perspectiva ao mesmo tempo retórica e discursiva. Amossy (2017) sugere para a polêmica, vista como dissenso absoluto, três propriedades fundamentais: a dicotomização, a polarização e a desqualificação do oponente.

Nosso propósito aqui é tecer considerações sobre dois aspectos que nos parecem condicionar a modalidade argumentativa polêmica. O primeiro é o fato de a polêmica só se efetivar em situações concretas de uso, em que atores sociais interagem e encenam papéis sociais de proponente, oponente e terceiro. O segundo é o fato de essa modalidade argumentativa requerer, necessariamente, diálogos intertextuais, nos quais, muitas vezes se destacam as copresenças, as alusões amplas e a metatextualidade.

O caráter interacional da polêmica

Ao propor a teoria da argumentação nos discursos, Ruth Amossy delineou um caminho teórico-metodológico que permite apreender a argumentação (até então, negligenciada pelos estudos do discurso) em seus quadros discursivos e institucionais. Nosso interesse pela teoria da argumentação nos discursos adveio da necessidade de explicar as razões pelas quais os critérios analíticos da Linguística Textual poderiam todos estar relacionados à dinâmica interacional, aos cruzamentos de pontos de vista pelos quais se entrevê a interdiscursividade e aos jogos estratégicos da argumentação persuasiva.

Como observa Amossy (2017), para que fosse possível a interface entre a análise do discurso, com a qual a autora se identifica, e os pressupostos da retórica, era necessário pensar num sujeito retórico ressignificado, pois, do contrário, as duas abordagens teóricas seriam incompatíveis. Se o sujeito da AD não é dono de sua vontade, porque ou é coagido por forças ideológicas e discursivas, ou está submetido a uma inconsciência que lhe é constitutiva, por outro lado o sujeito da retórica se mostra soberano, porque governa a si e a seus textos, sendo capaz de utilizar conscientemente a língua para influenciar e persuadir outros sujeitos.

O sujeito da teoria da argumentação nos discursos (doravante, TAD) é um pouco de um e um pouco de outro – talvez possamos dizê-lo. Ele é involuntariamente determinado pela fala social na qual está imerso. Mas também é estrategista, por isso alimenta a doce ilusão de que tem domínio sobre tudo o que diz. No âmbito da TAD, o sujeito é considerado, conforme o papel social que desempenha, como elaborador de um projeto persuasivo constrangido por fatores de ordem social, pelos rituais dos gêneros e pelo pertencimento de sua fala a uma significação social dotada de lugares comuns e de argumentos próprios. Antes mesmo de buscar influenciar o outro, persuadindo-o ou não, ele próprio toma uma posição frente a uma doxa que está subentendida em seu projeto de dizer. É por isso que os discursos e os modos de pensar e de dizer o mundo do locutor são necessariamente vistos como uma resposta, ainda que implícita, a palavras alheias ditas anteriormente. Todo ato de o locutor se instituir como sujeito é, portanto, inapelavelmente dialógico. O dialogismo bakhtiniano subjaz, assim, à proposta da TAD.

É a partir da inscrição do sujeito nessa fala social e em valores dóxicos que ele busca orientar o olhar do outro, a fim de, pelo menos, predispor-lo a uma determinada ação. Amossy (2005) acrescenta que o estatuto do locutor e o quadro institucional no qual ele profere sua fala também têm importância para essa concepção de sujeito ao mesmo tempo livre e coagido, porque seu discurso não somente é uma resposta a um já dito, como também reflete uma engrenagem social que o autoriza ou não a um dizer, a depender da posição e do grau de

legitimidade de que desfruta esse locutor no contexto em que escolheu intervir (MACEDO, 2018).

A concepção de sujeito da retórica repousaria sobre dois pressupostos inadmissíveis:

- 1) que apenas o auditório é condicionado em uma argumentação;
- 2) e que o orador é o “dono” da tese, ou seja, que ele tem pleno domínio sobre seu discurso, sua opinião, seu ponto de vista.

A TAD, que, para nós, integra à AD francesa muitas concepções de uma abordagem semiolinguística do discurso, de base charaudiana, reconfigura esse sujeito retórico autônomo e plenamente consciente, concebendo-o como uma instância enunciativa constrangida pela doxa que o circunda e tributária dos quadros institucionais nos quais ele se situa (AMOSSY, 2005). Para além de um estrategista que busca sempre influenciar o outro, como se lê em Charaudeau (2016), o sujeito da TAD lança mão de um conjunto de recursos languageiros que investem em seleções de argumentos e mobilizam as provas do *ethos* e do *pathos*.

Amossy (2020) dá relevo à função positiva da retórica na vida da sociedade: um meio democrático de tomar decisões coletivas, ou mesmo individuais, e de expressar pontos de vista diferentes. A autora defende uma retórica do plausível. Argumentar é um exercício mútuo de influências entre os participantes de uma interação, e uma tentativa de agir sobre o outro e de predispor-lo a reagir de algum modo.

Distinguimos tese de ponto de vista

Concebemos os termos “tese” e “ponto de vista” distintamente. O ponto de vista é como uma perspectivização semiotizada dos referentes de um texto, e estará sempre a eles relacionada. Todo texto deixa entrever, portanto, diferentes pontos de vista, diferentes modos de um locutor se colocar na apresentação e nas retomadas recategorizadoras dos referentes em um texto. Só utilizamos o termo tese quando lidamos com textos de sequência argumentativa dominante, pois é nesse modo de organização composicional de um texto que se apresenta uma proposição que deverá estar, implícita ou explicitamente, apoiada em argumentos.

Utilizamos os termos *tese* e *ponto de vista*, para nos referirmos, respectivamente, à opinião estrategicamente defendida por um locutor (baseada em argumentos) com vista à sua adesão pelo auditório e à expressão de um modo particular de ver as coisas, que é inerente a todo e qualquer dizer. Tomando por base as considerações de Plantin (2016), em “Dictionnaire de l’argumentation”, o argumento é orientado para a conclusão, enquanto que a conclusão é a projeção do argumento, o que faz com que o argumento acompanhe a *resposta* a uma questão

argumentativa”, ao passo que a tese seja a própria resposta à questão argumentativa que se coloca.

A nosso ver, esse enfoque sistemático da relação argumento-conclusão descrita por Plantin (2016) possibilita considerar o caráter planejado da tese, que, para ser construída e forrada em argumentos, necessita guiar-se pelo acordo social atrelado ao padrão sociorretórico do gênero. Nesse sentido, podemos dizer que a tese é marcadamente manifesta e reconhecida em gêneros de visada argumentativa (debates, artigos de opinião, redações de concurso, petições, etc., isto é, aqueles que convocam sequência argumentativa para a sua organização composicional).

Contudo, isto não significa dizer que gêneros desta natureza não comportem pontos de vista. Como dissemos, se pontos de vista são modos de ver e de sentir os referentes, e se todo texto se tece em torno de referentes, então todo texto expressa pontos de vista. Na verdade, a própria tese não deixa de ser um tipo de ponto de vista, aquele que, em textos de visada argumentativa, é a conclusão para a questão-problema que o locutor discute.

No entanto, o termo tese não é uma noção teórica problematizada e bem definida em estudos linguísticos da argumentação. Como vemos no dicionário de Christian Plantin, ela é tangencial e associada a outros termos - argumento, conclusão e ponto de vista. Embora *tese* e *ponto de vista* não sejam verbetes específicos nessa obra, eles aparecem na subseção “3. Thèse, conclusion, point de vue”, do verbete *argumento*” (PLANTIN, 2016, p. 70). A obra apresenta os termos como sinônimos a depender da área de conhecimento, e essas confluências e imprecisões nos levam a insistir na necessidade de distinção entre tese e ponto de vista.

A noção de ponto de vista (PDV), por sua vez, é discutida no âmbito dos estudos de polifonia, dentre os quais salientamos o de Alain Rabatel cujos trabalhos têm se dedicado a analisar formas muito diversas de PDV – seja daqueles que se apresentam como opinião explícita, seja daqueles que, mesmo não se apresentando explicitamente, podem ser flagrados por modos muito diversos de expressão: pelas escolhas das formas de referência, pelas escolhas verbais; pela seleção dos conectores; pelas escolhas de organização da predicação (ordem das palavras, ênfase etc.) e pela organização retórica de diversos enunciados em um texto etc. (RABATEL, 2012). A essas formas mais “mascaradas” de perspectivação é que o autor mais tem se dedicado, concebendo-as como formas de argumentação indireta, em que se argumenta sem parecer que é argumentativo, o que se relaciona ao que Amossy concebe como dimensão argumentativa.

De uma noção mais estrita de PDV, limitada aos meios de expressão da percepção na narrativa literária, o autor amplia a noção estendendo-a às mais variadas formas, que, nos mais

diversos gêneros, evidenciam a referência ao objeto de discurso e à reação do enunciador a este objeto: “em outras palavras, há PDV quando a referenciação revela os objetos do discurso indicando o ponto de vista do enunciador sobre esse(s) mesmo(s) objeto(s)”⁷ (RABATEL, 2018, p. 128).

Assim, como dissemos em outros trabalhos (CORTEZ, 2011; PINTO; CORTEZ, 2017), o PDV necessariamente conecta o enunciador ao objeto de discurso sempre em relação com outros enunciadores, o que reforça o caráter dialógico da noção, pois, para Rabatel ([2008]2016), as relações entre locutor e enunciador estão na base da noção de ponto de vista. Por essa razão, o PDV é um fenômeno de heterogeneidade enunciativa, o que o torna mais abrangente que o termo tese.

A argumentação vista num *continuum*

A concepção de argumentação adotada por Amossy é alargada e, nesse sentido, distingue-se da forma como é concebida na Nova Retórica. Se, em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 4), a argumentação é tomada como a tentativa de “provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento”, em Amossy, é entendida como sendo “a tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do alocutário”, ou seja, como a “tentativa de fazer aderir não somente a uma tese, mas também a modos de pensar, de ver, de sentir” (AMOSSY, 2011, p. 30). Assim sendo, a argumentação não supõe somente os discursos de finalidade persuasiva, mas os variados tipos de trocas argumentativas que se desenvolvem nos mais diversos gêneros do discurso.

No quadro da Linguística Textual, alinhamo-nos à perspectiva de Amossy, que substitui a clássica oposição “argumentativo” *versus* “não argumentativo” pela concepção de modalidades e modos de argumentatividade. Para a autora, toda troca verbal acontece a partir de um jogo de influências mútuas e de uma tentativa, relativamente consciente e expressa, de usar o discurso para agir sobre o outro. Consequentemente, nenhum texto é neutro do ponto de vista discursivo e argumentativo, ou seja, todo enunciado reflete um posicionamento que se pretende fazer prevalecer sobre outro(s), ainda que o debate seja tácito e latente. A tentativa de influenciar o outro, persuadindo-o ou não, é uma condição de qualquer texto. Ainda que não defenda uma tese explicitamente, o texto estará sempre fundado em pontos de vista. E terá sempre uma dimensão argumentativa.

⁷ Tradução livre do trecho: “autrement dit, il y a PDV lorsque la référénciation dénote le ou les objets du discours tout en renseignant sur le point de vue de l'énonciateur sur ce(s) même(s) objet(s)”.

É por isso que, por inspiração em Amossy, preferimos falar em textos de visada argumentativa e textos de dimensão argumentativa – ainda que essa relação não se dê por oposição. Nos textos de visada argumentativa, o locutor busca declaradamente defender uma tese e, para tal, arranja um arrazoado de argumentos em torno dela, visando persuadir o interlocutor. É exatamente o que acontece em textos de gêneros como o debate público, o artigo de opinião, a redação do ENEM, dentre outros cuja organização composicional se orienta pela estruturação de uma sequência argumentativa dominante. Por outro lado, todos os demais textos que não têm essa configuração apresentam uma dimensão argumentativa, porque sempre orientam um modo particular de se conceber as coisas ou as ideias.

Em todo caso, a argumentação é sempre constitutiva dos textos, mesmo que o seja de formas diferentes. É por essa razão que Amossy (2008) elabora a noção de modalidade argumentativa para se referir aos diversos “tipos de trocas argumentativas que, atravessando os gêneros do discurso, modelam a forma como a argumentação funciona tanto num quadro dialogal quanto num dialógico” (p. 232). Essa ideia aponta para uma concepção modular de argumentação, que pode ser vista na perspectiva de um *continuum* no qual as modalidades argumentativas variam do acordo ao desacordo, da conformidade ao choque antagônico de opiniões, sendo condicionadas pelos gêneros do discurso e pelas restrições de cada quadro interacional.

Cada modalidade revela maneiras particulares de se argumentar que, de acordo com Amossy (2008), podem ser caracterizadas a partir de parâmetros como os papéis desempenhados pelos participantes no dispositivo enunciativo (parceiros, adversários), a maneira pela qual ocorre a tentativa de persuasão (apaixonada, racional, colaborativa, instrutiva) e o modo como o interlocutor é concebido (ser de razão e/ ou de sentimento, aluno ou discípulo, cúmplice ou rival etc.). Aqui, tratamos especificamente da modalidade polêmica.

As propriedades da argumentação polêmica

As reflexões de Ruth Amossy sobre a descrição de uma modalidade argumentativa polêmica se apoiam em algumas ideias de Dascal e Knoll (2011) sobre polêmicas públicas. Os autores, embora se debrucem sobre a caracterização de um dispositivo cognitivo e verbal que bloqueia o acordo nas controvérsias, sugerem que se dedique um olhar diferenciado para as polêmicas públicas como “controvérsias arrazoadas”. Dascal e Knoll empregam o termo “dicotomização sistêmica cognitiva” para se referirem ao fenômeno social de intercogitação que subjaz à criação e manutenção de visões de mundo cognitivas coletivas, ou seja, a sistemas de valores e pontos de vista em uma comunidade, qualquer que seja seu tipo. Essas dicotomizações

se organizam a partir de conhecimentos esquematizados em cenários sociais e políticos complexos e envolvem também impactos afetivos, além de surtirem efeito na formação de identidades coletivas.

As dicotomizações, como vemos, estão num nível de subjacência, de relações dialógicas no espaço público e, em vista disso, a nosso ver, elas podem, a todo momento, ser atualizadas, geralmente por meio de alusões amplas, ou, dependendo da ocorrência, por meio de apelos intertextuais mais específicos a determinados textos.

Para Dascal e Knoll (2011), é possível usar uma argumentação arrazoada não exatamente para superar a diferença de opiniões e chegar ao acordo – fincavam-se nesse tipo de visão as raízes do que Amossy proporia, em 2014, como modalidade argumentativa polêmica.

Outro dos autores que exerceram influência sobre a proposta de Amossy foi Christian Kock, para quem o dissenso deve ser analisado como um fator positivo, como “controvérsias construtivas”. Kock (2009) advoga em favor de uma concepção de democracia fundada no dissenso, não no consenso, e sustenta uma definição mais estrita de retórica, ligada a uma argumentação prática, que se preocupa com os temas vistos não como verdades imutáveis, mas como diferentes posicionamentos frente às representações sociais. Para o autor, nunca haverá uma regra de que os argumentadores não podem discordar sobre uma dada escolha proposta, nem será ilegítimo argumentar estrategicamente.

Segundo Amossy (2017), Kock não privilegia, no entanto, o dissenso na polêmica pública, e é precisamente isso que ela tenta fazer no livro *Apologia da polêmica*, ao caracterizar a modalidade argumentativa polêmica como uma retórica do dissenso, como “uma gestão do conflito de opinião sob o modo da dissidência, e não de uma busca de acordo” (p. 41).

Para diferenciar a modalidade argumentativa polêmica do desacordo comum, Amossy (2017) sugere três propriedades fundamentais: a dicotomização, a polarização e a desqualificação do outro. Influenciada, assim, por Dascal e Knoll, Amossy esclarece que, enquanto no debate comum os participantes se direcionam para uma possibilidade de solução, na polêmica pública a dicotomização supõe uma dissensão radical, por isso, durante a polarização entre as partes, a solução se mostra impossível. Entendemos, neste trabalho, a propriedade de dicotomização como sendo da ordem da interdiscursividade, e, no caso da modalidade polêmica, ela é pressuposta como um antagonismo profundo (Amossy a vê como uma operação abstrata).

Pensamos que é, na verdade, pela propriedade de polarização que a polêmica realmente se atualiza no espaço público, pois é no acontecimento dos textos que a interação se efetiva.

São os atores sociais, agindo como interlocutores, que se posicionam no debate irressolúvel como um dos papéis actanciais: de Proponente (defensor da posição proposta), de Oponente (opositor dessa tese), ou de Terceiro (ouvinte-espectador da confrontação). Citando King e Floyd (1971), Amossy define a polarização como um processo em que um público extremamente diversificado se divide em dois grupos cujas opiniões se contrastam e se excluem mutuamente.

Durante a interação em que os atores sociais se polarizam, dois movimentos se percebem: um de reagrupamento por identificação, quando os supostos defensores da posição proposta são colocados como tendo um inimigo comum; outro de difamação do opositor e do grupo que ele representa. São essas últimas manobras para desacreditar o adversário que constituem a terceira propriedade da polêmica: a desqualificação do outro. Queremos ressaltar que também essa propriedade só acontece na realização dos textos, concretamente. Esses usos linguageiros desqualificadores são, pois, uma consequência inevitável da polarização que atualiza as teses dicotomizadas. O objetivo dos atores sociais que representam grupos polarizados é deslegitimar o opositor, refutando-lhe os argumentos, rebaixando-o e até buscando colocá-lo fora da disputa.

O caráter eminentemente intertextual da modalidade polêmica

Quando intenta responder a como a polêmica se manifesta nos textos que a mídia faz circular no espaço público, Amossy (2016) se concentra em três casos interacionalmente distintos. Para nós, em todas as situações, o recurso às intertextualidades é uma condição de instauração da modalidade polêmica. A primeira forma de estabelecer a polêmica analisada por Amossy é apresentada como uma interação monogerida (a que a autora chama de “discurso polêmico”), exemplificada por um artigo de opinião publicado em uma revista de circulação nacional. A segunda forma é posta em oposição à primeira por se tratar de uma interação poligerida (a que a autora chama de “interação polêmica”), exemplificada por uma situação de debate televisivo, em que Proponente e Oponente se encontram em diálogo face a face, ao mesmo tempo em que se sabem vistos pelos espectadores do programa, no papel actancial de Terceiro. A terceira forma de polêmica acontece na relação entre um comentário postado na rede social Facebook, ao qual se seguem inúmeros comentários que acirram a controvérsia.

A temática, nas três situações, concerne ao uso da burca. A interação monogerida do primeiro caso, um artigo de opinião, de Bénédicte Charles, publicado em 2009 pela revista de esquerda Marianne, aborda um outro texto (um projeto de lei), por isso já se atesta como constitutivamente intertextual. O artigo nasce em reação a esse projeto de lei que propunha

impedir o uso da burca nos espaços públicos da França na época e punir com multas os que infringissem a lei. Bénédicte Charles se coloca como um “narrador” que gerencia outros dizeres reportados na matéria, e por essa condição enunciativa joga com os pontos de vista que se embatem, conduzindo-os para um dado direcionamento. Citar e parafrasear segmentos de outros textos são expedientes prototípicos de intertextualidade. Trata-se da copresença de textos específicos mencionados no texto em foco.

No segundo caso, o debate televisivo entre um político e uma jovem francesa muçulmana também termina desembocando no uso do véu integral com o qual a jovem está vestida. Mas aqui os apelos intertextuais são de natureza muito mais ampla, porque correspondem a alusões, como referências vagas a diversos textos inespecíficos que tratam do direito da mulher de trajar ou não a burca e também de poder professar sua religião publicamente, sem ser acusada de estar escondendo sua identidade.

No terceiro caso, a polêmica se atualiza na postagem em um fórum de discussão igualmente relacionada ao artigo de Bénédicte Charles, na revista *Marianne* – portanto, outra ocorrência de metatextualidade, ou seja, o comentário de um texto por um outro texto, o que confere à modalidade polêmica, mais uma vez, o caráter intertextual.

Reafirmamos, assim, o que temos sugerido em textos anteriores (CAVALCANTE *et alii*, 2020): a atualização da modalidade argumentativa polêmica ocorre, necessariamente, em relações intertextuais em cada quadro interacional. O texto de um dado gênero, como a charge, alude a alguma ocorrência já divulgada em textos anteriores, e, ao trazer à tona uma dicotomização de teses, a polêmica se completará provavelmente em outros textos. No exemplo abaixo, vemos um tuíte em resposta a um depoimento do presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo, que criticou uma campanha de cervejaria, afirmando que a estrela presente na embalagem da cerveja Heineken era um “marketing da lacração para minorias doutrinadas”. Reflitamos sobre os dois tuítes a seguir, printados do perfil de Mariza Brito:

Figura 1 - Estrela do PT



Fonte: <https://twitter.com/orlandoguerreir/status/1387402818328403969>.

Figura 2 - Gadólicos anônimos



Fonte: <https://twitter.com/orlandoguerreir/status/1387402818328403969>.

Os dois exemplos aludem a um texto-fonte que reporta a fala do presidente da Fundação Palmares. Sérgio Camargo relaciona a **estrela vermelha**, que caracteriza a logomarca da cervejaria holandesa **Heineken**, fabricada desde 1864, com a estrela vermelha do Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em São Paulo no ano de 1980. Nos dois textos, a fala de Sérgio

Camargo é ridicularizada e criticada pelos tuiteiros. O bonequinho, representando o ex-presidente do Brasil, Lula, junto com a cerveja, é uma provocação ao presidente da referida fundação, já conhecido pelos brasileiros por suas enunciações polêmicas e por suas atitudes agressivas, por vezes até desrespeitosas. Uma dessas atitudes foi a exclusão dos quadros de mulheres negras, como Marina Silva e Benedita da Silva, da sala de homenagem do prédio da Fundação Palmares.

O segundo exemplo alude amplamente aos eleitores de Bolsonaro, tachados de “gado” pelos opositores, por suas posições negacionistas e reações sempre em defesa do Presidente Jair Bolsonaro, acusado por muitos de ter responsabilidade pelos mais de 465 mil brasileiros mortos na pandemia do Coronavírus. O emprego da expressão referencial “gadólicos anônimos” estabelece uma outra alusão a textos que tratam da associação dos Alcoólicos Anônimos do Brasil (AA), comunidade de caráter voluntário que ajuda homens e mulheres a lidar com o alcoolismo. Evidentemente, a alusão é favorecida pela anáfora indireta que liga a cerveja ao alcoolismo, mas também à anáfora indireta que liga o ex-presidente Lula a um suposto vício do álcool, e a muitas outras que geram gatilhos para várias questões polêmicas, principalmente as que envolvem política.

Com essas observações, reiteramos que, além de constituir um recurso para a argumentatividade, a intertextualidade é condição para a encenação da modalidade polêmica no espaço público. Vejamos como isto é construído a partir da charge a seguir.

Figura 3 - O caos vem aí



Fonte: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1692992027494251-charges-marco-2021>.

A relação intertextual desta charge manifesta-se por meio de alusões amplas por se tratar de um diálogo entre este texto e um conjunto de outros textos que tratam da atuação do

Presidente da República frente à Pandemia, com o propósito de marcar o ponto de vista do locutor, o chargista Benett.

No primeiro quadrinho, temos o anúncio feito pelo próprio Presidente: “o caos vem aí”. Para o Presidente, representado na imagem como uma pessoa furiosa, o “caos” expressa seu desacordo e insatisfação, amplamente difundidos por ele próprio e seus aliados em declarações nas mídias digitais. Para defender-se, o presidente chama de “caos” as providências tomadas pelos governadores opositoristas que respeitam a ciência e adotam medidas restritivas.

Sabe-se que esta atitude de desagrado do Presidente, expressa pela caricatura do primeiro quadrinho, também se estende aos ministros do Supremo Tribunal Federal, que garantem o direito constitucional de medidas preventivas dos Estados, ao Congresso Nacional e a alguns órgãos de imprensa.

No segundo quadrinho, o referente do “caos” é recategorizado como o próprio presidente, sob o ponto de vista do locutor, o que fica evidenciado na pergunta de um dos personagens: “Por que ele sempre se refere a si próprio na terceira pessoa?”. Isto é, Bolsonaro é o próprio caos. Assim, esta charge retoma outros textos de vários gêneros que tratam do descaso do Governo Federal.

Vale destacar o repertório de frases bastante conhecidas e repetidas pelo presidente na Imprensa e nas redes sociais: “Como é fácil impor uma ditadura no Brasil”, “País de maricas”, “Resfriadinho”, “E daí?”, “É mimimi”. Estas e outras frases, segundo matéria da Folha de SP (disponível no site da UOL), assinada por Julia Chaib e Renato Machado e publicada em 31 de abril de 2021, estão sendo investigadas pela CPI do Senado, instalada em 29/04/2021, sobre a Covid-19, mirando a atuação do Governo Federal no enfrentamento da Covid-19.

Assim, a argumentação do chargista se faz por meio de alusões amplas, numa interação monogerida, atualizando a polêmica e servindo como gatilho para outros textos que darão continuidade à encenação polêmica.

Tomada de posição e categorias argumentativas axiológicas na polêmica

Conforme dissemos, na modalidade argumentativa polêmica, há um desacordo irresolúvel, no qual a interação entre os atores sociais, que assumem os papéis de Proponente, Oponente e Terceiro, é marcada por pontos de vista insignificativos, desqualificados e silenciados. Esses atores sociais, como Proponentes e Oponentes, agem de formas variadas para marcar seu lugar de fala sobre um determinado tema, mas também para persuadir o Terceiro.

Essas tomadas de posição se manifestam de diversas maneiras, não somente por certos arranjos composicionais, pelos modos de interagir nas modalidades argumentativas e pelas

escolhas lexicais, mas ainda pelos modos de apresentar e recategorizar os referentes e pela convocação de recursos intertextuais, conforme demonstramos neste trabalho. Essas estratégias, e tantas outras, apoiam-se em representações sociais, valores e crenças que os participantes do cenário enunciativo defendem.

A importância das noções de valor e de estereótipo na argumentação polêmica reside justamente na confrontação de pontos de vista, que são assumidos, ou não, pelos locutores em cada texto. Publicações de notícias em redes sociais são bons exemplos de interação em que os sujeitos selecionam e negociam referentes para a construção dos lugares de fala e manifestação de pontos de vista.

Crenças e valores dóxicos são usados para ancorar pontos de vista. Retomamos, nesse sentido, a noção de estereótipo, que faz parte das representações discursivas dos sujeitos. Amossy (2020) explora a noção em três grupos principais: semântica, enunciação (análise do discurso) e retórica argumentativa.

A estereotipia e a doxa (opinião comum) podem ser representadas como um tipo de raciocínio que se baseia no que é aceito e/ou verossímil, independentemente de sua comprovação científica, podendo marcar um limite entre usos mais consensuais ou mais controversos. As correntes retóricas costumam aproximar a noção de estereótipo à ideia de lugar-comum, convocando-a para o emprego de técnicas de persuasão, já que o acordo sobre os valores pode representar uma prova de sua validade. Assim, é possível afirmar que uma análise retórica que se vale da estereotipia visa “encontrar os elementos dóxicos constitutivos da argumentação em sua manifestação social e ideológica (ideias comuns, evidências compartilhadas, estereótipos)” (AMOSSY, 2020, p. 116). Amossy (2020) chega a uma possibilidade analítica pela distinção entre lugar-comum, ideia comum e estereótipo. Na modalidade polêmica, há por parte dos actantes um tipo de ancoragem em estereótipos, lugares e evidências comuns na comparação, por exemplo, com o uso de fatos e verdades. Citando Angenot e Eggs, Amossy (2020, p.112) constata que “a argumentação, associada à deliberação, ao debate ou à polêmica, revela um raciocínio sujeito a normas de racionalidade cuja chave é o plausível (e não o verdadeiro)”.

Conclusão

Neste trabalho, refletimos sobre alguns traços característicos do que Ruth Amossy, em sua teoria da argumentação nos discursos (TAD), descreve como modalidade argumentativa polêmica. Partindo da perspectiva da Linguística Textual desenvolvida pelo grupo Protexoto, ponderamos sobre os textos que integram as interações regidas pelo dissenso e salientamos duas

condições de efetivação da polêmica no espaço público: a realização em interações concretas e as ligações necessariamente intertextuais.

Assumimos que o recurso às intertextualidades é uma condição de instauração da modalidade polêmica, uma vez que os textos que atualizam teses dicotômicas citam e parafraseiam fragmentos de outros textos, ou aludem a acontecimentos já reportados em textos diversos. Além disso, a modalidade polêmica termina por se ramificar em outros textos que comentam o texto-fonte, em relações de metatextualidade.

Essa assunção, base de nosso movimento analítico, possibilitou relacionar as intertextualidades ao embate de pontos de vista e às categorias axiológicas da argumentação: lugares, evidências, estereótipos e valores. A análise textual da argumentação polêmica tem muito a revelar não apenas sobre os modos de interação nos embates de uma sociedade democrática.

Referências

AMOSSY, R. **Argumentação no discurso**. São Paulo, Contexto, 2020.

AMOSSY, R. Linguística, retórica e análise do discurso. *In*: CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P. (Orgs.). **Texto, discurso e argumentação: traduções**. Trad. Rosane Lorena de Brito, Mariza Angélica Paiva de Brito e Maria da Graça dos Santos Faria. Campinas: Pontes, 2020. p. 97-131.

AMOSSY, R. **Apologia da polêmica**. Coordenação da tradução Mônica Magalhães Cavalcante. São Paulo, Contexto, 2017.

AMOSSY, R. É possível integrar a argumentação na análise do discurso? Problemas e desafios. **ReVEL**, edição especial, v. 14, n. 12, p. 165-190, 2016.

AMOSSY, R. Contribuição da Nova Retórica para a AD: o estatuto do *lógos* nas Ciências da Linguagem. *In*: EMEDIATO, W.; LARA, G. M. P. (Orgs.). **Análises do discurso hoje**. vol. 4. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. p. 1-14 (e-book).

AMOSSY, R. As modalidades argumentativas do discurso. *In*: LARA, G.; MACHADO, I.; EMEDIATO, W. (Orgs.). **Análises do discurso hoje**. vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 231-254.

AMOSSY, R. Rhétorique et analyse du discours. Pour une approche socio-discursive des textes. *In*: ADAM, J. M.; HEIDMANN, U. (Orgs.). *In*: **Sciences du texte et analyse de discours**. Etudes de Lettres, 2005. p. 163-179.

CAVALCANTE, M. M. *et al.* **Linguística Textual e argumentação**. São Paulo: Ed. Pontes, 2020.

CORTEZ, S. L. **A construção textual-discursiva do ponto de vista: vozes, referenciação e formas nominais**. 2011. 249 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

DASCAL, M; KNOLL, A. Cognitive Systemic Dichotomization in Public Argumentation and Controversies, Frank Zenker (éd.), **Argumentation: Cognition and Community**. Proceedings of the 9th International Conference of the Ontario Society for the Study of Argumentation (OSSA), May 18-21, Windsor, ON (CD ROM), 1-35, 2011.

KING, A.; FLOYD, D. A. **Nixon, Agnew, and the Silent majority**: a case study in the rhetoric of polarization. western speech, 1971.

KOCK, C. Constructive controversy: rhetoric as dissensus-oriented discourse. **Cogency**, v. 1, p. 89-112, 2009.

MACEDO, P. S. A. de. **Análise da argumentação no discurso**: uma perspectiva textual. 2018. 245 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

PAVEAU, M.-A. **L'Analyse du Discours Numérique**. Dictionnaire des formes et des pratiques. Paris: Hermann Éditeurs, 2017.

PERELMAN, C.; OLBRECTHS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PLANTIN, C. **Dictionnaire de l'argumentation**: Une introduction aux études d'argumentation. Lyon: ENS Éditions, 2016.

PINTO, R.; CORTEZ, S. Do *pathos* retórico à 'empatia rabateliana': argumentação emocionada em textos/discursos polêmicos. **Revista de Letras**, Fortaleza, v. 2, n. 36, p. 51-62, jul./dez. 2017

RABATEL, A. Sujets modaux, instances de prise en charge et de validation. **Le discours et la langue**, Cortil-Wodon: Editions modulaires européennes, v. 6, n. 3-2, p. 13-36, 2012.

RABATEL, A. **Homo narrans**: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa: pontos de vista e lógica da narração: teoria e análise. Trad. M^a das G. S. Rodrigues, Luís Passeggi, João G. da Silva Neto; revisão técnica João G. da Silva Neto. São Paulo: Cortez, 2016.

RABATEL, A. **Du sens et de l'interprétation au prisme de la problématique translinguistique du point de vue**. *Orbis Linguarum*, v. 50, 2018.

Sobre os autores

Mônica Magalhães Cavalcante (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-5561-3993>)

É bolsista CNPq de Produtividade em Pesquisa nível PQ-1. Líder do Grupo de pesquisa PROTEXTO (UFC). Tem pós-doutorado em Linguística pela Unicamp. Desde 1989, é professora da Universidade Federal do Ceará. Membro do GT Linguística do Texto e Análise da Conversação, da Associação Nacional de Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL). Tem experiência na área de Linguística Textual, com ênfase em referenciação, intertextualidade, metadiscursividade, argumentação, heterogeneidades enunciativas, gêneros do discurso, art0069culação tópica e sequências textuais.

Mariza Angélica Paiva Brito (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-5375-5480>)

Professora do Mestrado em Estudos da Linguagem e do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (Unilab); bolsista de Produtividade em Pesquisa da FUNCAP (BPI); professora adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB); pós-doutora em Linguística de Texto, mestre e doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFC. Líder do GELT - Grupo de Pesquisa em Linguística Textual (CNPq / UNILAB) e vice-líder do PROTEXTO - Grupo de Pesquisa em Linguística (CNPq / UFC). Membro do GT Linguística do Texto e Análise da Conversação, da Associação Nacional de Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL). Desenvolve pesquisas na área de Linguística Textual, heterogeneidade enunciativa e argumentação.

Evandro de Melo Catelão (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0003-3006-5051>)

Doutor em Letras pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pós-Doutor na área de Linguística Textual pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do Magistério Superior da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Curitiba e Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens - PPGEL no Campus Curitiba, membro do Grupo de Pesquisa PROTEXTO (UFC). Tem pesquisas diversas na área de Linguística Textual e ensino, estudando principalmente: gêneros do discurso, argumentação, retórica; leitura e produção de gêneros acadêmicos.

Maria da Graça dos Santos Faria (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-2704-0497>)

Mestrado e Doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Docente associado IV da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Membro do Grupo de Pesquisa Protexto (UFC). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Estratégias e Procedimentos de Organização Textual (GEPOT). Professora do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Letras da UFMA (PGLetras). Membro do GT em Linguística Textual e Análise da Conversação e membro do GT “Discurso e argumentação” da ANPOLL.

Ananias Agostinho da Silva (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-5442-5133>)

Doutor em Estudos da Linguagem. Professor adjunto da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), atuando no Departamento de Ciências Humanas e no Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO). É também professor permanente do Programa de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS), Unidade de Pau dos Ferros, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). É líder do Grupo de Pesquisa em Estudos Linguísticos do Texto (GPELT/UFERSA), membro do Grupo de Pesquisa PROTEXTO (UFC) e do Grupo de Pesquisa em Análise Textual dos Discursos (ATD/UFRN). Membro do GT Linguística do Texto e Análise da Conversação, da Associação Nacional de Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL). Desenvolve estudos em Linguística Textual, atuando principalmente nos seguintes temas: gêneros textuais, ensino de língua materna, argumentação e polêmica.

Suzana Leite Cortez (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-0983-0900>)

Doutora em Linguística pela UNICAMP, com estágio de doutorado sanduíche na Université de Lyon 2 - França, e Pós-Doutorado pela Université Sorbonne Nouvelle-Paris 3. É professora adjunto IV do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), da Universidade Federal de Pernambuco e líder do GESTO - Grupo de Estudos do Texto (CNPq/UFPE). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística textual, atuando principalmente nos seguintes temas:

referenciação, argumentação em textos, ponto de vista, heterogeneidade enunciativa, formação de professores e ensino de língua portuguesa.

Recebido em maio de 2021.

Aprovado em agosto de 2021.

Argumentação e impolidez: o *post* nas instâncias da interação

Argumentation and impoliteness: the post in the instances of the interaction

Rodrigo Albuquerque¹
Isabel Roboredo Seara²
Leonor Werneck dos Santos³
Micheline Mattedi Tomazi⁴

Resumo: A partir da convergência teórica dos estudos de (im)polidez e de argumentação, este artigo busca analisar estratégias linguístico-discursivas (im)polidas que subjazem aos posicionamentos dos leitores que opinam, no *Facebook*, sobre a notícia “Moradores de rua se casam em avenida de BH”. Para a construção da base teórica, convocam-se trabalhos afiliados aos estudos da (im)polidez (LAKOFF, 1973; LEECH, 1983; BROWN; LEVINSON, 1987; CULPEPER, 1996) e da argumentação (ROULET, 1989; AMOSSY, 2000; 2009; 2017; RODRIGUES, 2011). Sob a orientação de um paradigma qualitativo, foram analisados 22 comentários referentes à referida notícia, veiculada em 2019 no *Facebook* do Portal G1. Como resultados, percebeu-se, no *corpus*, que as interlocuções foram permeadas por diversas estratégias linguístico-discursivas que visavam a ridicularizar o casamento coletivo realizado em Belo Horizonte (BH), revelando um discurso marcadamente agressivo e impolido.

Palavras-chave: Argumentação. Impolidez. Interação. Contextos sociais digitais. *Facebook*.

Abstract: Based on the theoretical convergence of the studies of (im)politeness and argumentation, this article aims to analyze (im)polite linguistic-discursive strategies that underlie the opinions of readers who commented on the news report’s post on Facebook, regarding “Moradores de rua se casam em avenida de BH”. For the construction of the theoretical basis, we based this article on works affiliated to the studies of (im)politeness (LAKOFF, 1973; LEECH, 1983; BROWN; LEVINSON, 1987; CULPEPER, 1996) and argumentation (ROULET, 1989; AMOSSY, 2000; 2009; 2017; RODRIGUES, 2011). Under the guidance of a qualitative paradigm, 22 comments were analyzed on the referred news report, published in 2019 on Portal G1’s Facebook profile. As a result, we noticed, in the *corpus*, that the interlocutions were permeated by several linguistic-discursive strategies that aimed to ridicule the collective marriage held in Belo Horizonte (BH), revealing clearly aggressive and impolite speech.

Keywords: Argumentation. Impoliteness. Interaction. Digital social contexts. Facebook.

¹ Universidade de Brasília, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Brasília, DF, Brasil. Endereço eletrônico: rodrigo.albuquerque.unb@gmail.com.

² Universidade Aberta/CLUNL-NOVA, Departamento de Humanidades, Lisboa, Portugal. Endereço eletrônico: isabel.seara@uab.pt.

³ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: leonorwerneck@letras.ufrj.br.

⁴ Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Línguas e Letras, Vitória, ES, Brasil. Endereço eletrônico: michelinetomazi@gmail.com.

Considerações iniciais

Durante a segunda metade do século XX e até os anos iniciais no presente século, as pesquisas abordando (im)polidez se dedicavam às interações verbais orais, reportando-se, sobretudo, a fundamentos teóricos da pragmática e da análise da conversação. Porém, as mudanças nas formas de convivência propiciadas pelo desenvolvimento das tecnologias digitais e o advento das redes sociais promoveram novos contextos de interação e trouxeram profundas transformações nas formas de interagir. Além disso, as interações orais, que eram estudadas, sobretudo, no âmbito de um contexto *in prasentia*, foram progressivamente substituídas por interações escritas que, decalcando a estrutura das primeiras, se afirmam predominantes nos cenários digitais.

Diante desse cenário, o desafio contemporâneo consiste em trazer reflexões nos âmbitos teórico, metodológico e analítico no que tange às interações verbais que ocorrem nos espaços digitais. Neste artigo, focalizamos os contextos sociais de interação nos ambientes digitais, especialmente em relação a uma postagem publicada na rede social digital *Facebook*, na conta do Portal de Notícias G1, a respeito do casamento coletivo de moradores de rua, ocorrido em Belo Horizonte (Minas Gerais), em julho de 2019 (<http://www.facebook.com/g1/posts/3069531306432267>).

Partimos de uma concepção de linguagem dialógica e sócio-histórica (AMOSSY, 2017) e pretendemos demonstrar como a impolidez se manifesta em contextos digitais, muitas vezes garantida pelo anonimato da internet. É possível constatar que a agressividade tem se tornado recorrente nas mídias digitais, refletindo os cenários de violência cada vez mais frequentes na sociedade, portanto, para Rodrigues (2021, p. 14), “Se as interações face a face no mesmo espaço registram eventos de violência verbal, em ambientes *on-line* não é diferente, parecem mais vulneráveis”. Nessa perspectiva, segundo Balocco e Shepherd (2017, p. 1023), devemos entender o discurso polêmico como

[...] uma forma de textualização discursiva, em que há polarização entre os participantes de um evento discursivo, identificada através da existência de um contra-discurso antagonista e de estratégias discursivas que visam desconstruir o adversário (por exemplo, através de argumentos *ad personam*, que atacam a pessoa e não o discurso que ela sustenta).

Para Amossy (2017), a sociedade do século XXI é afeita ao espetáculo, e o *Facebook* constitui, no dizer da autora, a praça pública da atualidade, onde os interagentes se mostram uns aos outros, onde as ideias são discutidas e as polêmicas se desenvolvem, muitas vezes, de forma ácida. Assim, nas redes sociais, conforme Cabral e Lima (2017), as interações acontecem mais na ordem do conflito do que na ordem da harmonia, tornando-se um palco

mediatizado de encenação, um espaço de partilha de opiniões, de revelações e de exposição do cotidiano, que visa à construção de uma identidade midiática onde a visibilidade e a exposição se interpenetram (CARVALHEIRO; PRIOR; MORAIS, 2015). Espaço onde os interlocutores constantemente constroem sua identidade, uma imagem idealizada de si, fundada também na construção da imagem do outro (TERKOURAFI, 2005).

Assim, propomos, neste artigo, uma análise qualitativa das estratégias linguístico-discursivas (im)polidas que subjazem aos posicionamentos dos leitores que opinam, no *Facebook*, sobre a notícia “Moradores de rua se casam em avenida de BH”. Para a construção da base teórica, consideramos, para o debate em torno das interações inscritas em contextos sociais digitais (THOMPSON, 2018), as contribuições dos estudos de (im)polidez afiliados à primeira onda (LAKOFF, 1973; LEECH, 1983; BROWN; LEVINSON, 1987; CULPEPER, 1996), em articulação com os estudos da argumentação (ROULET, 1989; AMOSSY, 2000, 2009, 2017), haja vista a inter-relação de ambas as temáticas no que tange à mobilização de estratégias argumentativas para promover ações de violência verbal.

No âmbito metodológico, subscrevemo-nos a um paradigma qualitativo, em razão de sua perspectiva “exploratória, fluida e flexível, orientada para os dados e sensível ao contexto” (MASON, 2002, p. 24) nos possibilitar “extrair [...] os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível” (CHIZZOTTI, 2003, p. 221) e, por esse motivo, se voltar para a interpretabilidade, para a perspectivação (inter)subjativa, para a análise de dados contextual e referencialmente situada.

(Im)polidez em contextos digitais: domínios linguísticos, discursivos e interacionais

Por prever que a polidez, em referência à etimologia da palavra, tem “a função de arredondar os ângulos e “polir” as engrenagens da máquina conversacional, a fim de preservar seus usuários de graves lesões” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 101), poderíamos, por analogia, afirmar que a impolidez, especialmente a que decorre da intencionalidade em ser impolido, se associaria não só à ausência de polimento das engrenagens da máquina conversacional, mas também à acentuação de tais ângulos, intencionando promover em seus usuários graves lesões. Arredondar/polir se associaria, portanto, ao uso de estratégias de polidez (mitigação de ações prototipicamente impolidas e intensificação de ações prototipicamente polidas), ao passo que acentuar/despolir se associaria tanto à ausência de estratégias polidez (em situação em que elas fossem esperadas) quanto ao uso de estratégias de impolidez.

Em nossa concepção, um dos fatores que influencia a manifestação da (im)polidez é o estatuto interacional assumido pelos interlocutores. Em ampliação à teoria interacional da mídia (THOMPSON, 1995), que previu três tipos de interação, Thompson (2018) inclui a interação mediada on-line, que congrega: (i) uma constituição espaço-temporal estendida no espaço e no tempo (diferentemente da interação face a face, que prevê copresença); (ii) uma gama de pistas simbólicas limitada (em oposição à interação face a face, que congrega, pelo contexto de copresença, o acesso a todas as manifestações de linguagem mobilizadas); (iii) um grau de interatividade dialógico (contrariamente à quase-interação mediada, que tende a ser monológica, em decorrência de o fluxo de comunicação midiático ser, predominantemente, unilateral); e (iv) uma orientação da ação de muitos para muitos (quando a interação face a face, a interação mediada e a quase-interação mediada convocam, respectivamente, outros em copresença, um para um e um para muitos).

Culturalmente, dado o seu caráter de interação mediada on-line, o contexto digital favorece um terreno para o uso de estratégias de polidez e de impolidez, pois requer uma (re)ação têmico-espacial assíncrona (oferecendo um tempo maior para realizar um raciocínio estratégico e menos automatizado, com base em seus propósitos interacionais), uma construção conjunta/dialógica de sentidos (possibilitando julgamento ao outro e maior tendência ao uso de estratégias de preservação/ameaça da/à sua face) e um conteúdo que pode ser direcionado a alguém publicamente (ameaça à face) ou direcionado de modo genérico (preservação de face).

Logo, consideramos que as ações de polir/despolir e de arredondar/acentrar, como ações que preservam/ameaçam as faces dos interagentes e colaboram com interações mais ou menos (im)polidas, estão plenamente associadas, em primeiro lugar, à própria particularidade interacional do contexto digital, o que nos inspira a aventar um debate concernente ao contínuo entre o desejo de ser polido e o desejo de ser impolido. Para tanto, almejamos, nesta seção, tratar da (im)polidez emergente de interações mediadas on-line.

Os primeiros estudos de (im)polidez, denominados de primeira onda (abordagem griceana), surgem da pragmática (clássica), altamente influenciada por Grice e Austin, cujo foco analítico incide em lexemas e enunciados isolados (BLITVICH; SIFIANOU, 2019). Embora haja, nesta vertente, certa incursão social, tais estudos concebem a (im)polidez como fenômeno universal (pancultural), privilegiando uma perspectiva ética (foco nas percepções do pesquisador) (BLITVICH; SIFIANOU, 2019). Por essa razão, neste artigo, conjugamos tais estudos com o debate atinente à argumentação, em função de nosso interesse tanto pela

dimensão linguística (estudos de polidez de primeira onda) quanto pela dimensão discursiva (estudos de argumentação).

Lakoff (1973) assume ser relevante tratar, além da clássica competência linguística, da competência pragmática, que consiste no gerenciamento das necessidades de ser claro e de ser polido. No entanto, em situações em que ambas as necessidades estejam em conflito, Lakoff (1973) sugere ser mais importante evitar ofensas do que primar pela clareza, o que colocaria, em segundo plano, o princípio cooperativo e as máximas conversacionais (GRICE, 2006 [1975]). Com vistas a ser polido, Lakoff (1973) propõe que o locutor: não seja impositivo, ofereça opções e faça com que seu interlocutor se sinta bem. De modo geral, Leech (1983) traz uma perspectiva de polidez vinculada ao binômio custo/benefício, de modo que, na interação, os custos tendem a ser direcionados ao próprio locutor; enquanto os benefícios, ao interlocutor. Em outras palavras, o locutor minimiza o que é desfavorável (custos) e maximiza o que é favorável (benefícios) ao seu interlocutor, assim como maximiza o que é desfavorável (custos) e minimiza o que é favorável (benefícios) a si. Em sua teoria, Leech (1983) concebe duas manifestações distintas de polidez: a polidez absoluta (com locuções inerentemente (im)polidas) e a polidez relativa (com locuções avaliadas contextualmente).

Brown e Levinson (1987), e, por conseguinte, Culpeper (1996), se valem, em seus construtos teóricos, da noção de face, que se relaciona à imagem social, isto é, ao desejo dos interagentes em conquistarem uma aprovação mútua (GOFFMAN, 1967), e, portanto, ao equilíbrio ritual da interação, voltadas tanto para a necessidade de ser apreciado/aprovado (face positiva) quanto para a necessidade de ser livre de imposições (face negativa). A partir de tal noção e das três variáveis sociológicas – poder relativo (relação assimétrica/vertical), distância social (relação simétrica/horizontal) e grau de imposição para dada cultura –, Brown e Levinson (1987) propõem um quadro com cinco macroestratégias de polidez, que inspiram, mais adiante, Culpeper (1996), conforme ilustra o quadro seguinte, a propor cinco macroestratégias de impolidez.

Quadro 1 – Macroestratégias de polidez (BROWN; LEVINSON, 1987) e de impolidez (CULPEPER, 1996)

POLIDEZ	IMPOLIDEZ
Ameaça direta à face, sem ação reparadora (não considerada ação impolida)	Ameaça direta à face, sem ação reparadora (considerada ação impolida)
Ameaça direta à face com ação reparadora por meio de superestratégia de polidez positiva	Ameaça direta à face sem ação reparadora por meio de superestratégia de impolidez positiva
Ameaça direta à face com ação reparadora por meio de superestratégia de polidez negativa	Ameaça direta à face sem ação reparadora por meio de superestratégia de impolidez negativa
Ameaça indireta à face	Ameaça indireta à face (insinceridade, brincadeira, sarcasmo, ironia, polidez simulada)
Não ameaça à face	Ausência de polidez

Fonte: autoria própria.

Os estudos de segunda onda (abordagem discursiva/pós-moderna) surgem da análise de discurso, influenciada por Foucault e Bourdieu, cujo foco analítico incide no discurso, situado em dada ordem social (BLITVICH; SIFIANOU, 2019). Embora a inauguração dessa proposta almejasse a integração dos níveis micro e macro, havia escassas ferramentas para uma análise micro, ao conceberem que a (im)polidez se instanciava mais na interpretação e no contexto do que nas formas linguísticas (BLITVICH; SIFIANOU, 2019). A polidez, para os teóricos da segunda onda, ganha uma perspectiva êmica (foco nas percepções dos colaboradores) e, por essa razão, volta-se para o idiossincrático, como uma implicatura particularizada (TERKOURAFI, 2005), o que fortalece a necessidade de se analisarem dados empíricos, cujo foco incida sobre as ações (e as reflexões) dos sujeitos de pesquisa.

Com o intuito de abordar a (im)polidez na perspectiva da pragmática discursiva, nascem os estudos de terceira onda (abordagem interacional/sociológica), que, em superação à dicotomia micro-macro, incluem as práticas de gêneros discursivos e de texto, em um nível meso/intermediário (BLITVICH; SIFIANOU, 2019). Como campo intermediário entre a pragmática clássica (primeira onda) e a análise de discurso (segunda onda) (HAUGH; CULPEPER, 2018), os estudos de terceira onda se situam em uma perspectiva sociointeracional, a qual concebe que os sentidos são construídos conjuntamente pelos sujeitos nas instâncias de uma interação contextualmente situada. Essas interações convergem em textos (orais, escritos, digitais), que, por sua vez, se vinculam a dados gêneros do discurso, decorrentes de determinadas práticas sociais. Assim, estudos de terceira onda não dicotomizam as dimensões micro/macro, universal/cultural, ético/êmico, linguístico/social, co-textual/contextual, frástica/discursiva, mas as enxergam como dialéticas, cuja convergência ocorre no texto (vinculado a dado gênero), como resultante de uma língua(gem) em uso.

No que tange aos estudos de (im)polidez, reiteramos que a nossa pesquisa privilegia, centralmente, uma dimensão micro (primeira onda). Contudo, destacamos que, ao conjugarmos, no âmbito teórico, a relação entre (im)polidez e argumentação, trazemos uma incursão discursiva, atendendo, em certa medida, a uma dimensão macro (segunda onda); assim como, ao analisarmos interações mediadas on-line, projetamos nossa concepção de (im)polidez para uma dimensão meso (terceira onda). Nesse sentido, nossa análise, apesar de partir das estratégias de Brown e Levinson (1987) e de Culpeper (1996), transcende o domínio frástico, pois consideramos que os sentidos das estratégias de (im)polidez somente se constroem em interações contextualmente situadas.

Argumentação e impolidez verbal

Numa perspectiva interacionista, subscrevemos a impolidez como expressão de argumentos quer de ataque à face do outro, quer de adoção de estratégias de refutação que deflagram uma divergência de opiniões que instala um quadro de dissenso e de polêmica verbal, no sentido proposto por Roulet (1989) e Rodrigues (2011).

Defendemos, tal como Rodrigues (2011, p. 105), que a polemicidade é um fenômeno linguístico da ordem do discurso, transversal à interação verbal, que apresenta uma dimensão gradativa, e que o ato refutativo que lhe subjaz apresenta alguns traços: (i) desacordo entre os interlocutores; (ii) natureza do contradiscurso; (iii) natureza argumentativa; (iv) agressividade; e (v) objetivo perlocutório de desqualificação do ‘alvo’ (MOESCHLER, 1982).

Assumimos, portanto, teoricamente a posição de Fonseca (1992), ao defender que a polemicidade configura uma dimensão específica de textos de natureza argumentativo-persuasiva, em que existe claramente uma intenção comunicativa de desqualificar o outro ou a palavra do outro. Partindo destes pressupostos, facilmente se depreende que, visando ao efeito perlocutório de desqualificar e desacreditar o outro, suscitando simultaneamente a adesão do público, a polemicidade decorra da expressão de atos ilocutórios ameaçadores da face, como os de desacordo, de refutação, de crítica, de acusação ou de censura, marcados por desvalorizações e avaliações axiológicas negativas.

O renovado interesse pelo estudo da argumentação parte do pressuposto de que há uma dimensão interativa e argumentativa inscrita na própria língua, inerente ao próprio discurso. Entre vários autores que subscrevem esta concepção pragma-dialética da argumentação destacam-se Van Eemeren e Grootendorst (1984, 1992), que consideram a argumentação como objeto central de uma nova área interdisciplinar autônoma, numa perspectiva assumidamente dialética, adotando uma filosofia crítico-racionalista na qual se assume a natureza comunicativa e social da argumentação, assim como se visa conjugar os aspectos descritivos da análise da argumentação, convocando elementos linguísticos e, sobretudo, pragmáticos. Assume-se, portanto, que a argumentação é um complexo ilocutório, uma “constelação ilocutória”, cujo objetivo é contribuir para a resolução de uma diferença de opinião ou uma disputa, em que um argumento consiste no conjunto de enunciados que se apresentam em defesa de um ponto de vista. Assim, subscrevemos a posição de Van Eemeren e Grootendsort (1992, p. 16), que sublinham que à argumentação subjaz um meio racional de convencer um adversário crítico e não apenas se afigura como um meio de persuasão.

Mais do que catalogar esquemas argumentativos, esta teoria inventaria formas de interação argumentativa e parte de um contradiscurso (entendido no sentido de discurso

refutativo da posição do outro), o que nos permite constatar que a maior parte das interações verbais não atingem a fase de argumentação e se mantêm numa fase de confrontação (ANGENOT, 2008).

Partilhamos, ainda, os pressupostos de Amossy (2000, 2009), que, ao propor uma teoria da argumentação no discurso, com uma forte inspiração retórica, considera a argumentação um ramo da Análise do Discurso, reiterando a indissociabilidade do funcionamento geral do discurso. Para Amossy (2000, p. 40-41), os princípios que norteiam a análise argumentativa no discurso são os seguintes:

1. Uma abordagem da argumentação na língua natural e na materialidade do discurso, como elemento integrante de um funcionamento discursivo global, contemplando escolhas lexicais, modalidades de enunciação, e encadeamentos dos enunciados (conectores, *topoi*, marcas do implícito), porque a argumentação não se reduz a uma série de operações lógicas e processos de raciocínio.
2. Uma abordagem comunicacional, já que a argumentação visa um auditório e não pode ser compreendida fora de uma relação interlocutiva, devendo essa relação ser apreendida numa perspectiva argumentativa aliada à análise do discurso.
3. Uma abordagem dialógica, uma vez que a argumentação pretende agir sobre o auditório e, portanto, terá de se adaptar a este. A argumentação é sempre tida num confronto de pontos de vista, ainda que não haja polémica aberta ou dissenso declarado.
4. Uma abordagem da argumentação indissociável de um género de discurso, já que o género determina os objetivos, os quadros de enunciação e a distribuição dos papéis prévios.
5. Uma abordagem figural, que contemple os efeitos de estilo e as figuras na medida que, analisadas na sua orientação persuasiva, assumem um impacto sobre o alocutário.
6. Uma abordagem textual, entendendo texto como um conjunto coerente de enunciados, que integre tanto um estudo dos procedimentos de conexão que comandam o desenvolvimento de um texto, bem como os processos lógicos (silogismos e analogias, estratégias de associação e dissociação) que são explorados no quadro complexo do discurso em situação.

Estes princípios são, de resto, confirmados por Angenot (2008, p. 418), para quem a análise argumentativa é inseparável do conjunto de fatos da discursividade, depende da imersão dos textos no discurso social do tempo e decorre da análise hermenêutica, ou seja, do entendimento do texto como um conjunto estratificado de sentidos.

A argumentação é, pois, indissociável da construção de processos de valorização e de desvalorização, pelo que, ao mobilizar argumentos polarizados nas práticas interacionais, instaura orientações e posicionamentos que modificam ou reforçam representações e opiniões. A (im)polidez, por sua vez, é dependente do contexto. Se a polidez é uma atividade que pretende manter o equilíbrio das imagens dos participantes na interação (BROWN; LEVINSON, 1987), a impolidez linguística, diferentemente, ocorre sempre que o locutor realiza um ato inapropriado, que atinge a face do interlocutor. A impolidez está, assim, em inter-relação com a agressividade verbal, embora aquela possa não implicar esta. Note-se, no

entanto, que esta agressividade verbal, que configura o ato de (im)polidez, é um fenômeno escalar. O insulto, como manifestação extrema de agressividade verbal, tem como consequências perlocutórias a própria inibição do diálogo, como acentua Ilie (2001).

A impolidez pode, portanto, ser mais ou menos agressiva, em função de parâmetros contextuais pré-estabelecidos e da avaliação dos interlocutores. É esta a posição assumida por Locher e Watts (2008), ancorados aos estudos de polidez de segunda onda, que fazem depender a noção de impolidez (e, igualmente, de polidez) de uma atitude avaliativa dos interlocutores. Para os autores (2008, p. 79, tradução nossa), um enunciado descortês tem duas características básicas: “uma violação das expectativas de dada interação e uma avaliação negativa pelos participantes de acordo com as normas de determinada interação”. A avaliação feita pelos interlocutores depende do gênero de discurso em causa, mas depende também, em cada caso, da competência interacional dos participantes, com destaque para a sua competência genérica.

É neste enquadramento que devem ser analisadas as manifestações, nas quais a impolidez parece fazer parte dos atributos de gênero, assim como previram os estudos de (im)polidez de terceira onda. Consideramos, assim, que também a impolidez pode estar submetida à convenção, regulada antes da interação, algo que, de acordo com Briz (2004), apenas caracterizaria a polidez.

Se a agressividade como manifestação de impolidez traz um custo na relação interacional, há, no entanto, outras consequências que justificam a sua ocorrência, pois a agressividade é uma estratégia fundamental na orientação da argumentação discursiva. Relacionaremos, por isso, a teoria da impolidez com a teoria da argumentação no discurso (AMOSSY, 2000; 2009), centrando a atenção em procedimentos discursivos de impolidez como o insulto enquanto ataque, ou argumento *ad hominem* na construção do discurso.

São várias as perspectivas teóricas com divergências em relação à definição e às funções da argumentação *ad hominem*. Este procedimento estratégico heterogêneo, segundo alguns investigadores, nomeadamente Plantin (1996), no seguimento de Perelman & Olbrechts-Tyteca (1970 [1958]), pode ser subcategorizado como *ad hominem* e *ad personam*. Sendo uma categoria criada no quadro de uma perspectiva normativa da argumentação – a que atualmente a pragma-dialética dá continuidade (VAN EEMEREN; GROOTENDORST, 1984) – a análise deste procedimento em função dos gêneros discursivos reenquadra as suas características e os seus efeitos de sentido. Por sua vez, o ataque (ou argumento) *ad personam* é o ataque à pessoa, à sua dignidade e à sua imagem pessoal. O insulto realiza, prototipicamente, este tipo de ataque, uma estratégia desencadeadora de agressividade verbal

que visa diminuir o adversário, condicionando não só a relação interpessoal, mas também a construção discursiva na sua globalidade. Consideramos, assim, o argumento *ad personam* como uma variante injuriosa do *ad hominem*, pois visa a invalidar a argumentação do interlocutor pela desacreditação da pessoa, e consubstancia-se numa ofensa ao adversário. Assim, para Gauthier (1995, p. 176), o ataque *ad hominem* apresenta um fim em si mesmo, como maneira de desacreditar uma posição.

Análise de comentários de um post do Facebook

O post escolhido para esta análise foi publicado no *Facebook*, no perfil do G1 (portal de notícias da Globo), no dia 12 de julho de 2019. Seleccionamos 22 comentários que ilustram como os usuários reagiram a uma das notícias da página, interagindo entre si ou refletindo a respeito do teor da matéria. Como só houve uma ocorrência de *emojis*, não os analisamos, e mantivemos, na íntegra, a redação dos comentários (sem quaisquer adaptações). Cada comentário analisado será indicado pela letra I (interagente), seguida de um número que indica a sua ordem na interação (I1, I2, ...). Além disso, foram apagadas marcas identitárias dos usuários e foi utilizado o mesmo código da interação, porém em itálico (*I1*, *I2*, ...), para substituir o nome do internauta quando outro o citava. A partir dessas escolhas, ressaltamos que o nosso *corpus* constitui um pequeno recorte para analisar as estratégias de impolidez e de argumentação desencadeadas a partir do assunto abordado no *post*.

Figura 1 – Recorte do *post* do *Facebook*



Fonte: <http://www.facebook.com/g1/posts/3069531306432267>.

A manchete (Figura 1) é “Moradores de rua se casam em avenida de BH” (Belo Horizonte), com o subtítulo “Cerimônia teve celebrante, vestido branco, buquê e bolo”. O internauta pode apenas se ater às informações do *post* ou clicar para ser direcionado à página do jornal e ter acesso ao texto completo da notícia. Em 29 de abril de 2021, portanto quase dois anos após a publicação, o *post* contava com 182 compartilhamentos, 2,1 mil reações e 364 comentários.

Essas informações são importantes para a análise dos comentários, já que o termo casamento é acionado, de maneira multissemiótica, a partir de elementos recorrentes no evento – celebrante, vestido, buquê e bolo. O valor-notícia está justamente no inusitado: o asfalto de uma avenida de Belo Horizonte (local do casamento), os participantes principais identificados como “moradores de rua” (noivo e noiva) e pessoas que estavam ou passavam pela avenida movimentada de BH (que acabam se passando por convidados). A foto que ilustra a notícia mostra noiva de branco, noivo de roupa social e alguém celebrando também vestido a rigor, tudo contrastando com as imagens ao fundo: transeuntes que participam do evento, semáforo, carros, ônibus.

Geralmente, as formas como as pessoas em situação de rua são representadas na mídia brasileira nos dizem muito sobre os processos sociais, políticos, econômicos de exclusão, de desigualdade e de marginalização dessas pessoas que passam ou passaram por essa situação. Não é natural viver na rua, embora no Brasil pareça existir uma naturalização acampada e legitimada por um sistema socioeconômico desigual que promove a exclusão social desse grupo. Assim, o *post* em questão foge do lugar ocupado por essas pessoas nas notícias, que envolvem justificativas para legitimar as políticas expulsivas. Porém, a despeito do teor da notícia – que poderia destacar um momento de alegria para uma população de rua tão sofrida –, chamam a atenção a agressividade e a impolidez presentes nos comentários, que destacamos no Quadro 2:

Quadro 2 – Comentários ao *post* do Facebook

I1: Que Deus abençoe o casal, e todo morador de rua!!!!	I8: Aonde será a lua de mel?	I16: Essa união só vai dar certo pq o marido n vai dizer à mulher: “vou ali na rua e volto já”...
I2: Muito sofrimento e vai aumentar mais ainda	I9: I8, em baixo de algum viaduto da vida	I17: Se separam como fica a separação dos bens
I3: I2, use seu comentário para desejar felicidades pra eles afinal, apesar de tudo, eles também merecem ser felizes.	I10: é feliz assim desmerecendo as pessoas?	I18: A babaquice abunda no facebook
I4: Sofrimento deve ser casado com você	I11: I8 pelo menos um tem a cia do outro. E você? Deve viver sozinha e ser mal amada com um comentário sem noção desses.	I19: um mais babaca que o outro
I5: Talvez amenizem o sofrimento.	I12: I8 é da sua conta?	I20: O importante é a piada, né, babaca?
	I13: Você vai pagar?	

I6: Sacanagem I7: <i>I4</i> , Divorciado está no perfil dele - já entendemos...kkkk	I14: Por acaso a lua de mel deles vai ser na sua casa usando a sua cama? Não! Então fique na sua. I15: Cada miserável aqui debochando.	I21: Babaca à vista I22: Algumas pessoas começando o dia cheios de ódio, imagino quanto sofrimento terão até o fim do dia ou talvez até o fim de suas vidas... se soubessem como é melhor substituir o ódio por amor no coração! Mas é opção de cada um. Deus olhe por eles
--	---	--

Fonte: *Facebook* (2019, editado).

Lendo as interações presentes no Quadro 2, percebemos que, embora os interagentes não pareçam se conhecer, há bastante agressividade nos comentários em resposta uns aos outros. Já em relação ao conteúdo da notícia do casamento de moradores de rua, os comentários parecem ser mais irônicos ou mesmo sarcásticos. Esses ataques virulentos entre os internautas desqualificam e desumanizam o outro, criando o campo de guerra a que Amossy (2017) se refere nas interações digitais, sobretudo pelo fato de as interações mediadas on-line terem, ao mesmo tempo, alto grau de interatividade dialógico e orientação da ação de muitos para muitos (THOMPSON, 2018).

Em I1, o internauta inicia sua intervenção utilizando uma estratégia ambígua, que pode ser considerada polidez (desejando sinceramente felicidades aos nubentes) ou ainda – considerando o contexto social como elemento central no tratamento da impolidez (CULPEPER, 2005), no qual os lugares ocupados, na sociedade, pelas pessoas em situação de rua não são privilegiados – pode ser vista como falsa polidez ou sarcasmo. A ironia e a generalização para um ato de indiretividade são alcançados pelo contexto e também pela inferência na naturalização de um casamento entre moradores de rua e na situação de exclusão social, por isso o nome “Deus” é ativado junto ao nome abstrato de ação (“benção”) e ao pronome indefinido (“todo”), escolhas lexicais que, somadas à expressão “morador de rua”, reforçam a falsa polidez.

Em I2, o internauta faz um comentário construído pela estratégia de impolidez, ao direcionar uma avaliação a respeito da taxa de crescimento da população em situação de rua. A implicatura denota uma impolidez positiva, cuja estratégia está no fato de não ofender alguém, mas, ao mesmo tempo, ser ofensivo dentro de uma consciência cívica do contexto social desse grupo (LEECH, 2014). O uso dos advérbios de intensidade (“muito”, “mais”) junto ao nome abstrato de estado (“sofrimento”) deixa pressuposta a continuidade desse padecimento para aqueles que se encontram em situação de rua. O efeito da impolidez

positiva em I2 é tão grande que, de I3 a I7, todos os interagentes respondem a I2, embora apenas um cite seu nome.

Em I3, o conflito verbal é materializado na referência ao nome próprio de I2, realizando uma estratégia de impolidez negativa, inclusive com uso de imperativo: “use seu comentário para desejar felicidade para eles”. I3 acaba trazendo também a estratégia de sarcasmo em que um interagente invade o território do outro, uma impolidez negativa, mas que busca um acordo com I2 (impolidez positiva), a partir dos marcadores “afinal” e “apesar de tudo”, para enfatizar que, mesmo em circunstâncias adversas, a felicidade com o casamento é uma concessão permitida a todos, independentemente da desigualdade social.

Já I4 utiliza a estratégia de impolidez positiva, inserindo uma avaliação que desqualifica I2 e atinge sua face positiva, ao associar sofrimento a alguém que possa estar casado com ele – o que se configura, aqui, como caso de violência verbal, associando negativamente I2 à instituição casamento. E essa referência a uma relação negativa entre I2 e a ideia de casamento marcará a interação de tal forma que será retomada por I7, posteriormente.

Em seguida, I5 infere uma estratégia de otimismo, uma impolidez positiva que sugere uma resposta à insinuação de I2 a respeito do aumento do sofrimento de pessoas que estão em situação de rua. Assim, I5 retoma a ideia de que a legitimação do enlace matrimonial pode amenizar o sofrimento. Já a reação de I6 sugere vagueza, pois, como não direciona sua interação aos comentaristas de forma direta, não fica claro se a notícia é uma zombaria com as pessoas que se encontram em situação de rua ou se a discussão dos interagentes anteriores é injustificável. Seria uma estratégia de impolidez positiva por meio do uso de um termo coloquial (sacanagem), que tem efeito depreciativo.

Já I7, em resposta a I4, utiliza a impolidez negativa para ratificar a estratégia de impolidez positiva utilizada por I4 e para reiterar a ideia de prejudicar a face de I2. Para isso, I7 destaca que I2, divorciado, falhou no casamento – motivo para ter ironizado a felicidade dos noivos citados na notícia. Em seguida, a estratégia de reforço da ironia é utilizada a partir da expressão “já entendemos”, associando sua posição junto ao ponto de vista de I4, desdenhando da situação de I2, ao mesmo tempo em que o ridiculariza, dando ênfase a esse efeito impolido com os risos ao final.

Dando continuidade à interação deste *post*, percebemos mais um bloco de comentários, no qual I8 demonstra ironia, uma vez que, se os nubentes são pessoas em situação de rua, não terão onde usufruir de uma lua de mel. Essa estratégia de desqualificação dos personagens da notícia – que configura uma ameaça à face de I8 – marca a interação de

tal modo que os interagentes seguintes (de I9 a I15) respondem ao comentário de I8, porém com intencionalidades diferentes. Em I9, há referência explícita ao interlocutor I8, ratificando o tom irônico associado à lua de mel dos noivos e sugerindo que, como pessoas em situação de rua, ficarão embaixo de algum “viaduto (sic) da vida”. Observamos que, em I9, reitera-se a visão negativa da população em situação de rua, que costuma dormir embaixo de marquises e viadutos, e, portanto, não teria outro lugar para onde ir.

Entretanto, a partir de I10 até I15, a reação de todos os interagentes é marcada pela impolidez negativa, retrucando os comentários de I8 – e, por extensão, de I9. Nesses seis comentários, infere-se que os interagentes sentiram-se ofendidos pelas manifestações irônicas em relação aos personagens da notícia e decidiram defendê-los. A sensação de praça de guerra (AMOSSY, 2017) fica explícita nessas interações, com agressões que atingem a face de I8 (e de I9): “é da sua conta?”, “você vai pagar?” “vai ser na sua cama?”. No caso de I11, há um ataque ainda mais contundente à face de I8, que, por ser mulher, tem sua condição feminina destacada, por meio de estereótipos de gênero – já que a cobrança para que a mulher se case é muito maior em relação aos homens em nossa sociedade e, para as mulheres solteiras (por opção ou não), há sempre o pressuposto de que são infelizes e, portanto, mal amadas porque não têm uma companhia (“pelo menos um tem a cia do outro”). A pergunta “E você?” já vem seguida do julgamento e da violência verbal.

Já I15 faz um ataque *ad personam* a I8 e I9 que pode ser estendido a todos os demais participantes, pois usa argumentos que invalidam não só a imagem, mas a própria dignidade deles. Ao escolher lexicalmente o termo “miseráveis” (no sentido de “desprezíveis”), I15 desencadeia uma agressividade que ofende e desqualifica os interagentes como pessoas. Essa estratégia, seguida do uso do verbo “debochar”, no sentido de ironizar, no gerúndio, são argumentos que apontam para a impolidez negativa. Assim, I15 tenta se colocar em um lugar diferente dos demais, mas utiliza a mesma estratégia de ataque.

O terceiro bloco de comentários apresenta sete interações nas quais não há explicitamente referência a outro interagente, mas nas quais se percebem reações a comentários anteriores. Em I16, há sarcasmo para reforçar um comportamento machista e estereotipado sobre as relações de gênero no casamento e sobre o lugar destinado aos envolvidos nessa relação: o espaço privado da casa como lugar da mulher e o espaço público como destinado aos homens. Já I17 direciona o sarcasmo para a ausência de “bens”, a começar pela moradia em se tratando de uma união que envolve dois moradores de rua, ou seja, duas pessoas sem condições mínimas de moradia.

A agressividade sarcástica dos interagentes I16 e I17 é seguida de impolidez positiva por parte dos interagentes I18, I19 e I21, que utilizam a agressividade para qualificá-los como tolos, usando um insulto coloquial. Em seguida, I18 generaliza as atitudes participantes dessa interação a partir do sintagma nominal “a babaquice” e do verbo “abundar”, chamando a atenção para a quantidade de comentários “tolos” presentes na rede *Facebook*; I19 e I21, por sua vez, reafirmam esse ponto de vista. Entretanto, podemos também considerar que I18, I19 e I20 dirigem a crítica a todos os interagentes anteriores que fizeram comentários agressivos e maldosos em relação aos personagens da notícia. Já no caso de I20, há uma impolidez negativa que parece estar direcionada aos comentários feitos por I16 e I17, já que, mesmo sem menção direta a eles, a pergunta parece ser dirigida aos dois, por tratarem o assunto como piada de mau gosto, desqualificando-os pelo uso do vocativo “babaca” deslocado ao final da frase.

Esse bloco termina com o comentário de I22, chamando a atenção, por meio de uma estratégia de impolidez positiva, para a agressividade e o discurso de ódio que estão sendo construídos naquele espaço. O uso de “algumas pessoas” e “se soubessem” parece incluir um grupo específico que frequenta a rede social e dissemina argumentos de ódio e de violência verbal. Além disso, I22 pode ser considerado um comentário a serviço da polidez, do estabelecimento da concórdia.

Percebemos, portanto, que as características linguístico-discursivas que mais se destacaram nesse recorte da nossa análise foram: (i) a desqualificação dos personagens da notícia (pessoas em situação de rua) e/ou do autor do comentário; e (ii) a ironia em relação aos personagens da notícia e/ou ao autor do comentário. Tais constatações reiteram as reflexões de Thompson (2018), para quem a interação muitos-muitos – bastante comum em ambiente digital – demonstra mais exposição dos interagentes e, conseqüentemente, propicia mais lesões à face, mais agressividade. De fato, nos espaços do *Facebook* dedicados a temas sociopolíticos, assistimos, com frequência, a uma dinamização forte e cerrada, com *posts* contínuos, veiculando-se à defesa dos valores e dos protagonistas que são subscritos e atacando, com veemência, as ideias dos contrários e, sobretudo, as pessoas que estão no poder ou as mais frágeis e excluídas, sem direito de resposta. Porém, chama a atenção, na nossa análise, o fato de a temática da notícia não ser sociopolítica, mas sociocultural e, mesmo assim, a impolidez e a agressividade aparecerem em vários comentários.

Considerações finais

Com o advento da internet e o aumento significativo das redes sociais, os jornais passaram a ter seus perfis também nas redes, além da página on-line do jornal – uma maneira de interagir com o público leitor e fazer com que o internauta acesse a notícia na íntegra, direcionando-o para o site do jornal. Neste artigo, a partir da análise de 22 comentários de um *post* do perfil do G1 no *Facebook*, considerando o quadro teórico de autores que abordam a (im)polidez e a argumentação, em diálogo articulado com pesquisas que vêm se dedicando ao estudo das interações em redes sociais, procuramos investigar estratégias utilizadas nos comentários sobre uma postagem de cunho social que relata o casamento de pessoas em situação de rua em uma praça pública em Belo Horizonte.

Já é consenso que o ambiente da internet é um espaço de diversidade em que circulam discursos de grande potencial ofensivo, polêmicos, insultos verbais e alta recorrência de estratégias de impolidez em detrimento de interações mais polidas e menos conflituosas. Na nossa análise, alguns interagentes também demonstram não se abalar com o que acontece com as pessoas em situação de rua, ridicularizando uma atitude (casamento coletivo) que poderia ser celebrada socialmente como um momento de dignidade conferido a brasileiros já desprovidos de tudo. Assim, os comentários analisados nos serviram de amostra para refletir sobre como a motivação que parece mover os internautas, interagentes no *Facebook*, é a ofensa e a impolidez perante seus interlocutores.

Referências

AMOSSY, R. **L'argumentation dans le discours**. Paris: Armand Colin, 2000.

AMOSSY, R. Argumentation in Discourse: A Socio-discursive approach to arguments. **OSSA Conference Archive**. 1. 2009. Disponível em: <https://scholar.uwindsor.ca/ossaarchive/OSSA8/keynotes/1>. Acesso em: 15 maio 2021.

AMOSSY, R. **Apologia da polêmica**. São Paulo: Contexto, 2017.

ANGENOT, M. **Dialogues de sourds**. Traité de rhétorique antilogique. Paris: Mille et une nuits, 2008.

BALOCCO, A. E.; SHEPHERD, T. M. G. A violência verbal em comentários eletrônicos: um estudo discursivo-interacional. **D.E.L.T.A.**, v. 33, n. 4, p. 1013-1037, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-44506536361317067>. Acesso em: 15 maio 2021.

BLITVICH, P. G-C.; SIFIANOU, M. Im/politeness and discursive pragmatics. **Journal of Pragmatics**, v. 145, p. 91-101, 2019.

BRIZ, A. Cortesía verbal codificada y cortesía verbal interpretada. *In: BRAVO, D.; BRIZ, A. (eds.). **Pragmática sociocultural**: estudios sobre el discurso de cortesía en español.* Barcelona: Ariel, 2004.

BROWN, P.; LEVINSON, S. C. **Politeness**: Some Universals in Language Usage. Cambridge: University Press, 1987.

CABRAL, A. L. T; LIMA, N. V. Argumentação e polêmica nas redes sociais: o papel de violência verbal. **Signo**, v. 42, n. 73, p. 86-97, 2017.

CARVALHEIRO, J. R.; PRIOR, H.; MORAIS, R. Público, privado e representação online. *In: CARVALHEIRO, J. R. (Coord.). **A nova fluidez de uma velha dicotomia**: público e privado nas comunicações móveis.* Covilhã: LabCom, 2015. p. 7-27.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

CULPEPER, J. Towards an anatomy of impoliteness. **Journal of Pragmatics**, v. 25, p. 349-367, 1996.

CULPEPER, J. Impoliteness and entertainment in television quiz show: the weakest link. **Journal of Politeness Research**, v. 1, p. 35-72, 2005.

FONSECA, J. Heterogeneidade na língua e no discurso. FONSECA, J. **Linguística e Texto**: Teoria, descrição, aplicação. Lisboa: ICALP, 1992. p. 249-292.

GAUTHIER, G. L'argumentation périphérique dans la communication politique: le cas del'argument ad hominem. **Hermès**, v. 16, n. 2, p. 167-185, 1995.

GOFFMAN, E. **Interaction Ritual**: essays on face-to-face behavior. UK: Penguin University Books, 1967.

GRICE, H. P. Logic and Conversation. *In: JAWORSKI, A.; COUPLAND, N. (Eds.). **The Discourse Reader**.* 2. ed. USA: Routledge, 2006 [1975]. p. 66-77.

HAUGH, M.; CULPEPER, J. Integrative pragmatics and (im)politeness theory. *In: ILIE, C.; NORRICK, N. R. (Eds.). **Pragmatics and its Interfaces**.* Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2018. p. 213-239.

ILIE, C. Unparliamentary Language: insults as cognitive formas of ideological confrontation. *In: DIRVEN, R.; ROSLYN, F.; ILIE, C. (Orgs.). **Language and Ideology**.* vol. II. Amsterdam: John Benjamins, 2001. p. 238-261.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Análise da Conversação**. São Paulo: Parábola, 2006.

LAKOFF, R. T. The logic of politeness; or, minding your p's and q's. *In: CORUM, C. et al. (Eds.). **Papers from the Ninth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society**,* p. 292-305, 1973.

LEECH, G. **Principles of Pragmatics**. London: Longman, 1983.

LEECH, G. **The Pragmatics of Politeness**. New York: Oxford University Press, 2014.

LOCHER, M.; WATTS, R. Relational work and impoliteness: Negotiating norms and linguistic behaviour. *In*: BOUSFIELD, D.; LOCHER, M. (eds.). **Impoliteness in Language**. Studies on its Interplay with Power in Theory and Practice. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2008. p. 77-99.

MASON, J. **Qualitative Researching**. 2. ed. London, Thousand Oaks & New Delhi: SAGE, 2002.

MOESCHLER, J. **Dire et contredire**. Pragmatique de la négation et acte de réfutation dans la conversation. Berne: Peter Lang, 1982.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Traité de l'argumentation**. La nouvelle rhétorique. Bruxelles: Presses de l'Université Libre de Bruxelles, 1970 [1958].

PLANTIN, C. Le trilogue argumentatif. Présentation de modèle, analyse de cas, **Langue Française**, v. 112, p. 9-30, 1996.

RODRIGUES, M. das G. S. Ponto de vista emocionado no gênero discursivo comentário on-line – violência verbal. **Linha D'Água**, v. 34, n. 1, p. 13-28, 2021.

RODRIGUES, S.V. **Estrutura e Funcionamento da interação verbal polêmica. Contribut para o estudo da polemicidade em Camilo Castelo Branco**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

ROULET, E. Une forme peu étudiée de'échange agonale: la controverse. **Cahiers de Praxématique**, v. 13, n. 3 pp. 7-18, 1989.

TERKOURAFI, M. Beyond the micro-level in politeness research. **Journal of Politeness Research**, v. 1, n. 2, p. 237-263, 2005.

THOMPSON, J. B. A interação mediada na era digital. **Matrizes**, v. 12, n. 3, p. 17-44, 2018.

THOMPSON, J. B. **The media and modernity: a social theory of the media**. Cambridge: Polity, 1995.

VAN EEMEREN, F. H.; GROOTENDORST, R. **Speech Acts in Argumentative Discussions**. A theoretical model for the analysis of discussions directed towards solving conflicts of opinion. Dordrecht: Foris Publications, 1984.

VAN EEMEREN, F. H.; GROOTENDORST, R. **Argumentation, communication and fallacies**. A pragma-dialectical perspective. New Jersey: Lawrence Erlbaum Ass. Publishers, 1992.

Sobre os autores

Rodrigo Albuquerque (<http://orcid.org/0000-0002-5279-4311>)

Professor do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília, onde atua, da graduação à pós-graduação, nas áreas de sociolinguística interacional, pragmática, linguística de texto, com ênfase no ensino de língua portuguesa tanto como língua materna quanto como língua adicional. Pós-doutorado na Universidade Federal de Goiás, sob a supervisão da Profa. Dra. Joana Plaza Pinto. Membro do GT de Linguística de Texto e Análise da Conversação da ANPOLL.

Isabel Roboredo Seara (<http://orcid.org/0000-0003-2117-5320>)

Professora do Departamento de Humanidades e coordenadora do Mestrado em Estudos de Língua Portuguesa e do Doutorado em Didática das Línguas Multilinguismo e Educação para a Cidadania Global, uma parceria da FCSH – Universidade Nova de Lisboa e Universidade Aberta. Investigadora integrada do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa e colaboradora do Grupo de Investigação Pragmática. Discurso. Cognição (PraDiC) do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho. Coordena o projeto DIGITHUM (Digital Humanities) do Laboratório de Educação a Distância e e-learning (LeaD). Doutorada em Linguística Portuguesa, desenvolve trabalho de investigação no âmbito dos estudos de pragmática, análise do discurso, retórica, epistolografia, privilegiando igualmente os estudos de comunicação mediada por computador, nomeadamente os efeitos sociais e linguísticos das tecnologias digitais.

Leonor Werneck dos Santos (<http://orcid.org/0000-0002-8415-3535>)

Professora Titular de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde atua desde 1995, com Mestrado e Doutorado pela mesma instituição. Pós-doutorado na Universidade Aberta-Portugal, sob a supervisão da Profa. Dra. Isabel Roboredo Seara (2018), e na Universidade Federal do Ceará, sob a supervisão da Profa. Dra. Mônica Cavalcante/UFC (2013), com Bolsa Pós-Doutorado Sênior do CNPq. Ex-professora de ensino fundamental e médio (Colégio Pedro II, rede municipal e particular do Rio de Janeiro). Membro do GT de Linguística de Texto e Análise da Conversação da ANPOLL.

Micheline Mattedi Tomazi (<http://orcid.org/0000-0002-2246-7061>)

Professora Associada da Universidade Federal do Espírito Santo, onde atua desde 2009, com Mestrado em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Doutorado em Linguística pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-doutorado na Universidade Pompeu Fabra, Barcelona, Espanha, concluído em 2019, sob a supervisão do Prof. Dr. Teun A. van Dijk e Pós-doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais, sob a supervisão da Profa. Dra. Janice Marinho, concluído em 2014. Membro do GT de Linguística do Texto e Análise da Conversação da ANPOLL e líder do Grupo de Estudos sobre Discursos da Mídia (GEDIM).

Recebido em maio de 2021.

Aprovado em agosto de 2021.

Da interpretação à compreensão: análise discursiva de textos em mídias digitais

From interpretation to comprehension:
discursive analysis of texts in digital media

Aparecida Lino Pauliukonis¹
Beatriz dos Santos Feres²
Lúcia Helena Martins Gouvêa³
Patricia Neves Ribeiro⁴
Rosane Santos Monnerat⁵

Resumo: O presente artigo contempla a temática da compreensão e da interpretação, sob novos olhares contemporâneos. O trabalho trata da relação entre os componentes internos e os componentes externos ao enunciado, consoante princípios de teorias da enunciação. Em uma parte inicial, apresenta-se a dinâmica interacional do ato de comunicação, entre sujeitos sociais e discursivos, regido por bases contratuais; depois, discute-se a função dos saberes de conhecimento e dos saberes de crença como fonte para a criação dos imaginários sociais e discursivos. Com base na noção de que compreender é uma operação mais globalizante e que interpretar consiste em um conjunto de operações inferenciais, faz-se uma abordagem mais atual do conceito de inferência, a partir dos dois tipos propostos por Charaudeau (2019): inferência centrípeta interna ou estrutural e inferência centrífuga externa, ou situacional e interdiscursiva. Ao final, propõe-se uma aplicação das noções teóricas apresentadas, por meio de uma análise dos variados tipos de inferência presentes em um *corpus* de mídia digital.

Palavras-chave: Compreensão. Interpretação. Análise Discursiva.

Abstract: This article addresses the theme of understanding and interpretation, under new contemporary perspectives. The work deals with the relationship between the internal and the external components to the statement, according to principles of Enunciation theories. In an initial part, the interactional dynamics of the act of communication – between social and discursive interlocutors and governed by contractual bases – is presented; next the role of “Knowledge of Knowledge” (*savoirs de connaissance*) and of “Knowledge of Belief,” (*savoirs de croyance*), as a source for the creation of social and discursive imaginariy, is discussed. Starting from the assumption that understanding is a more globalizing operation and that interpreting consists of a set of inferential operations, a more current approach to the concept of inference is presented, based on the two types proposed by Charaudeau (2019): internal or structural centripetal inference and external centrifugal inference or situational and interdiscursive and, at the end, an application of the theoretical notions presented, through an analysis of the various types of inference present in a digital media *corpus*.

Keywords: Understanding. Interpretation. Discursive Analysis.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: aparecidalino@letras.ufrj.br

² Universidade Federal Fluminense, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Niterói, RJ. Endereço eletrônico: beatrizferes@id.uff.br

³ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: lucia.helena@letras.ufrj.br

⁴ Universidade Federal Fluminense, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Niterói, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: patricianeves@id.uff.br

⁵ Universidade Federal Fluminense, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Niterói, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: rosanemonnerat@id.uff.br

Introdução

Este artigo, resultado de uma parceria entre pesquisadores da Teoria Semiociológica do Discurso de diferentes Universidades (UFRJ, UFF e UNISINOS), apresenta a temática dos não tão recentes conceitos de interpretação e compreensão de textos, sob novos olhares contemporâneos. Pretende-se evidenciar suas especificidades e demonstrar sua evolução, pelo tratamento dado a eles pela pesquisa hermenêutica dos sentidos dos textos. Busca-se contribuir também para seu aprofundamento, por meio de uma visão analítica e interdisciplinar da relação entre os componentes internos e os componentes externos ao ato de comunicação, por meio de análise de um *corpus* de mídia digital.

A temática sobre “compreensão e interpretação”, embora tratada de forma geral por Patrick Charaudeau em vários de seus textos, mereceu deste autor dois estudos específicos: em 1995, publicou artigo nos Anais do I Encontro franco-brasileiro de AD, na UFRJ, sob o título de “Les conditions de compréhension du sens de discours” e, mais recentemente, em 2017, um outro intitulado: “Compréhension et interprétation. Interrogations autour de deux modes d’appréhension du sens dans les sciences du langage”, ambos traduzidos por membros do Grupo CIAD-RIO (cf. site do CIAD). Esses dois artigos, com mais de vinte anos de distanciamento, são complementares, e a revisão mais recente – objeto de análise neste artigo – aprofunda e detalha os dois conceitos, acrescentando novo enfoque sobre o tema, consoante a evolução e os desdobramentos de sua Teoria Semiociológica do Discurso.

Analisa-se, a princípio, a dinâmica do ato de comunicação, entre sujeitos sociais e discursivos e a posição que ocupam nas diversas situações que são comandadas por bases contratuais, estabelecidas durante a interação. Na sequência, discute-se como os saberes de conhecimento e os saberes de crença tornam-se a principal fonte de imaginários sociais e discursivos, que resultam de várias intencionalidades em confronto e que vão influenciar a construção dos sentidos.

A partir da noção de que compreender é uma operação mais globalizante e de que interpretar consiste em um conjunto de operações inferenciais, apresenta-se um conceito mais atual de interpretação por meio de inferências, considerando-se os dois tipos propostos por Charaudeau (2017; 2019): inferência centrípeta interna ou estrutural e inferência centrífuga externa, ou situacional e interdiscursiva, com exemplificações. Com o objetivo de oferecer uma aplicação dos conceitos discutidos, faz-se uma análise da função discursiva dos diversos tipos de inferência, em um *corpus* de mídia digital, seguida de uma proposta pedagógica de interpretação inferencial de textos.

Observe-se, a seguir, o ato de comunicação intersubjetivo regido por um “contrato de comunicação” que norteia o processo interacional.

O Contrato de Comunicação

A noção de contrato de comunicação é essencial na Teoria Semiolinguística de Discurso, tendo em vista o postulado de que “todo discurso depende, para a construção de seu interesse social, das condições específicas da situação de troca na qual surge” (CHARAUDEAU, 2006b, p. 67). Os indivíduos de uma comunidade social se apoiam num quadro de referência comum para interagirem e alcançarem certa intercompreensão, que depende, em parte, das condições nas quais essa interação se realiza. Os elementos em jogo numa situação de comunicação são, na verdade, um conjunto de condições não enunciadas (CHARAUDEAU, 2006c) que estabelecem algumas condições para a determinação do sentido. Charaudeau denomina de “contrato” o quadro ao qual se reportam os indivíduos de uma comunidade social quando iniciam uma troca de linguagem.

A situação de comunicação, ou a condição específica da situação na qual surge o discurso, oferece instruções sobre a maneira de encená-lo. Há, portanto, como esclarece o linguista (CHARAUDEAU, 2006b), uma integração entre dados externos da linguagem no interno do ato de enunciação.

Os dados externos relacionam-se às condições de *identidade* (Quem fala para quem?), de *finalidade* (Estamos aqui para dizer o quê?), de *propósito* (Do que se trata?), de *dispositivo* (Em que ambiente ocorre a interação?).

Os indivíduos, ao se comunicarem, precisam levar em consideração esses dados externos para organizar seu projeto de fala. O locutor deve ter em conta as condições contratuais e, além disso, supor que seu interlocutor reconhece essas mesmas restrições. A noção de contrato (CHARAUDEAU, 2008) pressupõe que os indivíduos que interagem pertencem a um mesmo corpo de práticas sociais e são capazes de chegar a um acordo sobre as representações linguageiras dessas práticas. O sujeito que propõe o projeto global de comunicação se encontra numa situação específica de comunicação e organiza sua fala a partir do conjunto de suas competências e do cálculo de liberdade que as restrições do contrato permitem. Esse sujeito (Sujeito Comunicante – EUc) se dirige a um interlocutor que se encontra igualmente nessa mesma situação (Sujeito Interpretante – Tui). As expectativas de quem seja o TUi levam o EUc a projetar um destinatário (Sujeito Destinatário – Tud) para seu ato de fala, articulando estratégias para que sua fala cumpra o objetivo projetado. Ao fazer isso, o EUc se projeta

enquanto ser do discurso (Sujeito Enunciador – EUE), no quadro interno da situação de comunicação.

No entanto, como salienta Charaudeau (2008), o ato de linguagem, apesar de organizado num projeto de fala a partir de cálculos de expectativa do locutor sobre seu destinatário, pode contar com o imprevisível, tornando o ato de linguagem uma “expedição”, pelo seu aspecto intencional, mas também uma “aventura”, pois o TUi pode não dominar completamente os efeitos produzidos pelo EUC. Além disso, é preciso considerar que pode ocorrer de o EUC produzir no TUi efeitos não previstos ou desejados. Ou, ainda, o TUi pode não reconhecer o contrato que lhe foi proposto.

Um exemplo para essa última condição seria o EUC projetar um TUD a quem pudesse dar uma ordem, mas que não é reconhecida pelo TUi naquela situação específica. Pensemos num aluno que manda um e-mail desaforado à professora para cobrar a correção de um trabalho, ainda que tenha passado apenas um dia da data estipulada para a comunicação da nota. A professora pode reagir com indignação: “Quem você pensa que é para me mandar um e-mail nesses termos?”. Neste caso, a professora ainda se vê como alguém a quem o aluno deve respeito e consideração e, por isso, não espera receber um e-mail insolente.

Para Charaudeau (2008), o poder se encontra no estatuto social das pessoas que empregam as palavras. Ele esclarece:

As estratégias de poder exercidas em uma sociedade são o resultado de um jogo de ser e de parecer entre o estatuto social dos sujeitos do circuito comunicativo (EUC/TUi) e o estatuto linguageiro dos sujeitos que a manifestação constrói (Eue/Tud) (CHARAUDEAU, 2008, p. 62).

As instruções discursivas que a situação de comunicação fornece determinam a maneira de encenar o discurso. Se no espaço externo se encontram as normas psicossociais, no interno, situam-se as normas discursivas que levam à pergunta “Como dizer?”. Os parceiros da troca especificam seus comportamentos, suas maneiras de falar, os papéis linguageiros que devem assumir, além das formas verbais e icônicas que devem empregar em função das instruções contidas nas restrições situacionais, como esclarece Charaudeau (2006b). É no espaço interno que o sujeito constrói sua identidade de locutor e a de seu interlocutor, assim como escolhe um modo de organização do discurso (descritivo, narrativo ou argumentativo) para melhor discursivizar as instruções contidas nas restrições situacionais.

Porém, adverte o linguista, “nenhum ato de comunicação está previamente determinado” (CHARAUDEAU, 2006b, p. 71). As restrições situacionais e discursivas

desdobram-se num espaço de estratégias e, dessa forma, o ato de linguagem tem espaço de manobra. Trata-se, na verdade, de uma “liberdade vigiada”, como bem define o linguista.

Na próxima seção, discorre-se sobre os imaginários sócio-discursivos de que se valem os sujeitos interagentes nas trocas comunicativas.

Imaginários sócio-discursivos

O tema das representações sociais permite múltiplas interpretações sobre um mesmo objeto em virtude do caráter interdisciplinar desse campo de estudo, atravessado por várias áreas, como a Psicologia Social, a Sociologia, a História, a Antropologia, a Psicanálise e, em nosso caso, a Análise do Discurso. Nesse campo de análise, Charaudeau destaca que:

[...] o que importa [...] dentro do cenário da análise do discurso, é ver em que medida um conceito nascido e desenvolvido dentro de uma disciplina pode ser reutilizado e redefinido dentro de uma disciplina outra. De minha parte, retomarei, então, essa noção em sua definição não como um conceito, mas como um mecanismo de construção do sentido que modela, formata a realidade em real significante, engendrando formas de conhecimento da “realidade social” (CHARAUDEAU, 2006a, p. 576).

O homem tem necessidade de se informar sobre o mundo à sua volta, não só para se adaptar a ele, mas também para saber como enfrentá-lo, reconhecendo os obstáculos que se lhe apresentam. Nesse sentido, criam-se representações, que não guardamos só para nós, em um vazio social, mas que partilhamos com nosso semelhante, no intuito de definir conjuntamente padrões de conduta que nos ajudarão a tomar decisões em nossa vida diária (JODELET, 2001).

Assim, conhecemos o mundo pela nossa experiência sensível e pelos relatos de experiências de outras pessoas. Pode-se dizer, então, que os falantes orientam seus discursos por meio das representações sociais elaboradas para determinados *contratos* e orientam suas estratégias (CHARAUDEAU, 2008) a partir dessas mesmas representações.

Vale destacar, no entanto, que as representações não necessariamente refletem a realidade tal como é. Por serem construídas socialmente, apoiam-se, por vezes, em valores variáveis, podendo manter determinado objeto sob a ótica de uma representação desfavorável a fim de garantir uma suposta estabilidade de relações, por vezes negativa. E isso porque a representação social, como representação do mundo, é o viés de que dispomos para enxergar o mundo e nele interagirmos socialmente. A esse respeito, Moscovici observa que:

Nós nunca conseguimos nenhuma informação que não tenha sido distorcida por representações “superimpostas” aos objetos e às pessoas [...]. Quando contemplamos esses indivíduos e objetos, nossa predisposição genética herdada, as imagens e hábitos que nós já aprendemos, as suas recordações que nós preservamos e nossas categorias

culturais, tudo isso se junta para fazê-las tais quais as vemos (MOSCOVICI, 2015, p. 33).

Pode-se dizer, então, que os sistemas de representação social refletem e refratam imaginários, interpretando a realidade que nos cerca e mantendo com ela relações de simbolização, por um lado, e atribuindo-lhe significações, por outro.

Para Charaudeau (2006a), o imaginário “é uma forma de apreensão do mundo que nasce na mecânica das representações sociais” (p. 578). O termo *imaginário* apresenta diferentes sentidos conforme a sua representação no pensamento filosófico – no pensamento clássico: diferente de fantasioso; em Freud: intersecção na dualidade do eu, isto é, *eu-individual* e *eu-coletivo*; na antropologia: maneira como diversos discursos determinam uma sociedade. Já o conceito de *imaginário sócio-discursivo*, destaca o autor (*op. cit.*, p. 576), tem suas bases no conceito de *imaginários sociais* de Cornelius Castoriades, que se refere aos imaginários como a capacidade de simbolização da realidade por um determinado domínio de prática social (artística, política, jurídica *etc.*) por um grupo social.

Concordando, ainda, com Charaudeau (2006a), considera-se, neste trabalho, a representação social como fenômeno cognitivo-discursivo geral, que engendra sistemas de saber em que se distinguem os *saberes de conhecimento* e os *saberes de crença*, cujo fundamento constitui os chamados *imaginários sócio-discursivos*, que podem, então, ser explicados da seguinte forma: se esses saberes, como representações sociais, são responsáveis por construir coerentemente o real, como universo de significação, pode-se falar em “imaginários”; além disso, se esses imaginários são codificados linguisticamente por enunciados produzidos de formas diferentes, embora semanticamente reagrupáveis, pode-se considerar que são “imaginários discursivos” e, finalmente, se circulam nos grupos sociais, como normas de referência para os participantes desses grupos, pode-se falar em “imaginários sócio-discursivos” (CHARAUDEAU, 2006a, p. 203).

De natureza cognitivo-discursiva, portanto, os *imaginários sócio-discursivos* veiculam imagens mentais pelo discurso, configurando-se explicitamente (palavras ou expressões) ou implicitamente (alusões). Desse modo, esses imaginários – imersos no inconsciente coletivo tecido pela história – podem contribuir para o estabelecimento de crenças em uma determinada sociedade, orientar as condutas aceitas em uma dada época e desempenhar o papel de responsáveis pela constituição do sujeito com fins de adaptação ao meio ambiente e de comunicação com o outro.

Muitos imaginários, solidificados por ideologias, ainda se mantêm na sociedade contemporânea. Trata-se de imagens estereotipadas construídas em torno de arquétipos caros à

sociedade tradicional, como é o caso, por exemplo, da visão machista que, a despeito dos vários movimentos feministas, persiste em muitas comunidades, atrelando-se ao arquétipo masculino do patriarca. Algumas ideias que se prendem a esse imaginário dizem respeito à virilidade – o que permite ao homem ser conquistador a qualquer preço, induzindo-o até ao assédio – ou, ainda, à possibilidade de homens mais velhos poderem ter relacionamentos amorosos com mulheres muito mais jovens. A esse respeito, vale destacar que o contrário é considerado altamente pejorativo.

Dessa forma, o real não é apresentado a partir de uma descrição objetiva, mas por meio de representações veiculadas pelo enunciador a fim de induzir o leitor a construir, a partir dos fragmentos dados, um mosaico que ele tomará como verdade, sendo todo esse processo intermediado pela linguagem.

Considerando o discurso como um produto sógnico, Santaella (1980) lhe atribui características de uma manifestação ideológica. A semióloga compreende ideologia, nos termos de Althusser, como um sistema de representações cuja existência é condicionada a determinantes históricos e sociais. Isso quer dizer que a ideologia nasce de representações imaginárias “[...] que os indivíduos fazem de suas reais condições de existência social, de modo que toda e qualquer prática existe através e sob uma ideologia. Só há ideologia através do sujeito e para sujeitos” (SANTAELLA, 1980, p. 50).

Cabe dizer, então, que a ideologia fornece ao indivíduo formações sociais padronizadas para que interpretem o mundo e se conformem com seu modo de existência. Nesse sentido, a ideologia é histórica, já que fornece às sociedades uma estrutura ideológica em que as relações sociais não são transparentes, mas escamoteadas por seu manto. A linguagem – seja ela verbal, seja visual ou sonora – é veiculadora de ideologia, porque todas as manifestações da criação ideológica são discursivas (BAKHTIN, 1981).

Em parte sustentadas pelos imaginários, as inferências se recobrem de grande importância no processo comunicativo, como será descrito na seção que se segue.

Processos inferenciais

Nesta etapa deste artigo, serão estudados os *tipos de inferências* propostos por Charaudeau (2019). Vale lembrar que o tratamento dado pelo linguista, ao assunto, parte de pressupostos diferentes no que diz respeito aos conceitos de “significação” e “sentido” e de “interpretação” e “compreensão” empregados nas teorias da enunciação a partir de Benveniste (2006) e no desenvolvimento paralelo da pragmática a partir de Austin (1970) e Searle (1996).

Para os pragmaticistas, a “significação” é fornecida pelo tratamento linguístico da frase, ao passo que o “sentido” corresponde à significação da frase, acrescida das informações extralinguísticas. Da mesma forma, a “compreensão” resulta da decodificação das estruturas linguísticas, correspondendo ao sentido literal, enquanto a “interpretação” tem um espectro mais amplo, na medida em que reúne sentido literal e informações relativas aos sujeitos, aos imaginários sócio-discursivos, ao momento histórico, dentre outros fatores.

De acordo com Charaudeau, esses conceitos se apresentam de outra forma. A “significação” é mais ampla, compreendendo o sentido literal, somado aos dados extralinguísticos como situação de comunicação, sujeitos envolvidos, saberes compartilhados. O “sentido” é mais restrito, pois diz respeito àquilo que se extrai das estruturas linguísticas, apoiando-se apenas no sistema da língua. A “compreensão”, por seu turno, é vista sob dois aspectos: a compreensão literal do sentido e a compreensão específica do sentido.

A *compreensão literal do sentido* é o resultado de uma operação interpretativa dos constituintes dos sistemas linguísticos, constituintes compartilhados pelos falantes de uma língua. Trata-se do que Charaudeau chama de *sentido de língua*, isto é, um sentido que se apoia na semântica de um enunciado e é destituído de enunciação. A *compreensão específica do sentido* é consequência de uma operação interpretativa dos constituintes dos sistemas das línguas acrescidos dos elementos que são externos a elas, mas dos quais elas dependem. Leva-se em conta, ao contrário, o ato de enunciação, a identidade dos sujeitos, os saberes compartilhados e as circunstâncias da relação comunicativa. Trata-se do que Charaudeau denomina de *sentido de discurso* e que corresponderá à *significação*.

Isso posto, passa-se a tratar, agora, do que Charaudeau chama de *operações interpretativas por inferência*. Segundo o linguista, pode-se definir “inferência” como uma operação de interpretação dos atos de linguagem.

[...] se trata de um mecanismo cognitivo pelo qual o receptor de uma mensagem interpreta, a partir de um ato de linguagem dado, um sentido que ele tira dos elementos que foram enunciados, seja combinando-os entre si, seja apelando para dados da vizinhança linguística e para saberes sobre os interlocutores (CHARAUDEAU, 2019, p. 16).

Em outras palavras, para inferir algo, o leitor ou o ouvinte partem de enunciados explícitos, estabelecendo relações entre eles, ao recorrer a informações dadas pelo contexto linguístico e a informações já conhecidas sobre os interlocutores. Assim, relacionando componentes internos e externos ao enunciado, o linguista detecta uma *inferência centrípeta interna* cuja função é construir sentido, e uma *inferência centrífuga externa* cuja função é construir significação.

As *inferências centrípetas internas* – as que constroem sentido – podem ser chamadas também de *inferências estruturais*, na medida em que são extraídas da estrutura linguística dos enunciados – combinação entre palavras gramaticais e palavras lexicais –, e do contexto linguístico em que estão envolvidas.

Considerando-se o enunciado “Antônio é fumante”, será compreendido que “Antônio é fumante” a partir de algumas operações semânticas. Sabe-se que Antônio é (provavelmente) um ser humano do sexo masculino; que ele é fumante na atualidade, independentemente de ter sido ou não no passado; que ele tem o hábito de inspirar e expirar o fumo. Chega-se ao sentido a partir de inferências feitas por meio dos componentes do enunciado, o que caracteriza a construção de *sentido de língua* por meio de *inferências centrípetas*.

As *inferências centrífugas externas* – as que constroem significação – caracterizam-se por originar-se naquilo que é exterior à língua. O falante e o ouvinte, para interagir por intermédio da linguagem, apoiam-se inicialmente nas estruturas linguísticas do enunciado, mas, não sendo elas suficientes para a compreensão, acionam, imediatamente, o que está fora delas.

Assim, retomando o enunciado “Antônio é fumante”, os interlocutores, depois de proceder às inferências internas, imediatamente acionam as externas, na medida em que, estando eles em dada situação de comunicação, a interpretação das formas linguísticas não é suficiente.

Numa situação em que duas amigas conversam sobre os respectivos maridos, uma delas reclama que a sua casa está sempre cheirando a cigarro e, por isso, ela está se sentindo muito desconfortável e infeliz na sua própria casa. A outra, cujo marido se chama Antônio, responde, simplesmente, o seguinte: Antônio é fumante. O que se pode inferir da resposta da esposa de Antônio é que ela conhece bem o que a amiga está passando, pois, ela própria passa pelo mesmo desconforto. Dessa forma, o enunciado “Antônio é fumante” vale muito mais do que uma informação. Na verdade, pode funcionar como um ato de consolo, cuja significação é: “Não fique triste”; “Você não está sozinha nessa”.

Segundo Charaudeau, as *inferências centrífugas externas* podem ser de dois tipos, levando-se em conta a natureza da exterioridade: inferências situacionais e inferências interdiscursivas.

O primeiro tipo, as *inferências centrífugas situacionais*, é extraído de determinadas condições, as quais constituem o que o linguista chama de “contrato de comunicação”. O contrato advém do que se conhece sobre a identidade dos parceiros do ato de linguagem – quem se dirige a quem –, da visada discursiva – prescrição, solicitação, incitação *etc.* –, do dispositivo de troca – suporte oral /escrito, tipos de presença, localizações *etc.* Seguindo as condições do

contrato, os parceiros da troca comunicativa poderão se compreender. A *inferência situacional*, assim, ocorre quando os interlocutores buscam informações nos componentes do contrato de comunicação para obter determinadas significações e garantir intercompreensão.

Veja-se, a seguir, um exemplo de *inferência centrífuga situacional* que se apoia na *identidade do indivíduo*.

Um senhor de 80 anos passou toda a sua vida fazendo exercícios físicos, mas, de repente, deixou de fazê-lo. Sua esposa e suas filhas perguntavam-lhe, diariamente, o seguinte: – O senhor não acha que fazer exercícios físicos faz bem à saúde? Diziam-lhe que ele deveria voltar a se exercitar, mas ele não as ouvia. Num dia, o senhor foi a uma consulta médica, e o profissional, dentre as muitas coisas que lhe disse, falou-lhe isto: – O senhor não acha que fazer exercícios físicos faz bem à saúde? A partir do dia seguinte, o senhor voltou a frequentar a academia de ginástica regularmente.

Neste exemplo, observa-se que o enunciado interrogativo produzido pela esposa e pelas filhas não vale como uma pergunta, mas como um ato de conselho. O conselho, entretanto, nunca sensibilizou o idoso. O mesmo enunciado foi proferido por um médico e surtiu o efeito desejado: o senhor voltou a exercitar-se. O enunciado, na boca do médico, foi interpretado como uma orientação ou até mesmo como uma ordem, e isso se deve à sua posição de autoridade profissional. O aspecto da *identidade* do médico foi levado em consideração, e a inferência retirada do enunciado foi: O senhor deve voltar a se exercitar obrigatoriamente.

A *inferência centrífuga situacional* pode apoiar-se também no *conhecimento do contrato de troca*. O enunciado “O homem deve ser prudente” terá finalidades diferentes e produzirá inferências diferentes a depender do contrato de comunicação (gênero discursivo) a que estiver ligado.

Se se tratar de uma *crônica jornalística*, o enunciado pode produzir inferências como “tranque o carro numa rua escura e também dentro da sua garagem (...), não deixe uma vela acesa perto de uma janela aberta, (...), não tenha em casa Doritos, Coca-Cola e Ouro Branco se estiver planejando perder uns quilos (...)” (MEDEIROS, 2009). A finalidade, neste caso, é alertar os leitores de que ser prudente na vida evita muitos problemas, é de aconselhar o leitor a ter prudência. Se se tratar, entretanto, de um texto publicitário, “O homem deve ser prudente” poderá provocar inferências como “compre um carro desta marca e não de outra; esta é a melhor do mercado”. A finalidade é de vender um automóvel recém lançado.

A *inferência centrífuga situacional* ainda pode apoiar-se nas *circunstâncias materiais da comunicação*. Isso significa considerar, na interpretação, o que se imagina do destinatário dos enunciados. Se o texto estiver acompanhado de elementos imagéticos como fotografias,

desenhos, a inferência será o resultado do conjunto, sendo, as legendas, determinantes para a interpretação das imagens.

Como exemplo, pode-se considerar uma fotografia, na capa do jornal Meia Hora (MEIA HORA, 2016), de um ex-presidente do Brasil e sua esposa. A fotografia é completamente azul, e as duas legendas dizem o seguinte: “sempre tem um remédio pra crise” e “Temer e a esposa Marcela, 43 anos mais jovem e ex-miss está grávida”. As legendas traduzem o significado da fotografia azul: sendo o ex-presidente 43 anos mais velho do que a esposa e estando ela grávida, infere-se que a relação sexual deve ter ocorrido com o auxílio do comprimido para ereção, viagra, cuja cor é azul. Destaque-se que o ex-presidente, segundo o jornal, já vinha sendo chamado de presidente azulzinho pelos próprios parceiros.

O segundo tipo de inferências centrífugas apontado por Charaudeau são as *inferências centrífugas interdiscursivas*, as quais estão relacionadas ao dialogismo, de Bakhtin (1984), à intertextualidade, de Genette (1987), ou à pertinência, de Sperber e Wilson (1986).

Os enunciados, em uma situação de comunicação, compõem-se de palavras cujos sentidos são atribuídos pelos sujeitos falantes, sentidos que revelam saberes específicos de cada grupo social. Essas palavras remetem à profissão do sujeito falante, ao sexo, à corrente, ao partido, à geração, à idade, ao dia e à hora em que a troca ocorre.

Todas as palavras, todas as formas constituem saberes mais ou menos compartilhados em que os sujeitos interpretantes se fundamentam para fazer inferências. Esses sujeitos se apoiam em discursos anteriores, a que se referem de modo explícito ou implícito, consciente ou inconsciente para orientar as interpretações.

Charaudeau considera a existência de dois tipos de saber: os saberes de conhecimento e os saberes de crença.

O *saber de conhecimento* é um saber verificável, situa-se no domínio da episteme e supostamente pertence à ordem do provado (“A terra é redonda”; “O homem é um animal racional”). É um saber culto que diz respeito à representação dos fatos e dos fenômenos do mundo. O *saber de crença* não é um saber verificável, situa-se no domínio da doxa e pertence à ordem do experienciado (“Maturidade não tem preço”; “Ser honesto é garantia de dormir tranquilo”). É um saber subjetivo, na medida em que se constitui de avaliações, apreciações e julgamentos do sujeito sobre acontecimentos e ações humanas, é um saber interiorizado e, simultaneamente, compartilhado. A atividade inferencial dos sujeitos interpretantes é incentivada e norteadada por ambos os saberes.

O *saber de crença* divide-se em *saberes de opinião* e *saberes ideologizados*. Os *saberes de opinião* dizem respeito aos julgamentos dos indivíduos sobre as coisas, os acontecimentos e

os seres. Os *saberes ideologizados* concernem a um conjunto de ideias políticas, morais e religiosas que reúne um poder explicativo e englobante sobre o mundo e a atividade social.

Como exemplo de *Inferências que recorrem a saberes de opinião*, pode-se destacar um julgamento que o povo gaúcho faz do povo carioca: “cariocas não gostam de dias nublados” (CALCANHOTO, 1994). Essas inferências dizem respeito a julgamentos pessoais dos gaúchos e, ao mesmo tempo, julgamentos compartilhados socialmente. Correspondem a imaginários culturais cuja origem está no fato de as praias cariocas estarem sempre cheias quando há sol. A falta dele impede a ida à praia ou a torna menos agradável. Conclusão: “cariocas não gostam de dias nublados”.

Em se tratando de exemplos *de inferências que recorrem a saberes ideologizados*, podem-se assinalar sistemas de pensamento significativos numa sociedade. Um assunto bastante polêmico é o da “vida após a morte”. Quando uma pessoa morre, um *espírita* infere que o espírito do morto se libertará do corpo e irá para colônias correspondentes ao seu grau de evolução. Posteriormente, terá de reencarnar várias vezes até alcançar um nível evolutivo que lhe permita ir para mundos mais adiantados.

A inferência do *católico*, entretanto, será outra. Quando um indivíduo morre, o destino da alma será ir para o céu, se ele tiver sido uma pessoa boa; ir para o purgatório, se ele não tiver sido nem mau, nem bom; e ir para o inferno se ele tiver sido mau. Para o *catolicismo*, a reencarnação não existe, e a alma que não foi para o céu estará fadada a ficar no lugar para onde foi e não terá chance de evolução.

As duas inferências se distinguem porque a natureza dos saberes em que elas se apoiam é diferente. Trata-se de inferências interdiscursivas relativas aos saberes de crença que caracterizam a comunidade espírita e a comunidade católica.

Muitos outros processos de inferência decorrem desses tipos gerais analisados. Assim podem ser citadas ainda as inferências que derivam do *status* do interpretante, tais como as advindas de relações interpessoais ou de interpretações coletivas, e as que decorrem da interpretação do sujeito analisante, segundo o seu lugar de análise, a disciplina ou as influências teóricas. Enfim, conclui-se que a interpretação é um processo complexo de produção de sentido, que depende de parâmetros diversos.

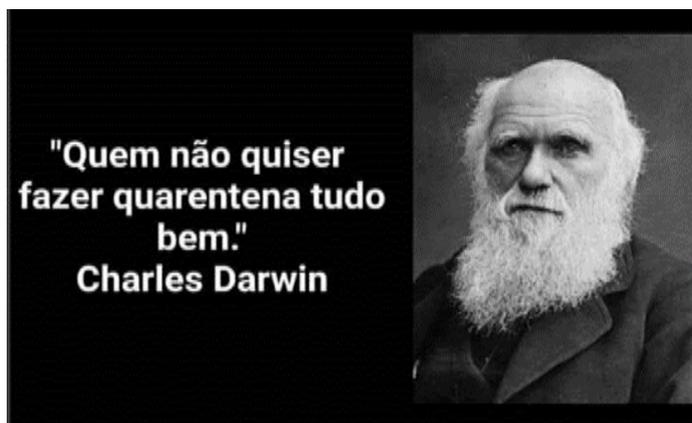
Proposta didática de interpretação inferencial de textos

Visando-se, agora, a oferecer alguma contribuição para o ensino de leitura na educação básica, delinea-se, a seguir, uma sequência de atividades com base nos conceitos de interpretação e compreensão já discutidos, nas seções anteriores, no âmbito da perspectiva

revisada, contemporaneamente, pela Semiologia. Pautando-se em um *corpus* constituído de textos oriundos de gêneros digitais⁶, serão apresentadas diferentes propostas de exercícios com base na noção de que compreender é uma operação mais ampla e de que interpretar vincula-se a atividades mais específicas de inferenciação, sendo elas tanto de ordem estrutural, quanto de feição mais situacional e interdiscursiva.

Mais especificamente, para dar partida à formalização dessa prática docente, seleciona-se o texto que segue:

Figura 1 – Meme



Fonte: <https://hashtag.blogfolha.uol.com.br/2020/04/02/memes-a-solta-aliviam-tensao-durante-pandemia-de-coronavirus/>

Esse meme circulou logo no início da instalação da pandemia do novo coronavírus no Brasil. O fato de ser um meme e estar vinculado a esse momento e a esse lugar delimita a construção do sentido a partir de saberes contextuais ligados à situação-contratual de comunicação (o gênero discursivo; um sujeito comunicante anônimo; um sujeito interpretante usuário das redes sociais e, portanto, atento aos acontecimentos mais recentes) e ao interdiscurso (Charles Darwin desenvolveu a teoria evolucionista; a consequência de não se fazer quarentena e se expor à doença; a seleção natural ocorre sempre privilegiando os melhores seres de uma espécie). Parte do sentido dependerá desse conhecimento, além das associações que o leitor deve ser capaz de fazer entre essas informações supostas e a realidade referida. O contrato de comunicação midiático em que se insere um meme pressupõe um sujeito comunicante e um sujeito interpretante atentos a esses aspectos extratextuais, além de posicionar o produtor como alguém legitimamente autorizado a tomar o interdiscurso a serviço da crítica e do humor, e o leitor como alguém que aceita essa legitimação. Entretanto, é preciso

⁶ Embora se considere, neste artigo, a capa do jornal *Extra* – um dos textos constituintes do *corpus* de aplicação pedagógica – como um exemplar de mídia digital, inegavelmente, trata-se, também, de uma produção de mídia impressa.

começar a construção do sentido pelo que há de mais concreto, material: os signos ali expostos e sua organização interna.

Uma sequência de comandos direcionada para a **compreensão** desse meme no ensino básico poderia começar por elementos mais superficiais até chegar às **inferências** mais complexas. Assim:

1. O que significa a expressão “fazer quarentena”?
2. Por que o enunciado “Quem não fizer quarentena tudo bem” está entre aspas? Com que objetivo aparece um nome abaixo do enunciado e uma foto a seu lado?
3. Considerando-se que o texto em destaque é um meme e que foi veiculado em abril de 2020 no Brasil, deduza: a que quarentena se refere?
4. Lê-se no meme: “Quem não fizer quarentena tudo bem”. Em “Quem não fizer...”, o verbo no subjuntivo sublinha a hipótese de que alguém possa se recusar a fazer quarentena. Mas qual seria a consequência de não se fazer quarentena?
5. Charles Darwin foi o cientista que estudou a origem das espécies e defendeu a seleção natural como principal mecanismo de evolução dos seres vivos, isto é, no processo evolutivo, as características hereditárias que são favoráveis tornam-se mais comuns; as que são menos favoráveis acabam desaparecendo. Sabendo-se disso, por que o “Darwin” do meme diz que *está tudo bem* se alguém não quiser fazer quarentena? Está tudo bem para quem?

Os comandos desse conjunto de possíveis questões acerca do meme procuram acionar tanto a observação do material textual e sua organização, quanto as inferências que se impõem no processo de interpretação. Ao final das inferências provocadas pelos comandos, espera-se que o aluno-leitor-sujeito-interpretante seja capaz de chegar à compreensão do texto. Esse tipo de mediação proposto pelo professor em sala de aula revela um importante potencial para o desenvolvimento da competência leitora dos alunos do ciclo básico, sobretudo.

A primeira questão, propícia à averiguação do conhecimento linguístico do aluno-leitor, provoca uma inferência centrípeta, ligada ao sentido de língua. Embora “fazer quarentena” seja, na atual conjuntura, uma expressão fartamente utilizada, provavelmente muitos falantes não a conheciam no início da disseminação do coronavírus no Brasil. É também essa expressão que, ao introduzir um objeto de discurso, ancora o texto nas circunstâncias “pandêmicas” em que ele circula.

Também direcionada a aspectos da superfície textual, mais especificamente à interpretação de sinais paralinguísticos – as aspas – e organização do texto – nome abaixo da

citação e foto ao lado –, a segunda questão induz a inferências centrípetas, ao acionar elementos da organização textual e da codificação, mas aciona igualmente inferência centrífuga interdiscursiva, que exige o conhecimento enciclopédico relacionado ao cientista Charles Darwin e sua teoria evolucionista. A “assinatura”, representada pela legenda, garante o *status* de “argumento de autoridade” atribuído ao enunciado por ser Darwin quem é.

A terceira e a quarta questões, que podem ser consideradas complementares, reforçam o vínculo do texto a seu contexto circunstancial (“A que quarentena se refere?” e “Mas qual seria a consequência de não se fazer quarentena?”), garantindo a percepção da relação de causa e consequência necessária à compreensão.

A última questão oferece o conhecimento acerca de Charles Darwin para o leitor, a fim de que não perca nem o sentido específico do enunciado, nem a avaliação axiológica que o meme propõe: quem se recusa a fazer quarentena se arrisca, podendo morrer de COVID-19, o que demonstra ser uma atitude de pouca inteligência e, com isso, sobreviverão os mais inteligentes, colaborando com a seleção “natural” dos melhores seres da espécie. O meme, como gênero digital recorrente nas redes sociais, explora, em geral, o viés crítico, tanto quanto as charges, por exemplo. Em função dessa característica, espera-se que o leitor, ao se deparar com esse meme, crie a expectativa de interpretar, por meio de uma inferência centrífuga situacional – ligada ao gênero discursivo – a crítica expressa pelo texto. É um modo de acionar representações sociais e adicionar experiências e crenças ao imaginário sócio-discursivo partilhado pelos envolvidos nessa troca comunicativa.

Para a continuidade de uma proposição de atividades de leitura, passíveis também de serem aplicadas na educação básica, foi escolhida, em diálogo com o texto anteriormente selecionado, a capa de jornal que se apresenta a seguir:

Figura 2 – Capa de jornal



Fonte: <https://extra.globo.com/capas-jornal-extra/2020-05-60-24430846.html?mesSelecionado=Mai&ano=2020>

Essa capa do jornal *Extra*, publicada no dia 5 de maio de 2020, situa-se também no contexto da instauração da pandemia da COVID-19 e de suas consequências para as populações, sobretudo no Brasil. Mais especificamente, centra-se sobre o propósito temático da advertência, por parte dos profissionais da saúde, acerca do importante papel da ciência na contenção dessa crise sanitária mundial.

Também, no caso desse texto, os saberes atinentes à situação-contratual (capa de jornal enunciada por uma instância de produção a projetar um sujeito destinatário atento ao fato atual reconstituído, com vistas a informá-lo, a fazê-lo pensar e a captá-lo) e à modulação interdiscursiva (no mundo inteiro, além de os médicos serem instados a se preocuparem em vencer o vírus, também têm se visto no papel de lutarem contra autoridades que os têm descredenciado), delineiam a produção do sentido. Assim, não será possível desconsiderar a situacionalidade e a interdiscursividade – atreladas a operações cognitivas de ordem psico-sócio-comunicativa – no momento em que o leitor, diante de um texto/discurso, acionar operações cognitivas de ordem linguística para a constituição do sentido/significação.

Ajustando essa travessia proposta – das **interpretações** inferenciais centrífugas externas (situacionais e interdiscursivas) às **interpretações** inferenciais centrípetas internas (estruturais) ou vice-versa – a atividades de leitura, será um caminho possível propor, com base na capa do jornal *Extra*, as seguintes questões, visando-se à **compreensão** ampla do texto:

1. Quais são os termos correspondentes aos processos de nomeação (por substantivos), de qualificação (por adjetivos), de ação (pelos verbos) e de causação (relação de causalidade) que presidem a construção do sentido de língua na capa do jornal *Extra*?
2. Considerando que o texto sob análise é uma capa de jornal e que foi publicado em maio de 2020 no Brasil, qual é o objetivo primeiro da mensagem e a que faz referência?
3. Que associação de sentido se pode fazer entre o texto de capa e aqueles textos que figuram, comumente, em propagandas institucionais, como, por exemplo: “O Ministério da Saúde adverte: fumar faz mal à saúde” e “Se persistirem os sintomas, o médico deverá ser consultado”?
4. Lê-se na capa de jornal: “Os profissionais de saúde sérios...” e “Se persistirem os sintomas de irresponsabilidade, médicos competentes...”. Que efeito de sentido sobre o *status* da ciência no Brasil e no mundo a explicitação da qualificação por meio dos adjetivos “sérios” e “competentes” produz?
5. Articulado a capa do jornal *Extra* ao *meme* em tela, por que ambos os textos podem provocar o riso?

Fazendo um balanço das questões propostas, parece válido comentar que a primeira questão se centra em atividades de interpretação com base em *inferências estruturais*. Ao fazê-lo, procura levar o aluno a construir um primeiro sentido para a realidade enunciada reconhecendo que os processos de nomeação, de qualificação, de ação e de causação dão-se pelo uso respectivo de: “profissionais de saúde” (substantivo), “sérios” e “competentes” (adjetivos), “advertem” (verbo) e “sintomas de irresponsabilidade” (causa). No trato com a ciência, os “sintomas de irresponsabilidade” são tomados como determinantes (causadores) da instauração da advertência. Já a segunda questão faz apelo a um cálculo de sentido baseado em *inferências situacionais*, extraídas de informações ligadas à situação contratual jornalística, notadamente ligada à visada discursiva da informação. Mais especificamente a questão direciona o aluno a assumir o papel daquele que será informado – a partir de um dito apoiado na voz de profissionais de saúde – sobre a importância de se respeitar a ciência, sobretudo em contexto de pandemia planetária.

Por sua vez, a terceira questão se constrói pela intermediação também da *inferência situacional*, mas, em diálogo, com a *inferência interdiscursiva*. O comando em tela propõe, primeiramente, que o aluno evoque um outro contrato de comunicação, atado ao objetivo da prescrição presente em textos do domínio médico. Feito isso, ele deverá associar os textos conformados a esse outro contrato ao texto reenunciado na capa do jornal, em claro diálogo interdiscursivo. Só assim ele poderá associar a visada da informação, típica do jornalismo, a uma representação captadora. A instância jornalística colada a uma voz já dotada de autoridade leva o leitor a interpretar com mais intensidade a necessidade de se respeitar a ciência. Nessa direção, a quarta questão pauta-se também sobre ações interpretativas da ordem da *inferência interdiscursiva*. Tais ações encaminham o aluno a pensar que, na inusitada explicitação de adjetivos – a despeito da objetividade jornalística e do que figura no texto fonte – está a produção de uma significação. Essa significação aponta para uma polarização dos próprios profissionais da saúde e da sociedade que demarca o grupo dos favoráveis à verdade científica versus aqueles que estão contra ela.

Por fim, com apoio em ações inferenciais interdiscursivas, a quinta questão conduz o leitor/sujeito interpretante a justificar o efeito de humor produzido por ambos os textos, na direção de uma convivência crítica entre interlocutores. Os procedimentos languageiros que o geram apoiam-se tanto na organização do sentido projetado – pela fusão do texto propagandístico ao jornalístico, por exemplo – quanto na tessitura da crítica, exemplificada pelo desrespeito às prescrições médicas em época de quarentena e sua consequência, infelizmente, mortal.

Considerações finais

A discussão proposta neste capítulo parte da pressuposição de que a materialidade textual é produzida/construída sob influência tanto do contexto linguístico-discursivo partilhado entre os interagentes, como também da situação social mais específica em que se engendra a comunicação. Essa noção apresentada pela Teoria Semiolinguística do Discurso parte da concepção de *texto* como produção discursiva, operada pela intencionalidade dos sujeitos sociais e determinada por contratos de comunicação, que estariam na base dos gêneros discursivos. A partir de uma relação forma-sentido, analisam-se operações enunciativas que não se restringem aos processos de organização da superfície textual, mas se estendem aos mecanismos de implicação e de produção de variados efeitos de sentido, que estão relacionados a imaginários sócio-discursivos e a vários processos de inferência.

A proposta pedagógica sugerida – a partir da análise das marcas enunciativas dos sujeitos sociais e discursivos e da influência dos imaginários sociais, na passagem do sentido de língua para o de discurso – busca aplicar os conceitos envolvidos no processo de interpretação que leva à compreensão global dos textos, salientando as inferências necessárias para o alcance da significação. Os comentários acerca da elaboração dos comandos pretendem elucidar essa aplicação conceitual, comprovando a pertinência da Semiolinguística tanto na elaboração de atividades produtivas de mediação de leitura quanto no efetivo desenvolvimento da competência leitora dos estudantes do ciclo básico.

Destaca-se também o fato de se ter utilizado a mídia digital como fonte dos textos que compõem as atividades de leitura, em virtude não só das diretrizes propagadas pela Base Nacional Comum Curricular, que estimula o trabalho com gêneros verbo-visuais, mas também por veicular peças de forte caráter sintético e de fácil captação do leitor. Pretende-se, com essa opção, contribuir com um modelo de exercício de leitura adequado aos nossos tempos e às necessidades interpretativas – em dimensão interdisciplinar – desse tipo complexo de textos.

Referências

- AUSTIN, J. L. **Quand dire, c'est faire**. Paris: Éditions du Seuil, 1970. p. 96-100.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.
- BAKHTINE, M. **Esthétique de la création verbale**. Paris: Gallimard, 1984.
- BARTHES, R. **Le texte: de la théorie à la recherche**. Paris: Seuil, 1972.
- BENVENISTE, É. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006. p. 81-90.

CALCANHOTO, A. **Carioca**. Álbum: A Fábrica do Poema, 1994.

CAPA do jornal Extra. **Extra**, Rio de Janeiro, 5 maio, 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/capas-jornal-extra/2020-05-60-24430846.html?mesSelecionado=Mai&ano=2020>. Acesso em: 17 jul. 2020.

CAPA do jornal Meia Hora. **Meia Hora**, Rio de Janeiro, 19 de abril, 2016.

CHARAUDEAU, P. **Compreensão e interpretação**. Interrogações em torno de dois modos de apreensão do sentido nas ciências da linguagem. 2019. Disponível em: <https://ciad.rj.lettras.ufrj.br/>. Acesso em: 16 out. 2020.

CHARAUDEAU, P. Compréhension et interpretation: interrogations autour de deux modes d'appréhension du sens dans les sciences du langage *In*: ACHARD-BAYLE, G; GUÉRIN, M; KLEIBER, G.; KRYLYCHIN, M. (Orgs.). **Les sciences du langage et la question de l'interprétation (aujourd'hui)**. Limoges, Les Éditions Lambert-Lucas: 2018. p. 21-55.

CHARAUDEAU, P. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Trad. André Luiz Silva e Rafael Magalhães Agrisano. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, 2017.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso**: modos de organização. Trad. Angela M. S. Corrêa *et alii*. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006a.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006b.

CHARAUDEAU, P. El contrato de comunicación en una perspectiva lingüística: Normas psicosociales y normas discursivas. **Opcion**, Maracaibo, v. 22, n. 49, p. 38-54, 2006c.

CHARAUDEAU, P. Les conditions de compréhension du sens du discours. *In*: **Anais do I Encontro Franco-brasileiro de Análise do discurso**. Rio de Janeiro, CIAD-Rio/UFRJ, 1995, p. 9-16.

CHARAUDEAU, P. **Grammaire du sens et de l'expression**. Paris: Hachette, 1992.

GENETTE, G. **Seuils**. Paris: Éditions du Seuil, 1987.

JODELET, D. (Org.). Representações sociais: um domínio em expansão. *In*: JODELET, D. **As representações sociais**. Trad. Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MEDEIROS, M. Confie em Deus, mas tranque o carro. *In*: **Revista O Globo**. Rio de Janeiro: Globo, 08/11/2009.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Editado em inglês por Gerard Duveen; Trad. Pedrinho A. Guareschi. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

SANTAELLA, L. **Produção de linguagem e ideologia**. São Paulo: Cortez Editora, 1980.

SEARLE, J. R. **Les actes de langage**. Essai de philosophie du langage. Paris: Hermann Éditeurs des Sciences et des Arts, 1996. p. 83-91.

SPERBER, D.; WILSON, D. **Relevance**: communication and cognition. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

Sobre as autoras

Aparecida Lino Pauliukonis (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-8057-9961>)

Professora Titular de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atua no Programa de Letras Vernáculas, na linha de pesquisa Semântica e Análise do discurso. Membro do Grupo de Pesquisa CIAD- Rio.

Beatriz dos Santos Feres (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-5854-2898>)

Professora Associada de Língua Portuguesa da Universidade Federal Fluminense. Atua no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da mesma universidade. É líder do Grupo de Pesquisa Leitura, fruição e ensino (Leifen – CNPq) e membro do Ciad-Rio.

Lúcia Helena Martins Gouvêa (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0002-8743-4033>)

Professora Associada de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atua no Programa de Pós-Graduação de Letras Vernáculas, na linha de pesquisa Semântica e Análise do Discurso. Coordena, desde 2017, o Círculo Interdisciplinar de Análise do Discurso (Ciad-Rio).

Patricia Neves Ribeiro (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-9532-0098>)

Mestre e doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professora Associada de Língua Portuguesa da Universidade Federal Fluminense, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. É vice-líder do GP LeiFen/CNPq e membro do Ciad-Rio.

Rosane Monnerat (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-2523-9088>)

Professora Titular do Curso de Letras da Universidade Federal Fluminense. Atua no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, na Linha de Pesquisa Estudos do Texto, do Discurso e da Tradução.

Recebido em abril de 2021.

Aprovado em agosto de 2021.

O gênero digital artigo de divulgação da ciência para crianças: plano de texto, interação e interfaces para o tratamento da leitura e da escrita

The digital genre popular science article for children: text plan,
interaction and interfaces for the approach of reading and writing

Sueli Cristina Marquesi¹

Ana Lúcia Tinoco Cabral²

Maria das Graças Soares Rodrigues³

Vanda Maria da Silva Elias⁴

Ana Elvira Luciano Gebara⁵

Sílvia Augusta de Barros Albert⁶

Resumo: Este artigo tem por objetivos discutir a interação no gênero digital artigo de divulgação científica para crianças, propiciada pela inter-relação entre plano de texto e suas sequências textuais, bem como estabelecer interfaces para o tratamento da leitura e da escrita. O aporte teórico que embasa a discussão é formado pelos pressupostos da Análise Textual dos Discursos e da Linguística Sociocognitiva-interacional, assim como por estudos sobre gêneros digitais. A análise de um texto digital veiculado pela Revista Ciência Hoje das Crianças evidencia resultados que confirmam um plano de texto, cujo imbricamento de sequências textuais em que predomina a sequência explicativa, favorece a interação do leitor com o texto. As reflexões decorrentes da discussão dos resultados da análise abrem perspectivas para a abordagem do ensino da leitura e da escrita.

Palavras-chave: Interação. Plano de texto. Leitura. Escrita. Gênero digital.

Abstract: The purpose of this study is both to discuss the interaction in the digital genre, popular science article for children, provided by the interrelationships between text plan and textual sequences, as well as to establish interfaces for the approach of reading and writing. The theoretical framework that guides the discussion is based on Textual Analysis of Discourse and Sociocognitive-interactional Linguistics conceptions, as well as on studies on digital genres. The results of the analysis of a digital text published by the magazine *Revista Ciência Hoje das Crianças* confirm the existence of a text plan whose interweaving of textual sequences in which the explanatory sequence predominate, promote the interaction between the reader and the text. The reflections based on the discussion of the results open perspectives for the approach of teaching reading and writing.

Keywords: Interaction. Text plan. Reading. Writing. Digital genre.

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Departamento de Ciências da Linguagem e Filosofia, Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, São Paulo, SP, Brasil. Endereço eletrônico: suelimarquesi.sm@gmail.com.

² Universidade de São Paulo; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Instituto de Pesquisas Linguísticas *Sedes Sapientiae* para Estudos de Português, São Paulo, SP, Brasil. Endereço eletrônico: altinococabral@gmail.com.

³ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Natal, RN, Brasil. Endereço eletrônico: gracasrodrigues@gmail.com.

⁴ Universidade Federal de São Paulo, Departamento de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Guarulhos, SP, Brasil. Endereço eletrônico: vanda.elias@gmail.com.

⁵ Universidade Cidade de São Paulo, Curso de Letras; Fundação Getúlio Vargas, Escola de Direito, São Paulo, SP, Brasil. Endereço eletrônico: aegebara@hotmail.com.

⁶ Universidade Cruzeiro do Sul, Curso de Letras; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Grupo de Pesquisa Texto, Escrita e Leitura, São Paulo, SP, Brasil. Endereço eletrônico: silvia.augusta.albert@gmail.com.

Considerações iniciais

Os estudos sobre planos de texto e diferentes inter-relações conceituais para a ampliação de critérios teórico-analíticos aplicáveis a gêneros discursivos-textuais têm ocupado nossa atenção nos últimos anos, principalmente, em sua relação com a leitura e a escrita em meios digitais, tais como em Marquesi, Elias e Cabral (2017) e Marquesi *et al.* (2019), em que focalizaram, respectivamente, a inter-relação entre planos de texto, sequências textuais e orientação argumentativa e entre planos de texto e contexto. A esses estudos, todos resultantes da interlocução no GT da ANPOL “Linguística de Texto e Análise da Conversação”, acrescentaríamos ainda o de Marquesi *et al.* (2010), também fruto do mesmo espaço de interlocução, em que se detiveram no ensino em meios digitais como uma questão de leitura e escrita hipertextual. Além desses trabalhos, Cabral (2013) estudou a simultaneidade e integração em textos multimodais e Rodrigues e Cabral (2020) e Rodrigues (2021) desenvolveram estudos centrados em gêneros digitais, suas interfaces com a interação e a visada argumentativa.

No presente trabalho, considerando: i) os vários gêneros digitais e sua relevância para a abordagem da leitura e da escrita; ii) a proposta do GT Linguística de Texto e Análise da Conversação no biênio, centrada em questões teórico-analítico-metodológicas relacionadas à interação em meios digitais, temos por objetivos: discutir a inter-relação entre planos de texto, sequências textuais e interação no gênero digital artigo de divulgação científica e estabelecer relações para o tratamento da leitura e da escrita.

Para tanto, fundamentamo-nos em Adam (2011 [2008]; 2019), Marquesi, Elias e Cabral (2017), Cabral (2013; 2016), Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2014), Rodrigues (2016), Soares e Rodrigues (2018), Rodrigues e Marquesi (2016), Marquesi, Cabral e Rodrigues (2020), sobre planos de texto e sequências textuais; em Kerbrat-Orecchioni (1992; 2005) e Sindoni (2019), no que se refere à interação verbal e à interação em ambientes virtuais; e em Koch e Travaglia (1990), Koch (2006) e Koch e Elias (2016), no que diz respeito à leitura e escrita.

Organizamos o artigo em três seções: na primeira, discutimos os conceitos de gênero e de gêneros digitais, tecemos algumas considerações sobre o gênero artigo de divulgação da ciência para crianças em meio digital e apresentamos o texto a ser analisado; na segunda, abordamos, em inter-relação, os conceitos relativos a texto, plano de texto, sequências textuais e interação; na terceira, analisamos o texto, em seus aspectos multimodais, enfocando a interação, o plano de texto e as sequências textuais; nas considerações finais, indicamos

algumas perspectivas para o tratamento da leitura e da escrita para o ensino, levando em conta o gênero aqui estudado.

Gênero e gêneros digitais: artigo de divulgação da ciência para crianças

No Brasil, o estudo dos gêneros é bastante amplo e contempla muitas perspectivas teóricas, tendo o conceito de gênero adquirido, conforme defende Marcuschi (2008), caráter multidisciplinar, pois pode relacionar-se à etnografia, à sociologia, à antropologia, à retórica e à linguística, o que o torna um caracterizador de relações sociais e psicológicas.

Na noção de gênero está imbricado o caráter enunciativo da linguagem, na medida em que, em suas múltiplas manifestações sociais, assim como quando tomado como objeto de ensino da produção escrita ou oral, o gênero revela sempre uma interlocução, marcada social e historicamente, em uma dada situação comunicativa. Os gêneros, na acepção do filósofo russo Mikhail Bakhtin, são formas relativamente estáveis de enunciados, marcadas social e historicamente, ligadas a diferentes esferas da atividade humana (BAKHTIN, 2000 [1979]). Os gêneros discursivos decorrem, pois, das necessidades humanas de interação, em que está envolvida a realização de propósitos comunicacionais. Quando o inventário disponível não atende a tais necessidades, resta ao indivíduo nomear os novos eventos comunicativos, criando, assim, novos gêneros. Nesse sentido, outro fator importante é o avanço tecnológico, já que inúmeros foram os gêneros surgidos com o advento da Internet. A sociedade vivencia a revolução digital e, certamente, muitos gêneros continuam e continuarão surgindo.

Bachur (2015), com base no pensamento de Bakhtin (2000[1979]), destaca que os gêneros são gerados por diferentes circunstâncias ligadas às diversas esferas de comunicação, relacionadas com os vários tipos de atividades humanas. Vemos no referido estudo algumas informações importantes com respeito aos gêneros: eles têm uma forma composicional relativamente estável, o que quer dizer que trazem elementos fixos, mas admitem a criatividade por parte do produtor, conforme observaram Marquesi *et al.* (2018). Questões concernentes à relativa estabilidade dos gêneros também foram abordadas por Rojo e Barbosa (2015); conforme essas autoras, a finalidade, o funcionamento e a especificidade das esferas de atividades em seu tempo e lugar históricos determinam as características do gênero no que este tem tanto de estável como de flexível; por isso, eles não são entendidos por Bakhtin de maneira estática ou estanque, pois se transformam com as mudanças históricas, sociais e culturais. Temos visto e vivido, nas últimas décadas, fortes mudanças ocasionadas pelas tecnologias digitais, as quais transformaram os gêneros, que, ao circularem nos meios digitais, adquiriram novas características, em maior ou menor número, de acordo com a capacidade de adaptação

ao ambiente digital, caso do artigo de divulgação científica para crianças, ou promoveram o surgimento de novos gêneros

De fato, conforme observam Rojo e Barbosa (2015, p. 17), os gêneros “permeiam nossa vida diária e organizam a nossa comunicação”; é, pois, natural que os avanços tecnológicos que se incorporam ao nosso cotidiano os abarquem, os transformem, conforme as necessidades dos novos meios de atuar na vida cotidiana e as novas formas de interagir. Esse postulado vai ao encontro dos ensinamentos de Sandig (2009), que destaca a existência de padrões textuais para cada situação social, ou seja, os gêneros. A autora ressalva, no entanto, que os textos, para realizarem as diversas funções sociais nas comunicações concretas, adaptam-se “às diferentes condições prévias e às finalidades individuais que caracterizam uma dada situação” (SANDIG, 2009, p. 47). Essa afirmação corrobora a ideia de que os gêneros são flexíveis e vem ao encontro das profundas transformações por que passam os gêneros e textos nos ambientes digitais.

Koch (2006, p. 165) ensina que a escolha de um gênero leva em conta tanto os objetivos variados, o lugar social e os papéis que desempenham os participantes na situação de interação específica, como a prática social na qual os sujeitos estão inseridos. Não há dúvida de que as práticas sociais nos ambientes digitais assumem contornos diversos, impondo também gêneros diversificados, novos ou adaptados a tais situações. Assim, os gêneros que circulam nos ambientes digitais assumem características próprias, apresentando formas materiais diferentes.

A respeito das novas formas materiais, vale lembrar o postulado de Chartier (1998), para quem as formas materiais influenciam o modo como o texto se apresenta e como ele é lido; de fato, tanto na tela do computador como no próprio hipertexto há “livre composição de fragmentos indefinidamente manipuláveis” (CHARTIER, 1998, p. 101), o que, sem dúvida, influencia a leitura, fato também destacado por Cabral (2013), que, ao analisar a multimodalidade em textos de *sites*, verificou que a forma de organização dos conteúdos nos diferentes ambientes digitais influencia a leitura. Essa autora, ao tratar do texto digital e multimodal, observa que a multimodalidade é elemento constitutivo do texto, e não acessório. Para ela, as diferentes modalidades de linguagem concorrem igualmente e em conjunto para a construção dos sentidos do texto.

Entre os gêneros que circulam no ambiente digital, destacamos o artigo de divulgação científica para crianças. Comparando artigos de divulgação científica para adultos com os dirigidos a crianças, Giering (2008) destaca diferenças relativas ao fim discursivo e à organização composicional. Segundo a autora, ao passo que os artigos de divulgação científica para adultos têm por objetivo “fazer-saber os resultados de uma pesquisa ou de uma descoberta de algum achado científico”, os artigos de divulgação científica dirigidos a crianças

prioritariamente objetivam “fazer compreender” (GIERING, 2008, p. 181). Com respeito à organização textual desse gênero, a autora observa que o propósito de fazer compreender remete ao protótipo da sequência explicativa (ADAM, 1992), ao passo que o propósito de fazer-saber diz respeito a uma organização pautada em sequências descritivas.

As sequências explicativas, conforme assinala Adam (2011 [2008], p. 238), manifestam-se textualmente em segmentos curtos, “na forma de frase periódica no presente que combina SE (introdutor de uma proposição que coloca um problema) com É QUE ou É PORQUE, introdutores de uma explicação, o que foi também estudado por Marquesi (2013), quando autora abordou a relação entre sequências explicativas e descritivas para o ensino em meios digitais. Em trabalho posterior, Marquesi e Cabral (2014, p.233) observam a possibilidade de a explicação surgir “a partir de uma releitura desencadeada por conectores *É/POR ISSO*”. Essas autoras convocam Bronckart (1999), para quem a função das sequências explicativas é, igualmente ao que destacamos no parágrafo anterior, com Giering (2008), fazer compreender uma informação incontestável, que o produtor do texto julga que o leitor terá dificuldade em compreender. Marquesi e Cabral (2014) lembram que a explicação normalmente diz respeito a um conceito ou termo técnico e é fornecida por alguém que seja autorizado pelo seu saber, pelo estatuto que o legitima. Segundo essas autoras, o discurso didático, especialmente quando este se dá em ambientes virtuais, combina sequências explicativas e argumentativas. Esse é um dado pertinente aos artigos de divulgação da ciência para crianças, tanto pelo caráter também didático desse gênero quanto pelo contexto digital em que ocorre, como é o caso do texto “Que mistura é essa?”, objeto de nossa análise neste trabalho.

Relativamente aos artigos de divulgação científica dirigidos a crianças, nosso interesse específico neste estudo, Giering observa que eles “explicam, predominantemente, processos ou funções de um determinado tema que faz parte do cotidiano do leitor jovem, sob o viés científico” (GIERING, 2008, p. 182). A autora destaca a importância de o adulto produtor conquistar o leitor criança, “ainda mais ao se considerar que as temáticas ligadas ao domínio das ciências são de antemão alheias aos interesses imediatos dos leitores infantis” (GIERING (2008, p. 186). Essa observação evidencia a importância das sequências argumentativas e, igualmente, do discurso procedural, característico do discurso didático, pondo em destaque também o caráter interacional dos textos com fins de divulgação da ciência, especialmente aqueles que têm como leitores crianças e jovens.

Conforme Adam (2019), os discursos procedurais veiculam a noção de ação que acontecerá com finalidade prática, destinam-se, *a priori*, a facilitar a realização de uma tarefa por um sujeito que deseja realizá-la. Em um nível sintático, materializa-se pela presença

massiva de predicados de ação, por verbos de ordenar e de prescrever no imperativo e no futuro. Em um nível semântico, veicula a noção de algo que está por acontecer, por ser realizado.

Considerando nossas asserções e objetivos expostos na introdução deste trabalho, selecionamos para análise e proposta de prática educativa um exemplar do gênero divulgação da ciência para crianças, publicado no ambiente digital da revista *Ciência Hoje das Crianças (chc)*, que começou a em 1986 e, desde suas primeiras edições, tem a multimodalidade e a busca da interação com os leitores, de 7 a 14 anos, como características centrais. Seus textos são compostos pelo emprego diferentes fontes e uso de cores, fotos, mapas, glossários para os diferentes tópicos e possíveis aprofundamentos (ALMEIDA, 2020). No ambiente digital, os artigos, além dos hiperlinks, são acompanhados por um espaço para comentários, uma interação mais próxima, ainda que assíncrona.

O artigo, intitulado “Que mistura é essa?”, foi publicado em 20/10/2020, e encontra-se disponível no endereço eletrônico <http://chc.org.br/artigo/que-mistura-e-essa/>⁷. Trata-se de um artigo, designação atribuída ao texto pelo próprio *site*.

Texto, plano de texto, sequências textuais e interação

Assumimos com Marquesi, Cabral e Rodrigues (2020, p. 163-164) que “há uma estrutura prevista pelo gênero, à qual o produtor atende sem, no entanto, deixar de lançar mão de sua organização particular” que satisfaz as intenções do produtor. De acordo com as autoras, o plano de texto diz respeito a um texto singular e, apesar de estar, de alguma forma, submetido ao gênero, que é social, não se confunde com ele. O plano de texto materializa o caráter de relativa estabilidade da estrutura composicional do gênero. Por isso Adam (2011 [2008]) afirma que os planos de textos estão, juntamente com os gêneros, disponíveis no sistema de conhecimentos dos grupos sociais. Isso quer dizer que os planos de texto atendem aos preceitos dos gêneros, mas de forma individual, o que leva Adam (2018, p. 105) a afirmar que o plano de texto é “o fator unificador e obrigatório das estruturas composicionais”, isto é, são os planos de texto que permitem construir (na produção) e reconstruir (na leitura ou na escuta) a organização global de um texto, de acordo com o gênero que o texto realiza, mas com relativa possibilidade de desvio em relação à estrutura composicional preconizada pelo gênero.

Adam (2021, s. p.) explica que “os planos de texto são o lugar de uma tensão entre, de um lado, o caráter do acontecimento enunciativo não reiterável que caracteriza todo texto

⁷ Em virtude de limitações de espaço, não foi possível apresentar imagens, figuras, infográficos e demais elementos multimodais no corpo do artigo. Sugerimos que o leitor, para ter acesso a tais elementos que compõem o texto, consulte-os pelo *link* indicado.

singular e, por outro, a pré-formatagem mais ou menos forte *pelos gêneros discursivos e pelas sequências pré-genéricas*". O autor relaciona o conceito de plano ao de sequência textual, entendida a sequência como unidade textual complexa, composta de um número limitado de conjuntos de proposições-enunciados denominadas macroproposições. Como esclarece o Adam, a sequência é

- uma rede relacional decomponível em partes interligadas entre si (as macroproposições) e conectadas ao todo que elas constituem (uma sequência);
- uma entidade relativamente autônoma, dotada de uma organização interna pré-formatada que lhe é própria e que, portanto, está em relação de dependência-independência com o conjunto mais amplo do qual é parte constitutiva: o texto; cinco são os tipos de sequências textuais: descritiva, narrativa, argumentativa, explicativa e dialogal. (ADAM, 2019, p. 46)

A relativa autonomia mencionada por Adam, mais do que referir a uma dependência da sequência em relação ao todo, diz respeito ao fato de que a opção do produtor textual por determinada sequência está vinculada à unidade do texto, considerando a construção dos sentidos relativamente às intenções do produtor, isto é, cada sequência textual tem ligação com as demais sequências que compõem o todo do plano do texto. O autor considera que "certas formas primárias não são genéricas, mas correspondem a certas formas elementares de narração, de descrição, de argumentação, de explicação e de diálogo" (ADAM, 2019, p. 27-28); essas formas elementares são, pois, as sequências.

Adam (2019, p. 28) afirma que "muitos gêneros discursivos fixam, com mais ou menos amplitude, o tipo de forma primária dominante". Essa forma dominante, conforme o autor, é o que nos faz identificar, por exemplo, um texto como uma narração ou como um texto argumentativo. O autor reconhece, no entanto, a ocorrência de várias sequências em um mesmo texto, ou em uma mesma zona textual, pois o texto raramente se compõe de uma única sequência; fato já defendido também muitos outros autores, entre eles, Cabral (2016, p.386), para quem o plano de texto é composto "de várias sequências que participam harmonicamente dele para atender à função para a qual o texto foi produzido", ou seja, de acordo com as intenções do produtor, há uma combinação de sequências na composição do plano do texto visando à construção dos sentidos do texto.

Ao mencionarmos a construção dos sentidos do texto, somos levados em direção ao leitor, a quem todo texto é voltado, assim como à visão interacionista da linguagem e à ideia de que a linguagem verbal é, essencialmente, feita para ser dirigida a alguém. Neste trabalho, observamos a interação do ponto de vista da relação entre texto e leitor, ponto de vista sociointeracional-cognitivo dos estudos do texto.

A concepção de língua como forma de interação considera os participantes do processo comunicativo como sujeitos ativos; dessa perspectiva, o leitor reage de alguma forma ao texto. Cumpre lembrar que todo texto se direciona a um leitor, efetivo ou presumido. Esse leitor, ou a representação que o produtor faz dele, encontra-se, pois, inscrito no texto, de alguma forma, seja explicitamente, seja implicitamente, na medida em que o produtor leva sempre em conta um possível leitor. Os postulados de autores que cuidam da produção textual para ambientes digitais corroboram esse ponto de vista.

Conforme mencionam Lima e Cabral (2019), devemos considerar a constante interação entre o texto e o produtor para a construção dos sentidos, além, é claro, do contexto em que ocorre o texto, que também implica coerções à organização textual e ao uso da linguagem. De acordo com essas autoras, “esses elementos em interação é que permitem a construção dos sentidos de um texto, tanto do ponto de vista da produção, quanto do ponto de vista da leitura” (LIMA; CABRAL, 2019, p. 61). As autoras mencionam Kellog (2008), pesquisador que põe em evidência a dimensão interacional do texto. De fato, Kellog (2008), ao tratar de produção textual, destaca a dimensão interacional da produção textual como um fenômeno que atesta o grau de maturidade do produtor. Para esse estudioso da proficiência escritora, entre os fatores que evidenciam se o produtor é proficiente e maduro está aquele que diz respeito ao quanto ele leva em conta, durante o planejamento de seu texto, um possível leitor, e o quanto ele considera, durante a produção, além de seus objetivos, a interação do leitor com o texto.

Há textos que incluem explicitamente o leitor, invocando-o a participar ativamente, dialogando com o texto. Incluir o leitor explicitamente no texto constitui uma estratégia utilizada por diversos produtores que visam a comprometer o leitor na construção dos sentidos, fazer com ele participe efetivamente dela. Com respeito à dimensão interacional da produção textual, do ponto de vista da relação do leitor com os textos digitais, vale conhecer os postulados de Nielsen e de Baptista.

Baseados no fundamento de que todo texto é dirigido a um leitor, ao menos presumido, profissionais especializados em produção de conteúdos para Web, conforme assevera Nielsen (2000), devem respeitar três princípios fundamentais. Dois desses princípios são voltados para o leitor, visando a atrair sua atenção: adequação ao público-alvo, às suas necessidades e exigências; apresentação de conteúdos que estimulem a atenção do leitor, ou seja, conteúdos apelativos e criativos para que ele seja levado a envolver-se e a identificar-se com a informação, com a marca ou com o produto ou serviço do *site*. O terceiro princípio tem cunho tecnológico, e preconiza a adequação às diferentes plataformas digitais.

No mesmo sentido estão os preceitos de Baptista (2017), que também apresenta três princípios orientadores da produção de conteúdos para a Web, estes mais propriamente de cunho textual. Segundo essa autora, na linearidade do texto, deve-se apresentar, em primeiro lugar, o conteúdo mais importante e, depois, o menos importante, para atrair a atenção do leitor. A autora ressalta, no entanto, que os textos da web, por não serem lineares, são caracteristicamente hipertextuais e multimodais. A estudiosa recomenda, ainda, que a leitura seja mais interativa, isto é, deve-se oferecer ao usuário a possibilidade de interagir por meio de comentários.

Com base em análise de como os usuários leem *sites*, Nielsen (2000) constatou que a atenção centra-se mais nos títulos e subtítulos, nos números e nas palavras-chave. O pesquisador também observou que os leitores de *site* leem na diagonal, dando mais importância ao primeiro parágrafo, o que corrobora a orientação de Baptista para que os produtores apresentem o que consideram mais importante no início do texto; essa estratégia garante que eles lerão as informações que o produtor considera mais relevantes. De fato, para Cabral (2013), o leitor da Web procura por informações que sejam adequadas aos seus interesses e que ele considere interessantes, afinal, como afirma a autora, ele é apressado. Essa pesquisadora destaca, ainda, a importância das múltiplas semioses presentes nos textos digitais, observando que a “compreensão do material que o leitor tem à sua frente depende de todos os elementos que o compõem” (CABRAL, 2013, p. 94).

Podemos afirmar que tanto os preceitos de Nielsen quanto os de Baptista, assim como as observações de Cabral consideram o caráter interacional que subjaz à produção textual na Web e que, desse ponto de vista, o leitor de textos digitais é também um produtor. Com respeito à leitura na Web, Marty (2005) afirma que as ferramentas e o suporte de que dispõe o leitor cumprem um papel importante na orientação de sua leitura. Essa afirmação de Marty nos remete a Nielsen (2000), que destaca a importância de títulos bastante visíveis para orientar a navegação e, por consequência, a leitura.

Cumpramos esclarecer, com base no que afirmamos nos parágrafos anteriores, que, neste trabalho, as questões de interação são consideradas como fenômeno textual, isto é, do ponto de vista da interação dos leitores com o texto e com o ambiente digital em que se encontra o texto e no qual ocorre a leitura. Nosso foco é, pois, a textualidade e a interação do leitor com o texto publicado.

Interação propiciada pelo plano de texto e suas sequências textuais em “Que mistura é essa?”

Considerando-se que o objeto de análise é um texto multimodal e, pois, multissemiótico, uma vez que é constituído de múltiplas semioses, como a linguagem verbal escrita, fotos, imagens, infográficos, *links*, podemos afirmar que seu plano de texto é multimodal. Temos, pois, a continuidade temática reiterada pela relação entre as diferentes semioses, o que contribui para a interação do leitor com o texto, facilitando, assim, a compreensão de um texto de divulgação científica, sobretudo, quando o auditório se constitui de crianças, público a que se destina a revista *Ciência Hoje das Crianças (chc)*.

Por meio do título do texto, primeiro elemento do plano, o produtor do artigo propõe uma interação com o leitor, trazendo-o para o texto por meio da pergunta “Que mistura é essa?”, a qual remete à composição de uma palavra apresentada no início do artigo. Por meio da pergunta, que propõe o diálogo com o leitor, o produtor do texto mostra-se solidário. Essa inferência é autorizada, uma vez que a composição da palavra proposta no artigo pode parecer estranha para o público a que se destina a *chc*.

Certamente, em razão disso, o produtor estabelece uma relação de cumplicidade com o leitor. Podemos afirmar que o título propõe uma parceria entre produtor, texto e leitor. Essa parceria será ratificada ao longo do artigo por várias propostas de construção conjunta de sentidos. O texto apresenta seis segmentos, que apresentamos a seguir:

- 1) Convite ao leitor para montar um quebra-cabeça, que constitui o convite para leitura do texto.
- 2) Mundo tóxico.
- 3) Dona natureza, do que você precisa?
- 4) Na terra e no ar.
- 5) Assunto global.
- 6) Pensar e agir.

O primeiro segmento apresenta um convite, ou uma proposta ao leitor, que se dá por meio de um enunciado afirmativo: *Vamos montar um quebra-cabeças de palavras*. Trata-se de um convite do produtor, locutor enunciativo primeiro (L1/E1), ao seu interlocutor, o leitor jovem ou criança, chamando-o a se envolver e participar.

Por meio de vários enunciados imperativos como se o leitor fosse de fato montar o quebra-cabeças: *Pegue ‘eco’ (= casa), junte com ‘toxi’ (= tóxico) e, por último, acrescente ‘logia’ (= estudo)*, o que temos é a explicitação do processo de composição, ou seja, da montagem do quebra-cabeças, por meio do qual o texto apresenta, no primeiro parágrafo, o

tema do artigo: ecotoxiologia. O discurso procedural, que, no nível sintático, materializa-se pela presença massiva de predicados de ação, por verbos de ordenar e de prescrever no imperativo, às vezes, no futuro, no infinitivo ou em locuções verbais, em um nível semântico, veicula a noção de algo que está por acontecer, por ser realizado, chamando, no texto em discussão, o leitor a agir na interação com o texto.

Além da exposição do tema e do apelo à interação, podemos afirmar que o texto busca seduzir o leitor, por meio de um comentário que lhe diz respeito diretamente, explicitando a interação esperada pelo emprego de uma expressão que constitui uma gíria dos jovens: *Parece que vai rolar uma química entre você e esse texto! Vai rolar uma química* significa vai acontecer uma boa interação. A exposição desse comentário, que traz uma suposição por parte do produtor, chama o leitor a interagir com o texto.

Nesse primeiro segmento, o leitor toma conhecimento do conceito que será desenvolvido ao longo do texto: toxicologia. Apresentar o que é mais importante logo no início do texto, no caso, o conceito relativo ao tema central do artigo, corresponde ao preconizado por Baptista (2017). A compreensão do conceito é, sem dúvida, a atividade leitora mais importante no texto de divulgação científica. Além disso, dela depende também a curiosidade do leitor em dar continuidade à leitura do texto. Dessa forma, o leitor é convocado a participar da construção do conceito; valendo-se do discurso procedural marcado pelo imperativo, o texto apresenta, no primeiro parágrafo, o sentido do tema central do artigo: toxicologia, que *estuda as toxinas presentes na nossa casa. Ou melhor: estuda os efeitos de substâncias químicas no ambiente (que é a casa de todos) e também nos seres vivos.*

Pode-se afirmar, ainda, que esse segmento inicial do texto se caracteriza pelo diálogo presumido, através do turno de fala do L1/E1, ao se dirigir ao interlocutor. Nessa direção, interage como se estivesse em uma cena enunciativa de oralidade *in presencia*, do interlocutor: *O resultado – confere aí! – é ‘ecotoxicologia’, certo?.* Assim, o texto convida o leitor a participar, ao dar os comandos, ao descrever a ecotoxicologia, buscando, inclusive, reiterar o processo interativo por meio de marcador de fala “certo?” e por meio do pronome pessoal “você”. Subjaz a essa estratégia a busca de garantia da atenção do interlocutor. Acrescente-se a isso a locução verbal e as ocorrências do modo imperativo afirmativo. Aqui, evocamos Chafe (1994) acerca de uma das formas de envolvimento, a saber, o envolvimento com o outro, ou seja, com o interlocutor. Por fim, destacamos que o texto procedural, a sequência descritiva e o enunciado do turno de fala do L1/E1, mobilizados conjuntamente, instauraram um texto sem complexidade sintática, um texto com estilo marcado pela informalidade, o que atribuímos ao fato de que isso se deve ao propósito comunicativo do texto e ao auditório idealizado.

A partir dessa introdução, que propõe a parceria com o leitor, os demais segmentos textuais estão demarcados pelos subtítulos que apresentamos anteriormente, de 2 a 6, todos reforçados pela cor vermelha e pela fonte aumentada, procedimento que delimita claramente para o leitor as partes dos textos e orienta a leitura, expondo, nos subtítulos, os temas que serão desenvolvidos em cada um dos segmentos do texto. O emprego de títulos destacados por cores e fontes visíveis constitui uma das orientações de Nielsen (2000) para atender as necessidades do leitor. Essa estratégia está entre os recursos preconizados por Storrer (2009) para facilitar a leitura e garantir a coerência textual. Os subtítulos, contendo uma sumarização dos conteúdos dos subitens que eles iniciam, constituem um elemento orientador da leitura, pois o jovem leitor, por meio do subitem, já obtém uma informação precisa sobre o que aprenderá na sequência do texto.

O segmento textual que se segue (2) tem o subtítulo *Mundo tóxico* e é composto de três parágrafos. O primeiro, retoma o subitem anterior e aponta para novas informações, desenvolvidas nos dois parágrafos seguintes, explicitando o tema, por meio de uma sequência explicativa (ADAM, 2011): **SE a degradação da natureza está cada vez maior, É EM RAZÃO Do avanço da industrialização e o crescimento da população.** O segundo e o terceiro parágrafos detalham essa explicação, apresentando exemplos concretos e próximos do universo infantil, como no excerto a seguir:

(...) com o desenvolvimento da indústria, passamos a ter novas “necessidades” (ou desejos), como *trocar de celular* mesmo que o anterior nem esteja tão ultrapassado assim ou *levar para casa uma comida congelada superprática*, mas servida em embalagens plásticas e descartáveis.

O fechamento desse subitem reitera a relação estabelecida no parágrafo anterior entre produção industrial, produção de lixo e degradação do meio ambiente, retoma o tema central, ecotoxicologia, como meio de resolver o problema, e prepara o leitor para o tema do subitem seguinte (3), cujo subtítulo é *Dona natureza, do que você precisa?*, que, simulando um diálogo com a própria natureza, apresenta o tema desenvolvido no bloco. O referido subitem aponta para a explicação do método de pesquisa. Nele, as perguntas servem para instigar a curiosidade do leitor jovem, como no excerto: *Para saber como tratar o ambiente maltratado pelas substâncias tóxicas, os pesquisadores “perguntam” para quem realmente sabe: para a natureza. Mas como?*

A resposta apresenta a explicação da metodologia de pesquisa, exposta de forma leve, por meio de um vocabulário acessível ao público-alvo, com marca de interação própria da linguagem oral (*Bem*) e inclusão de exemplos, que cumprem a função de tornar os processos

expostos mais concretos para o leitor: *Bem, alguns animais, por exemplo, são usados em testes laboratoriais (...)*. A interação se mantém ao longo do texto com mais perguntas em tom de conversa, cujo propósito é mostrar ao leitor que o produtor o tem presente: *Quer um exemplo do que os pesquisadores observam? Veja só: (...)*.

O segmento textual seguinte (4) tem o subtítulo *Na terra e no ar*, que traz os temas desenvolvidos nos dois parágrafos que o compõem: o primeiro explica como se investigam problemas de contaminação da terra; o segundo expõe como são realizadas pesquisas referentes à contaminação do ar. As sequências explicativas seguem cumprindo o papel de expor os processos de forma mais clara e concreta para o leitor jovem, recorrendo à exemplificação. Assim, no primeiro parágrafo, por exemplo, o texto recorre a minhocas para exemplificar:

Minhocas, peixes, algas, microcrustáceos e outros organismos são utilizados em bioensaios. Quer um exemplo do que os pesquisadores observam? Veja só: as minhocas evitam solos contaminados, quando estão sobre eles, esticam seus corpinhos e fogem. Ou seja: a fuga das minhocas diz para os pesquisadores que há algum problema com a qualidade do solo – ele pode conter substâncias químicas de efeito prejudicial para plantas e outros seres vivos.

A organização linguística e enunciativa da zona textual em discussão é introduzida por uma enumeração de sintagmas nominais, sendo quatro sem determinantes e um, o último, com determinante. Na sequência, o L1/E1, por meio de um enunciado interrogativo, busca manter a interação como se estivesse em face do seu interlocutor. Essa busca de manter a interação também se dá por meio do uso do imperativo afirmativo *Veja só:*, que introduz a sequência explicativa.

Além disso, ganham destaque na composição foto e imagem com as respectivas legendas. A foto de uma minhoca, por exemplo, vem acompanhada da legenda “*Quando as minhocas fogem do solo, pode ser sinal de que ele está contaminado*”. Trata-se de um segmento multimodal que dialoga, parafrasticamente, com a parte verbal imediatamente anterior a esta, focalizando o papel do anelídeo na “denúncia” da contaminação do solo.

Por sua vez, a imagem de um líquen aparece com a legenda “*Os líquens podem informar aos cientistas o grau de poluição do ar*”. Ocupando uma posição à direita e não centralizada, a imagem acompanhada da legenda resume a fração verbal do texto que aparece à esquerda.

Ao leitor cabe se posicionar em relação a esses elementos multissemióticos e “responder” ao texto, recorrendo a procedimentos estratégicos, como focalizar partes do texto em atenção às orientações do autor e, nesse sentido, pode partir do verbal para o visual ou fazer o movimento contrário; relacionar as partes do texto com a foto e a imagem e estas ao subtítulo “*Na terra e no ar*”, compreendendo-as como recursos exemplificativos do que se apresenta

como efeitos de substâncias químicas no ambiente e para os seres vivos: a foto, remetendo a um exemplo de efeito nocivo de substâncias químicas no solo; a imagem, remetendo a um exemplo de efeito prejudicial de substâncias químicas no ar; ambos os exemplos servindo à intencionalidade do autor de explicar para o público leitor infantil o que é ecotoxicologia, o que fazem os cientistas dedicados a esse campo do saber e o que esperam ou deixam implicitamente sugerido em relação às ações humanas para a preservação do meio ambiente.

O segmento seguinte (5), intitulado *Assunto global*, aborda a abrangência da disciplina ecotoxicologia:

A ecotoxicologia integra todos os ambientes, percebendo os danos de uma substância tóxica não somente onde ela está, mas até aonde esses danos podem ir. O uso dos pesticidas (como também são chamados os agrotóxicos) podem resultar em problemas que vão longe!

O desenvolvimento se dá por meio de uma sequência descritiva (ADAM, 1992; 2011 [2008]; 2019; MARQUESI, 2017; 2018). No excerto exposto, temos a designação por denominação: *ecotoxicologia*; definição por função/tipo de ação: *integra todos os ambientes percebendo os danos de uma substância tóxica*; e individualização por relação de localização relativa à abrangência: *onde ela está, mas até aonde esses danos podem ir*.

Destacamos nesse segmento a presença de um infográfico, elemento gráfico que compõe o texto, ampliando os sentidos do que está descrito no parágrafo que o antecede. O infográfico faz uma representação do que aparece verbalmente explicado, em se tratando do alcance de uma substância tóxica no ambiente e em seres vivos. Convida, assim, o leitor para acompanhar a estrutura esquemática do infográfico composta por blocos de informação enumerados; repetição dos números em tamanho e distribuição espacial diferente; diversidade de formas e de cores, com a predominância do azul e uso de setas. Em seguida ao infográfico, há um pequeno cartaz, com texto iluminado em amarelo, trazendo a definição do termo técnico *bioindicador*. O destaque do amarelo de fundo indica para o leitor tratar-se de uma informação importante. Novamente, temos uma sequência descritiva cumprindo a função de definir o conceito.

O último segmento (6), com o subtítulo *Pensar e agir*, retoma as construções explicativas:

Se agirmos sem pensar que os elementos da natureza são limitados, podemos ter desagradáveis surpresas no futuro, como precisar e não ter mais. Por isso, devemos pensar antes de consumir, evitando o excesso de extração de matéria-prima e também a poluição resultante do funcionamento das fábricas e do lixo após o consumo.

No parágrafo apresentado, temos um movimento argumentativo que faz um alerta ao leitor sobre os riscos de agir sem pensar na preservação e retoma dados apresentados anteriormente no desenvolvimento do texto, como por exemplo, *os elementos da natureza são limitados, a poluição é resultante do funcionamento das fábricas e do lixo após o consumo*. Esses dados constituem apoio para o movimento que conduz à conclusão: devemos pensar antes de consumir. Essa argumentação e o discurso procedural no parágrafo seguinte buscam incitar o leitor a agir de forma mais consciente; para tanto, o texto apresenta sugestões de ações que contribuem para a preservação da natureza, com verbos no imperativo e um comentário avaliativo no fim do parágrafo, reforçando argumentativamente o propósito de ação:

Você quer contribuir com a preservação ambiental, mas não tem ideia do que fazer? Aqui vão três pequenas dicas: separe o lixo e leve os recicláveis nos pontos de coletas de resíduos da sua cidade; **evite** usar sacolas plásticas; **doe** tudo aquilo que estiver em boas condições e possa ser reaproveitado por outras pessoas. Pequenas ações como essas são de grande ajuda para a saúde do ambiente.

A incitação à ação, por meio de pergunta e resposta, busca uma interação direta do texto com o leitor, como em: *Você quer contribuir com a preservação ambiental, mas não tem ideia do que fazer? Aqui vão três pequenas dicas:(...)*. Fica claro que o texto não tem apenas o propósito de fazer compreender, mas também de fazer agir, ligado ao caráter argumentativo do artigo, explicitado inclusive no comentário final, que apela para a sensibilização do leitor infantil para uma atuação voltada para a preservação ambiental: *Pequenas ações como essas são de grande ajuda para a saúde do ambiente*.

Os dados da análise do plano de texto mostram a heterogeneidade composicional das sequências, muitas vezes, um mesmo fragmento textual funciona simultaneamente com orientação semântica voltada a cumprir o propósito explicativo do texto, que também se vale de descrições, e tem um papel de conscientização do leitor jovem, valendo-se, para tanto, de turnos de fala monogerados com função interativa e argumentativa. Ademais, o produtor procura instaurar a presença do leitor no texto também por meio de marcas de interação, que, simulando uma conversa, incitam à leitura, chamando-o a participar. Assim, o texto traz enunciados imperativos breves de proposta de ação, como: *confere aí; Vem saber mais! Repare;; Veja só:*. Cumprem essa mesma função, perguntas próprias do discurso oral de checagem da concordância do interlocutor, como, por exemplo: *certo?*

Vale ressaltar que a linguagem se adapta ao leitor, é bastante próxima da linguagem coloquial das crianças. Além disso, o texto leva em conta a possível falta de conhecimento do leitor, considerando o fato de o texto ser direcionado ao público jovem. Sendo assim, apresenta

definição de palavras, para além da palavra inicial, que foi inclusive objeto de um trabalho de composição morfológica para a boa compreensão do seu sentido. Assim, por exemplo, no enunciado que expomos a seguir, o significado de “inseticida” vem entre parênteses: *Um desses exemplos é a relação entre o uso de um inseticida (substância utilizada para matar insetos) e a morte de diversas aves*. Além do recurso à definição de palavras que podem não ser de conhecimento do leitor, o produtor optou por empregar um vocabulário próximo do universo do público-alvo. Assim, por exemplo, em vez de “intitulado”, o produtor optou por “chamado”, ao fazer referência ao título de um livro: *tudo começou com o lançamento de um livro chamado Primavera silenciosa, da bióloga Rachel Carson*. E, para dar a ideia de grande quantidade e da diversidade, o produtor optou por uma palavra muito usada por crianças - “um monte”: *A autora colocou neste livro um monte de exemplos de problemas ambientais*.

Embora os comentários não sejam foco deste estudo, cabe ainda destacar que o *site* também oferece ao pequeno usuário a possibilidade de interagir com o conteúdo e com outros leitores por meio de comentários, conforme preconiza Baptista (2017).

Considerações finais

Considerando a discussão teórica e a análise realizada, é possível, ao finalizar este texto, enfatizar alguns aspectos que abrem perspectivas para a abordagem da leitura e da escrita no ensino, isto porque os procedimentos analíticos adotados podem se reverter em estratégias para o trabalho que se realiza na orientação de jovens leitores e escritores.

No que diz respeito à discussão teórica, é de se destacar que o entendimento sobre planos de texto em suas diferentes composições de sequências textuais, no gênero digital aqui discutido, ao orientar diferentes formas de interação, permite: em situação de leitura, o trabalho de construção de sentidos, pelas muitas inferências autorizadas pelas pistas dadas pelo texto, sejam elas verbais ou não verbais; em situação de escrita, a adoção desses recursos textuais-discursivos na produção de novos textos do mesmo gênero. Tanto em um caso quanto em outro, evidencia-se o fato de que o despertar do olhar atencioso do aluno para o universo de um texto multimodal, como o aqui analisado, dá-lhe apoio para sua escrita.

No que diz respeito à análise, sua realização, orientada por categorias advindas dos princípios teóricos adotados, dá sustentação para a discussão de resultados que evidenciam a importância de se formar um leitor participativo, que, ao interagir com o texto, além da construção de sentidos, chegue ao entendimento de seu plano, de suas sequências textuais, das interações possibilitadas, podendo associar e estender o trabalho de leitura para o trabalho de escrita, e vice-versa.

Isso nos remete ao trabalho de leitura e escrita como um *continuum* a ser trabalhado por professor e alunos, com o olhar voltado a muitos aspectos, como os analisados e discutidos na seção 3, em que o texto de gêneros digitais, por sua natureza, constitui um recurso significativo na proposição de atividades formativas na área das linguagens.

Reiterando os muitos desafios que os gêneros digitais apresentam àqueles que estudam o texto, acreditamos que, ao discutirmos as relações entre planos de texto, sequências textuais e interação, entre essas e a leitura e a escrita, tenhamos trazido uma contribuição para o entendimento de que os diferentes entrelaçamentos entre linguagens verbal e não verbal para os quais o leitor deve atentar o preparam também para o exercício da escrita de gêneros digitais.

Assim, ao assumirmos a abordagem sociocognitivo-interacional para o estudo teórico-analítico de um texto do gênero digital divulgação da ciência para crianças, além da contribuição assinalada, identificamos outras perspectivas de continuidade da pesquisa, tais como as que se referem a pistas que marcam a intencionalidade de um texto, manifestadas por meio de diferentes sequências textuais registradas tanto pela linguagem verbal quanto pela não verbal.

Que possamos transformar os muitos desafios sobre o entendimento de planos de texto e das estratégias de interação em gêneros digitais, em novas perguntas de investigação que nos levem a avançar no estudo do texto em sua complexa rede multimodal para o tratamento da leitura e da escrita.

Referências

ADAM, J. M. Micronível, mesonível e macronível da estrutura textual. Trad. CABRAL, A. L. T.; RODRIGUES, M. das G. S. Revisão técnica SILVA NETO, J. G.; e PASSEGGI, L. **Revista Letra Magna**, 2021. (no prelo)

ADAM, J. M. **Le paragraphe**: entre phrases et texte. Paris: Armand Colin, 2018.

ADAM, J. M. **Textos**: tipos e protótipos. Trad. Alena Ciulla *et al.* Coordenação da tradução de Mônica Magalhães Cavalcante. São Paulo: Contexto, 2019.

ADAM, J. M. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. 2. ed. Trad. RODRIGUES, M. das G. S.; SILVA NETO, J. G.; PASSEGGI, L.; LEURQUIN, E. V. L. Fraga. São Paulo: Cortez, 2011 [2008].

ADAM, J. M. **Les textes**: types et prototypes. 1. ed. Paris: Nathan, 1992.

ALMEIDA, S. A. Divulgação científica para crianças: uma análise de artigos das revistas ciência hoje das crianças e recreio. **Revista Ciências & Ideias**, v. 11, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revistascientificas.ifrj.edu.br/revista/index.php/reci/article/view/1032>. Acesso em: 20 fev. 2021.

BACHUR, S. A. B. A. **Processos referenciais anafóricos em redações de vestibular: uma estratégia textual-discursiva**. 2015. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BAKHTIN, M. M. Os gêneros do discurso. *In*: BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2000 [1979].

BAPTISTA, D. M. A importância do conteúdo na Web: para uma estratégia de comunicação eficaz. *In*: FERREIRA, A. M.; MORAIS, C.; BRASETE, M. F.; COIMBRA, R. L. (Eds.) **Pelos mares da língua portuguesa III**. Aveiro: UA Editora, 2017. p. 925-944.

CABRAL, A. L. T. Leitura de textos multimodais: simultaneidade e integração na construção dos sentidos. **Intersecções**, ed. 10, a. 6, n. 2, p. 89-106, 2013. Disponível em: <http://www.anchieta.br/unianchieta/revistas/interseccoes/interseccoes.asp>. Acesso em: 15 fev. 2021.

CABRAL, A. L. T. Texto e argumentação: escolhas linguísticas, organização textual e contexto enunciativo. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO, 3., 2016, Ilhéus. **Anais...** Ilhéus: Editus, 2016. p. 381-391.

CHAFE, W. **Discourse, consciousness and time: the flow and displacement of conscious experience in speaking and writing**. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1994.

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Edunesp, 1998.

GIERING, M. E. A divulgação científica midiática para crianças e os fins discursivos. **Revista do GEL**, São José do Rio Preto, v. 5, n. 1, p. 181-195, 2008.

KELLOGG, R. T. Training Writing Skills: a cognitive developmental perspective. **Journal of writing research**, v. 1, n. 1, p. 1-26, 2008.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Le discours en interaction**. Paris: Armand Colin, 2005.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Les interactions verbales**. Tome II. Paris: Armand Colin, 1992.

KOCH, I. G. V. **Introdução à linguística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. O texto na Linguística Textual. *In*: BATISTA, R. O. (Org.). **O texto e seus conceitos**. São Paulo: Parábola, 2016. p. 31- 44.

KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 1990.

LIMA, N. V. de; CABRAL, A. L. T. Desenvolvimento da competência escritora em ingressantes no ensino universitário: perspectivas teórico-analíticas e desafios práticos. **Verbum. Cadernos de Pós-Graduação**, v. 8, n. 2, p. 59-76, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/verbum/article/view/43794>. Acesso em: 20 mar. 2021.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MARQUESI, S. C. Constituição da República Federativa do Brasil: da visada prescritiva a interfaces discursivas. *In*: CABRAL, A. L. T.; BUENO, F. de G. (Orgs.). **Direito e Linguagem** – a Constituição de 1988. Londrina: Thoth, 2019. p. 74-88.

MARQUESI, S. C. Procedimentos analíticos da ATD e produção escrita: estrutura composicional e sequências textuais descritivas em relatórios técnicos. *In*: GOMES, A. T.; PASSEGGI, L.; RODRIGUES, M. das G. S. (Orgs.). **Análise Textual dos Discursos: perspectivas teóricas e metodológicas**. Coimbra: Grácio Editor, 2018. p. 111-123.

MARQUESI, S. C. Linguística Textual e Análise Textual dos Discursos: sequências descritivas e progressão textual em foco. *In*: CAPISTRANO JÚNIOR, R.; LINS, M. da P. P.; ELIAS, V. M. (Orgs.). **Linguística Textual: diálogos interdisciplinares**. São Paulo: Labrador, 2017. p. 279-297.

MARQUESI, S. C. Contribuições da Análise Textual dos Discursos para o ensino em ambientes virtuais. **Revista Linha d'Água**, São Paulo, n. 26, p. 185-201, 2013.

MARQUESI, S. C.; CABRAL, A. L. T.; RODRIGUES, M. das G. S. Escrita acadêmica: argumentação e construção de sentido. *In*: OLIVEIRA, E. G. *et al.* (Orgs.). **Discurso e argumentação: tecendo os efeitos de sentido**. Campinas: Pontes, 2020. p. 159-181.

MARQUESI, S. C.; CABRAL, A. L.; ELIAS, V. M.; TOMAZI, M. M.; RODRIGUES, M. das G. S. Plano de texto e contexto: conceitos em interface para o tratamento da escrita e da leitura em mídia digital. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 13, n. 25, p. 40-59, 2019. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/27885/18765>. Acesso em: 15 abr. 2021.

MARQUESI, S. C.; ELIAS, V. M.; CABRAL, A. L. T. Planos de texto, sequências textuais e orientação argumentativa. *In*: MARQUESI, S. C.; PAULIUKONIS, M. A. L.; ELIAS, V. M. (Orgs.). **Linguística Textual e ensino**. São Paulo: Contexto, 2017.

MARQUESI, S. C.; CABRAL, A. L.; ELIAS, V. M.; VILLELA, A. M. N. Ensino em meios digitais: uma questão de leitura e escrita. *In*: BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. (Orgs.). **Linguística de texto e análise da conversação**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 354-386.

MARQUESI, S. C.; CABRAL, A. L. T. Sequências explicativas e argumentativas: interação e motivação em atividades de EAD. *In*: BASTOS, N. B. (Orgs.). **Língua Portuguesa e Lusofonia**. São Paulo: EDUC, 2014. p. 227-239.

MARTY, N. **Informatique et nouvelles pratiques d'écriture**. Cahors: Nathan, 2005.
NIELSEN, Jacob. **Projetando Websites – Designing web usability**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RODRIGUES, M. das G. S. Ponto de vista emocionado no gênero discursivo comentário on-line – violência verbal. **Linha d'Água**, v. 34, n. 01, p.13-28, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/issue/view/11946/2027>. Acesso em: 10 maio 2021.

RODRIGUES, M. das G. S.; CABRAL, A. L. T. Responsabilidade Enunciativa, emoções e argumentação: a violência verbal em foco. *In*: PIRIS, E. L.; RODRIGUES, M. das G. S.

(Org.). **Estudos sobre argumentação no Brasil hoje: modelos teóricos e analíticos**. Natal: EDUFRN, 2020, p. 291-318. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/30395>. Acesso em: 10 jan. 2021.

RODRIGUES, M. das G. S. Sentenças condenatórias: plano de texto e responsabilidade enunciativa. In: PINTO, R.; CABRAL, A. L. T.; RODRIGUES, M. das G. S. (Org.). **Linguagem e Direito** – perspectivas teóricas e práticas. São Paulo: Contexto, 2016. p. 129-143.

RODRIGUES, M. das G. S.; MARQUESI, S. C. Relatório de pesquisa de estágio pós-doutoral (sob supervisão do Prof. Jean-Michel Adam). Universidade de Lausanne, Suíça, 2016.

RODRIGUES, M. das G. S.; PASSEGGI, L.; SILVA NETO, J. G. Planos de texto e representações discursivas: a seção de abertura em processos-crime. In: BASTOS, N. B. (Org.). **Língua Portuguesa e Lusofonia**. São Paulo: EDUC, 2014. p. 241-255.

ROJO, R.; BARBOSA, J. P. **Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos**. São Paulo: Parábola, 2015.

SANDIG, B. O texto como conceito prototípico. In: WIESER, H. P.; KOCH, I. G. V. (Org.). **Linguística Textual: perspectivas alemãs**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. p. 47-72.

SOARES, E. S.; RODRIGUES, M. das G. S. Plano de texto do gênero sentença judicial de crime hediondo no âmbito da família. In: GOMES, A. T.; PASSEGGI, L.; RODRIGUES, M. das G. S. (Orgs.). **Análise Textual dos Discursos: perspectivas teóricas e metodológicas**. Coimbra: Grácio Editor, 2018. p. 187-222.

STORRER, A. A coerência nos hipertextos. In: WIESER, H. P.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). **Linguística Textual: perspectivas alemãs**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009. p. 98-117.

Sobre as autoras

Sueli Cristina Marquesi (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-8792-0699>)

Doutora em Linguística Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Realizou estágios de pós-doutoramento na Universidade do Porto e na Universidade de Lausanne. É Professora Titular da PUC-SP, onde atua no Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa, no Instituto de Pesquisas *Sedes Sapientiae* para Estudos do Português (IP) e nos Cursos de Letras e de Direito.

Ana Lúcia Tinoco Cabral (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-6417-2766>)

Doutora em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Realizou estágio de Pós-doutoramento na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). Atualmente é professora colaboradora do Mestrado Profissional em Letras – Prof.Letras, da Universidade de São Paulo e pesquisadora colaboradora do IP-PUC-SP. É coordenadora do GT da ANPOLL Linguística de Texto e Análise da Conversação para o biênio 2020-2022.

Maria das Graças Soares Rodrigues (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-8295-358X>)

Possui graduação em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mestrado em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco, doutorado em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco e Pós-doutorado pela Universidade de Lausanne. Atualmente é Professora Associada IV da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Vanda Maria Elias (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-7517-4131>)

Doutora em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Realizou estágios de Pós-doutoramento na Universidade Estadual de Campinas e na Universidade Federal do Ceará. É professora da Universidade Federal de São Paulo, onde atua no Departamento de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras.

Ana Elvira Luciano Gebara (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-7519-3519>)

Possui graduação em Letras Habilitação Italiano Português pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, graduação em Licenciatura em Letras pela Faculdade de Educação, USP, mestrado e doutorado em Letras, Filologia e Língua Portuguesa pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Atualmente é professora do Curso de Letras da Universidade Cidade de São Paulo e da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas - SP. Também atua como professora colaboradora no Mestrado Profissional em Letras - Profletras (USP).

Sílvia Augusta de Barros Albert (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-1237-8399>)

Doutora e Mestre em Língua Portuguesa, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na linha de pesquisa Leitura, Escrita e Ensino de Língua Portuguesa. Integra o Grupo de Pesquisa Texto, Leitura e Escrita, (IP-PUCSP) e o Grupo de Trabalho Linguística de Texto e Análise da Conversação (GTTLAC) da ANPOLL - Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística.

Recebido em maio de 2021.

Aprovado em julho de 2021.

Intertextualidade multimodal como estratégia argumentativa

Multimodal intertextuality as an argumentative strategy

Amanda Heiderich Marchon¹
Carlos Eduardo Nunes Garcia²

Resumo: A intertextualidade, considerada um dos grandes temas a que se têm dedicado tanto os pesquisadores da Linguística Textual quanto os estudiosos da Análise do Discurso, é um recurso linguístico-discursivo que se refere à construção de novos textos e/ou de novos sentidos a textos que já foram construídos anteriormente, podendo, pois, figurar como importante estratégia argumentativa. À luz da Teoria Semiolinguística do Discurso (CHARAUDEAU, 2009; 2016; 2018), que defende a existência de um sujeito intencional que perpassa a relação linguagem-mundo, associada a alguns pressupostos da Teoria Multimodal da Comunicação (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006 [1996]), que defende a ideia de que os sentidos são produzidos por diversos modos semióticos, propomos analisar a intertextualidade multimodal constitutiva do gênero meme. Para tanto, nosso *corpus* de análise é formado por seis memes sobre questões políticas nacionais da contemporaneidade, cotejados da seção de imagens do Google. Análises qualitativas pautadas simultaneamente no contexto e no cotexto nos levaram a concluir que a mecânica argumentativa engendrada para a produção desse gênero mobiliza o conhecimento de outros textos e, muitas vezes, a leitura de imagens e palavras.

Palavras-chave: Intertextualidade. Multimodalidade. Argumentação. Meme.

Abstract: Intertextuality is a theme that researchers from Textual Linguistics and Discourse Analysis area have been dedicated to. Intertextuality is a linguistic-discursive resource that refers to the construction of new texts and / or new meanings to texts that were previously built and it can be an important argumentative strategy. Considering the Semiolinguistic Discourse Theory (CHARAUDEAU, 2009; 2016; 2018), which defends the existence of an intentional subject that permeates the world-language, associated with some assumptions of the Multimodal Theory of Communication (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006 [1996]) which defends the idea that the senses are built on different semiotic ways, we propose to analyze a multimodal intertextuality constituting the genre “meme”. Our analysis is constituted of six memes about contemporary national policies took from the Google images section. The Qualitative analysis, considering the context and cotext, led us to conclude that the argumentative mechanics mobilized on the production of this textual genre mobilizes the knowledge of other texts and, frequently, the reading of images and words.

Keywords: Intertextuality. Multimodality. Argumentation. Meme.

¹ Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Línguas e Letras, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Vitória, ES, [Brasil. Endereço eletrônico: amandahch.letras@gmail.com](mailto:amandahch.letras@gmail.com).

² Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Campus Leopoldina, Leopoldina, MG, Brasil. Endereço eletrônico: nunes_carlosedu@hotmail.com.

Palavras Iniciais

As ações de linguagem que realizamos diariamente são sempre permeadas por intenções e argumentatividade (KOCH, 2008). O indivíduo, ao interagir por meio da linguagem, o faz visando a estabelecer relações, causar efeitos, desencadear determinados comportamentos. Em última instância, o ser humano quer quase sempre agir sobre o outro; tenta convencê-lo ou intenta persuadi-lo. Pensar a respeito da argumentação é se perguntar, portanto, até que ponto o homem é capaz de influenciar os demais, em maior ou menor grau, por meio das possibilidades de construção de seu discurso.

Sobre as várias possibilidades de construção de um discurso que se pretende argumentativo, à luz da associação de pressupostos da Teoria Semiolinguística do Discurso (CHARAUDEAU, 2009; 2016; 2018) e da Teoria Multimodal da Comunicação (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006 [1996]), buscaremos fazer uma descrição da mecânica argumentativa constitutiva do gênero meme, a fim de mostrarmos como o enunciador pode valer-se de estratégias diversas para agir sobre o enunciatário. Por tratarmos a argumentação como uma prática social, entendemos que é importante determinar não somente o gênero e os modos de organização discursiva do *corpus* de análise, mas as condições de produção da enunciação, que não são apenas linguísticas, mas, sobretudo, situacionais. É por meio da situação de comunicação que podemos observar melhor como os jogos de manipulação e de contramanipulação são engendrados nas trocas languageiras.

Nesse viés, entendemos, portanto, que o ato argumentativo não pode ser analisado a não ser em função das restrições impostas pela situação comunicativa e em função da identidade social e discursiva dos interlocutores. Com esse balizamento em mente, cotejamos, da seção de imagens do Google, seis memes sobre questões políticas nacionais que suscitaram inúmeras discussões em noticiários e redes sociais entre o final de 2020 e o início de 2021. Mais especificamente, discutiremos temas relacionados às ações das autoridades brasileiras no que tange ao combate à pandemia de Covid-19 e à corrupção.

Para tanto, além desta parte introdutória, nosso trabalho se divide em mais três seções. Na seção subsequente, apresentamos os principais postulados teóricos da Semiolinguística mobilizados nas análises aqui propostas, além de tecermos considerações sobre a Teoria Multimodal da Comunicação. Entendendo que a multimodalidade permeia todo e qualquer discurso, discutimos, em seguida, os conceitos de *intertextualidade multimodal* (GARCIA, 2020), bem como considerações sobre o gênero meme. Logo depois, procedemos à análise do *corpus*, procurando desvelar, por meio de elementos verbais e imagéticos, o projeto

argumentativo do enunciador. Por fim, em nossas considerações finais, sintetizamos as discussões por nós empreendidas.

A Teoria Semi linguística do Discurso

Alicerçada nos postulados bakhtinianos de alteridade e dialogismo, bem como na noção de enunciação de Benveniste (2006), a Teoria Semi linguística do Discurso, criada pelo linguista francês Patrick Charaudeau, na década de 1980, insere o discurso numa problemática que procura relacionar questionamentos internos (construção de sentido e do texto) e externos (lógica das ações e influência social) ao fenômeno linguístico. Numa visão nitidamente pragmática, Charaudeau (2009) propõe que a linguagem emerge para satisfazer certas intenções vindas dos sujeitos em interação e para produzir efeitos por meio de seu uso.

No que se refere à *argumentação*, Charaudeau (2016) a entende como uma prática social e a inscreve num circuito que ele chama de *problemática da influência*. Segundo esse dispositivo, o enunciador não busca comprovar uma dada verdade, mas levar o interlocutor a crer em uma dada verdade. Em outras palavras, não basta ao sujeito enunciador produzir um discurso verdadeiro, mas é necessário que o discurso produza um *efeito de verdade*, fazendo com que o interlocutor interprete e acredite nas ideias e nos fatos expostos na atividade discursiva. É por essa razão que o linguista afirma que a situação de comunicação fornecerá as pistas necessárias à produção e à interpretação adequadas dos enunciados, visto que os sentidos são coconstruídos pelos sujeitos envolvidos na troca comunicativa.

Buscando revelar a maneira pela qual as formas da língua são organizadas para atender determinadas demandas que vêm de circunstâncias particulares em que se realiza o discurso, o autor explica que o *modo argumentativo de organização do discurso* obedece a uma lógica segundo a qual existe uma relação de *causalidade* entre duas proposições, relação essa instanciada ou não na superfície textual por meio de diferentes marcas formais. Charaudeau (2009, p. 203) ressalta que “a argumentação não se limita a uma sequência de frase ou proposições ligadas por conectores lógicos”, uma vez que “o aspecto argumentativo de um discurso se encontra frequentemente no que está implícito”. Nesse viés, índices imagéticos também atuam na construção da argumentação e podem, portanto, ser compreendidos como um exemplo dessa marca formal a que o linguista francês faz menção – Silva e Marchon (2021) denominam de *argumentação multimodal* o processo em que diferentes semioses são empregadas com finalidade argumentativa.

A charge de Benett a seguir, publicada em abril de 2021, no jornal Folha de São Paulo, ilustra claramente a relação de causalidade característica do modo argumentativo e o fenômeno de argumentação multimodal, pontos sobre os quais nos referimos no parágrafo anterior.

Figura 1 - Charge de Benett



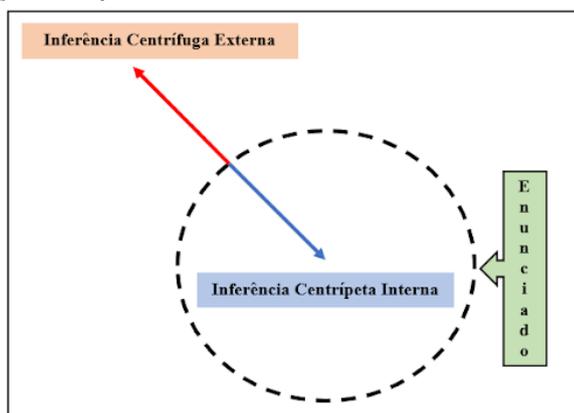
Fonte: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1695890190757786-charges-abril-2021>. Acesso em 13 de mai. de 2021.

Nessa charge, a responsabilidade relacionada ao aumento do número de vítimas fatais decorrentes de complicações da Covid-19 no Brasil é atribuída ao presidente Jair Bolsonaro. Ao reiterar o discurso de que a economia não poderia estagnar devido à pandemia, Bolsonaro, diversas vezes, defendeu a flexibilização do isolamento social, o que, conseqüentemente, agravaria o problema relacionado à crise sanitária no país. No texto, a imagem de homens com terno, associada ao material verbal “empresários aplaudem Bolsonaro”, veicula a ideia de que as ações governamentais beneficiariam as classes detentoras do capital, ao passo que a classe menos favorecida, ao voltar ao trabalho sem auxílio do governo, seria obrigada a se expor ao contágio pelo Sars-Cov-2, mesmo o país não tendo um plano adequado de vacinação ou infraestrutura hospitalar para atender aos infectados. Ademais, a vestimenta preta de uma das pessoas e a sua identificação como sendo do setor funerário corrobora a tese de que, na tentativa de salvar a economia, o presidente teria deixado de lado o compromisso de salvar vidas, conclusão a que só é possível se chegar se forem considerados diversos índices de interpretação, como o conhecimento do momento histórico representado pela charge, bem como as imagens e os subentendidos evocados.

Acerca dessa dinâmica de relacionar elementos internos e externos ao enunciado no processo de construção de sentido, Charaudeau (2018, p. 17) explica que as operações interpretativas são inferenciais: a *inferência centrípeta interna* seria processada por meio da mobilização de componentes presentes no enunciado; a *inferência centrífuga externa*, por sua vez, estaria relacionada com o apelo a conhecimentos exteriores ao enunciado. Segundo o autor,

a convergência dessas duas atividades inferenciais é o que permitiria levantar hipóteses de interpretação. De forma esquemática, a figura a seguir representa a mecânica interpretativa: o processo inferencial centrífugo externo aponta para dados extralinguísticos, enquanto a ação inferencial centrípeta interna, em sentido oposto, focaliza os dados presentes na superfície textual:

Figura 2 - Esquema de operações interpretativas



Fonte: Os autores (2021).

Dada a composição sucinta do gênero meme, acreditamos, pois, que o processo interpretativo que o envolve esteja ancorado, sobremaneira, nas inferências centrífugas externas, deflagradas por elementos intertextuais inscritos no enunciado, seja por meio de palavras, seja por meio de imagens.

Considerando categorias já recorrentemente estudadas no tratamento do discurso materializado em textos verbais, como a noção de contrato de comunicação, imaginários sociodiscursivos, modos de organização do discurso, entre outros, a Teoria Semiológica do Discurso vem sendo empregada por alguns autores, dentre eles Mendes (2013) e Silva e Marchon (2021), também, na análise de textos que associam materiais verbais e imagéticos. Todavia, conforme pondera Mendes (2013) acerca dessas investigações, é preciso levar em conta as características inerentes às imagens, como enquadres, planos, cores e ângulos – aspectos esses que pretendemos discutir neste artigo, valendo-nos, para tanto, de alguns postulados da Teoria da Multimodal da Comunicação³.

Essa teoria, proposta por Kress e Van Leeuwen 2006 [1996], pressupõe que os sentidos são constituídos a partir da conjugação de diversos recursos semióticos, como imagens, palavras, sons e cores. A essa associação de diferentes modos de representação da linguagem,

³ Devido ao limite de espaço deste artigo, apresentaremos os postulados teóricos de Kress e van Leeuwen (2006 [1996]) por nós mobilizados na seção seguinte, juntamente com nossas propostas de análise dos memes.

os autores chamam de *multimodalidade* – “[...] qualquer texto em que os sentidos são realizados por meio de mais de um código semiótico”⁴ (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006 [1996], p. 177). Nesse viés, como demonstramos anteriormente na análise da charge, os elementos de diferentes semioses que compõem o texto não são vistos como partes desconectadas, mas interligadas – os sentidos emergem justamente da relação construída entre as modalidades ou semioses de naturezas distintas, tornando o texto um todo integrado, ponto de vista já reconhecido por outras vertentes dos estudos linguísticos, como confirmam Cavalcante e Custódio Filho (2010, p. 57):

A afirmação óbvia de que o objeto de estudo da Linguística é a linguagem pode esconder a informação mais importante de que, na verdade, a investigação sobre a linguagem tem por meta tratar da temática dos sentidos. É a busca por desvendar as relações entre as formas e os sentidos, além de sua relação com a mente e com os aspectos contextuais, que está na raiz de quase todas as teorias linguísticas. Por isso é que estas só se sustentam se embasadas por pressupostos filosóficos (mesmo que não explicitados), e por isso é que há um constante diálogo entre a Linguística e outras ciências que cuidam dos sentidos, como a Semiótica (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO, 2010, p. 57).

A fim de discutirmos a relação entre elementos verbais e não verbais, apresentamos, na seção seguinte, algumas considerações sobre o meme, gênero discursivo constituído, em geral, por palavras e imagens.

Meme: um gênero multimodal e intertextual

A intertextualidade, considerada um dos grandes temas a que se têm dedicado tanto os linguistas da Linguística Textual quanto estudiosos da Análise do Discurso, é um recurso linguístico-discursivo que se refere à construção de novos textos e/ou de novos sentidos a textos que já foram construídos anteriormente, podendo, em nossa visão, figurar como importante estratégia argumentativa.

De acordo com o Dicionário de Análise do Discurso, “a intertextualidade designa, ao mesmo tempo, uma propriedade constitutiva de qualquer texto e o conjunto das relações explícitas ou implícitas que um texto ou um grupo de textos determinado mantém com outros” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 288). Nessa perspectiva, não há um texto autônomo e livre das interferências dos aspectos intertextuais e interdiscursivos – de acordo com Bakhtin (2003, p. 272), “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados”, uma vez que todo discurso parte de outro existente. Seguindo essa linha de raciocínio, Authier-Revuz (1990, p. 25) afirma que “somente Adão mítico, abordando com

⁴ “any text whose meanings are realized through more than one semiotic code”.

sua primeira fala um mundo ainda não posto em questão, estaria em condições de ser ele próprio o produtor de um discurso isento da fala do outro.”.

No intuito de mostrar que nenhum discurso, portanto, é neutro, mas carregado, habitado, atravessado e ocupado pelos discursos alheios, nosso *corpus* de análise é constituído por seis memes constituídos por material verbal e imagético sobre questões políticas nacionais da contemporaneidade, cotejados do Google Imagens. Mais especificamente, buscaremos discutir como a argumentação é construída nesse gênero que exige a leitura de imagens e palavras, bem como o conhecimento de outros textos.

Sobre o gênero meme, cumpre esclarecer que ele é intertextual por natureza – o próprio termo *meme* remete à *memória*, à *mimesis*. Em outras palavras, a existência do gênero meme pressupõe a imitação de modelos. De acordo com informações do *Museu de Memes* – acervo digital da Universidade Federal Fluminense com levantamento bibliográfico de artigos, livros e trabalhos científicos sobre o universo desse gênero –, o termo meme foi empregado pela primeira vez em 1976, quando Richard Dawkins, biólogo especializado em comportamento social, propôs o rótulo para dar conta dos processos de replicação e evolução cultural.

Dawkins concebe uma espécie de evolucionismo cultural, que ocorreria em paralelo e em complemento à evolução natural, através de um segundo replicador, diferente dos genes. Não tendo encontrado outro nome mais adequado para batizá-lo, o biólogo adaptou a raiz grega “mimeme” (imitação) e criou o termo “meme”.

(...)

Na definição original de Dawkins, memes são ideias que se propagam pela sociedade e sustentam determinados ritos ou padrões culturais. (<https://www.museudememes.com.br/o-que-sao-memes/>. Acesso em: 8 de mai. de 2021)

Desde a proposta de Dawkins, diversos estudiosos têm empregado e atualizado o conceito. Somente, porém, no final da década de 1990, os memes, como hoje os conhecemos, difundiram-se na internet, apresentando-se sob a forma de imagens legendadas, vídeos virais ou expressões veiculadas nas redes sociais. Dada sua natureza intertextual, esses textos têm, em sua gênese, a relação com algum fato deflagrado recentemente pela mídia, o que os torna, também, um gênero marcado pela efemeridade.

A título de ilustração, analisemos o meme a seguir, constituído apenas por imagens: do lado esquerdo, o ex-ministro da saúde, Nelson Teich; do lado direito, o apresentador do Big Brother Brasil, Tiago Leifert.

Figura 3 - Meme Eliminação do Ministro da Saúde do governo Bolsonaro



Fonte: <https://extra.globo.com/tv-e-lazer/saida-do-ministro-nelson-teich-gera-memes-nas-redes-sociais-veja-reacoes-24430026.html>. Acesso em: 30 de abr. de 2020.

A imagem da interação dessas personalidades brasileiras remonta o momento em que um dos participantes, por decisão do público, é eliminado do *reality show* Big Brother Brasil. A mochila nas costas e a tradicional entrevista com o eliminado funcionam como deflagradores da crítica veiculada pelo meme: Teich, médico oncologista, foi eliminado do governo Bolsonaro, em plena pandemia da Covid-19, por, possivelmente, discordar dos posicionamentos polêmicos do presidente que iriam contra as determinações da Organização Mundial da Saúde no que tange ao combate à propagação do vírus. Em outras palavras, o enunciador coloca em xeque a competência técnica do presidente ao desconsiderar avaliações de profissionais especializados.

Na figura 4 a seguir, além dos elementos imagéticos, temos o emprego de elementos verbais:

Figura 4 - Meme Nazaré Tedesco rouba pacote de arroz.



Fonte: <https://oglobo.globo.com/economia/financiado-ou-sequestrado-arroz-mais-carro-alimenta-memes-piadas-nas-redes-sociais-24633758>. Acesso em: 30 de abr. de 2021.

Nesse meme, a famosa vilã Nazaré Tedesco, interpretada pela atriz Renata Sorrah, foge com um pacote de arroz da marca Tio João, dado o elevado preço atingido pelo cereal em 2020, no Brasil. Esse texto pode ser interpretado como uma crítica às políticas governamentais de

gerenciamento de importação e exportação do produto no país. Na ocasião, Jair Messias Bolsonaro, minimizando a crise, chegou a dizer, em uma de suas entrevistas, que o brasileiro deveria substituir esse alimento por outro tipo de carboidrato, como o macarrão, sem prejuízo à dieta alimentar balanceada.

No que se refere ao segundo meme, podemos dizer, nos termos de Garcia (2020), que se trata de um caso de *intertextualidade multimodal*, uma vez que a remissão a textos outros é feita por meio da coocorrência integrada de mais de um modo de construção da linguagem (semioses), ou seja, palavra e imagem, neste caso. Dentro da perspectiva teórica adotada neste trabalho, assumimos que a *intertextualidade multimodal* pode funcionar como uma estratégia argumentativa, como discutiremos na seção a seguir.

Intertextualidade multimodal: uma estratégia argumentativa

Amossy (2016) salienta que a argumentação é inerente a todo e qualquer discurso. Para a autora, há textos dotados de visada argumentativa que se organizam por sequências argumentativas claramente identificáveis, tal qual definida por Adam (2019), e textos que, apesar de não serem composicionalmente argumentativos, apresentam uma *dimensão argumentativa*, isto é, uma tentativa de o enunciador agir sobre o interlocutor.

A noção de argumentação aqui recebe uma extensão máxima na medida em que abrange tanto os gêneros do discurso que explicitamente defendem ou refutam uma tese, quanto aqueles que se contentam em orientar os modos de ver e de pensar. Toda fala tende a fazer compartilhar um ponto de vista, uma forma de reagir a uma situação ou de sentir um estado de fato. Os esquemas de raciocínio são, neste caso, mais ou menos elaborados e mais ou menos visíveis. Muitas vezes, a orientação dada ao discurso aparece nos traços da linguagem (modalidades, formas axiológicas, conectores, etc.) sem que emerge, para tanto, um argumento formal. Às vezes, este argumento enuncia-se apenas sob uma forma elíptica e necessita do recurso ao interdiscurso para poder ser reconstruído (AMOSSY, 2016, p. 174).

Na esteira do raciocínio de Amossy (2016), portanto, defendemos que o meme figura no rol dos gêneros argumentativos, tendo em vista que é marcado por um evidente caráter persuasivo, como veremos mais adiante. Mesmo o meme não apresentando as sequências argumentativas a que a autora faz menção, dadas as particularidades de sua composição multissemiótica, defendemos, conforme Silva e Marchon (2021), que é exatamente na junção das diferentes semioses que a argumentação é construída.

Nossa proposta de análise, portanto, além de se pautar nos princípios da Teoria Semiolinguística do Discurso no que tange à argumentação, buscará respaldo também em

alguns ensinamentos de Kress e van Leeuwen (2006 [1996]), no que concerne à sintaxe da imagem.

Como pontuam Kress e van Leeuwen (2006 [1996]), à similitude da gramática verbal, que descreve a formação das palavras, bem como a combinação dessas em orações, complexos oracionais e textos, a gramática visual descreverá a maneira como os elementos representados se combinam em declarações visuais e as regularidades das estruturas de composição, e também de que modo são utilizadas na produção de significados (SANTOS, 2020, p. 96).

Na Gramática do Design Visual (doravante, GDV), proposta por Kress e Leeuwen, há três domínios semânticos de descrição e análise: *representação*, *interação* e *composição*. Nossa análise da construção argumentativa se baseia nesses domínios, que são elencados a seguir.

O *domínio da representação* é aquele em que se verificam as imagens que constituem o texto visual. Os agentes internos ao texto são chamados de *Participantes Representados*, enquanto os da comunicação são os *Participantes Interativos*. Nessa metafunção representacional, duas estruturas podem ser observadas: (i) a *narrativa*, atribuída a imagens nas quais se percebe um vetor de direcionalidade, e (ii) a *conceitual*, referente a estruturas estáticas, em que não há um vetor.

Um texto em que se pode perceber o uso da intertextualidade multimodal como estratégia argumentativa com uma estrutura narrativa é o meme da figura 5 a seguir:

Figura 5 - Meme cepa in Rio



Fonte: Google Imagens. Acesso em: 27 de mai. de 2021.

Em 23 de maio de 2021, ainda durante a grave crise de saúde pública causada pela pandemia de Covid-19, o presidente do Brasil, alheio às orientações científicas para a prevenção da doença, participou de uma motocicleta com apoiadores na cidade do Rio de Janeiro. A maioria dos participantes do evento, incluindo o presidente, não usava máscara, item essencial no

combate à propagação do coronavírus. A partir desse evento deflagrador, o texto da figura 5 estabelece uma relação intertextual com o logotipo e o *slogan* da marca *Rock in Rio*. Assim, observamos que, com o mesmo estilo de letra e com a mesma cor do texto-fonte, lemos o termo “cepa”, em lugar de “Rock”, uma referência às mutações pelas quais o vírus passa, e “a terceira onda”, em vez de “por um mundo melhor”, uma referência ao crescimento exponencial do número de casos e mortes por Covid-19. Por seu formato esférico, a imagem do globo com uma guitarra, por sua vez, é substituída por uma representação do vírus Sars-Cov-2.

Uma análise a partir da associação de pressupostos da Semiologia e da Teoria Multimodal da Comunicação permite afirmar que as escolhas do enunciador visam a influenciar o seu interlocutor de que a manifestação dos motociclistas é uma forma de espalhar as novas cepas de coronavírus e induzir uma terceira onda da doença. Assim, a metafunção representacional desse texto possui uma estrutura narrativa, já que o vetor da posição dos motociclistas e da cepa indica movimento. O enunciador, portanto, em seu projeto de argumentação, estabelece uma relação de causalidade, nos termos de Charaudeau (2016), entre a motociata e o início da terceira onda da Covid-19 no Brasil.

No meme a seguir, entendemos que, do ponto de vista da representação, há uma estrutura conceitual, pois os lados direito e esquerdo estão relacionados a ideologias políticas: Lula, representante do Partido dos Trabalhadores, tradicionalmente de esquerda; o ex-juiz Sérgio Moro, representante da direita política brasileira.

Figura 6 - Meme Placar do julgamento de Lula no STF



Fonte: Google Imagens. Acesso em: 24 de mar. de 2021.

Essa estratégia de composição discursiva é um exemplo de intertextualidade multimodal, pois vincula o resultado do julgamento em que o petista era réu a uma partida de futebol, por meio do placar similar aos dos utilizados em jogos. Nesse sentido, podemos dizer que o projeto argumentativo do enunciador é colocar Lula e Moro como adversários. Os votos

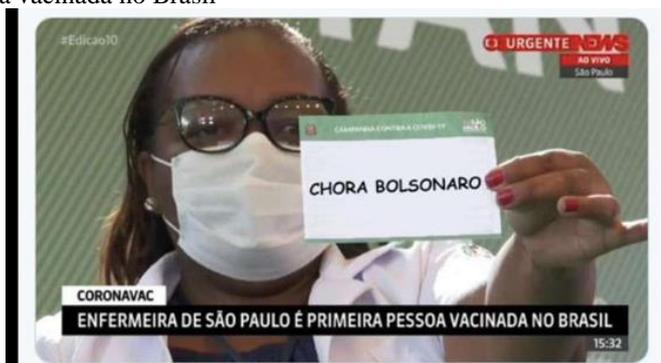
favoráveis ou contrários à elegibilidade do ex-presidente são indicados pelos nomes dos ministros do Supremo Tribunal Federal, que representam, nesse meme, os atletas que marcam gols para cada uma das equipes. Considerando o evento deflagrador de produção desse discurso, podemos assumir que há, nos termos de Kress e van Leeuwen (2006 [1996]), a representação de uma estrutura conceitual de classificação de vencedores e perdedores, além da mencionada referência ao espectro político dos representados. Ressaltamos, todavia, que a identificação dessa estrutura conceitual, bem como o desvelamento do projeto argumentativo do enunciador na composição dos memes, só é possível se consideradas as peculiaridades de produção do discurso.

O *domínio da interação*, por sua vez, é o que se estabelece a relação entre Participante Representado (PR) e Participante Interativo (PI) por meio: (i) do *contato*, que se vincula ao olhar direto do PR ao PI (oferta) ou não direto (demanda); (ii) da *distância social*, a qual se representa pelo plano da imagem fechado (proximidade) ou aberto (distanciamento); (iii) da *perspectiva*, que pode ser de envolvimento (imagem frontal) ou de poder (imagem oblíqua) e (iv) da *modalidade*, a qual remete à realidade percebida na imagem (*real* ou *irreal*).

Para efeitos de análise, consideremos o seguinte contexto: no dia 17 de janeiro de 2021, após a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) aprovar o uso emergencial da vacina Coronavac, desenvolvida pelo Instituto Butantan⁵ em parceria com o laboratório chinês Sinovac, foi iniciada a campanha de vacinação contra a Covid-19 no Brasil. Contudo, o percurso até esse evento não foi politicamente estável, uma vez que, conforme divulgado amplamente na imprensa brasileira, há indícios de que houve tentativas de sabotagem ao processo de desenvolvimento de um imunizante nacional. Nesse contexto, várias afirmações do Presidente da República podem ser consideradas entraves ao início da vacinação. Assim, no meme da figura 7 a seguir, o enunciador, em tom irônico próprio do gênero discursivo em estudo, veicula o discurso de que o início da campanha de imunização contra a Covid-19 é uma afronta ao presidente.

⁵ O Instituto Butantan é um importante centro público de pesquisa biológica, localizado no estado de São Paulo. Pelo reconhecido trabalho em saúde pública, o instituto é considerado um dos principais centros científicos do mundo.

Figura 7 - Meme primeira vacinada no Brasil



Fonte: Google Imagens. Acesso em: 27 de mai. de 2021.

No meme em questão, a intertextualidade multimodal é empregada como um recurso utilizado para a construção argumentativa. A partir da edição de uma captura de imagem de uma emissora de televisão, o enunciador constrói o texto, em que, no lugar das especificações da caderneta de vacinação da enfermeira Mônica Calazans, primeira pessoa que foi vacinada no país, há a frase “Chora Bolsonaro”. Nesse sentido, podemos considerar a existência de uma intertextualidade multimodal na medida em que a frase mencionada só tem sentido como elemento intertextual com a integração dela à imagem da enfermeira e às frases da TV. É interessante notar que também ocorre, nesse caso, um exemplo de intertextualidade intertextos (conforme KOCH; ELIAS, 2010; entre outros), pois o cartaz de protesto apresenta-se sob a forma da caderneta de vacinação.

Do ponto de vista da metafunção interativa, esse texto sugere: (i) um contato de oferta, já que o olhar da enfermeira se dirige ao interlocutor; (ii) uma aproximação entre a profissional de saúde e o leitor, por conta do fechamento da imagem de Mônica; (iii) uma perspectiva de envolvimento simétrico, dada a horizontalidade da imagem, e (iv) uma modalidade mais real devido ao fato de a representação se aproximar da realidade, na forma de uma fotografia. Dessa maneira, o enunciador deixa as marcas de aproximação para argumentar que a ciência superou o negacionismo do presidente e que, assim como a enfermeira vacinada, o leitor será imunizado. Conforme Charaudeau (2016), o enunciador, em seu discurso, precisa produzir um *efeito de verdade*, não comprovar uma dada verdade.

O meme a seguir (figura 8) é outro exemplo de como funciona a metafunção interativa. Em abril de 2021, foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado brasileiro com o intuito de investigar possíveis responsabilidades em falhas no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no país. Durante o depoimento da ex-secretária do Ministério da Saúde e médica Mayra Pinheiro, conhecida como Capitã Cloroquina, o senador Randolfe Rodrigues reproduziu um áudio da depoente em que ela afirma, entre outras coisas, que havia um objeto

que representava o órgão reprodutor masculino ereto na entrada da Fiocruz, instituição de pesquisa responsável por produzir uma das vacinas contra a Covid-19 desenvolvidas no Brasil. Após a reprodução da mídia, o senador Randolfe questionava à médica se ela confirmava a assunção do áudio, quando foi interrompido pelo presidente da CPI, senador Omar Aziz, que disse que a Mayra Pinheiro tinha falado a palavra “tênis”. No entanto, a própria depoente corrigiu o senador, afirmando que havia empregado, de fato, a palavra “pênis”. Esse acontecimento repercutiu nas redes sociais e serviu como texto-fonte para a produção de diversos memes, entre os quais o representado na figura 8:

Figura 8 - Meme Omar Aziz e Mayra Pinheiro



Fonte: Google Imagens. Acesso em: 27 de mai. de 2021.

Nessa construção, no plano da interação, além da modalidade mais real, dado que as imagens usadas são fotos do senador e da médica, percebemos que os vetores horizontais que indicam a direção de seus olhares também são empregados como estratégia de construção de sentido: enquanto a figura escolhida de Omar Aziz sugere uma aproximação entre o senador e o interlocutor, visto que seu olhar é direcionado ao observador do meme, verifica-se um certo distanciamento entre a médica e o leitor: na imagem de perfil de Mayra Pinheiro, os vetores horizontais apontam para a figura de Omar, forjando a estrutura narrativa do texto por meio do diálogo entre os participantes. Além desse distanciamento entre a médica e o leitor, no plano da interação, ressaltamos que, no plano da composição, o fechamento de imagem, aliado à maior quantidade de elementos verbais apresentados no quadro da depoente está, nesta situação de comunicação, relacionado ao objetivo do enunciador de enfatizar o lado negativo da preocupação da ex-secretária do Ministério da Saúde, que deveria se focar no combate à pandemia, não nas analogias feitas entre a arquitetura do prédio da Fiocruz e o órgão reprodutor masculino. A construção de sentido desse texto, portanto, passa pela convergência de inferências externas e inferências internas (CHARAUDEAU, 2018) – as últimas deflagradas, simultaneamente, por imagens e por palavras. Ao remontar esse episódio, no mínimo bizarro

da CPI, o emprego da intertextualidade multimodal atua como estratégia de crítica à situação representada.

Por fim, considerando o *domínio da composição* (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006 [1996]), o analista observa a organização dos elementos no texto, de acordo com: (i) o *valor da informação*, valor esse que pode ser verificado pela disposição dos elementos na imagem, que pode representar os pares *real/ideal*, *dado/novo* e *central/periférico*; (ii) a *saliência*, que se refere à ênfase dada aos elementos da imagem uns em relação aos outros, e (iii) a *moldura*, que se relaciona à presença ou não de linha divisória entre as partes do texto multimodal.

Quanto ao domínio semântico da composição, de acordo com os autores da GDV, na construção da dimensão visual de um texto, a posição que um elemento ocupa na imagem é determinante na maneira como ele se relaciona com os outros componentes imagéticos. Essa característica lhe confere valores específicos na construção de sentido do texto visual ou do texto constituído por material verbal e não verbal. Dessa forma, é necessário descrever a posição do elemento em termos de esquerda e direita, acima e abaixo, centro e margem, como procedemos na análise do meme 9 a seguir:

Figura 9 - Meme Os Simpsons e a política brasileira na pandemia



Fonte: Google Imagens. Acesso em: 22 de mar. de 2021.

Para efeitos de análise, propomos traçar uma linha imaginária vertical que divide a imagem em duas partes: do lado esquerdo, vemos o filho mais velho dos Simpsons, Bart, desnudo montado em um porco em movimento, com a legenda “política brasileira”; do lado direito, a legenda “eu tentando me concentrar nos meus estudos durante a quarentena” acompanha a imagem de Lisa Simpson, sentada à frente de uma máquina de escrever olhando, com espanto, a cena do irmão com o animal. De acordo com Kress e van Leeuwen (2006 [1996]), os elementos posicionados à esquerda são interpretados como informação *dada*, ou seja, informações compartilhadas pelos interlocutores; o lado direito da imagem, por seu turno,

apresenta informações *novas*, isto é, desconhecidas ou que mereçam destaque. Dito isso, o jogo argumentativo engendrado pelo enunciador no meme em apreço focaliza o já conhecido descompasso da política brasileira em meio a crises – numa relação intertextual, Bart, um garoto problemático e sempre envolvido em confusão, é comparado ao governo; sua ação de cavalgar sem roupa em um porco dentro de casa traduz as ações governistas descompassadas no combate à pandemia. Por sua vez, Lisa, a menina estudiosa e sempre em busca de saber mais sobre o mundo, é afetada pela desordem da casa – nesse meme, seu incômodo reflete as consequências da falta de articulação do governo para minimizar os problemas decorrentes da pandemia.

Quanto à divisão horizontal da imagem, de acordo com a GDV, os elementos que ocupam a parte superior são classificados como *ideais* e representam a parcela mais *abstrata* da informação veiculada, ao passo que os elementos localizados na parte inferior são classificados como *reais* e materializam a *concretude* da informação veiculada. Seguindo esse viés de análise, podemos dizer que, no meme a seguir (figura 10), o enunciador, num tom irônico característico do gênero, tece críticas à corrupção que rondaria a família Bolsonaro.

Figura 10 - Meme Better call Wassef



Fonte: Facebook. Acesso em: 23 de jun. de 2021.

A imagem de Frederick Wassef, advogado da família do presidente, direcionando o olhar e o dedo para o leitor do meme, associada ao material verbal *better call Wassef* e aos arranjos gráficos relacionados ao formatos das letras e à cor de fundo, deflagra a relação intertextual do meme com a série de televisão americana *Better call Saul*: tal como Saul, o advogado do seriado, Wassef empregaria táticas ilegais e empreenderia esquemas criminosos para beneficiar os clientes que teriam problemas com a lei.

Mais especificamente, o meme 10 faz alusão à prisão de Fabrício Queiroz, ex-assessor e ex-motorista do Senador Flávio Bolsonaro, uma peça-chave no processo que investiga desvios de dinheiro público praticados no gabinete de Flávio. Queiroz, depois de mais de um ano foragido da justiça, foi encontrado em Atibaia, em um imóvel de Wassef, o que explica o

enunciado “Advocacia Criminal e hospedagem” localizado na parte inferior do texto, remetendo, pois, à face mais concreta e, pode-se dizer, inquestionável das informações veiculadas. Dito de outra forma, o “empreendedorismo” de Wassef foi esconder, em sua casa no interior de São Paulo, a testemunha que poderia incriminar o Senador.

Sobre a atuação de ações linguísticas, cognitivas e sociais mobilizadas para os memes aqui analisados, destacamos a consideração de Cavalcante (2010, p. 9):

A produção de *linguagem verbal e não verbal* constitui atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos que se realiza, evidentemente, com base nos elementos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer não apenas a mobilização de um vasto conjunto de saberes (enciclopédia), mas a sua reconstrução e a dos próprios sujeitos – no momento da interação verbal.

Neste artigo, consideramos essa complexidade que envolve a produção de sentido e, apoiados em Charaudeau (2009), tomamos a argumentação como a tentativa de levar o outro, o interlocutor, a aderir a uma determinada ideia, ou a fazer ou sentir algo, e não apenas a argumentação como sinônimo de raciocínio demonstrativo.

Palavras Finais

Este trabalho, dadas suas próprias limitações, não abarca a totalidade do fenômeno apresentado, afinal, debruçamo-nos apenas sobre um tipo de multimodalidade: a que leva em conta a junção do material verbal com o material imagético em uma relação intertextual (GARCIA, 2020). Nesse sentido, apresentamos um estudo em que, sob o pressuposto de que todas as atividades languageiras são formas de o enunciador agir sobre o seu interlocutor (CHARAUDEAU, 2009), analisamos, a partir de elementos da GDV, proposta por Kress e Van Leeuwen (2006 [1996]), como o fenômeno da *intertextualidade multimodal* atua como uma estratégia argumentativa. Em outras palavras, procuramos demonstrar, nos termos de Silva e Marchon (2021), que a dimensão argumentativa de um texto pode ser engendrada pelo emprego estratégico de diferentes modalidades.

Por meio das análises apresentadas, observamos que, no gênero meme, a imagem agrega sentidos que faltam aos enunciados linguísticos e vice-versa – esta relação entre palavra e imagem foi chamada por Barthes (1990) de *relais*; Santaella (2012) denomina de *relação semântica por complementariedade*, ressaltando que imagem e palavras têm a mesma importância na construção do sentido, sendo, pois, indissociáveis. Neste caso, a intencionalidade argumentativa é materializada pela junção das diferentes semioses, em um

processo de interdependência, que convoca processos inferenciais externos e internos à superfície textual, para que o fenômeno da intertextualidade multimodal seja reconhecido e cumpra a função de ser mais um recurso de que o enunciador dispõe para a construção da argumentação.

Referências

- ADAM, J. M. **Textos: tipos e protótipos**. São Paulo: Contexto, 2019.
- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade (s) enunciativa (s). **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 19, p. 25-42, 1990.
- AMOSSY, R. É possível integrar a argumentação na análise do discurso? Problemas e desafios. Trad. Rosalice Pinto, Mariza Angélica Paiva Brito e Meire Virgínia Cabral Gondim. **ReVEL**, edição especial, v. 14, n. 12, p. 165-190, 2016.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARTHES, R. **O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III** (L. Novaes, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1990.
- BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2006.
- CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V. Revisitando o estatuto do texto. **Revista do GELNE**, v. 12, n. 2, p. 56-71, 2010.
- CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2009.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.
- CHARAUDEAU, P. A argumentação em uma problemática da influência. **ReVEL**, edição especial, v. 14, n. 12, 2016.
- CHARAUDEAU, P. **Compreensão e interpretação: Interrogação em torno de dois modos de apreensão do sentido nas ciências da linguagem**. Site Ciad-Rio, 2018. Disponível em: <https://ciadrj.letras.ufrj.br/>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- ELIAS, V. M. Estudo do texto, multimodalidade e argumentação: perspectivas. **ReVEL**, edição especial, v. 14, n. 12, 2016.
- GARCIA, C. E. N. Intertextualidade multimodal. **Diacrítica**, v. 34, n. 1, p. 122-134, 2020. Disponível em: <http://diacritica.ilch.uminho.pt/index.php/dia/article/view/352>. Acesso em: 31 mai. 2021.

KOCH, I. V. **A inter-ação pela linguagem**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Reading images**: the grammar of visual design. London: Routledge, 2006 [1996].

MARCHON, A. H. GARCIA, C. E. N. Intertextualidade multimodal como estratégia argumentativa: uma leitura de memes do Facebook. *In*: Pré-Anais da III Jornada Internacional Semântica e Enunciação, 2021, Campinas. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2021. Disponível em: <https://proceedings.science/jise-2021/papers/intertextualidade-multimodal-como-estrategia-argumentativa---uma-leitura-de-memes-do-facebook>. Acesso em: 27 abr. 2021.

MENDES, E. Análise do Discurso e iconicidade: uma proposta teórico-metodológica. *In*: MENDES, E. (Coord.); MACHADO, I. L.; LIMA, H.; LYSARDO-DIAS, D. (Org.). **Imagem e discurso**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2013. p. 125-156.

SANTAELLA, L. **Leitura de imagens** (Coleção Como eu ensino). São Paulo, SP: Melhoramentos, 2012.

SANTOS, W. Q. **A gramática das construções mêmicas de internet no português do Brasil**: uma interface da gramática sistêmico-funcional e da gramática do design visual. 2020. 186 f. Doutorado (Tese) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

SILVA, W. P.; MARCHON, A. H. Argumentação multimodal: uma proposta teórico-metodológica. **Revista Acta Scientiarum Language and Culture**. Maringá, 2021 (no prelo).

Sobre os autores

Amanda Heiderich Marchon (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-6576-949X>)

Possui graduação em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa – pela Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia, mestrado e doutorado em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, desenvolve pesquisa de pós-doutorado em Estudos da Linguagem na Universidade Federal Fluminense sob a supervisão da Professora Doutora Nilza Barrozo Dias. É Professora Adjunta do Departamento de Línguas e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da mesma universidade. É membro do GT da ANPOLL Linguística de Texto e Análise da Conversação. É líder do grupo PorUs-UFES (CNPq-UFES) e atua como pesquisadora do CIAD-Rio (CNPq-UFRJ) e do Grupo Protexoto (CNPq-UFC). Trabalha, principalmente, com os seguintes temas: argumentação; discurso midiático; multimodalidade; articulação de orações.

Carlos Eduardo Nunes Garcia (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-9112-7490>)

Possui graduação em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa e mestrado em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, instituição em que atualmente cursa o doutorado. É professor do CEFET/MG, *campus* Leopoldina. Tem interesse na área de sintaxe e na área de linguagem e tecnologia, especialmente na relação entre multimodalidade e ensino.

Recebido em junho de 2021.

Aprovado em julho de 2021.

Topicalidade em comentários *on-line* do *Instagram*

Topicality in online Instagram comments

Leonor Lopes Fávero¹

Ana Rosa Ferreira Dias²

Geralda de Oliveira Santos Lima³

Maria Cristina de Moraes Taffarello⁴

Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade⁵

Maria da Penha Pereira Lins⁶

Marise Adriana Mamede Galvão⁷

Rivaldo Capistrano Júnior⁸

Resumo: O trabalho objetiva examinar como os internautas gerenciam o tópico discursivo em comentários postados em redes sociais, assumindo o pressuposto de que as características e especificidades relativas às formas de interação e de participação em *sites* de mídias sociais possibilitam a ocorrência de diferentes formas de organização tópica. O *corpus* selecionado para a análise é constituído por uma *charge* publicada na *Folha de S. Paulo*, replicada também nas redes sociais, e as postagens reativas dos internautas, encontradas em espaços de comentários do *Instagram*. Para o cumprimento do objetivo, o artigo organiza-se em três seções que abordam, respectivamente: a diacronia dos estudos sobre topicalidade; o quadro teórico que respalda as análises, delimitado a estudos que tratam da interação em ambiente virtual; e, por fim, a análise, propriamente dita, das interações do tipo (*dis-*)*liking content*, selecionadas das postagens reativas do *Instagram*. Como conclusão, pode-se afirmar que os comentários poligeridos apontam para uma topicalidade dinâmica, com diferentes focalizações pautadas pela concernência, e que incita as múltiplas interações e o estabelecimento de redes temáticas complexas.

Palavras-chave: Topicalidade. Tópico Discursivo. Redes Sociais. Postagens Reativas. Comentários do *Instagram*.

Abstract: This work aims to examine how internet users manage the discursive topic in comments posted on social networks, assuming that the characteristics and specificities related to the forms of interaction and participation in social media sites allow the occurrence of different forms of topical organization. The corpus selected for the analysis is comprised of a cartoon published in the *Folha de S. Paulo*, also posted on social networks, and reactions to

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, São Paulo, SP, Brasil. Endereço eletrônico: lplfavero@uol.com.br.

² Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, São Paulo, SP, Brasil. Endereço eletrônico: anarosadias@uol.com.br.

³ Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Letras da UFS, Aracaju, SE, Brasil. Endereço eletrônico: geraldalima.ufs@gmail.com.

⁴ Grupo de Trabalho Linguística de Texto e Análise da Conversação, Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Brasil. Endereço eletrônico: cristinataffarello@hotmail.com.

⁵ Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, São Paulo, SP, Brasil. Endereço eletrônico: maluvictorio@uol.com.br.

⁶ Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Vitória, ES, Brasil. Endereço eletrônico: mphenhalins@gmail.com.

⁷ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Programa de Pós-Graduação em Letras, Natal, RN, Brasil. Endereço eletrônico: marisemamede@gmail.com.

⁸ Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Línguas e Letras, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Vitória, ES, Brasil. Endereço eletrônico: r.capistrano@uol.com.br.

it posted by internet users, found on Instagram comment spaces. To achieve the objective, the article is organized into three sections that address, respectively: the diachrony of studies on topicality; the theoretical framework that supports the analyses, limited to studies that deal with interaction in a virtual environment; and, finally, the analysis itself of the (dis)liking content type interactions, selected from reactions posted on Instagram. As a conclusion, it can be stated that polygenerated comments point to a dynamic topicality, with different focuses based on influences, which incites multiple interactions and the establishment of complex thematic networks.

Keywords: Topicality. Discursive Topic. Social networks. Reactive Posts. Instagram comments.

Introdução

Neste trabalho, examinamos como os internautas gerenciam o tópico discursivo em comentários do *Instagram*. Para tanto, tomamos como base as seguintes concepções:

(i) *texto* é uma entidade multifacetada, unidade básica de comunicação e interação (KOCH, 2004), que assume uma dada configuração textual, organizada sobre determinado suporte, em interações situadas e ancoradas em processos cognitivos e aspectos semânticos, pragmáticos e socioculturais, constituindo-se, conforme Cavalcante *et al.* (2019), num evento comunicativo singular;

(ii) *hipertexto* são textos (KOCH, 2002) mediados por sistemas de *software*. O prefixo “hiper” aponta para o maior grau de complexificação dessas produções “não apenas quanto ao modo de armazenamento, indexação, circulação, recuperação e manipulação, mas também quanto ao modo de produção que é caracterizado pela reticularização, extensão indeterminada, complexidade multissígnica e metaforseamento do que em rede é produzido”. (ELIAS; COELHO; CAPISTRANO JÚNIOR, 2020);

(iii) *comentários* são complexos conglomerados de texto em rede, em cujo fluxo emergem referentes, aquilo de que se vai tratar, em conformidade ou não com o tópico discursivo instituído na postagem motivadora (CAPISTRANO JÚNIOR; ELIAS, 2018 e CAPISTRANO JÚNIOR *et al.*, 2019).

Em nosso estudo, assumimos o pressuposto de que as características e as especificidades concernentes às formas de interação e de participação em *sites* de mídias sociais possibilitam a ocorrência dinâmica de diferentes formas de organização tópica, em espaços de comentários.

Para a consecução de nosso objetivo, organizamos este artigo nas seguintes seções: *Estudos sobre topicalidade no Brasil: panorama e desafios*, em que apresentamos uma breve história dos estudos sobre o tema em nosso país, destacando os principais pesquisadores que se dedicaram a tratar o tópico discursivo; *Interação e topicalidade em comentários on-line*,

em que tratamos das tecnologias digitais e as novas formas de interação e de participação entre os internautas no espaço de comentários *on-line*. Nesta seção, contemplamos estudos que visam a subsidiar, em especial, o exame que faremos das interações do tipo *(dis-)liking content*, que se realizam em postagens reativas do *site* rede social *Instagram*. Na terceira, nomeada *Análise dos comentários on-line*, dedicamo-nos a refletir, com base no aporte teórico, sobre uma charge motivadora, publicada no jornal *Folha de S. Paulo* (FSP) e depois também nas redes sociais. Na operacionalização de nossa análise, procedemos à recuperação do contexto sócio-histórico em que a charge é materializada e, a seguir, verificamos como se dá o desenvolvimento do tópico discursivo nos comentários que se apresentam como resposta à charge motivadora. Por último, na conclusão, indicamos a contribuição do estudo realizado.

Estudos sobre topicalidade no Brasil: panorama e desafios

Criado no interior do Projeto (Temático) da Gramática do Português Falado, proposto pelo Professor Ataliba de Castilho, o subgrupo Organização Textual-Interativa constituiu-se inicialmente em 1988, por ocasião do I Seminário do Projeto realizado de 4 a 8 de abril, em Águas de São Pedro, sob os auspícios do CNPq e, a partir do 2º. Semestre desse ano, o Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP passou a sediá-lo.

Inicialmente foi formado pelos seguintes membros: Ingedore G. Villaça Koch, Coordenadora, Clélia Cândida Spinardi Jubran, Hudinilson Urbano, Leonor Lopes Fávero, Luiz Antônio Marcuschi, Maria do Carmo O. T. Santos e Mercedes Sanfelice Risso.

No 2º. Seminário Geral do Projeto, realizado em Águas de S. Pedro, em outubro de 1988, foi apresentado aos membros do Projeto o primeiro trabalho elaborado pelo Grupo, intitulado *Aspectos do processamento do fluxo de informação no discurso oral dialogado*. Uma versão reelaborada foi submetida ao grupo em abril de 1989, num seminário realizado na PUC-SP que contou, então, com um novo membro: Luiz Carlos Travaglia.

Novos pesquisadores se juntaram ao grupo que, ao final de seus trabalhos, era integrada por: Ingedore G. V. Koch (Coordenadora - UNICAMP), Clélia Cândida A. S. Jubran (UNESP - S. J. do Rio Preto), Giselle Machline de O. e Silva (UFRJ), Hudinilson Urbano (USP), José Gaston Hilgert (UPF-RS), Leonor Lopes Fávero (USP), Luiz Antônio Marcuschi (UFPE), Luiz Carlos Travaglia (UFU), Maria Cecília P. de Souza e Silva (PUC-SP), Maria do Carmo O. Turchiari Santos (UEM), Maria Lúcia da C. Victório de Oliveira Andrade (USP), Mercedes Sanfelice Risso (UNESP - Assis), Mercedes F. Crescitelli (PUC-SP) e Zilda G. Oliveira Aquino (USP).

Como bem aponta Jubran (2015),

O Grupo de Organização Textual-Interativa tinha uma peculiaridade no âmbito do projeto de elaboração de uma gramática do português culto falado no Brasil, porque, ao se propor a abordar o plano do texto, sob o enfoque pragmático, levava em conta um contingente de dados de natureza muito diversa dos que continham as gramáticas até então produzidas no Brasil. (JUBRAN, 2015, p. 28)

Apoiado em uma base teórica que congrega princípios da Pragmática, da Análise da Conversação e da Linguística Textual e considerando a linguagem como atividade de interação social e o texto como objeto de estudo, o grupo procurou depreender deste último, particularidades do processamento dos mecanismos de sua estruturação. Assim o exame de discontinuidades como hesitações, interrupções, repetições, correções, parafraseamentos, elipses, inserções, dentre outros, afastava a ideia de disfluências na língua falada e mostrava que são fenômenos constitutivos dela, a qual não podia ser vista a partir da escrita.

E, na busca de uma unidade de análise chega o grupo à categoria de *tópico*, em vez do *turno*, apresentada no III Seminário do Projeto da Gramática do Português Falado, realizado em Águas de Lindóia em novembro de 1989 e publicada no volume II da Gramática do Português Falado, organizado por Rodolfo Ilari. Segundo os pesquisadores,

[...] a noção de tópico define não só o processo de ‘interação centrada’ (GOFFMAN, 1976) no estabelecimento do intercâmbio verbal, como também o movimento dinâmico estrutura conversacional. Assim, o tópico discursivo se torna um elemento decisivo na constituição de um texto oral, e a estruturação tópica serve como fio condutor da organização discursiva (JUBRAN *et al.*, 2002, p. 343).

A seguir, resumidamente, destacamos dois grandes momentos no panorama de estudos sobre a topicalidade: um, relativo à percepção de que as estratégias descritas para a conversação oral são extensivas a outros gêneros da fala e da escrita; e outro, decorrente desse, é a percepção do tópico discursivo em novos contextos de interação da internet, fato considerado por nós um desafio na contemporaneidade.

Na diacronia dos estudos da topicalidade, pontuamos que, embora a categoria tópica tenha emergido de análises sobre a conversação oral – e, portanto, tenha por base o princípio pragmático da cooperação entre os interlocutores na construção desse gênero – sua aplicabilidade, conforme dissemos, é extensiva a outros gêneros da oralidade e da escrita, podendo mesmo ser considerada “um processo constitutivo do texto”. (JUBRAN, 2006, p.34).

As propriedades tópicas da *centração* e *organicidade*⁹ – essenciais na concepção e operacionalização de tópico discursivo, entendido como “aquilo acerca do que se está falando” (BROWN; YULE, 1983, p. 73) - foram objetos de estudos subsequentes, alguns dos

⁹ Fávero, em trabalho publicado em 1993 – O tópico discursivo –, considera serem três as propriedades do tópico: centração, organicidade e segmentação (PRETI, D. *Análise de textos orais*. São Paulo: Humanitas, 1993, p. 33-54).

quais referidos por Jubran (2006), quando esta se dispôs a revisitar a noção de tópico discursivo.

Na revisitação de conceitos, a autora aponta que, para que a propriedade de centração tópica pudesse dar conta da análise de um leque abrangente de textos, os traços de *concernência*, *relevância* e *pontualização*, que a caracterizam, passaram por acréscimos que permitiram aliar a função representacional da linguagem, na qual se apoiava, à função interacional – condizente com uma abordagem textual-interativa. Desse modo, Jubran (2006) assim os explicita:

(i) *Concernência*: relação de interdependência entre os elementos textuais, firmada por mecanismos coesivos de sequenciação e referenciação, que promovem a integração desses elementos em um conjunto referencial, instaurado no texto como alvo da interação; (ii) *Relevância*: proeminência de elementos textuais na constituição desse conjunto referencial, que são projetados como focais, tendo em vista o processo interativo; (iii) *Pontualização*: localização desse conjunto em determinado ponto do texto, fundamentada na integração (concernência) e na proeminência (relevância) de seus elementos, instituídas com finalidades interacionais (JUBRAN, 2006, p. 35).

De acordo com Fávero (2010, p. 59), num evento comunicativo dinâmico como a conversação, “há uma constante flutuação de tópicos discursivos e essa flutuação não é tida ou sentida como incoerente porque, durante a evolução natural de um diálogo, os tópicos têm uma série de relevâncias que podem ser detectadas e selecionadas pelos falantes”.

Com relação à propriedade de *organicidade*, houve também uma ampliação de seu entendimento para além da descrição das relações tópicas em texto conversacional. Assim sendo, tanto as referências às relações intertópicas (no plano hierárquico, vertical; e no plano linear) quanto, posteriormente, as referências às estratégias da organicidade e às articulações intratópicas foram também extensivas à análise de textos escritos.

Importa ainda destacar que, em 2006, pesquisadores de várias instituições brasileiras reuniram-se para publicar, nos *Cadernos de Estudos Linguísticos*, IEL-UNICAMP, suas investigações relativas ao tópico discursivo, mas agora em diferentes gêneros e tipos textuais nas modalidades oral e escrita.

Outras pesquisas posteriores, por exemplo a de Pinheiro (2012)¹⁰, englobam uma reflexão em relação à referenciação e ao tópico, como dimensões textuais que têm merecido destaque em propostas de tendência sociocognitiva na linguística textual. Para o autor, tais dimensões têm constituído objeto de estudos independentes, mas, ele salienta que foi possível observar interdependência entre elas, tendo em vista que são responsáveis pelo

¹⁰ Os textos analisados pelo autor são excertos de Artigo Científico e Conversação.

desenvolvimento de tópico. Tal explicação considera que o trabalho de Cavalcante *et al.* (2010) amplia a revisão de Jubran (2006), ressaltando a natureza sociocognitiva do tópico.

Pinheiro (2012) se detém na questão da integração de referentes em um conjunto referencial, pertencentes a um mesmo tópico. Nessa proposta, o autor parte das considerações de Mondada (2001), com vistas a ressaltar que os objetos de discurso: “uma vez identificados, reconhecidos e definidos como tais pelos próprios participantes, podem ser assim tratado como tópicos” (PINHEIRO, 2012, p. 802). Esses objetos formam uma cadeia referencial¹¹, um conjunto de objetos, caracterizando a contração que define o tópico.

Mira (2012) discorre sobre práticas conversacionais de sujeitos afásicos e não afásicos, no que se refere à dinâmica de turnos e à gestão do tópico. A perspectiva assumida por Mira (2012) considera a cognição¹² enraizada na interação social e ancorada em contextos mais amplos. No que se refere à questão do tópico, uma das categorias selecionadas, Mira se pauta em uma dimensão textual-discursiva na análise empreendida, com base nos estudos de Jubran (2006a; 2006) e Koch (2006), entre outros autores.

A tese de Sá (2018)¹³ traz contribuições para os estudos do texto do aluno no ensino básico. A autora defende que “os mecanismos de articulação tópica equivalem a muitas das estratégias de coesão, e que a coesão, sendo mais do que o emprego de elos coesivos, compreende aspectos textual-interativos” (SÁ, 2018, p. 15) e aponta que a coesão é imbricada na coerência e entende que esta seria uma das metarregras de coerência, conforme Charroles (1978). Desse modo, busca relacionar os traços definidores do tópico discursivo às metarregras de coerência.

Na contemporaneidade, o estudo da topicalidade em interações nas redes digitais adquiriu novas dimensões, sendo possível falar em alargamento da noção de tópico, “uma vez que o texto é visto como uma rede de nós conectados” (OLIVEIRA *et al.*, 2020, p. 177).

As contribuições de Capistrano Júnior *et al.* (2019), acerca do tópico na interação em rede, apontam caminhos a partir de uma análise de relações estabelecidas em novos textos e contextos, gêneros discursivos e textuais, aspectos de coerência, referência entre outras imbricações. Para tanto, merece atenção a implicação na assunção de um pressuposto básico de que “todo e qualquer texto depende não só dos elementos que o constituem, como também de aspectos sociocognitivos dos usuários (KOCH, 2015)” (CAPISTRANO JÚNIOR *et al.*, 2019, p. 161). Assim sendo, o estudo de fenômenos linguístico-discursivos em contextos

¹¹ Sobre os estudos da Referenciação e do Tópico, ver Cavalcante, Pinheiro, Lins e Lima (2010); Cavalcante (2011); Koch (2004); Koch (2008); Koch e Penha (2006); Marcuschi (2006); Mondada (2001); Pinheiro (2005, 2006).

¹² Ver Mondada e Pekarek (2000); Rogoff (1990); Cole (1994; 1995); Wertsch (1991a; 1991b).

¹³ Sá analisa Redações do ENEM.

multimodais e digitais, por exemplo, exige de linguistas um repensar de conceitos, critérios, categorias, tendo em vista os vários aspectos a serem considerados. É preciso, dessa forma, reelaborar modelos teórico-analíticos e procedimentos para dar conta dos fenômenos observados em diferentes gêneros textuais. Nesse caso específico, para o estudo do tópico discursivo em ambientes permeados por uma cultura digital, os autores também tiveram como base teórica as noções de tópico em sintonia com Jubran *et al.* (2002) e Jubran (2006).

O enfoque do trabalho de Lins (2008) referente ao tópico discursivo, tendo por objeto de análise tiras diárias em quadrinhos, é de grande relevância para outros estudos. Ressalta-se a complementaridade entre componentes verbais e visuais constitutivos. A autora salienta as ocorrências de continuidades e descontinuidades tópicas na organização global, atribuindo esse fenômeno ao fato de as tiras serem formadas por quadros. Nesse caso, a coerência se estabelece na combinação de elementos linguísticos e visuais materializados textualmente. Além disso, a pesquisadora adota como base para análise da topicalidade em tiras diárias, a noção de centração nos planos hierárquico e linear.

O alargamento de pesquisas com enfoque em novas dimensões ancoradas em contextos social, cognitivo, interacional e tecnológico tem ressaltado a natureza coletiva, multilinear e multisequencial do texto. Nessa direção, muito esforço tem sido devotado aos estudos de questões relacionadas ao modo pelo qual uma língua funciona, em suas diversas situações de uso. Requerem atenção, assim, os textos produzidos em rede, as conexões e interações em ambientes sociais, por exemplo, no *Facebook*, em que uma postagem inicial é seguida por uma série de comentários entre os interactantes.

Nesse sentido, essas reflexões têm se mostrado inovadoras e cientificamente instigantes. Desse modo, essas investigações dialogam entre si com diversas produções científicas acerca de topicalidade, coerência, coesão referencial etc. Esses trabalhos produzidos, em sua maioria, em ambientes digitais, trazem contribuições relevantes de cunho histórico-metodológico e de abordagens e perspectivas inovadoras para os estudos discursivos em interações mediadas por tecnologias atuais.

Interação e topicalidade em comentários *on-line*

A emergência das tecnologias digitais provocou o surgimento de novas formas de interação e de participação, impondo, como bem diz Herring (2013), desafios sem precedentes aos estudiosos da interação mediada na era digital. Nesse sentido, o surgimento e a expansão das redes sociais digitais alteraram profundamente práticas sociointeracionais, as quais são marcadas pela produção, transformação, distribuição e compartilhamento de conteúdos, pela

atividade múltipla e simultânea numa única plataforma e pela multiplicidade de mídias e de linguagens.

Para Thompson (2018), os sites de mídias digitais promovem a interação mediada *on-line*, que (i) é contínua e multidirecional, de muitos para muitos, pois cada indivíduo está ligado a outros por uma rede que envolve múltiplos participantes; (ii) estende-se no espaço e no tempo; (iii) tem caráter dialógico ou interativo e (iv) conta com limitações das possibilidades de deixas simbólicas (gestos, mudanças no tom de voz, expressões faciais etc.)¹⁴.

Na visão de Landert (2017), *sites* de mídia social digital têm como característica definidora o potencial de interação, o que permite e encoraja os usuários a participar das interações e a contribuir com a produção de conteúdos. Para a autora, há três traços constitutivos e imbricados da ação dos sujeitos: (i) *a interação* diz respeito à (potencial) troca de mensagens entre os sujeitos; (ii) *a participação* refere-se à inserção numa dada situação comunicativa, de forma a envolver um certo grau de poder, uma vez que as mensagens produzidas e trocadas pelos usuários têm influência na organização social e nos processos sociais, e no empoderamento tecnológico; (iii) *o envolvimento* concerne não só ao engajamento emocional dos sujeitos na produção de conteúdos, mas também à maneira como esse conteúdo afeta o destinatário.

Assim, com base em Thompson (2018) e em Landert, *sites* de redes sociais possibilitam uma diversidade de interações, com múltiplos propósitos. Nesses *sites*, os usuários constroem perfis, públicos ou não, com o objetivo de estabelecer e manter relações sociais, de falar sobre si, de influir sobre o outro etc. Para isso, produzem, editam, consomem, compartilham conteúdos e respondem a eles, usando os recursos tecnológicos, que promovem a ação dos sujeitos.

Em se tratando das formas de interação e participação, Landert (2017) propõe uma noção escalar. Numa extremidade, (i) *a interação* na qual, além de não haver produção de conteúdo, a contribuição dos usuários é mínima e se efetiva, por exemplo, na leitura de artigos em sites de notícia ou no monitoramento e rastreamento de seus comportamentos e interesses; (ii) *a interação (dis-)liking content*, na qual os usuários não só produzem conteúdos, enviam comentários, que é a forma mais básica de conteúdo individual gerado pelo usuário, com os mais diferentes propósitos, mas também atualizam *status*, enviam mensagens etc., de acordo

¹⁴ Além disso, os recursos e as possibilidades de cada plataforma permitem que seus usuários “se comuniquem e interajam com os outros de maneiras variadas” (THOMPSON, 2018, p. 23), tanto na postagem de informações no mesmo *feed* como no envio de mensagens para uma única pessoa (mensagem privada) ou para determinados participantes ou grupos.

com as possibilidades e as restrições de uma dada plataforma digital e conforme os regulamentos relativos ao controle sobre o conteúdo. Por fim, na outra extremidade, (iii) *os usuários* são livres para configurar e publicar seus próprios conteúdos, independente de quaisquer restrições de plataformas existentes.

Neste trabalho, interessam-nos as interações do tipo *(dis-)liking content*, que se efetivam em espaços de comentários do *site* rede social *Instagram*; especificamente, em se tratando dos objetivos aqui delineados, buscamos descrever e analisar como os usuários dessa rede organizam o tópico discursivo em suas postagens reativas. Assim, com base nessas considerações teóricas, assumimos o pressuposto de que as características e as especificidades atinentes às formas de interação e de participação em *sites* de mídias sociais possibilitam a ocorrência dinâmica de diferentes formas de organização tópica, em espaços de comentários.

Segundo Paveau (2017), comentário *on-line* é um texto produzido¹⁵ pelos usuários na *web* a partir de um primeiro texto, em espaços próprios para a escrita de *blogs*, *sites* de informação e redes sociais. Suas funções são múltiplas e evolutivas ao longo das tradições textuais e culturais: é o lugar da exegese, da explicação, da interpretação, mas igualmente da sugestão, da proposição ou da conversa. Sua conversão digital aumenta ainda mais a variedade de seus usos e produz inovações formais: ao ser elaborado *on-line* de maneira nativa, o comentário transforma-se em diferentes planos, mas também assume formas inéditas (PAVEAU, 2017).

A enunciação pseudônima remete à possibilidade de o locutor escolher a forma de se mostrar ao seu interlocutor, podendo esta corresponder à identidade social *hors line* ou ser a reconstrução da própria identidade, levando à escolha criativa de “novas personalidades” (PAVEAU, 2017). Além disso, Paveau considera que todo comentário *on-line* traz, no mínimo, o identificador de IP. Assim sendo, cada comentário contém metadados que indicam identidade do usuário, um *link* de acesso à sua conta, identificador de IP, espaço de tempo da postagem, número de curtidas etc.

A relacionalidade diz respeito a recursos que conectam um comentário à plataforma digital a que foi vinculado e aos recursos que ela oferece aos usuários, tais como @, recurso de endereçamento a um usuário. O uso desses recursos evidencia a interatividade, uma vez que promovem a ação dos usuários e a interação entre eles.

¹⁵ Embora predomine em sua constituição a linguagem verbal escrita, digitada e editável, os comentários *on-line* devem ser vistos além da noção do *continuum* fala e escrita (MARCUSCHI, 2001), pois, em seu caráter híbrido e dinâmico, apresentam parâmetros tecnodiscursivos (PAVEAU, 2017), tais como a enunciação pseudônima, a relacionalidade, a conversacionalidade e a recursividade, a publicidade e a visibilidade.

A conversacionalidade evidencia o aspecto conversacional nos espaços de comentários, mas se distingue da conversa em si, principalmente no que se refere às sequências de abertura e fechamento, embora alguns comentários sejam apenas relacionais, isto é, realizam um ato performativo, sem, no entanto, produzir um discurso sobre o conteúdo do texto primeiro (enunciados de gesto – botões de reação –, comentário-*link*, comentário-agradecimento). Esse parâmetro tecnodiscursivo promove, por meio da relacionalidade, no espaço dos comentários, uma enunciação ampliada (PAVEAU, 2017), indicativa da interação aberta e potencialmente atualizável.

Ao focar traços da conversa em comentários, Landert (2017) diz que, apesar de o autor e o destinatário não estarem copresentes e, muitas vezes, serem desconhecidos, a comunicação mostra características típicas da interação pessoal face a face entre amigos, tanto em termos de tópico como de linguagem. Além disso, para a autora, a extensão e a ramificação dos *threads* (grupo de comentários em que um tema focalizado está em discussão) de mensagens dependem do grau de interação. Se, por um lado, em trocas altamente interativas, os usuários se envolvem em interações que se estendem por vários turnos, com mensagens posteriores respondendo a mensagens anteriores; por outro lado, em trocas com um menor grau de interação, os usuários tendem a postar mensagens individuais que podem ou não iniciar novo tópico.

A publicidade e a visibilidade de comentários dependem de como o internauta¹⁶ configura as permissões em sua conta, tornando-os públicos e visíveis ou não.

Ainda no que se refere ao traço da conversacionalidade, Capistrano Júnior *et al.* (2019) entendem que processo interacional no espaço dos comentários assemelha-se a um conjunto de conversas múltiplas, um polílogo (KERBRAT-ORECCHIONI, 2004; MARCOCCIA, 2004), marcado pelo envolvimento de vários usuários em um mesmo local e pelas múltiplas focalizações, evidenciadas em comentários que reagem a um *prompt* motivador, uma webnotícia, uma charge, por exemplo, ou a um comentário anteriormente produzido (resposta a comentário ou comentário a comentário). Neste caso de uma sequência de ação-reação, identificar a quem ou a que um comentário responde orienta a percepção de uma relação de adjacência entre os comentários postados. No entanto, como bem ressaltam Herring e Chae (2021), um usuário pode responder a um comentário sem utilizar a função “responder” abaixo da postagem, o que muito dificulta a análise do gerenciamento tópico.

¹⁶ Neste trabalho, tomamos os termos internauta (PAVEAU, 2017) e usuário (LINDERT, 2017) como sinônimos.

No quadro da Análise da Conversação, a noção de polílogo, em analogia aos termos “diálogo”, “trílogo” “tetralogo”, é apresentada por Kerbrat-Orecchioni (2004), que o concebe como uma interação face a face com múltiplos participantes. Esse tipo de troca se traduz em interações mais complexas e seu funcionamento, no quadro participativo, é marcado pela flexibilidade, instabilidade e imprevisibilidade e pela possibilidade de ocorrência da cisão, isto é, formação de grupos conversacionais distintos que realizam conversas paralelas.

Quanto à sua natureza, Kerbrat-Orecchioni (2004, p. 10) diz que o polílogo pode ter (i) *foco compartilhado*, em que diferentes participantes são orientados para uma mesma atividade; no entanto, situações de informalidade ocasionam o surgimento de uma cisão; (ii) *foco ausente*, em que o envolvimento não é regra, mas a convivência em um mesmo espaço gera uma situação de comunicação latente; (iii) *foco múltiplo*, em que muitos participantes realizam diferentes atividades num mesmo local, ocasionando “um estado aberto de conversa”.

Por sua vez, Marcoccia (2004), um pioneiro na análise da conversação polilógica na *Web*, volta-se para a análise da interação e das formas de participação em *newsgroups*. O autor conclui que, quanto à conversação, os grupos de notícia consistem em conversas polilógicas ou dialogais multipartidárias. Isso ocorre porque essas conversações, por envolverem muitos usuários que interagem entre si também de maneira assíncrona, podem se fragmentar, rompendo a unidade da estrutura de interação, e dar origem a subgrupos conversacionais¹⁷.

A interação no *Youtube* é objeto de discussão no trabalho de Bou-Franch, Lorenzo-Dus e Blitvich (2012), as quais salientam a sua natureza polilógica, o que envolve aspectos de uma estrutura de participação quando há a interação diádica ou discussões intergrupais. Além disso, as autoras consideram os usuários que, mesmo sem emitir comentários, passivamente fazem parte do polílogo. Assim sendo, a interação é caracterizada como sendo complexa, flexível, instável e imprevisível. É importante, nessa visão, ressaltar que a noção de interação polilógica é pragmática, envolve um número considerável de participantes, isso durante um tempo que é indefinido.

Posto isso, compreendemos os comentários como um conjunto de textos, os quais propiciam as múltiplas interações e o estabelecimento de redes temáticas altamente

¹⁷ No que se refere aos modos de participação, o estudo de Marcoccia (2004) identificou funções dos participantes: remetente, leitor e anfitrião (*host*), sendo este mais atuante, mais familiarizado com o funcionamento das interfaces do sistema etc.; funções na produção: animador/transmissor (fonte física da mensagem, ou seja, endereço eletrônico do remetente), autor e enunciador; funções na recepção: destinatário endereçado, identificado por meio de endereço eletrônico, nome, pronome etc., destinatário anfitrião, destinatário expectador, isto é, aquele que tem acesso ao grupo de discussão e se contenta em ler as mensagens enviadas.

complexas. Além disso, a recepção descontínua permite que, em algumas situações, os tópicos instaurados nos comentários se afastem da postagem iniciadora, ramificando-se em uma “conversa paralela”. Assim, em decorrência das interações poligeridas, Marcoccia (2004) diz que o surgimento de múltiplas conversas paralelas pode envolver subgrupos de usuários que participam de apenas uma das várias conversas e/ou envolver usuários que participam de várias conversas, repercutindo na dinâmica das interações e, conseqüentemente, no(s) tópico(s) instaurado(s).

Dessa maneira, a compreensão de que as interações em espaços de comentários assemelham-se a um polílogo, no qual os agrupamentos conversacionais são dinâmicos e estão continuamente em construção, leva-nos a entender que a postagem motivadora (ou iniciadora) e os comentários (postagens reativas) não constituem um texto único e ampliado, salvo os casos em que se evidencia uma relação de adjacência entre eles.

Numa interação desse tipo, a conectividade pressuposta no sistema de comentários tem como princípio orientador a intertextualidade temática (CAPISTRANO JÚNIOR; ELIAS, 2018; ELIAS; COELHO; CAPISTRANO JÚNIOR, 2020). Além disso, características proeminentes das interações em *sites* de mídia social, tais como a polilogicidade, os múltiplos propósitos, a politopicalidade, possibilitam a introdução de um tópico alheio ao que estava em andamento ou que fora focalizado na postagem motivadora.

É, pois, com essa visão que discutiremos a questão norteadora deste artigo: como os internautas gerenciam o tópico discursivo em comentários do *Instagram*?

Análise dos comentários *on-line*

Figura 01 - charge de Jean Galvão – Instagram, @folhadespaulo



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CLUTwZen2dd/?igshid=1qtfoj6hz3y5p>. Data de acesso: 15 mar. 2021.

Justamente devido à efemeridade do texto chágico¹⁸ em relação aos fatos contemporâneos, sua interpretação nos impõe uma contextualização. O conhecido chargista Jean Galvão expõe sua criatividade nas plataformas da FSP, incluindo o *Instagram*, @folhadespaulo, em 15 de fevereiro de 2021, fonte do *corpus* a ser analisado. Vale, então, lembrar que, em 03 de julho de 2020, entrou em vigor a lei nacional que obriga o uso de máscaras em espaços públicos, como ruas e praças, em veículos de transporte público e em locais privados acessíveis ao público¹⁹.

Procedendo à descrição, temos, no plano composicional, uma charge virtual narrativa estática, composta de dois quadros sequenciais. No primeiro, sob o título “Máscara obrigatória”, representando os ditames da lei nacional, ironicamente há o desenho de quatro pessoas: duas mulheres e dois homens caminham por um local público, mas sem respeitar tal lei, até porque a presença da máscara se limita a um só dos homens, que a usa indevidamente pendurada em uma orelha. O recurso de um balão simula a conversa informal dos homens: um deles, com o rosto virado para o outro e a boca aberta, diz “No Brasil, as leis não pegam.”. Quanto às mulheres, a da esquerda do quadro, visivelmente mais idosa, carrega várias sacolas, de onde se infere que deve estar voltando de compras. Já a outra, à direita, mais jovem, vestida com trajes esportivos, aparenta fazer caminhada despreocupadamente, toda “senhora de si”, com o narizinho bem arrebitado²⁰. No segundo quadro, por sua vez, mais estreito, uma figura verde num fundo lilás, representando o supostamente temido vírus da Covid-19, se mostra perspicaz e ameaçador ao dizer, também por meio de balão: “Eu pego”.

Em relação ao conteúdo temático, Jean Galvão imprime ao texto sua assinatura, legitimando o fato de o brasileiro em geral ser imprudente em relação às leis, particularmente, no caso, à lei que exige o uso de máscara na prevenção de uma pandemia, cujos malefícios dispensam comentários²¹. A partir do jogo de elementos verbais e não verbais, o intento do chargista se efetiva por meio de um texto de humor, cujos gatilhos são, ao mesmo tempo, o exagero: as figuras caricatas do primeiro quadro avolumam, pelo não uso da máscara, a atitude incorreta de uma senhora mais idosa, portanto com mais risco de contrair Covid, a

¹⁸ O gênero charge é peculiar: texto de humor jornalístico-opinativo multimodal, composto de um ou mais quadros (caracterização narrativa), constituído de ilustração que pode envolver a caricatura de um ou mais personagens, com o objetivo de criticar, satirizar ou ironizar acontecimentos ou pessoas, em geral políticos, tanto do cenário nacional como internacional, porém da atualidade.

¹⁹ “A ligação da charge com a(s) notícias do dia e/ou, eventualmente, de dias anteriores ou até de outras produções faz dela um texto narrativo por excelência (no sentido de transformação humorística de estados), fortemente interacional e intrinsecamente intertextual” (CARMELINO *et al.*, 2017, p. 152)

²⁰ Vale notar também que as mulheres se distinguem dos homens na distância e na palidez de uma cor amarelada, realçando o primeiro plano dos homens, centralizados e lilases.

²¹ Ao mesmo tempo, por consequência, realça o negacionismo de alguns, sobretudo ligados a partidos de direita, haja vista algumas atitudes do atual Presidente da República que, muitas vezes, se apresentou ao público sem máscara.

indiferença de uma jovem a caminhar e a conversa irresponsável de dois indivíduos, todos rompendo com o *script* da sensatez. Na sequência, o gatilho do humor é acionado pelo insólito da fala do vírus: “Eu pego.”. Tais estratégias jogam linguisticamente também com a semântica do verbo *pegar*, no primeiro quadro significando *aderir*, isto é, obedecer a uma lei, e, no segundo quadro, no sentido de *agarrar*, revela a força e o perigo de contaminação do vírus. Nessa fusão do verbal e do não verbal, tece-se, irônica e humoristicamente, uma realidade ficcionada, em que o próprio vírus anuncia o que deve ser dito para seu combate: o uso de máscara é necessário como prevenção contra a Covid-19.

Em 15 de março de 2021, data de coleta dos dados, havia noventa e três comentários registrados. Seleccionamos, contudo, os vinte primeiros comentários e, quando for o caso, suas respectivas respostas (comentário a comentário), tais como aparecem no momento da captura da tela por *Print Screen*, o que totaliza sessenta comentários. Posteriormente, os dados foram anonimizados e transcritos do mesmo modo como foram produzidos pelos internautas.

Cada comentário, identificado por meio da letra **C**, foi numerado sequencialmente. As respostas a comentário, identificadas pelas letras duplas **CC** e pelo uso do @, além de sinalizadas pelo número do comentário a que respondem, seguidas do número indicativo da ordem sequencial em que foram postadas em um *thread*.

Em seguida, procedemos ao agrupamento em blocos de comentários, com base nas seguintes focalizações: **agrupamento 01**: avaliação do conteúdo da charge e causas do problema do Brasil – C1, C16, C17; **agrupamento 02**: causa do problema em outros países – C2; **agrupamento 03**: não cumprimento das leis – C3, C4, C15; **agrupamento 04**: crítica ao jornal FSP – C5, C20; **agrupamento 05**: Bolsonaro, seus aliados e seus opositores – C6, C7, C8, C19; **agrupamento 06**: crise econômica e crítica ao jornal FSP – C9; **agrupamento 07**: responsabilidade individual na prevenção: C12, C13, C14; **agrupamento 08**: contágio pelo *Sars-CoV-2*, causador da Covid-19 – C10, C18; **agrupamento 09**: quem o vírus deveria contaminar – C11.

Cada focalização atualiza a propriedade da centração, particularizada pela relação de concernência, que se manifesta pela relação de interdependência semântico-pragmática entre os referentes textuais (objetos de discurso) postos em relevância e instaurados nos comentários. Vejamos:

Quadro 01 - Agrupamento 01 - *avaliação do conteúdo da charge e as causas do problema do Brasil*

C1. Perfeita essa charge. O problema do Brasil são os brasileiros.

CC1.1 verdade *emoji* (aplausos) – manifestação de apoio, de concordância

C16. Aqui nada se leva a sério

C17. Verdade. Pois quem deveria dar o respeito não dá

Fonte: <https://www.instagram.com/p/CLUTwZen2dd/?igshid=1qtfoj6hz3y5p>. Data de acesso: 15 mar. 2021.

Os referentes focais em C1 põem em relevo a avaliação positiva do conteúdo da charge e o apontamento de que o comportamento dos brasileiros é causador do problema no país, provavelmente em referência à crise sanitária e humanitária da Covid-19. Em seguida, numa relação de adjacência e de ações coordenadas, CC1.1 procede à manifestação de concordância, “verdade”, reforçada pelo *emoji* do aplauso.

Em C16, o referente dêitico “aqui” põe em relevo a falta da devida importância às questões *sociais*, políticas, *econômicas*, culturais, sanitárias no Brasil.

Entendemos haver uma relação de adjacência entre C16 e C17, depreendida não só pela proximidade espaço-temporal, mas também pela relevância condicional entre eles. C17 expressa concordância com a visão de que no Brasil nada se leva a sério, “verdade”, e amplia o que fora focalizado em C16 por meio da justificativa “pois quem deveria dar o respeito não dá”.

Quadro 02 - Agrupamento 02 - *causa do problema em outros países*

C2. Aqui na França não é nada diferente. Acabei de de crer que “é do humano” mesmo! *emoji* encolhendo os ombros: falta de controle da situação.

CC2.1 na Europa países como a Suécia e Suíça por exemplo, nem usam nada ou tem distanciamento social

Fonte: <https://www.instagram.com/p/CLUTwZen2dd/?igshid=1qtfoj6hz3y5p>. Data de acesso: 15 mar. 2021.

Embora C2 mantenha a recorrência do tema “causa do problema”, não podemos afirmar que seja uma resposta a C1, pois não há um endereçador de resposta, @, naquele comentário. Sem dúvida, isso dificulta a análise da topicalidade, como dissemos anteriormente. C2 focaliza o problema nos cuidados básicos para se evitar a contaminação pelo coronavírus na França e na conclusão de que o erro, possivelmente em referência às falhas na prevenção, é inerente ao ser humano. O *emoji* dos ombros encolhidos reforça a falta de controle da situação. Por sua vez, CC2.1 expande o que é dito em C2, por meio da exemplificação: na Suécia e na Suíça, não se usa máscara nem se mantém o distanciamento social.

Quadro 03 - Agrupamento 03 - *não cumprimento das leis*

C3. As leis não pegam e o Gilmar Mendes solta...

CC3.1 (@C3) caraeeeeoooo mil vezes melhor que a charme

CC3.2 (@C3) 04 *emojis* (aplausos) – manifestação de apoio, de concordância

CC3.3 (@C3) 03 *emojis* (aplausos) – manifestação de apoio, de concordância

C4. A discussão política sobre o assunto beira a infantilidade, pois político não vai cuidar da minha família quando eu faltar, a doença está aí, a charge foi excelente. Independentemente de lei obrigando o uso ou não de máscaras, cada um tenha consciência de sua proteção e da do próximo. Não adianta discutir a questão política sobre o uso da cadeirinha infantil nos veículos, o filho é meu, não preciso de lei para fazer o necessário para proteger.

CC4.1 (@C4) certíssimo

C15. Leis não pegam. Lula livre e Dilma sendo candidata depois do impeachment são exemplos disso.

CC15.1 (@C15) Collor como conselheiro do Jairzinho, tudo tranquilo?

CC15.2 (C15@CC15.1) Collor na política de novo é mais um exemplo.

Fonte: <https://www.instagram.com/p/CLUTwZen2dd/?igshid=1qtfoj6hz3y5p>. Data de acesso: 15 mar. 2021.

Em C3, é dada relevância a uma parte da fala do personagem da charge, a saber, (No Brasil) “as leis não pegam”, dispensando o local pelo fato de este estar indiretamente representado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, cujo histórico é o de um juiz garantista²². Tal postura valeu-lhe críticas de associação com corrupção por terem sido soltos, por exemplo, 37 investigados da Lava Jato. Deve-se ainda realçar aqui o uso da antítese *pegar/soltar* (libertar) em referência ao verbo *pegar* (cumprir lei) do primeiro quadro.

CC3.1 (@C3) é um comentário relacional emotivo, pelo uso de “caraeeeeoooo”, e também avaliativo por usar a hipérbole “mil vezes” melhor que a charge (escrito “charme”). CC 3.2 e CC 3.3 reativam por meio dos *emojis* do aplauso o que é dito CC 3.1.

Em C4, a questão de respeito a leis tem sua importância marginalizada pela relevância da focalização na responsabilidade individual: “Independentemente de lei obrigando o uso ou não de máscaras”. No comentário CC4.1, manifesta-se o apoio ao que se diz em C4.

C15 põe em evidência a intertextualidade com os dizeres da charge: “As leis não pegam”, justificando tal afirmação com exemplos da liberdade de Lula e da candidatura de Dilma.

Na sequência, mais exemplos: CC15.1 (@C15), ironicamente, põe em relevância o fato de Collor, outro que sofreu *impeachment*, ser conselheiro do presidente Bolsonaro, que, nesse comentário, é referenciado como “Jairzinho”. E CC15.2 (@C15.1) avalia, endossa e expande, por exemplificação, os comentários anteriores.

²² Garantismo jurídico é uma forma de direito que se preocupa com aspectos formais e substâncias necessários para que o direito seja válido.

C19.4 (@C19) siiiiiiim, mas fora da presidência!
C19.5 (@C19) perfil autoexplicativo, só denunciar...
C19.6 (C19@C19.2) emoji (bandeira do Brasil) Bolsonaro emoji (bandeira do Brasil)
C19.7 (C19@C19.3) emoji (bandeira do Brasil) Bolsonaro emoji (bandeira do Brasil)
C19.8 (C19@C19.4) emoji (bandeira do Brasil) Bolsonaro emoji (bandeira do Brasil)
C19.9 (C19@C19.5) emoji (bandeira do Brasil) Bolsonaro emoji (bandeira do Brasil)
C19.10 (C19.5@C19) #bolsopetista
C19.11 (C19@C19.5) emoji (olhos de coração – eu amo) Bolsonaro emoji (bandeira do Brasil)

Fonte: <https://www.instagram.com/p/CLUTwZen2dd/?igshid=1qtfoj6hz3y5p>. Data de acesso: 15 mar. 2021.

Nos comentários que compõem o agrupamento 05, os referentes instaurados ou evocados por meio de predicções e de outras pistas linguageiras põem em relevância ora o presidente Bolsonaro e seus aliados (*emojis* e Bolsonaro 2022, em C6, C19; *emojis* e Bolsonaro em C19.6, C19.7, C19.8, C19.9, C19.11; “até os esquerdalhas seguem o presidente”, em CC8.1; #bolsopetista, em C19.10); ora os opositores a ele e a seus aliados (“só faltou terra plana”, em CC6.2; “ruminantes negacionistas”, em C7; “...não temos líder”, em C8; “é brocha”, em C19.3; “...mas fora da presidência”, em C19.4).

No agrupamento 05, observamos, ainda, que o comentário CC6.1 fora apagado e os comentários C6, C19 e C19.6 a C19.9, pela configuração textual recorrente (*emoji* Bolsonaro *emoji*), constituem-se numa resposta automática, que simula o comportamento de um internauta. Isso justificaria a ocorrência do comentário C19.5: “perfil autoexplicativo, só denunciar...”.

Quadro 06 - Agrupamento 06 - crise econômica e crítica ao jornal FSP

C9. O fique em casa, também pega Só que no bolso e na destruição da econômica do País e acaba matando mais do que Covid, pense, reflita e assine a Foice de SP !!!
CC9.1 (@C9) e oq isso tem a ver com mascara?
CC 9.2 (@ CC9.2) no é

Fonte: <https://www.instagram.com/p/CLUTwZen2dd/?igshid=1qtfoj6hz3y5p>. Data de acesso: 15 mar. 2021.

Os elementos postos em relevância em C9 revelam que há um conjunto de referentes relacionados à crise econômica e à crítica ao jornal FSP, como se observa “no bolso e na destruição econômica” e “Foice de SP”. Observamos, ademais, que o comentário seguinte – CC9.1(@C9) – é avaliativo em relação à C9, tendo em vista que questiona “e oq isso tem a ver com mascara?”, o qual tenta retomar algo posto em relevância em outro momento. Esse comentário é, de forma adjacente, direcionado especificamente ao comentário anterior e conta com a concordância de CC9.2.

Quadro 07 - Agrupamento 07 - responsabilidade individual na prevenção

C12. Lei orienta. O comportamento é nosso
C13. Verdade estivemos na praia pouca gente usando máscara, triste educação com o próximo.
CC13.1 (@C13) quem vai pra praia de máscara seu mon-go?? Nem vc vai

C14. Não é uma questão de lei, sim uma questão de respeito, solidariedade e ignorância.

Fonte: <https://www.instagram.com/p/CLUTwZen2dd/?igshid=1qtfoj6hz3y5p>. Data de acesso: 15 mar. 2021.

Os elementos referenciados “lei” e “comportamento” postos em relevância no comentário C12 remetem à postagem motivadora. O conteúdo focalizado diz respeito à responsabilidade individual que deve ser assumida pela população brasileira, com vistas à prevenção contra à Covid-19, independentemente da orientação legal.

O comentário de CC13.1 (@C13) também é avaliativo em relação ao conjunto focal posto em relevo, “responsabilidade Individual”. Esse comentário ocorre em um espaço de adjacência, referindo à atitude do participante, daí a designação de “seu mon-go”.

Em C14, os referentes “respeito”, “solidariedade” evidenciam a responsabilidade individual na prevenção do contágio pelo novo coronavírus. Já “ignorância”, argumentativamente, aponta para a desobediência das medidas básicas de *prevenção, como o uso de máscara*.

Quadro 08 - Agrupamento 08 - *contágio pelo Sars-CoV-2, causador da Covid-19*

C10. O vírus pega e como pega 01 *emoji* (choro)

C18. Pega sim e o paciente mais recente tinha 53 anos de idade, ficou sabendo na sexta-feira e morreu domingo. Fato.

Fonte: <https://www.instagram.com/p/CLUTwZen2dd/?igshid=1qtfoj6hz3y5p>. Data de acesso: 15 mar. 2021.

No comentário C10 “O vírus pega e como pega”, o usuário recorre ao princípio da focalização, para expressar incisivamente sua opinião a respeito do conteúdo da postagem motivadora publicada nas plataformas do jornal FSP, nas quais ocorre grande parte da interação on-line entre usuários em rede. Vemos aqui que o internauta, em seu comentário, foca o segundo quadro da charge, o qual faz menção à Covid-19, dando, assim, maior relevância ao enunciado multimodal, mediante o uso da imagem, representando o coronavírus. Encerra o comentário o *emoji* de choro, sinalizando a emoção de tristeza em relação ao contágio pelo Sars-CoV-2.

Em C18, a postagem inicial (motivadora), é, mais uma vez, reativada por outro internauta, em suas relações sociais, o qual apresenta seu comentário focando justamente no segundo quadro da postagem, no covid 19.

Quadro 09 - Agrupamento 09 - *quem o vírus deveria contaminar*

C11. Pena que não pegou em quem precisava de verdade.... um desperdício de vírus letais... 04 *emojis* (chorando de rir)

Fonte: <https://www.instagram.com/p/CLUTwZen2dd/?igshid=1qtfoj6hz3y5p>. Data de acesso: 15 mar. 2021.

O comentário C11 focaliza em “quem” o vírus deveria contaminar e, por não acontecer, torna-se um “desperdício”. Encerram o comentário quatro *emojis* chorando de rir, sinalizadores do comentário irônico.

Com base nas análises empreendidas, entendemos que os comentários postados, em relação à postagem iniciadora e, por conseguinte, ao tópico que lhe é constitutivo, podem organizar-se estruturalmente de modo a: (i) abrir a interação e desencadear outras contribuições (comentários a comentário), constituindo, à semelhança de pares adjacentes, uma sequência de comentários em torno de um tema (*thread*), unidos sequencialmente, em um mesmo espaço, pela regra da relevância condicional (MARCUSCHI, 2007) e cuja unidade mínima de interação é o diálogo. Nesse caso, os usuários podem participar dessa sequência usando o recurso “responder”, posicionado abaixo e à direita de cada comentário – C1, C2, C3, C4, C5, C6, C9, C12 e C13, C15, C16 e C17, C19, C22; (ii) suscitar uma interação em potencial com comentários monológicos e atinentes à centração da postagem motivadora – C7, C8, C10, C11, C14, C18, C20.

Conclusão

A partir da reflexão realizada, constatamos que a topicalidade se manifesta com base no tipo de gerenciamento que os internautas utilizam para desenvolver seus comentários motivados por um texto inicial, em nosso caso uma charge. Podemos afirmar que a noção de tópico discursivo se amplia, dado que, como afirmado, o “texto é visto como uma rede de nós conectados”. Desse modo, os comentários apresentam-se como um conjunto de textos que incitam as múltiplas interações e o estabelecimento de redes temáticas complexas.

Cabe lembrar que, em decorrência de interações poligeridas, encontramos conversas em que o referente está relacionado ou não ao tópico discursivo em foco na postagem motivadora. A recepção descontínua permite que, em determinadas situações, os tópicos instaurados nos comentários dos internautas se afastem da postagem motivadora, tornando-se uma espécie de “conversa paralela”.

Por fim, podemos dizer que a produção textual que encontramos nas redes sociais leva-nos como analistas do texto a observar as práticas textuais e interacionais encontradas em ambientes virtuais a partir de um olhar mais minucioso, buscando tratar a topicalidade a partir de modelos teóricos que consigam descrever os tipos de desenvolvimento tópico encontrados.

Referências

BROWN, G.; YULE, G. **Discourse analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

BOU-FRANCH, P.; LORENZO-DUS, N.; BLITVICH, P. G. C. Social interaction in YouTube text-based polylogues: a study of coherence. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 17, n. 4, p. 501-521, 2012.

CAPISTRANO JÚNIOR, R. *et al.* Organização tópica na interação em rede: aspectos textuais, contextuais e de coerência. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 13, n. 25, 159-180, 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/27886>. Acesso em: 22 mar. 2021.

CAPISTRANO JÚNIOR, R.; ELIAS, V. M. A Linguística Textual e os estudos linguísticos. *In*: LINS, M. P. P.; CAPISTRANO JÚNIOR, R.; MARLOW, R. M. (Orgs.). **O lugar na linguística**: percursos de uma (r)evolução. Vitória/ES: Editora do PPGEL/UFES, 2020. p. 97-120. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/343112616>. Acesso em: 28 de março de 2021.

CAPISTRANO JÚNIOR, R.; ELIAS, V. M. Práticas de escrita no contexto digital: elementos multimodais e coerência textual. *In*: GUALBERTO, C. L.; PIMENTA, S. M. de O., SANTOS, Z. B. (Orgs.). **Multimodalidade e ensino**: múltiplas perspectivas. São Paulo: Pimenta Cultural, 2018. p. 145-169.

CARMELINO, A. C. *et al.* Texto multimodal em práticas de ensino. *In*: MARQUESI, S. C.; PAULIUKONIS, A. L.; ELIAS, V. M. (Orgs.). **Linguística Textual e ensino**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 147-163.

CAVALCANTE, A. C. *et al.* Tópico discursivo e transversalidade de temas no ensino de língua portuguesa. *In*: MARQUESI, S. C.; PAULIUKONIS, A. L.; ELIAS, V. M. (Orgs.). **Linguística Textual e ensino**. São Paulo: Contexto, 2017.

CHAROLLES, M. Introdução aos problemas da coerência dos textos. Trad. Paulo Otoni. *In*: GALVES, C.; ORLANDI, E. P.; OTONI, P. (Orgs.). **O texto**: escrita e leitura. Campinas: Pontes, 1978. p. 39-85.

ELIAS, V. M.; COELHO, F. A. C.; CAPISTRANO JÚNIOR, R. Argumentação em produções hipertextuais: conexões e sentidos. *In*: OLIVEIRA, E. G. *et al.* (Orgs.). **Discurso e argumentação**: tecendo os efeitos de sentido. Campinas: Pontes, 2020. p. 87-103.

FÁVERO, L. L. O tópico discurso. *In*: PRETI, D. (Org.). **Análise de textos orais**. 7. ed. São Paulo: Humanitas, 2010. p. 39-63.

GOFFMAN, E. Replies and responses. **Language in Society**, v. 5, p. 257-313, 1976.

HERRING, S. C. Discourse in Web 2.0: familiar, reconfigured, and emergent. *In*: TANNEN, D.; TRESTER, A. M. (Eds.). **Discourse 2.0**. Language and New Media. Washington, DC: Georgetown University Press, 2013.

JUBRAN, C. C. A. S. Revisitando a noção de tópico discursivo. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 48, n. 1, p. 33-44, 2006.

JUBRAN, C. C. A. S. Tópico discursivo. *In*: JUBRAN, C. (Org.). **A construção do texto falado**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 85-126.

JUBRAN, C. C. A. S. *et al.* Organização tópica da conversação. *In:* ILARI, R. (Org.). **Gramática do português falado: níveis de análise linguística**. 4. ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, v. 2, 2002.

KERBRAT-ORECCHIONI, K. Introducing polylogue. **Journal of Pragmatics**, v. 36, p. 1-24, 2004.

KOCH, I. V; PENNA, M. A. O. Construção e Reconstrução de objetos-de-discurso: manutenção tópica e progressão textual. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 48, n. 1, p. 23-31, 2006.

KOCH, I. V. **Introdução à linguística textual: trajetórias e grandes temas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

KOCH, I. V; ELIAS, V. M. O texto na Linguística textual. *In:* BATISTA, R. O. (Org.). **O texto e seus conceitos**. São Paulo: Parábola, 2016. p. 31-44.

LANDERT, D. Participation as user involvement. *In:* HOFFMANN, C. H.; BUBLITZ, W. (Eds.). **Pragmatics of Social Media**. Berlin/New York: de Gruyter Mouton, 2017. p. 31-59. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/319647452_2_Participation_as_user_involvement. Acesso em: 23 mar. 2021.

LINS, M. P. P. **O tópico discursivo em textos de quadrinhos**. Vitória: EDUFES, 2008.

MARCOCCIA, M. Online polylogues: conversation structure and participation framework in internet newsgroups. **Journal of Pragmatics** – an interdisciplinary journal of language studies, v. 36, p. 115-145, 2004.

MARCUSCHI, L. A. **Fenômenos da linguagem: reflexões semânticas e discursivas**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MONDADA, L. Gestion du topic et organisation de la conversation. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 41, p. 7-35, 2001.

OLIVEIRA, M. L. S. **Construção tópica e mecanismo de (im)polidez em interações do Facebook: uma análise pragmática dos recursos imagéticos digitais**. 2019. 404 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

OLIVEIRA, M. L. S. de *et al.* O tópico discursivo em novos contextos de interação. **Revista Investigações**, v. 33, nº especial, p. 165-184, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/index>. Acesso em: 14 abr. 2021.

PAVEAU, M.-A. **L'Analyse du discours numérique**. Dictionnaire des formes et des pratiques. Paris: Hermann Éditeurs, 2017.

PINHEIRO, C. L. **Integração de fatos formulativos e interacionais na construção do texto**: um estudo a partir da topicalidade. 2003. 421 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2003.

PINHEIRO, C. L. O tópico discursivo como categoria analítica textual-interativa. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 48, n. 1, p. 43-52, 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637254>. Acesso em: 18 mar. 2021.

PINHEIRO, C. L. Eugênio Coseriu e a Linguística do Texto no Brasil. **Revista do Instituto de Letras da UFRGS – ORGANON**, v. 33, n. 64, 2018.

THOMPSON, J. B. A interação mediada na era digital. **Matrizes**, v. 2, n. 3, p. 17-44, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/153199>. Acesso em: 22 mar. 2021.

Sobre os autores

Leonor Lopes Fávero (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-7141-8939>)

Titular em Linguística na USP e titular em Língua Portuguesa na PUC-SP. Fez doutorado na PUC-SP, livre-docência na USP e pós-doutorado na Universidade de Paris VII, sob a supervisão de Sylvain Auroux. Pesquisadora do CNPq. É líder do Grupo de Pesquisa História das Ideias Linguísticas (Brasil e Portugal) e Identidade Nacional. Desenvolve e orienta pesquisas em Linguística Textual, Análise da Conversação, História das Ideias Linguísticas e Ensino e Aprendizagem de Língua Materna. É membro emérito do Grupo de Trabalho Linguística de Texto e Análise da Conversação (GT LTAC) – ANPOLL.

Ana Rosa Ferreira Dias (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-4794-2268>)

É doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela USP. Docente do quadro de carreira, categoria Titular, da PUC-SP, atuando nos Programas de Pós-Graduação de Língua Portuguesa e de Literatura e Crítica Literária; professora efetiva da USP, atuando no curso de Letras. É líder do DiME (CNPq/PUC-SP) e integrante do NURC (CNPq/USP). É membro do Grupo de Trabalho Linguística de Texto e Análise da Conversação (GT LTAC) – ANPOLL.

Geralda de Oliveira Santos Lima (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-5193-7958>)

Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora Associada do Departamento de Letras Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFS. É membro do Grupo de Trabalho Linguística de Texto e Análise da Conversação (GT LTAC) – ANPOLL.

Maria Cristina de Moraes Taffarello (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-7767-5466>)

Possui doutorado e mestrado em Linguística, licenciatura em Letras e bacharelado em Linguística pela UNICAMP. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Linguística e em Língua Portuguesa. No UNIANCHIETA (Jundiaí, SP), foi docente em cursos de Pós-graduação e de graduação e coordenadora da Revista Intersecções. É membro do Grupo de Trabalho Linguística de Texto e Análise da Conversação (GT LTAC) – ANPOLL.

Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-3862-6573>)

É doutora em Semiótica e Linguística Geral pela USP. Realizou estágio de pós-doutoramento na Universidad Pompeu Fabra (Barcelona, Espanha) sob a supervisão do Prof. Teun A. Van

Dijk, desenvolvendo pesquisa em Análise Crítica do Discurso. Atua no Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da USP e também na Graduação em Letras. É líder do NEAC (Núcleo de Estudos em Análise Crítica do Discurso - CNPq/USP) e integrante do NURC (CNPq/USP). É membro do Grupo de Trabalho Linguística de Texto e Análise da Conversação (GT LTAC) – ANPOLL.

Maria da Penha Pereira Lins (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-2192-7791>)

É doutora em Linguística pela UFRJ. Realizou estágio de pós-doutoramento na UNICAMP. Atua no Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGEL-UFES) e é membro do Grupo de Trabalho Linguística de Texto e Análise da Conversação (GT LTAC) – ANPOLL.

Marise Adriana Mamede Galvão (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-2690-0966>)

É doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP-Araraquara. Realizou estágio de pós-doutoramento na USP. É professora da UFRN, atua no Programa de Pós-graduação em Letras – Profletras, integra o grupo de Pesquisa “Práticas linguísticas diferenciadas”, é membro do Grupo de Trabalho Linguística de Texto e Análise da Conversação (GT LTAC) – ANPOLL.

Rivaldo Capistrano Júnior (Orcid iD <https://orcid.org/0000-0002-3731-7613>)

É doutor em Língua Portuguesa pela PUC-SP e docente permanente do PPGEL-UFES. É líder do GELT (CNPq/UFES), vice-líder do THELPO (CNPq/UNIFESP) e integrante dos grupos de pesquisa Protexito (CNPq/UFC) e Texto, Escrita e Leitura (CNPq/PUC-SP). É vice-coordenador, para o biênio 2020-2022, do Grupo de Trabalho Linguística de Texto e Análise da Conversação (GT LTAC) – ANPOLL.

Recebido em junho de 2021.

Aprovado em agosto de 2021.

Rotulação na perspectiva do modelo dialogal da argumentação

Labeling from the perspective of the dialogical model of argumentation

Nádia Vieira Simão¹
Rubens Damasceno-Morais²

Resumo: Este trabalho propõe o estudo da rotulação, a partir da retomada e antecipação, na interação argumentativa, à luz do modelo dialogal da argumentação. O objetivo é verificar se a rotulação, ao realizar os movimentos de retomada e antecipação, pode se constituir como um recurso não apenas linguístico, como também argumentativo. A ancoragem teórica parte de dois campos de estudos: a Linguística Textual e a Argumentação. A primeira com foco no processo de rotulação (FRANCIS, [1994] 2003; CONTE, [1996] 2003; CARVALHO, 2005; KOCH, 2006; 2011; ALVES JUNIOR, 2011) e a segunda a partir dos estudos do modelo dialogal da argumentação (PLANTIN, 2008; 2018; GRÁCIO, 2010; 2012; 2013; DAMASCENO-MORAIS, 2017; 2020; 2021). Além dessas duas perspectivas teóricas principais, foram mobilizados alguns pressupostos da Análise Conversacional (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974; KERBRATORECCHIONI, 2006; MARCUSCHI, [1986] 2003; KERBRAT-ORECCHIONI; PLANTIN, 1995; FÁVERO *et al.*, 2010) assimilados e adaptados pela perspectiva dialogal da argumentação. O breve *corpus* selecionado para é constituído por um recorte da entrevista com Ricardo Salles realizada pelo programa televisivo Roda Viva, em 2019. A descrição e análise da entrevista, a partir de uma abordagem qualitativa, lança mão de preceitos do modelo dialogal para proporcionar um recorte original de análise, como proposto pela presente chamada à publicação. A partir da empreitada analítica ora apresentada, observou-se ostensiva relação entre a retomada e a antecipação com o surgimento da *estase* argumentativa na interação entre entrevistado e entrevistadores do programa Roda Viva.

Palavras-chave: Rotulação. Interação argumentativa. Estase. Roda Viva. Entrevista.

Abstract: This work proposes the study of the labeling, from the resumption and anticipation, in the argumentative interaction. The objective is to verify if the labeling, when performing the movements of resumption and anticipation, can be constituted as a resource not only linguistic, but also argumentative. The theoretical approach starts from two different fields of study: Textual Linguistics and Argumentation. The first focusing on the labeling process (FRANCIS, [1994] 2003; CONTE, [1996] 2003; CARVALHO, 2005; KOCH, 2006; 2011; ALVES JUNIOR, 2011) and the second from studies of the dialogical perspective of argumentation (PLANTIN, 2008; 2018; GRÁCIO, 2010; 2012; 2013; DAMASCENO-MORAIS, 2017; 2020; 2021). In addition to these two main theoretical perspectives, some assumptions of Conversational Analysis were mobilized (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974; KERBRATORECCHIONI, 2006; MARCUSCHI, [1986] 2003; KERBRAT-ORECCHIONI; PLANTIN, 1995; FÁVERO *et al.*, 2010) assimilated and adapted by dialogical theory. The *corpus* of this research consists of an excerpt from the interview with Ricardo Salles conducted by the television program Roda Viva. The study follows a qualitative analysis, with an interpretive basis, based on the data obtained, we

¹ Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Goiânia, GO, Brasil. Endereço eletrônico: nadiavieira44@gmail.com.

² Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Goiânia, GO, Brasil. Endereço eletrônico: damasceno.morais@ufg.br.

observed a relationship between the resumption and the anticipation with the emergence of *stasis* in the argumentative interaction.

Keywords: Lettering. Argumentative interaction. *Stasis*. Live Wheel. Interview.

Considerações iniciais: mapeamento de pesquisas e entrecruzamentos teóricos

O estudo ora apresentado figura-se como um pequeno recorte de um estudo maior que buscou compreender a relação existente entre o processo referencial de rotulação com a interação argumentativa, a partir de preceitos do modelo dialogal da argumentação. Assim, aqui apresentaremos duas das funções exercidas pelos rótulos, a retomada e a antecipação, com o objetivo de verificar se elas interferem na interação argumentativa que se desenvolve entre os interactantes na entrevista do programa televisivo Roda Viva.

Considerando esses fatores, construímos a seguinte problemática que procuramos responder ao longo do texto: *As funções de retomada e antecipação realizadas pelo processo de rotulação participam da construção da interação argumentativa no programa de entrevista Roda Viva?* Para tentar responder a essa questão, o estudo aqui desenvolvido tomou por base dois campos de estudos diferentes, a Linguística Textual – com o foco no processo de rotulação –, e a Argumentação –, a partir dos estudos do modelo dialogal da argumentação; além de alguns pressupostos da Análise Conversacional.

A definição do recorte teórico impactou diretamente a escolha do *corpus*. O programa televisivo Roda Viva despertou interesse por apresentar questões importantes em voga a serem debatidas, evidenciando a relevância da realização de debates sobre temas de interesse geral, até mesmo polêmicos, mas que contribuem para a construção de uma sociedade mais crítica e reflexiva. Certamente, descrever e refletir sobre a forma como se debate em um programa de grande audiência é um fator de extrema relevância em um país como o Brasil, que se consolida a partir de um regime democrata pautado pelas escolhas dos cidadãos. A partir dessa relação de debate presente nas entrevistas realizadas pelo Roda Viva, foi considerado interessante analisar esse aspecto a partir do modelo dialogal da argumentação, por se tratar, justamente, de uma situação de interação com alto teor argumentativo.

Outro fator determinante para a escolha dessa teoria foi que, após uma ampliação na busca por estudos e pesquisas que trouxessem essa interligação entre rotulação e a argumentação em perspectiva dialogal, foram encontrados poucos textos que faziam essa alusão, e os que faziam enfocavam vertentes da argumentação diferentes da teoria dialogal. A seguir, serão apresentados alguns dos trabalhos encontrados que versam sobre o tema ora apresentado. Nesse sentido, dentre as pesquisas desenvolvidas sobre o processo de rotulação,

destacamos aquelas realizadas por Koch (2006; 2011) ao estudar a função multifuncional dos rótulos. Embora a autora reconheça uma interligação entre rotulação e os estudos argumentativos, ela o faz sob uma perspectiva diferente da abordada pela argumentação à luz do modelo dialogal. A perspectiva que ela elege aproxima-se dos preceitos da argumentação na língua, desenvolvidos por Ducrot e Carel (1999). Outros pesquisadores seguem o mesmo caminho que Koch, consolidando a relação entre a rotulação, e os demais processos referenciais, com a argumentação inerente à língua.

Carvalho (2005), por exemplo, ao analisar a rotulação em textos opinativos, confirma que os rótulos além de trabalharem na organização textual, constituem-se como operadores de argumentação importantes para a construção de sentido do texto. Essa é a visão compartilhada por Ciulla (2008) ao estudar o processo de referenciação e as suas funções no discurso. Ela acredita que os referenciadores exercem várias funções dentro do texto. Além disso, acredita que essas funções variam de acordo com o contexto discursivo. Nessa linha, Silva (2008), investigou a relação existente entre a referenciação e a argumentação – no sentido da argumentação inerente à língua –, em textos argumentativos, no caso, artigos de opinião. Esse estudo conclui que as expressões anafóricas carregam em sua malha textual a argumentatividade com a finalidade de levar o leitor/ouvinte a um determinado posicionamento. Não obstante, isso é diferente dos postulados do modelo dialogal que se manifesta em diálogos marcados por uma situação de *estase* (ou conflito) em que surgem perspectivas diferentes sobre o assunto “em questão” (GRÁCIO, 2012, p. 42). Silva (2014) também contribui para o estudo da referenciação, contudo seu *corpus* é constituído por textos verbo-imagéticos, em que a autora identifica uma preferência pela orientação argumentativa em processamentos referenciais.

Em seu trabalho, Alves Junior (2011), a partir de uma perspectiva sociointeracionista e discursiva de linguagem, em que foram estudados os rótulos presentes em gêneros jornalísticos, atestou que a rotulação é um recurso de coesão que, além de organizar o texto, atua em seu campo semântico e na sua argumentação. Seguindo esse mesmo viés, isto é, de se procurar as ligações entre os processos referenciais e a argumentação – esta vista como uma forma de persuadir e levar o público a determinadas conclusões –, segue o estudo de Sabaini (2012) cuja pesquisa analisa os processos referenciais em textos de cunho argumentativo. Ela evidencia, em sua análise, o papel determinante exercido pela referenciação em textos impressos ao atuar em suas cargas argumentativas.

Outros trabalhos há e que envolvem o estudo da referenciação e da Argumentação: Silva Filho e Rodrigues (2011) abordam a relação entre objeto de discurso e a construção da

orientação argumentativa; Cavalcante (2016) – foca nas diferentes formas de conceber a argumentação no território da Linguística Textual; Ciulla e Matos (2016) abordam a função avaliativa dos processos de recategorização nas orientações argumentativas; Estevam (2017) preocupa-se com as relações entre referenciação e argumentação, a partir da Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca; Sales (2017) aborda os processos referenciais e parte de Meyer para tecer reflexões sobre a argumentação; Esteves (2017) enfatiza a função discursiva dos processos referenciais e sua correlação com as relações argumentativas desenvolvidas no texto; Cortez (2018) aborda a relação entre os processos referenciais e a argumentação emocionada; Fumo (2020) limita-se à argumentação e a enunciação na construção textual do sentido a partir da prática pedagógica de ensino-aprendizagem do Português em Moçambique.

Como se observa, a argumentação relacionada com os estudos da referenciação, nos estudos citados, foi vista da perspectiva das orientações argumentativas inerentes ao texto que têm por traço marcante conduzir o leitor/ouvinte a uma determinada posição em relação ao tema discutido no texto. Desse modo, embora os textos falem sobre argumentação, ela está atrelada aos estudos da Linguística Textual sobre argumentatividade e orientação argumentativa, não adentrando, de fato, no campo de estudo da argumentação na perspectiva dialogal e em contexto de interação, apoiados por pressupostos da análise da conversação como se pretende abordar neste artigo.

Por fim, ressaltamos o trabalho de Palumbo (2008, 2013), que busca unir esses dois campos de estudos (Argumentação e Linguística Textual) em suas análises, desenvolvendo instigante estudo sobre a referenciação e a argumentação. Entre os fenômenos da referenciação por ela abordados encontra-se a rotulação. Não obstante outros estudos tenham sido desenvolvidos sobre o campo da referenciação e, nesses estudos, tenha sido apontada sua possível ligação com o campo argumentativo, é com Palumbo (2008, 2013) que se pode ver uma tentativa sólida de investigação entre esses campos, mas que, em fim de contas, não aborda a análise à luz do modelo dialogal da argumentação, o que, em fim de contas, ajuda-nos a justificar a originalidade e relevância da pesquisa que nos propomos a apresentar neste breve espaço, pelas razões já apresentadas.

É nesse contexto que fundamentamos essa pesquisa a partir do modelo dialogal da argumentação e na noção de interação argumentativa nela presentes. Nesse momento, faz-se necessário observar que a argumentação à luz da perspectiva dialogal parte da premissa de discursos em oposição no momento de uma interação argumentativa, construída por participantes ao exporem suas perspectivas sobre um determinado assunto (PLANTIN, 2008; 2018; GRÁCIO, 2010; 2012; 2013; DAMASCENO-MORAIS, 2017; 2020; 2021).

Essa forma de perceber a interação argumentativa dialoga com estudos de interação sob o prisma da Análise da Conversação (MARCUSCHI, [1986] 2003; KERBRAT-ORECCHIONI, 2006; entre outros). Contudo, enquanto nos estudos conversacionalistas a interação envolvia as situações de diálogo em que os seus participantes interagiam a partir da troca de turnos (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974; FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 1998; BRIZ, 2000; GALEMBECK, 2003; KERBRAT-ORECCHIONI, 2006), na argumentação sob o foco do modelo dialogal a interação que importa é aquela pautada apenas por discursos em oposição, transformados numa *questão argumentativa*, surgida a partir de uma *estase* (DAMASCENO-MORAIS, 2020; 2021).

Outro ponto chave neste estudo trata do processo de rotulação (FRANCIS, [1994] 2003; CONTE, [1996] 2003; CARVALHO, 2005; KOCH, 2006, 2011; ALVES JUNIOR, 2011) em que a rotulação é empregada, usualmente, com o intuito de dar encaminhamento ao texto ao conectar e organizar suas partes, ao introduzir e/ou retomar uma informação apresentada e ao acrescentar ao texto uma nova informação (FRANCIS, [1994] 2003; CONTE, [1996] 2003; CIULLA, 2008; CARVALHO, 2005; ALVES JUNIOR, 2011; KOCH, 2006, 2014). Nesse sentido, além dos aspectos referentes ao processo de rotulação e argumentação dialogal, foram convidadas para a discussão algumas categorias da Análise da Conversação. Desse modo, a utilização de algumas categorias e métodos da Análise da Conversa se faz produtora e relevante, porque ali o diálogo é colocado como centro e parte do pressuposto de que ele se constitui como uma situação de interação que implica a participação de, no mínimo, dois interactantes que estabelecem entre si uma troca comunicativa (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974; GALEMBECK; SILVA; ROSA, 1990; KERBRAT-ORECCHIONI, 1990, 2006; MARCUSCHI, [1986] 2003; KERBRAT-ORECCHIONI; PLANTIN, 1995; FÁVERO; ANDRADE, 1998; FÁVERO *et al.*, 2010). Esse princípio pode ser compartilhado pela argumentação sob o enfoque do modelo dialogal e que se realiza a partir das trocas comunicativas entre os participantes de uma interação.

Não há dúvidas de que estudar como o processo de argumentação é construído em gêneros da modalidade falada da língua contribui para o entendimento dos processos de interação. Dessa forma, com a intenção de desvelar e compreender mais uma das facetas da interação humana em contexto de interação argumentativa, foi escolhido para análise um gênero que se encontra nessa modalidade citada, no caso, as entrevistas televisivas, especificamente, as entrevistas transmitidas pelo programa Roda Viva, com base em um episódio exibido em 2019. A entrevista tem a duração média de uma hora e vinte minutos e o entrevistado foi o ministro Ricardo Salles (em 26 de agosto de 2019).

Este artigo está estruturado em quatro blocos: no primeiro, apresentaremos as funções de retomada e antecipação da rotulação; no segundo, falaremos um pouco sobre a interação argumentativa; no terceiro, traçaremos muito brevemente o percurso metodológico realizado na pesquisa; e, no quarto bloco, traremos um rápido recorte analítico sobre a relação existente entre rotulação e interação argumentativa, a partir das funções de retomada e antecipação dos rótulos. E, por fim, encerraremos com as considerações finais, nas quais refletiremos se essa correlação de fato ocorre e se ela se mostra profícua para os estudos no âmbito do texto, da argumentação e da Análise da Conversação.

Rotulação: retomada e antecipação

O processo de Rotulação insere-se nos estudos da referenciação, que por sua vez encontra-se na área da Linguística Textual (FRANCIS, [1994] 2003; CONTE, [1996] 2003; CIULLA, 2008; CARVALHO, 2005; KOCH, 2006; 2009; 2014; ALVES JUNIOR, 2011). Dito isso, cabe nesse momento deixar claro o que se entende por rotulação como um processo da referenciação. A rotulação, como qualquer outro processo referencial, é um processo em que referentes (objetos de mundo) são construídos discursivamente a partir da percepção social e cultural dos sujeitos decorrente de seus objetivos em momentos de interação. Em outras palavras, a rotulação é uma estratégia da referenciação empregada na construção de referentes (objetos de discurso).

O que diferencia esse tipo de referente dos demais é a sua característica primordial de encapsulador e que dá origem ao termo “encapsulamento” (FRANCIS, [1994] 2003), significado prototípico evoca a ação de compactar, de juntar partes e envolvê-las por uma espécie de invólucro protetor, de empacotar uma parte textual (CAVALCANTE, 2003). É essa a ideia geral que se pode ter de um rótulo. O rótulo é como uma cápsula que junta partes, no caso, partes textuais, compactando-as em um invólucro conhecido pelo nome de sintagma nominal. Utilizando mais uma comparação, pode-se dizer que esse sintagma nominal, que forma o rótulo, funciona da mesma forma que um rótulo de produtos. Quando alguém vai ao mercado e escolhe o produto que deseja, olha-se para o rótulo dele que geralmente contém todas as informações importantes do produto em um pedaço de papel. Assim, em tese, deve-se ter um apanhado das informações mais importantes do produto de forma resumida.

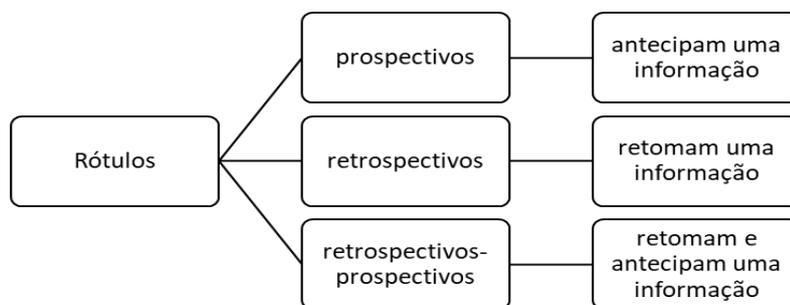
O que corresponde a dizer é que o rótulo na referenciação funciona de forma semelhante. Ele encapsula uma parte textual, compacta essa parte textual em apenas um sintagma nominal e esse, por sua vez, carrega todas as informações pertinentes da parte encapsulada, funcionando como uma espécie de paráfrase resumitiva (FRANCIS, [1994]

2003). E é essa característica do rótulo (referente), de resumir uma parte do texto ou ele todo, que o distingue dos demais referentes.

A partir desse conceito, Francis ([1994] 2003) propõe uma divisão entre “rótulos prospectivos” e “rótulos retrospectivos”. A diferença básica entre rótulos prospectivos e retrospectivos é que enquanto os primeiros antecedem uma parte textual, os segundos retomam uma parte textual. Isso significa que o rótulo prospectivo, no texto, vem antes da parte que ele encapsula, enquanto o rótulo retrospectivo vem depois da parte que ele encapsula (FRANCIS, [1994] 2003).

Desse modo, chega-se a duas outras funções dos rótulos, a de antecipação e a de retomada de informações, o que permite dizer que o rótulo é informativo, pois ele carrega em si a informação da parte textual que ele encapsula. Além disso, ele também oferece uma nova informação que caracteriza a parte textual encapsulada. Essa divisão básica, feita por Francis ([1994] 2003), é um consenso entre os pesquisadores desse processo (CONTE, [1996] 2003; CARVALHO, 2005; CIULLA, 2008; ALVES JUNIOR, 2011; KOCH, 2006; 2014), os quais compartilham dessa dicotomização do processo de encapsulamento com função de antecipação e de retomada. Essa relação pode ser sintetizada na Figura 1 a seguir:

Figura 1 - Orientação dos rótulos segundo Francis ([1994] 2003)



Fonte: Autoria dos pesquisadores.

Na Figura 1 acima, é apresentada a configuração dos rótulos conforme Francis ([1994] 2003). No primeiro segmento, aparecem os rótulos prospectivos que antecipam uma informação que será apresentada a seguir. Esse tipo de rótulo fornece uma orientação de como o leitor/ouvinte deve interpretar a informação que será apresentada posteriormente. No segundo segmento, estão os rótulos retrospectos que retomam uma informação já dada anteriormente e lhe acrescenta um atributo, que pode ser negativo ou positivo. A diferença básica entre essas duas orientações é que enquanto a primeira fornece a interpretação antes mesmo da informação, a segunda fornece a interpretação depois que a informação é

apresentada. No terceiro segmento, estão os rótulos retrospectivos-prospectivos que exercem as duas funções ao mesmo tempo. Devido a essa característica peculiar, esse terceiro tipo de rótulo quase não aparece no corpus constituído para esta pesquisa. Por esse motivo, aqui se priorizam as duas primeiras orientações.

Em suma, os rótulos, independentemente de sua orientação (prospectiva ou retrospectiva), são objetos do discurso que representam e categorizam o mundo a partir da percepção do indivíduo quanto ao entorno interacional, social e cognitivo em que ele se encontra. Como visto, o fator cognitivo se mostra fundamental nessa abordagem, principalmente na ação de interpretar o que se categoriza. E essa interpretação é motivada pelo cognitivo e pelo social, considerando sua configuração. No próximo bloco será abordada como a configuração dos rótulos se relaciona com esse fator cognitivo e sua relação com o meio discursivo.

Interação argumentativa e o modelo dialogal

O modelo dialogal da argumentação que, a partir de estudos no campo da Pragmadiálética (EEMEREN; GROOTENDORST, 1991) e da Análise da Conversação (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974; MOESCHLER, 1985; GALEMBECK; SILVA; ROSA, 1990; KERBRAT-ORECCHIONI, 1990; 2006; KERBRAT-ORECCHIONI; PLANTIN, 1995; FÁVERO; ANDRADE, 1998; MARCUSCHI, [1986] 2003; FÁVERO *et al.*, 2010), tem sido desenvolvida por Plantin (2008, 2009, 2018), amplificada por Grácio (2010; 2011; 2012; 2013; 2019) e atualizada, no Brasil, por Damasceno-Morais (2017; 2020; 2021), possui como princípio constitutivo a interação e o diálogo, a partir do dissenso ou o que o autor chama de “estase”, a qual origina uma “questão argumentativa”. O ponto de partida de tal perspectiva é a costura de um discurso e um contradiscurso, a partir do estabelecimento de papéis de atuação: proponente, oponente e terceiro³. Tal perspectiva surge com o objetivo de resgatar uma tradição dos estudos da argumentação, uma vez que se baseia em um discurso biface e que tem como base fundamental a interação, a qual surge a partir de uma proposição ou pergunta que se manifesta como uma inquietação sobre algo.

Essa configuração proposta pelo modelo dialogal da argumentação apenas se concretiza caso haja interação e, necessariamente, um assunto *em questão*. Ali se entende que a interação entre os atores da argumentação, quando gera pontos de vista antagônicos, é fator fundamental para o seu desenvolvimento. Essa perspectiva é corroborada por autores como

³ Damasceno-Morais (2017) no artigo “O redirecionamento dos papéis de atuação em campo jurídico” problematiza o papel de atuação “terceiro” e fala sobre um quarto papel de atuação, o “avaliador”.

Grácio, para quem “a noção de *assunto em questão* (grifo nosso) é, pois, nuclear na compreensão do que se passa nas argumentações vistas como processos que envolvem turnos de palavra” (GRÁCIO, 2012, p. 42). Desse modo, o modelo dialogal de argumentação de Plantin também pode ser considerado um modelo de perguntas e respostas (EEMEREN *et al.*, 2014), assim como, pressupunha a dialética. Por esse motivo, nessa teoria, o diálogo, a partir de uma *estase* e de uma *questão*, se torna a pedra-de-toque, pois é através disso (*estase* → *questão*) que a ação de *argumentar* se desenvolve.

Grácio, partindo de uma base filosófica, retoma as principais perspectivas de estudos do campo da argumentação de Plantin e, ao mesmo tempo, lança as bases para a sua própria teorização sobre a argumentação. Assim, o autor se apoia em uma perspectiva analítica de base descritivista que, assim como Plantin, concebe a argumentação em contexto interacional e em situação dialogal. Ao trazer uma visão interacionista-dialogal da argumentação, Grácio opta, ao mesmo tempo, por uma visão da argumentação em que argumentar é *perspectivar*. *Perspectivar*, para esse autor, é defender um ponto de vista como preferível sobre um assunto que gera diferentes interpretações, visto que “numa argumentação, a questão não é apenas a de avaliar argumentos, mas a de fazer prevalecer perspectivas em confronto com outras perspectivas” (GRÁCIO, 2010, p. 56). A partir dessa problematização, Grácio apresenta uma ruptura com antigos paradigmas, nos quais antes se perguntava a finalidade da argumentação; agora se passa a perguntar o porquê de se argumentar.

E, assim, quando Grácio afirma que não se argumenta apenas para persuadir ou convencer alguém, ele está enfatizando que não se argumentam certezas, pois, segundo o autor, é nas incertezas que a argumentação se desenvolve, porque é nas incertezas que surgem as dúvidas, as interpretações e, conseqüentemente, respostas diferentes sobre um mesmo assunto. Dessa maneira, mais do que buscar convencer, argumenta-se para se conhecer, para se orientar diante das incertezas. Isso mostra, como afirma Doury (2004), que para definir um discurso como argumentativo é necessário mais do que a possibilidade do surgimento de um conflito. Nesse sentido, partindo de uma ideia que remete, de certa maneira, à “comunhão dos espíritos” de Perelman e Olbrechts-Tyteca,

[...] a argumentação surge, dessa forma, como um modo de gestão da diferença. Essa diferença pode evoluir para diferendo e, de modo geral, esse diferendo pode receber um tratamento não linguístico (eliminação física do adversário; eliminação do discurso do adversário por meio de censura ou de intimidação; sorteio para decidir a próxima ação; voto...) ou um tratamento linguístico, argumentativo (PLANTIN, 2008, p. 74).

O que interessa a Grácio são as questões relativas ao dissenso, aquelas que surgem quando as interpretações das incertezas são diferentes, provocando um impasse, um ponto de conflito, uma *estase*, uma tensão entre os discursos. Como visto, nesse sentido, esse autor e Plantin (2008; 2009; 2018) partilham de uma mesma forma de compreender a argumentação que é vista como “uma atividade custosa, tanto do ponto de vista cognitivo como do ponto de vista interpessoal” (PLANTIN, 2008, p. 64).

A partir dessa tensão se estabelecem contradiscursos. Para Grácio a argumentação se delinea em termos do conflito que surge entre discursos e contradiscursos encabeçados pelos participantes durante a interação. Nesse sentido, para ele, a contra-argumentação pode ser definida como argumentos que se opõem a um discurso. Dessa forma, é o contradiscurso o “ponto de partida” da argumentação e não a apresentação dos argumentos em si. O que retoma a ideia de *perspectivação*, visto que o objetivo da argumentação se dá em mostrar que certas perspectivas são mais preferíveis a outras. Assim, o estudioso ressalta que uma perspectiva sempre pode ser questionada através da contestação do valor dos seus argumentos. A partir daí, o autor concebe os argumentos como reforçadores de perspectivas.

Plantin e Grácio apresentam a argumentação sob uma ótica integrativa ao trazer para a discussão teorias antecedentes e delas partirem para o desenvolvimento de uma visão da argumentação cuja função não se resume a persuadir ou a sustentar uma tese. No modelo dialogal, a argumentação é vista como algo que extrapola esses limites, mudando o rumo dos questionamentos, e essa mudança de paradigma constitui a grande originalidade da teoria, pois se muda a perspectiva, o ponto de vista, o foco sobre o objeto, e, por fim, muda-se o próprio objeto.

Marco metodológico: a valorização do processo, não do produto

Para a realização deste estudo optamos por realizar uma pesquisa qualitativa (GIL, 2002; GERHARDT; SILVEIRA, 2009), por meio da qual o caminho percorrido buscou compreender a função da retomada e antecipação da rotulação na construção argumentativa do gênero discursivo entrevista no programa Roda Viva. Para tal, partiu-se de uma base interpretativista (GIL, 2002; GERHARDT; SILVEIRA, 2009) dos dados e, para que isso se efetuassem, o processo de leitura e fundamentação da pesquisa ocorreu concomitantemente com a seleção e análise dos dados. Esse procedimento foi adotado com a finalidade de realizar uma pesquisa em que o aporte teórico se desenvolvesse a partir dos dados e não o contrário, valorizando *o processo e não o produto*.

Dessa forma, ao longo do processo de análise, não se perdeu de vista que haveria a possibilidade de surgimento de novas categorias de análise, o que foi considerado como algo positivo, visto que isso tornou a análise mais dinâmica ao não restringir os dados à(s) teoria(s) proposta(s) e, conseqüentemente, a mera confirmação de pressupostos teóricos ou afins. A interação e sua dinamicidade é, nesse sentido, um componente da perspectiva teórica que ajuda a compreender a riqueza dos dados selecionados e analisados, isto é, a perspectiva dialogal. E essa dimensão analítica jamais seria possível sem o amparo da Análise da Conversação, que nos auxiliou, sobremaneira, na compreensão da troca de turnos entre entrevistador e entrevistado; na transcrição dos dados e na conscientização de que uma conversa tem regras estrutura e procedimentos próprios.

Assim, definidas as teorias a serem mobilizadas – o processo de rotulação no campo da Linguística Textual e o modelo dialogal da argumentação do campo da Argumentação – partiu-se para a seleção e delimitação do *corpus*. Dessa forma, selecionamos para análise um recorte da entrevista realizada com o ministro Ricardo Salles pelo Roda Viva. Essa entrevista⁴ foi ao ar em 26 de agosto de 2019 com duração de 1 hora e 22 minutos. O entrevistado foi o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que foi entrevistado por Ana Carolina Amaral, Daniela Chiaretti, Giovanna Girardi, Bruno Blecher, Daniel Gallas e pela apresentadora/mediadora Daniela Lima que havia assumido o comando do programa há pouco tempo. O tema central dessa entrevista recaiu na polêmica sobre a preservação ambiental, os incêndios florestais, a suspensão das doações da Alemanha e Noruega para projetos de conservação e a proposta da França para uma discussão internacional sobre o futuro da Amazônia.

Como a entrevista selecionada configura-se tal qual entrevistas televisivas e, como tal, caracteriza-se pela oralidade, fez-se necessária a transcrição dela para as subsequentes análises. Assim, optamos por uma transcrição simplificada, tendo em vista que consideramos para tal apenas os elementos verbais. A partir daí, recortado o *corpus* e as categorias de análise, o próximo passo foi o mergulho nos dados. Para esse mergulho, foi necessário um longo tempo apenas assistindo a entrevista selecionada, quando se demarcaram os momentos de *estase* e, ainda, o mapeamento dos *rótulos* utilizados naquela costura conversacional. A partir disso, foram selecionados trechos em que se faziam presentes as *estases* e os *rótulos*, a partir de minuciosa transcrição de dados.

⁴ Cf.: <https://www.youtube.com/watch?v=QIV3fOz2zto>.

A fase final do processo consistiu em analisar a relação existente entre as funções de retomada e antecipação da rotulação com a interação argumentativa e quaisquer comportamentos apresentados por esses elementos. Tudo que foi notado e minuciosamente anotado para futura triagem (DAMASCENO-MORAIS, 2021), na qual foram selecionados os padrões mais comuns: rotulações na construção das *estases*, rotulação na construção dos pontos de vista e a relação entre rotulação, troca de turnos e papéis de atuação. Desses padrões comportamentais demarcados, selecionamos a relação da retomada e antecipação com o surgimento das estases na interação argumentativa, como veremos, a seguir, no último bloco deste artigo.

Análise do corpus

O Brasil acabava de passar por um período eleitoral bastante conflituoso, com a opinião dos cidadãos brasileiros dividida entre o apoio e a rejeição ao novo presidente e ao governo por ele instituído. Essa contradição se fez presente inclusive nas escolhas dos ministros. Ricardo Salles, como ministro do Meio Ambiente, foi uma das escolhas do presidente questionadas. Dito isso, a entrevista ocorreu após o primeiro semestre de mandato do novo presidente, marcado desde o início por uma série de questionamentos. Um desses questionamentos foi em relação à situação de desmatamento da Floresta Amazônica cujo posicionamento do governo construiu uma imagem para si mesmo de “lenientes com o desmatamento”, imagem agravada com as recentes queimadas na floresta que, devido ao seu volume, provocaram um cenário de crise, chamando a atenção nacional e internacional para o fato. A entrevista com Salles foi realizada diante desse cenário, trazendo essa temática para a discussão. O ministro foi convidado justamente por ser responsável pelo controle e monitoramento dessa situação, tendo em vista seu cargo à frente do Ministério do Meio Ambiente.

A seguir, apresentamos um recorte dessa entrevista no momento do surgimento da *estase* entre Salles e os entrevistadores. Nesse recorte estão presentes rótulos que exercem a função de retomada e antecipação. O assunto em questão é tematizado em referência à crise das queimadas na Amazônia, e a *estase* constrói-se quando Salles é questionado sobre se o governo não seria o responsável pelo agravamento da situação ao adotar uma postura leniente em relação às ações que deveriam ser empreendidas no combate ao desmatamento, às queimadas e na preservação do meio ambiente.

Excerto 1 – Entrevista com Ricardo Salles

	/.../	
RS	eu realmente acho que nós precisamos colocar	1
	essa questão de maneira muito clara (+) o governo	2
	é contra o desmatamento ilegal (+) aliás contra	3
	qualquer atividade ilegal é:: praticada por quem	4
	quer que seja (++) então nós precisamos de fato é::	5
	deixar isso bastante claro ao explicitar com todas	6
	as palavras (+) talvez é:: não tem sido dito da forma	7
	mais explícita até então (+) então se não se disse até agora	8
	di (+) dizemos já (+) o governo é contra atividades ilegais	9
	eu cito um exemplo muito simples que é (+)	10
	de acordo com o código florestal (+) que é uma boa norma (+)	11
	há um percentual das propriedades que pode ser utilizado (++)	12
	em muitos casos (+) não vou dizer que isso é a maioria é::	13
	nem que são todos os casos (+) mas em muitos casos	14
	a pedidos de supressão de vegetação para a pessoa poder	15
	usufruir da sua propriedade e essa autorização pra supressão	16
	não vêm (++) a pessoa espera um ano (+) espera dois (+)	17
	espera seis meses (+) um certo tempo e acaba suprimindo	18
	a vegetação mesmo sem licença (++) então (+) esse	19
	é um caso diferente da criminalidade (+) daquele que destrói	20
	a floresta (+) daquele que vai para o garimpo ilegal e causa	21
	aquele dano todo (++) então é preciso ter uma gradação	22
	nesse sentido (+) mas a mensagem clara do governo é (+)	23
	atividades ilegais (+) criminosas devem ser combatidas é::	24
	porque são criminosas (+) são ilegais e é caso de polícia inclusive	25

Como se pode observar, nesse excerto, o entrevistado, exercendo o papel de *oponente*, nesse momento, constrói sua contraposição e, para isso, utiliza-se de quatro rótulos, dos quais dois exercem a função de retomada e dois a função de antecipação. O primeiro rótulo, “essa questão” (linha 2), faz a retomada do *assunto em questão* – a responsabilidade do governo quanto ao desmatamento e à crise das queimadas – exposto pelo proponente. Ao fazer essa retomada, o oponente coloca em evidência o *assunto* proposto e apresenta, em seguida, uma contraposição, que pode ser visualizada nas linhas de 2 a 9, a esse assunto, gerando a *estase*. Nessa contraposição, ele deixa claro o seu posicionamento em relação à informação referenciada pelo primeiro rótulo (“essa questão”). Enquanto com esse rótulo faz-se a retomada da fala de outra pessoa, no caso o proponente, o segundo rótulo que realiza uma retomada, “essa autorização” (linha 16), designa uma informação expressa na fala do próprio oponente. Essa retomada serve para mudar o direcionamento do seu discurso, indicando ao ouvinte uma pequena mudança de foco no tema abordado.

Os outros dois rótulos utilizados, “um exemplo muito simples” (linha 10) e “a mensagem clara do governo” (linha 22), fazem antecipações que trabalham reforçando o

posicionamento do oponente que deles se utiliza. Essa ação é realizada pela utilização de um exemplo que sustentará a contraposição do oponente, sendo esse exemplo referenciado pelo rótulo “um exemplo muito simples”. Um segundo rótulo é utilizado para reafirmar o posicionamento apresentado e enfatizá-lo, “a mensagem clara do governo”. A utilização desses rótulos antecipadamente oferece ao ouvinte um spoiler do que ele deve esperar e, ao mesmo tempo, indica ao ouvinte que ele deve atentar-se para a informação que se seguirá.

Esses tipos de construções podem ser visualizados na seguinte fórmula:

Retomada – assunto em questão < rótulo > assunto em questão [posicionamento]

Antecipação – rótulo > ênfase [posicionamento]

Que pode ser traduzida assim: o rótulo exerce a retomada do *assunto em questão*. Nessa retomada, o posicionamento do interactante em relação ao *assunto em questão* é evidenciado. O rótulo, ainda, pode realizar uma antecipação. O rótulo utilizado nessa antecipação carrega uma ênfase que atua ao reforçar e evidenciar previamente o posicionamento do interactante. Além disso, vale frisar que a antecipação de um rótulo irá contribuir para indicar previamente como a porção textual rotulada deverá ser interpretada e avaliada pelo ouvinte/leitor, como já apontado no capítulo teórico.

Assim, percebe-se que os rótulos também participam da construção da *estase* ao retomar e antecipar proposições que carregam o *assunto em questão*. Essas retomadas e antecipações são estratégias utilizadas como uma forma de direcionar a atenção do ouvinte, de manter em foco o *assunto em questão*, de enfatizar uma informação importante para a construção da proposição ou contraposição e de indicar um posicionamento.

Considerações finais

A partir da breve análise que nos foi permitida aqui apresentar, percorreu-se um caminho em que se entrelaçaram perspectivas de estudo distintas umas das outras. Dentre essas perspectivas de estudos, destaca-se o processo de rotulação, inserido dentro da área da Linguística Textual ao abordar os processos referenciais na construção de um texto; e a interação argumentativa, um tipo particular de interação estudada pelo modelo dialogal, desenvolvida por Christian Plantin e ampliada por Rui Grácio, que se encontra, por sua vez, inserida nos estudos da Argumentação. Dessa forma, consideraram-se como centro da investigação aqui empreendida essas duas grandes categorias: rotulação e interação argumentativa, com forte amparo da Análise da Conversação. Esse caminho foi percorrido

com o intuito de tentar entender as relações existentes entre essas duas categorias, até então, ainda não abordadas, o que reforça a originalidade e importância do estudo ora apresentado, mesmo que não tenhamos tido muito espaço para expansão da análise, o que pretendemos fazer em novas oportunidades de publicação.

Um fato importante a se ressaltar, antes de nossa palavra final, é que, segundo se observou, as funções de antecipação e retomada da rotulação participam diretamente na construção da interação argumentativa, se nos voltamos para o modelo dialogal da argumentação. Isso significa dizer que a rotulação é um processo presente na esfera da referenciação, mas também é um processo da argumentação, nos moldes do modelo dialogal, ou seja, a rotulação se constitui como um processo linguístico argumentativo e interacional, pois participa de forma ativa das interações argumentativas, como tentamos mostrar nesta oportunidade.

Referências

ALVES JUNIOR, M. A. **A estratégia discursiva da rotulação: léxico, argumentação e textualidade**. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

BRIZ, A. Turno y alternancia de turno de la conversación. **Revista Argentina de Lingüística**, v. 16, p. 9-32, 2000.

CARVALHO, M. A. F. **O funcionamento textual-discursivo dos rótulos em artigos de opinião**. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 191-228.

CAVALCANTE, M. M. Abordagens da argumentação nos estudos de Linguística Textual. **ReVEL**, edição especial, v. 14, n. 12, p. 106-124, 2016. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/ea45a0fb01f8dde37a9435628505a55d.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2020.

CIULLA, A. **Os processos de referência e suas funções discursivas: o universo literário dos contos**. 201 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

CIULLA, A.; MATOS, J. G. Os processos de recategorização na construção avaliativo-argumentativa do texto. **ReVEL**, edição especial, v. 14, n. 12, p. 258-277, 2016. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/af73ab200876e6eabc0845965c435b90.pdf#:~:text=A1%C3%A9m%20disso%2C%20a%20nosso%20ver,%C3%A0%20condu%C3%A7%C3%A3o%20argumentativa%20dos%20enunciados>. Acesso em: 22 fev. 2020.

CONTE, M.-E. Encapsulamento anafórico. *In*: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003 [1996]. p. 177-190.

CORTEZ, S. L. Processos referenciais e argumentação emocionada: do pathos à construção do ponto de vista. **Organon**, v. 33, n. 64, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2238-8915.81609>. Acesso em: 4 mar. 2020.

DAMASCENO-MORAIS, R. O redirecionamento dos papéis de atuação em campo jurídico. *In*: OLÍMPIO-FERREIRA, M.; GRÁCIO, R. A. (Orgs.). **Retórica e Comunicação Multidimensional**. 1. ed. Coimbra: Rui Grácio Editor, 2017. v. 1. p. 143-159.

DAMASCENO-MORAIS, R. Dialogando com a perspectiva dialogal da argumentação. *In*: PIRIS, E. L.; SOARES RODRIGUES, M. G. (Orgs.). **Estudos sobre argumentação no Brasil hoje: modelos teóricos e analíticos**. Natal: EDUFERN, 2020. p. 143-170.

DAMASCENO-MORAIS, R. O carpinteiro e a madeira: a constituição de corpora jurídicos em perspectiva etnometodológica. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 29, n. 2, p. 673-709, 2021.

DOURY, M. La position du chercheur en argumentation. **Revue Sémen**, n. 17, 2004. Consultado em 15 de jun. 2021. Disponível em <http://journals.openedition.org/semen/2345>.

DUCROT, O.; CAREL, M. Les propriétés linguistiques du paradoxe: paradoxe et négation. **Langue Française**, Paris, Larousse, v. 123, p. 27-40, 1999.

ESTEVAM, H. **Referenciação e argumentação: a construção dos objetos de discurso em textos argumentativos de alunos do Ensino Fundamental II**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ESTEVES, L. B. **Funções discursivas dos processos referenciais de encapsulamento em artigos de opinião**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C. V. O. Os processos de representação da imagem pública nas entrevistas. *In*: PRETI, D. (Org.). **Estudos de língua falada: variações e confrontos**. São Paulo: Humanitas, 1998. p. 153-177.

FÁVERO, L. L. *et al.* Interação em diferentes contextos. *In*: BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. (Orgs.). **Linguística de textos e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 91-158.

FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L.; AQUINO, Z. G. O. Discurso e Interação: a Reformulação nas Entrevistas. **DELTA**, São Paulo, v. 14, n. esp., 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501998000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 3 fev. 2020.

FRANCIS, G. Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. *In*: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003 [1994]. p. 191-228.

FUMO, P. P. **Referenciação e argumentação no ensino do português em Moçambique**. São Paulo: Pontes Editores, 2020.

GALEMBECK, P. T. “O turno conversacional”. In: PRETI, D. (Org.). **Análise de textos orais**. São Paulo: Humanitas, 2003.

GALEMBECK, P. T.; SILVA, L. A.; ROSA, M. M. O turno conversacional. In: PRETI, D.; URBANO, H. (Orgs.). **A linguagem falada culta na cidade de São Paulo**. São Paulo: T. A. Queiroz/Fapesp, 1990. p. 45-90.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRÁCIO, R. A. **A interacção argumentativa**. Coimbra: Grácio Editor, 2010.

GRÁCIO, R. A. **Fenomenologia, hermenêutica, retórica e argumentação**. Coimbra: Grácio editor, 2011.

GRÁCIO, R. A. **Teorias da argumentação**. Coimbra: Grácio Editor, 2012.

GRÁCIO, R. A. **Vocabulário Crítico da argumentação**. Coimbra: Grácio Editor, 2013.

GRÁCIO, R. A. **Filosofia da argumentação**. Uma arte da hospitalidade voltada para a coexistência: argumentação, contingência e pedagogia da incerteza. Coimbra: Grácio Editor, 2019.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Análise da conversação: princípios e métodos**. São Paulo: Parábola, 2006.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Les interactions verbales**. Paris: Armand Colin, 1990.

KERBRAT-ORECCHIONI, C.; PLANTIN, C. (Orgs.). **Le trilogue**. Lyon: Université de Lyon 2, 1995.

KOCH, I. G. V. Rotulação: uma estratégia textual de construção do sentido. **Calidoscópio**, São Leopoldo, v. 4, n. 2, p. 85-89, 2006.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. 6. ed., São Paulo: Cortez, 2009.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOCH, I. G. V. **As tramas do texto**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação**. São Paulo: Ática, 2003 [1986].

MOESCHLER, J. **Argumentation et conversation**. 1985.

PALUMBO, R. **Referenciação e argumentação**: a dinâmica nas orientações argumentativas em debates políticos televisivos. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

PALUMBO, R. **Referenciação, metáfora e argumentação no discurso presidencial**. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PLANTIN, C. **A argumentação**: história, teorias, perspectivas. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PLANTIN, C. Deixem dizer: A norma do discurso de um está no discurso do outro. **Revista Comunicação e Sociedade**, n. 16, p. 145-161, 2009.

PLANTIN, C. **Dictionary of argumentation – an introduction to argumentation studies**. UK: College Publications, 2018.

SABAINI, M. T. **Os processos de referenciação em textos argumentativos**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G. A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation. **Language**, n. 50, p. 696-735, 1974.

SALES, T. Y. N. **Processos referenciais em charges de jornais cearenses sob o aspecto multimodal**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

SILVA, W. B. **A relação entre referenciação e argumentação**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

SILVA, W. B. **A referenciação em textos verbo-imagéticos**. Tese (Doutorado em Linguística Letras e Artes) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

SILVA FILHO, V.; RODRIGUES, R. H. Referenciação e orientação argumentativa em uma matéria jornalística. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 14, n. 2, p.503-528, 2011.

VAN EEMEREN, F. H. *et al.* **Handbook of Argumentation Theory**. 1. ed. Dordrecht: Springer Reference, 2014.

VAN EEMEREN, F. H.; GROOTENDORST, R. Les sophismes dans une perspective pragmatique-dialectique. *In*: LEMPEREUR, A. **L'argumentation**. Liège: Mardaga, 1991.

Sobre os autores

Nádia Vieira Simão (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-5373-1638>)

Mestra em Letras e Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás.

Rubens Damasceno-Morais (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-6245-6394>)

Professor Doutor em dedicação exclusiva pela Universidade Federal de Goiás (UFG).
Integra a linha de pesquisa de pós-graduação Língua, Texto, Discurso (PPGLL/UFG).
Membro do Grupo de Pesquisa: Estudos de Linguagem, Argumentação e Discurso ELAD
e coordenador do Grupo de Pesquisa Teorias de Argumentação e Retórica (TEAR).

Recebido em maio de 2021.

Aprovado em julho de 2021.

As relações retóricas sinalizadas pelo marcador discursivo *mas* em estratégias de construção do texto falado

Rhetorical relations signaled by discourse marker *mas* in strategies for the construction of the spoken text

Gabriele Pecuch¹

Juliano Desiderato Antonio²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo investigar o funcionamento do marcador discursivo (MD) *mas* como marca formal de relações de coerência, visando a contribuir para os estudos acerca da construção do texto falado. Para isso, utilizamos um *corpus* constituído por dez entrevistas orais disponíveis no banco de dados do Grupo de Pesquisas Funcionalistas do Norte/Noroeste do Paraná (Funcpar). Em nossas análises, buscamos como aporte teórico a Teoria da Estrutura Retórica (*Rhetorical Structure Theory* – RST) (MANN; THOMPSON, 1988; MANN; MATTHIESSEN; THOMPSON, 1989), uma teoria descritiva funcionalista que se dedica ao estudo das relações de coerência estabelecidas entre as partes de um texto. As relações estudadas pela RST partem do nível discursivo e, apesar de não exigirem a presença de marcas formais para serem estabelecidas, podem ser sinalizadas por elementos como o *mas*. Após a tabulação dos dados, constatamos que o *mas* inicia inserções parentéticas, reintroduz tópicos, marca o início de paráfrases e de perguntas retóricas, além de atuar na dinâmica de turnos (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2006; JUBRAN, 2006). Assim, o MD sinaliza as relações retóricas parentética, *same-unit*, reafirmação multinuclear e elaboração.

Palavras-chave: Marcador discursivo *mas*. Funcionalismo. RST.

Abstract: This paper aims to investigate the functioning of discourse marker (DM) *mas* as a formal signal of coherence relations, contributing to the studies on the construction of the spoken text. For this purpose, we used a *corpus* consisting of ten interviews available in the database of the Grupo de Pesquisas Funcionalistas do Norte/Noroeste do Paraná (Funcpar). The theoretical support is Rhetorical Structure Theory - RST (MANN; THOMPSON, 1988; MANN; MATTHIESSEN; THOMPSON, 1989), a functionalist descriptive theory dedicated to the study of the coherence relations which arise from the combination of the parts of a text. The relations studied by RST start from discourse level and, although they do not require the presence of formal marks to be established, they can be signaled by items such as *mas*. After the tabulation of the data, we found that *mas* initiates parenthetical insertions, reintroduces topics, marks the beginning of paraphrases and rhetorical questions, in addition to acting in the dynamics of shifts (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2006; JUBRAN, 2006). Thus, the MD signals the relations parenthetical, same-unit, restatement and elaboration.

Keywords: Discourse marker *mas*. Functionalism. RST.

¹ Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Letras, Maringá, PR, Brasil. Endereço eletrônico: gabrielepecuch@hotmail.com.

² Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias, Programa de Pós-Graduação em Letras, Maringá, PR, Brasil. Endereço eletrônico: jdantonio@uem.br.

Introdução

Os primeiros estudos da Análise da Conversação (AC), realizados entre as décadas de 60 e 70, tinham basicamente como foco a interação social, que era descrita a partir das convenções estruturais da conversação (MARCUSCHI, 1998, p. 6). De acordo com Jubran (2006, p. 30), o objeto central dos trabalhos iniciais da área era a comunicação face a face, observada em situações informais de interlocução e com frequentes trocas de turnos. Posteriormente, esse campo de estudos passou a se preocupar com outros contextos da oralidade, incluindo questões mais abrangentes acerca da língua falada. Os estudos encontrados nos volumes da Gramática do Português Culto Falado no Brasil, por exemplo, ancorados em uma perspectiva textual-interativa, voltaram-se aos aspectos linguístico-textuais dos *corpora* sem que houvesse a restrição às situações altamente informais de interlocução.

A perspectiva textual-interativa (JUBRAN, 2006, p. 30), na qual apoiam-se diversos estudos de língua falada no Brasil, tem por base fundamentos teóricos que emergem da tríade Pragmática – Linguística Textual – Análise da Conversação, para a qual o funcionamento da língua em contextos de uso é de grande importância. Assim, há uma atualização da atividade discursiva, que resulta em estratégias de organização que contribuem para a constituição do texto falado, na qual características estruturais se integram a processos interacionais.

Nesse mesmo sentido, podemos citar outras abordagens teóricas e metodológicas que contribuem para os estudos de língua falada em contextos reais de uso, como as diversas teorias funcionalistas. Para Neves (2018, p. 15), o Funcionalismo se dedica à organização gramatical das línguas naturais, relacionando-se a uma teoria global da interação social. Sob essa perspectiva, a gramática encontra-se suscetível às pressões do uso. Dessa forma, as várias correntes que se enquadram nessa definição compartilham alguns pressupostos básicos, admitindo que a função primordial da língua é estabelecer a comunicação entre os indivíduos.

Dentre essas teorias, destacamos a Teoria da Estrutura Retórica (*Rhetorical Structure Theory* – RST) (MANN; THOMPSON, 1988; MANN; MATTHIESSEN; THOMPSON, 1989), a qual apresenta como objeto de estudo a organização textual. Mann e Thompson (1988) apontam que a RST parte do pressuposto de que, além do conteúdo proposicional explícito das orações, existem proposições implícitas que se originam a partir de relações que se estabelecem entre as porções de um texto. Denominadas proposições relacionais ou relações retóricas, essas relações organizam desde a combinação de orações até a coerência textual.

Apesar de Mann, Matthiessen e Thompson (1989, p. 6) ressaltarem que as proposições relacionais da RST não são necessariamente explícitas, pois partem do nível discursivo e

obedecem a critérios funcionais, Taboada (2009, p. 127) destaca que há vários mecanismos utilizados na sinalização dessas relações, compreendendo desde marcadores discursivos (MDs) a elementos morfológicos, sintáticos, semânticos e pragmáticos. Por sua vez, a Análise da Conversação também se debruça sobre alguns recursos da língua que auxiliam na construção e na coerência do texto, como as inserções parentéticas, as reintroduções de tópicos, as paráfrases, as perguntas retóricas e os MDs.

A partir dessas estratégias de construção do texto falado e do enfoque teórico da RST (MANN; THOMPSON, 1988; MANN; MATTHIESSEN; THOMPSON, 1989), nossa pesquisa tem como objetivo investigar como um desses recursos da língua, o MD *mas*, funciona na organização textual, sinalizando relações de coerência. Para isso, utilizamos um *corpus* constituído por dez entrevistas orais disponíveis no banco de dados do Grupo de Pesquisas Funcionalistas do Norte/Noroeste do Paraná (Funcpar).

Em um primeiro momento, abordaremos alguns aspectos teóricos da Análise da Conversação (MARCUSCHI, 1998; JUBRAN, 2006) e da RST (MANN; THOMPSON, 1988; MANN; MATTHIESSEN; THOMPSON, 1989), além de trazeremos breves apontamentos sobre o funcionamento do *mas* como MD. Apresentaremos, também, os procedimentos metodológicos utilizados para a coleta e a tabulação dos dados. Por fim, buscamos analisar e interpretar os dados encontrados.

Considerando que os estudos de RST envolvendo o *mas* demonstram a recorrência de algumas relações retóricas como a de concessão e a de contraste (TABOADA, 2004; MANN; THOMPSON, 1987; 1992), nossa pesquisa se justifica por tentar contribuir com os estudos acerca desse item em seu desempenho como MD, amplamente estudado no âmbito da conversação, que parece se comportar de maneira particular na organização textual.

A Análise da Conversação e os processos de construção do texto falado

Conforme Jubran (2006, p. 28), a visão de linguagem como manifestação de uma competência comunicativa define-se como a capacidade de manter a interação social, a qual compreende a atividade verbal realizada entre pelo menos dois interlocutores em determinado contexto. Essa competência comunicativa “não tem um caráter de exclusão ou adição à competência linguística, entendida como conhecimento de um sistema de regras, interiorizado pelos falantes, que lhes permite produzir, interpretar e reconhecer orações” (JUBRAN, 2006, p. 28). Ela implica, na realidade, o saber linguístico diante do processamento de estruturas linguísticas na constituição de um texto, o qual consiste no produto da interação social e serve de objeto de estudo para a Pragmática, a Linguística Textual e a Análise da Conversação.

Jubran (2006, p. 31) aponta que o texto apoia-se em fatores pragmáticos que interferem em sua constituição, apresentando propriedades de coesão e de coerência que se fundamentam em relações constitutivas que ultrapassam o nível frasal. No caso do texto falado, essas relações têm características específicas, devido à sua produção momentânea e dinâmica em situações concretas de interlocução. Ainda segundo a autora,

[...] a peculiaridade de o texto falado prototípico acontecer em uma situação comunicativa face a face, dentro de um processo dialógico de grande envolvimento entre os interlocutores coparticipantes em sua produção, de ser localmente construído, com grau reduzido de planejamento prévio, promove o aparecimento de descontinuidades instauradas por hesitações, interrupções, repetições, correções, parafraseamentos, inserções, segmentações, elipses, entre outros fatos. (JUBRAN, 2006, p. 32)

Outro conceito importante para os estudos de língua falada, sobretudo para os trabalhos que envolvem a conversação, é o de turno discursivo. Para Marcuschi (1998, p. 18), entende-se por turno, basicamente, “aquilo que um falante faz ou diz enquanto tem a palavra, incluindo aí a possibilidade do silêncio”. Durante as interações entre os falantes, há mecanismos, como a tomada de turno, que auxiliam a organização estrutural da conversação. Nessa dinâmica, elementos como os MDs estão frequentemente presentes, seja no início da tomada de um turno, seja em sua sustentação ou em seu encerramento.

Marcuschi (1998, p. 76) ainda ressalta que, ao lado da troca de turnos, a coerência é um importante elemento organizador da conversação, pois a falta dela resultaria em uma estrutura textual falha e na conseqüente ausência de interação. A coerência é, dessa forma, um processo que depende de interpretação mútua e coordenada, servindo-se de recursos como marcadores, unidades lexicais, dispositivos não verbais etc.

Com relação à fala, outro processo básico para a construção textual é a *topicalidade*. Segundo Jubran (2006, p. 32), no que concerne à macroestrutura do texto falado, percebe-se que, no decorrer do evento comunicativo, os interlocutores abordam determinados temas, que se tornam o fio condutor da interação. O tópico discursivo consiste, portanto, em recortes de segmentos do texto, que servem de unidade de análise das estratégias textuais. Para a autora, o tópico discursivo corresponde a enunciados que os interlocutores formulam com base em um conjunto de referentes concernentes entre si. Dessa forma, há uma relação de interdependência semântica entre os enunciados de um segmento textual.

Jubran (2006, p. 96) aponta que, em um determinado quadro tópico, existe uma hierarquia, segundo a qual um tópico mais abrangente (supertópico) pode se dividir em tópicos coconstituintes (subtópicos), que se situam em uma mesma “camada” de organização

tópica, uma vez que são concernentes ao sutertópico em comum. Essa propriedade faz que sejam possíveis subdivisões sucessivas no interior de cada tópico coconstituente, de modo que um subtópico de um supertópico superior a ele passa a assumir sua posição em relação a outros subtópicos.

Durante o desenvolvimento do quadro tópico, é comum observar diversas estratégias que auxiliam o processo de construção textual e que se tornaram objeto de estudo para perspectivas como a da Análise da Conversação. Nesse conjunto de recursos da língua, encontramos processos básicos de constituição do enunciado, como a *referenciação*, a *predicação*, a *conjunção* e a *foricidade* (CASTILHO, 2006, p. 20), além das atividades de formulação do texto, como a *repetição*, a *correção*, o *parafraseamento*, a *parentetização* e as perguntas retóricas (JUBRAN, 2006, p. 34).

A Teoria da Estrutura Retórica (*Rhetorical Structure Theory* – RST)

A Teoria da Estrutura Retórica (*Rhetorical Structure Theory* – RST) é uma teoria descritiva funcionalista que surgiu no início dos anos 1980 e que se dedica ao estudo da organização textual. De acordo com Mann, Matthiessen e Thompson (1989, p. 5), ela foi formulada no Instituto de Ciências da Informação (*Information Sciences Institute* – ISI), da USC (*University of Southern California*) e teve como objetivo inicial servir de base teórica para a geração automática de textos.

Taboada e Mann (2005, p. 2) apontam que as aplicações da RST no campo da Linguística computacional são numerosas, o que inclui análises de textos, resumos, avaliações de argumentos, traduções automáticas, pontuação e geração de linguagem natural. No entanto, o propósito original da RST foi superado, alcançando outras aplicações no campo da Linguística. Ao considerar o texto como um meio de comunicação, os estudos realizados resultaram em uma teoria voltada à estrutura textual, que poderia servir tanto como ferramenta de análise quanto como instrumento para a geração de novos textos.

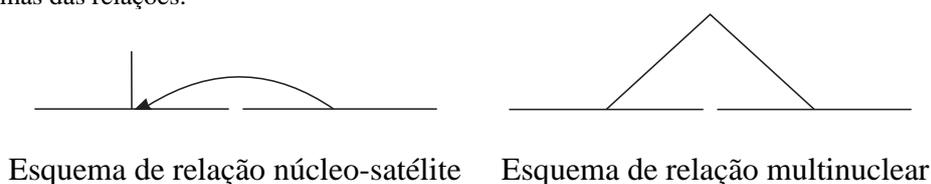
Conforme Mann e Thompson (1988), a RST parte do princípio de que, além do conteúdo proposicional explícito das orações, existem proposições implícitas que se originam a partir de relações que se estabelecem entre as porções de um texto. Denominadas proposições relacionais ou relações retóricas, essas relações organizam desde a combinação de orações até a coerência do texto.

A disposição das relações retóricas se dá de forma hierárquica, por meio de diagramas arbóreos que representam desde as relações estabelecidas na microestrutura textual, entre duas orações, até as relações da macroestrutura, presentes entre porções maiores de texto. As

relações retóricas da RST são organizadas e divididas em dois tipos: relações núcleo-satélite, nas quais uma porção do texto (satélite) é ancilar da outra (núcleo), e relações multinucleares, nas quais cada porção representa um núcleo distinto (MANN; THOMPSON, 1988), entendendo-se por núcleo a porção mais central do texto a ser analisado e mais relevante aos objetivos do falante/escritor.

Os esquemas dos dois tipos de organização das relações retóricas são representados da seguinte maneira:

Figura 1 – Esquemas das relações.



Fonte: Mann e Thompson (1988, p. 247).

Mann e Thompson (1988, p. 245) estabeleceram uma lista de 25 relações, que não consiste em um rol fechado, mas fornece instrumentos suficientes para descrever a maioria dos textos. Nessa lista, encontram-se algumas relações como motivação, antítese, concessão, preparação, elaboração, resumo, contraste, entre outras. Posteriormente, Carlson e Marcu (2001) ampliaram essa lista inicial propondo um total de 136 relações retóricas, entre as quais, há relações como a *same-unit* e a parentética.

A identificação das relações é realizada a partir de julgamentos específicos de plausibilidade, que o analista faz durante a construção do diagrama da estrutura retórica. Conforme Mann e Thompson (1988, p. 245), no caso do campo *efeito*, o analista julga se é plausível que o destinatário deseje a condição especificada. Para a realização desses julgamentos, o analista tem acesso ao texto e ao contexto em que ele foi produzido, além de conhecimento sobre convenções culturais do falante/escritor e de seu interlocutor.

Matthiessen e Teruya (2015, p. 19) afirmam que as relações retóricas podem se estabelecer na parataxe, na hipotaxe ou por meio de relações lógico-semânticas e, ainda, serem sinalizadas por alguma marca formal. Ainda que os primeiros estudos envolvendo a RST (MANN; THOMPSON, 1988; MANN; MATTHIESSEN; THOMPSON, 1989) tivessem como objeto a estrutura retórica de textos escritos, pesquisas mais recentes apresentam desdobramentos da teoria no âmbito da língua falada, incluindo textos dialogais, o que reforça a aproximação entre essa perspectiva funcionalista e os estudos voltados à conversação.

Mencionando apenas alguns dos estudos mais atuais, podemos citar Alves (2013), que

investigou o funcionamento do MD *então* na estrutura retórica de elocuições formais. Utilizando *corpora* também constituídos por aulas, Cassim (2014) analisou as relações retóricas sinalizadas por estratégias de correção e de parafraseamento, ao passo que Ganasin (2016) se debruçou sobre as funções exercidas e as relações de coerência sinalizadas pelos recursos da parentetização e da repetição. Ainda no domínio da fala, Santos (2018) pesquisou as relações retóricas do campo da avaliação no português falado. Por sua vez, a partir de um *corpus* do inglês, Taboada (2004) verificou o uso da RST em diálogos, encontrando relações retóricas estabelecidas entre turnos discursivos, como a de concessão e a de elaboração.

Considerando os trabalhos mais recentes de RST acerca da língua falada e estudos que apresentam o *mas* como um dos elementos mais recorrentes na sinalização de relações retóricas (TABOADA, 2004; MANN; THOMPSON, 1987; 1992), julgamos relevante analisar o desempenho desse item como MD e sua atuação no domínio da organização textual.

O marcador discursivo (MD) *mas*

Os estudos de Taboada (2004; 2009) voltados às relações retóricas estabelecidas entre as partes de um texto apontam uma série de elementos que sinalizam as relações retóricas. Os elementos que sinalizam as relações de forma explícita são os marcadores discursivos (MDs), compreendidos pela autora como qualquer conjunção, advérbio, sintagma adverbial ou qualquer outro sintagma que ligue duas ou mais unidades discursivas. As relações podem ser sinalizadas, ainda, por outros elementos além dos MDs, como, por exemplo, categorias gramaticais (tempo, aspecto etc.), entonação e pausas (na língua falada), pontuação (na língua escrita), advérbios etc.

Por sua vez, nos estudos de língua falada no Brasil, os MDs são conceituados, conforme definição apresentada por Risso, Silva e Urbano (2002, p. 21), como um grupo de elementos de constituição bastante diversificada, os quais compreendem uma categoria pragmática consolidada no funcionamento da linguagem. No domínio do discurso, o *mas* integra esse amplo grupo dos marcadores discursivos (MDs), consistindo em um “elemento de eleição privilegiada na abertura de caminhos novos, que ele marca como, de algum modo, divergentes ou discrepantes” (NEVES, 2013, p. 254), e seus valores semânticos e pragmáticos podem ser diversos, compreendendo desde a contraposição entre elementos coordenados até o estabelecimento de relações de gradação ou de início de turno.

De acordo com Jubran (2006, p. 111), há marcadores que promovem a articulação de segmentos do discurso como nexos coesivos. Esses elementos são *basicamente sequenciadores* e, no que concerne à organização tópica do texto falado, eles estabelecem

inícios, encaminhamentos, retomadas e fechamento de tópicos, podendo assumir posições inter ou intratópicas. Com relação à posição inicial do tópico, é possível que ele seja assinalado especialmente por alguns MDs, como o *agora*, o *então*, o *e*, o *e aí* e o *mas*.

Ainda conforme Jubran (2006, p. 313), existem MDs que podem atuar na fronteira final de um tópico interrompido por estratégias de construção do texto como as inserções parentéticas, auxiliando a retomada tópica e reestabelecendo a ligação entre duas orações ou porções textuais. Esses MDs, entre os quais o *mas* se encontra, segundo a autora, comportam o traço sequenciador.

Também sobre o desenvolvimento do texto falado, Marcuschi (1998, p. 61) afirma que não é possível aplicar as mesmas unidades sintáticas da língua escrita na conversação, pois a modalidade falada da língua obedece a princípios comunicativos para sua demarcação que não correspondem a princípios meramente sintáticos. Há relações estruturais e linguísticas entre a organização da conversação em turnos (marcados pela troca de falantes), por exemplo, além da ligação interna em unidades constitutivas de turno. Nesse contexto, o autor aponta que há alguns marcadores do texto conversacional que podem apresentar funções tanto conversacionais como sintáticas, como o *mas*.

Castilho (2010, p. 229) afirma que os MDs apresentam-se de algumas maneiras, de acordo com as classes gramaticais ou com os lugares que ocupam nos enunciados. Consistindo em uma classe polifuncional, é possível que um mesmo item desempenhe, portanto, mais de uma função. Sobre o *mas*, especificamente, o autor afirma que esse item funciona como um MD pragmático ou interpessoal – orientado para o interlocutor – ao aparecer na posição inicial do enunciado, podendo também ser utilizado como marcador textual ou ideacional – orientado para o texto – auxiliando na modalização de um tópico. Em situações interacionais, o *mas* ocorre no lugar relevante da transição, atuando na organização de unidades de construção de turno e auxiliando a retomada de tópicos conversacionais.

Para Urbano (2006, p. 515), esse marcador é um dos mais férteis no que diz respeito às matizes funcionais, pois ele atua tanto como orientador da interação, quanto como sequenciador tópico. Ao combinar seus dois traços, o de sequenciador e o de basicamente orientador, observa-se um aspecto bidirecional, uma vez que ele pode agir no texto de maneira retrospectiva e prospectiva. Além dessas funções, o MD *mas* também funciona como operador argumentativo de diversos níveis e ainda serve de mecanismo estratégico na administração de turnos. Portanto, suas diversas aplicações na construção do texto falado conferem a esse marcador um importante potencial na organização textual.

Procedimentos metodológicos

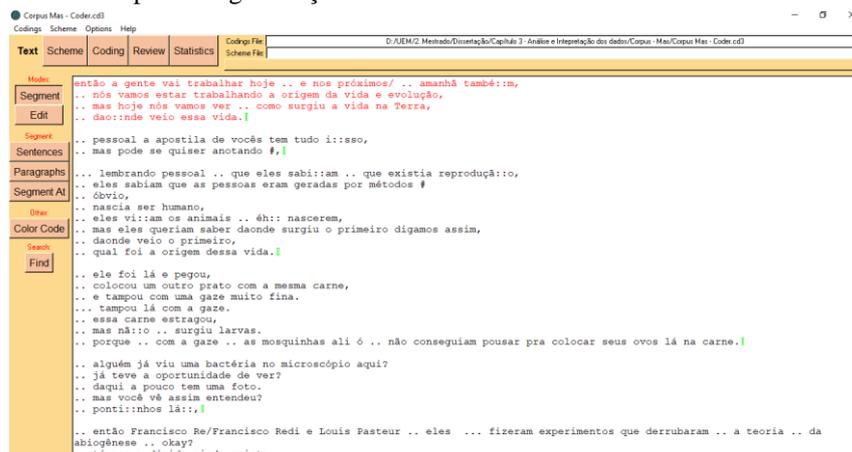
Para esta pesquisa, utilizamos um *corpus* composto de dez entrevistas orais, com duração aproximada de 30 minutos cada, disponíveis no banco de dados do Grupo de Pesquisas Funcionalistas do Norte/Noroeste do Paraná (Funcpar). Os informantes das entrevistas³ são professores universitários de Maringá (PR) que nasceram na cidade ou residem nela há mais de 10 anos. Para a realização dessas entrevistas, solicitou-se previamente a cada informante um artigo científico de sua autoria e, com base nisso, foram elaboradas perguntas sobre o processo de produção do texto e sobre os temas abordados no artigo.

A segmentação dos textos foi realizada a partir do conceito de unidades de entonação (CHAFE, 1985), segundo o qual a linguagem falada espontânea e não planejada é produzida com um único contorno de entonação coerente, em uma série de “blocos”, terminando no que é percebido como uma entonação final do enunciado. Esses “blocos” de fala são precedidos e seguidos por algum tipo de hesitação. Conforme Chafe (1985), as unidades de entonação apresentam em torno de sete palavras e levam cerca de dois segundos para serem produzidas. Por sua vez, a transcrição das entrevistas foi realizada por participantes do grupo, e o processo de transcrição teve por base o padrão estabelecido pelas normas do Projeto NURC (PRETI, 1993), com certas adaptações, uma vez que as normas utilizadas pelo projeto não consideram a segmentação textual por nós utilizada.

Para o levantamento das ocorrências do MD *mas* e das relações que o marcador sinaliza, utilizamos o programa *Systemic Coder*, versão 4.68 (O’DONNEL, 1995), disponível para *download* no site <http://www.wagsoft.com/>. O *software* permite a segmentação do *corpus* em porções de texto (cf. figura 2), a fim de classificá-las posteriormente de acordo com os critérios estabelecidos para a análise. Durante o trabalho com o *corpus*, é possível incluir ou excluir relações retóricas e outros parâmetros de análise, conforme a necessidade do analista.

³ Coleta de dados aprovada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP (CAAE – 0055.0.093.000-07).

Figura 2 – *Systemic coder*: exemplo de segmentação do texto.



Fonte: Tela do *software Systemic coder*.

Por fim, realizamos a representação das relações retóricas encontradas no *corpus* por meio de diagramas construídos com o software *rstWeb* (ZELDES, 2016), disponível no site <https://corpling.uis.georgetown.edu/rstweb>. Esse programa consiste em uma ferramenta de anotação de código-fonte aberto, baseada em navegador, para análises de textos fundamentadas na RST.

Análise e interpretação dos dados

Após a tabulação dos dados, encontramos 37 ocorrências nas quais o MD *mas* sinalizou relações retóricas referentes a estratégias de organização tópica, observadas tanto no interior dos turnos dos falantes, quanto na dinâmica entre turnos. As relações encontradas foram: 1) parentética; 2) *same-unit*; 3) reafirmação multinuclear e elaboração. Essas proposições relacionais corresponderam a inserções parentéticas, a reintroduções de tópicos, a paráfrases, a perguntas retóricas e a tomadas de turno (cf. tabela 1).

Tabela 1 – Relações retóricas sinalizadas pelo MD *mas*.

Relação retórica	Introduz parênteses	Reintroduz tópico	Sinaliza paráfrase	Sinaliza pergunta retórica	Tomada de turno
Parentética	03	-	-	-	-
<i>Same-Unit</i>	-	20	-	-	-
Reafirmação Multinuclear	-	-	03	-	-
Elaboração	-	-	-	02	09
Total	03	20	03	02	09

Fonte: elaboração própria.

A primeira relação retórica observada nas entrevistas foi a parentética. O *mas* sinalizou três dessas relações no *corpus* da pesquisa, as quais correspondem a inserções de

descontinuidade da progressão temática. Marcuschi (2006, p. 242) aponta que a reintrodução de tópicos após a parentetização pode ser realizada por meio de algumas estratégias, como as *repetições*. Em muitos casos, essa retomada do tópico após sua suspensão por parênteses é feita por meio de marcadores discursivos de retomada tópica, como o *então* ou o *mas*.

Ao observarmos a última parte da ocorrência exemplificada na figura 3, nota-se um segundo segmento também iniciado pelo MD *mas*, que retoma o conteúdo apresentado em [1]. Dentre as 37 ocorrências do *corpus* em que o *mas* iniciou estratégias de organização tópica e sinalizou relações retóricas, em 20 delas, o MD marca reintroduções de tópicos como a encontrada no segmento [3]. Em todas essas ocorrências, o *mas* sinalizou uma única relação retórica, a *same-unit*.

A *same-unit*, assim como a relação parentética, também não faz parte do rol clássico proposto por Mann e Thompson (1988). Essa relação encontra-se entre as 136 relações retóricas apresentadas por Carlson e Marcu (2001). De acordo com esses autores (CARLSON; MARCU, 2001, p. 23), a *same-unit* consiste em uma pseudorelação multinuclear, pois compreende uma única unidade discursiva que é descontinuada por meio de inserções como parênteses e orações apositivas. Em porções menores de texto, o segmento parentético compreende o satélite do núcleo do primeiro conteúdo da *same-unit*. Por sua vez, na macroestrutura textual, a relação estabelece a retomada de tópicos não adjacentes, os quais foram interrompidos ou elaborados durante o fluxo discursivo.

No quadro a seguir, apresentamos a definição dessa pseudorelação.

Quadro 1 – *Same-unit*.

Nome da relação	Condições em cada par de N	Intenção do F
<i>Same-unit</i>	Os Ns apresentam informações que, juntas, constituem uma única proposição	D reconhece que as informações apresentadas constituem uma única proposição; separadas não fazem sentido

Fonte: Carlson e Marcu (2001).

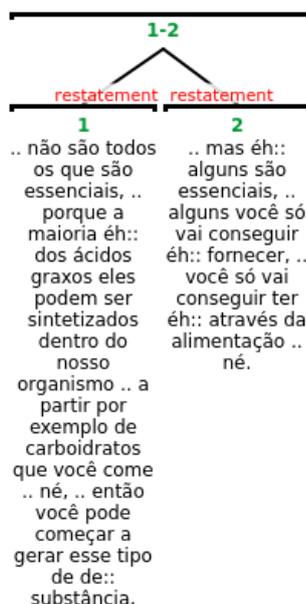
Todas as 20 ocorrências do item *mas* sinalizando a relação *same-unit* compreenderam o turno dos entrevistados, os quais reintroduziram tópicos de suas próprias respostas após inserções parentéticas. De acordo com Jubran (1996, p. 412), a ruptura provocada pelas inserções parentéticas no “segmento-contexto” são frequentemente marcadas. Para isso, há fatos sintáticos que denunciam a suspensão do tópico desenvolvido, como a “incompletude do enunciado precedente”. Após o segmento parentético, geralmente existem marcas de retorno ao tópico suspenso, como marcadores discursivos ou “a repetição de elementos anteriores aos parênteses”. Especificamente sobre o *mas*, Marcuschi (1998, p. 78) considera esse MD um

marcador de introdução de tópicos que funciona como um “aviso” para o retorno ao enunciado interrompido. Nesse sentido, nossos dados corroboram os apontamentos de Jubran (1996) e de Marcuschi (1998), uma vez que a reintrodução de tópicos após a quebra da linearidade tópica por inserções parentéticas foi a estratégia de organização do texto mais recorrente sinalizada pelo MD *mas*.

A terceira estratégia de organização do texto falado observada em nosso *corpus* foi o uso de paráfrases. Jubran (2006, p. 114) aponta que esse recurso compreende enunciados que reformulam um anterior, com o qual mantêm uma relação de equivalência semântica, tendo, entre outras, a função de sinalizar o encerramento de um tópico. Nessa função, as paráfrases tendem a retomar o conteúdo anterior resumidamente, indicando a completude do tópico.

De acordo com Hilgert (2006, p. 277), para realizar a predicação de identidade entre dois enunciados, os interlocutores podem utilizar marcadores discursivos parafrásticos, os quais funcionam como uma indicação de que o segmento posterior apresenta “parentesco” semântico com relação ao enunciado inicial. Esses marcadores, segundo o autor, dividem-se em dois principais tipos: os especializados, que estabelecem relações de equivalência entre dois enunciados independentemente do contexto, como *em outras palavras* ou *como você falou*; e os não especializados, que, devido à sua significação lexical, não constituem um índice exclusivo de relação de equivalência, como o *então* e o *quer dizer*. Com base nessa classificação, apontamos o *mas* como um marcador parafrástico não especializado, conforme observado no exemplo da figura 4 a seguir.

Figura 4 – Relação de reafirmação multinuclear – em paráfrases.



Fonte: elaboração própria.

Na figura 4, encontramos uma das três paráfrases introduzidas pelo MD *mas* no *corpus* da pesquisa. Nessa ocorrência, o entrevistado responde a uma pergunta sobre os ácidos graxos essenciais ao organismo dos seres humanos. É possível notar que há duas porções de texto que apresentam conteúdos semânticos semelhantes. Segundo Fávero (1999, p. 142), a paráfrase consiste em uma das estratégias que o falante emprega na reformulação de seu discurso, sintetizando, em alguns casos, um conteúdo enunciado anteriormente. Assim, no exemplo apresentado na figura 4, a paráfrase que se encontra após o *mas* representa uma síntese do conteúdo anterior ao MD.

As três ocorrências de paráfrases sinalizadas pelo MD *mas*, todas registradas durante o turno dos informantes, compreendem a relação retórica de reafirmação multinuclear (MANN; THOMPSON, 1988), na qual encontramos dois núcleos distintos que apresentam conteúdos semelhantes. Nessa relação, o conteúdo do segundo núcleo reitera a informação apresentada no primeiro núcleo, fazendo que o destinatário reconheça a semelhança entre os elementos relacionados. A definição dessa relação encontra-se no quadro 2 a seguir.

Quadro 2 – Relação de reafirmação multinuclear.

Nome da relação	Condições em cada par de N	Intenção do F
Reafirmação multinuclear	Um elemento constitui, em primeiro lugar, a repetição de outro, com o qual se encontra relacionado; os elementos são de importância semelhante aos objetivos de F	D reconhece a repetição através dos elementos relacionados

Fonte: <http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/definitions.html>. Acesso em: 15 mar. 2021.

Para Hilgert (2006, p. 276), há uma relação de equivalência semântica entre a paráfrase e um enunciado considerado matriz. Contudo, o segmento parafrástico é semanticamente menos abrangente, uma vez que costuma conferir denominações mais específicas com relação ao conteúdo apresentado na matriz, o qual geralmente apresenta enunciados mais genéricos. Para a RST, a relação existente entre o segmento parafrástico e a porção textual original é estabelecida entre dois diferentes núcleos, que apresentam independência sintática entre si, o que confere a essa proposição relacional um caráter multinuclear.

A última relação retórica sinalizada pelo MD *mas* no *corpus* da pesquisa é a de elaboração, proposta originalmente por Mann e Thompson (1988). Conceitua-se essa relação no quadro a seguir.

Quadro 3 – Relação de elaboração.

Nome da relação	Restrições sobre S ou N, individualmente	Restrições em N + S	Intenção do F
Elaboração	Nenhuma	S apresenta dados adicionais sobre a situação ou alguns elementos do assunto apresentados em N ou passíveis de serem inferidos de N, de uma ou várias formas, conforme descrito abaixo. Nesta lista, se N apresentar o primeiro membro de qualquer par, então S inclui o segundo: conjunto :: membro abstração :: exemplo todo :: parte processo :: passo objeto :: atributo generalização :: especificação	D reconhece que S proporciona informações adicionais a N. D identifica o elemento do conteúdo relativamente ao qual se fornecem pormenores.

Fonte: <http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/definitions.html>. Acesso em: 15 mar. 2021.

Encontramos a relação de elaboração sinalizada pelo MD *mas* em onze das 37 ocorrências do *corpus*, divididas de acordo com algumas particularidades. Duas dessas ocorrências corresponderam à introdução de perguntas retóricas durante a fala dos informantes, ao passo que, em nove vezes, o *mas* sinalizou a relação de elaboração no início de tomadas de turno.

Fávero, Andrade e Aquino (2006, p. 161) afirmam que as perguntas retóricas ocorrem quando o falante faz uma pergunta sem a intenção de que o ouvinte a responda, pois o falante já conhece a resposta e “é só uma questão de procurá-la na memória”. De acordo com as autoras, esse tipo de pergunta é um recurso bastante utilizado na manutenção do turno ou no estabelecimento de contato, conforme exemplificado na ocorrência (1) a seguir.

(1) .. *eu acho que.. mexer e revirar esses arqui::vos, .. tentar descobrir mesmos as crianças, .. eu tô achando .. eu tô supo::ndo que a adoção possa ser um bom caminho pra solução desses problemas, .. **mas** será que não:: seria interessante a gente pegar dessas crianças que passaram por ali, .. e fazer um recorte de quantas crianças fo::ram adota::das, .. e tentar investigar o que aconteceu com a vida desses sujeitos né?*

Alguns estudos, como o de Antonio e Barbosa (2012), apontam que a relação de coerência observada em uma pergunta retórica é a de preparação, pois perguntas como essa buscam despertar o interesse do ouvinte com relação ao enunciado. Nessa relação, o satélite precede o núcleo. Entretanto, uma vez que nossa pesquisa tem como foco as relações sinalizadas pelo MD *mas*, analisamos a relação que se estabelece entre o enunciado iniciado pelo *mas* e o conteúdo que o antecede. Assim, em (1), observa-se a relação de elaboração, na

qual a pergunta retórica representa o satélite (enunciado após o *mas*), elaborando as informações contidas no núcleo (enunciado que antecede o *mas*).

Por fim, a tabulação dos dados mostrou que os resultados mais divergentes com relação à atuação do MD *mas* compreenderam a alternância de turnos entre entrevistador e informantes. Apesar de corresponder a somente uma relação retórica, as tomadas de turno sinalizadas pelo marcador apresentaram algumas especificidades conforme mostrado nos exemplos a seguir.

(2) **E** - *no teste dessa água desse efluente ela ela:: recuperou todas as características de uma uma um:: material saudável?*

I - *então .. eu não fiz os testes de::/ por exemplo com coliformes feca::is e outras né, .. essas condições que ele está, .. éh:: está em condições de ser lançado pra #. .. ele está em condições de ser lançado, .. éh:: entretanto não é/ eu não posso afirmar que ele está adequado pra potabilidade, .. pra ser tomado, .. aí eu não posso, .. teria que ser feito outros testes.*
E - ***mas*** *por exemplo você lança, .. tratou, .. lança no rio, .. nós temos aí as coletas, .. tratamento de água, .. mas aí eles vão fazer o tratamento pra deixar apta pra pra:: tomar. .. mas eu me preocupo assim .. a questão de lançar no rio não vai matar peixes? .. não vai matar?*

A situação observada em (2) ocorreu em cinco das nove ocorrências da relação de elaboração sinalizada pelo *mas* na tomada de turno. Nesse contexto, a pergunta do entrevistador funcionou como satélite da resposta do informante com relação a outra pergunta realizada anteriormente.

(3) **E** - *então enquanto ela é formada pelos ruminantes .. essa gordura não traz problema pra gente?*

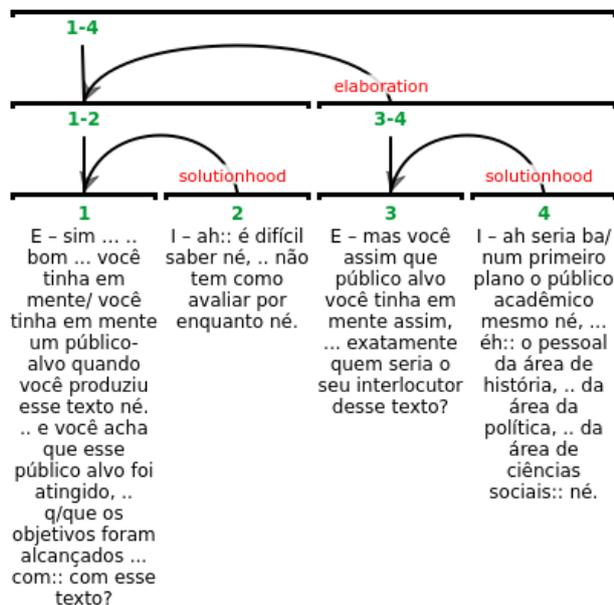
I - ***mas*** *não traz problema por quê? .. fique bem claro isso, .. porque a quantidade é pequena.*

Por outro lado, no exemplo (3), o MD introduz o turno assumido pelo entrevistado (informante), o qual elabora o conteúdo expresso na fala do entrevistador. Cabe ressaltar que o informante utiliza a mesma estratégia de organização de tópicos observada em outros contextos, a pergunta retórica, a qual também corresponde à relação retórica de elaboração.

A ocorrência representada na figura 5 também apresenta um comportamento diferente

das demais relações de elaboração estabelecidas na dinâmica de turnos.

Figura 5 – Relação de elaboração – na tomada de turno.



Fonte: elaboração própria.

Conforme observado no diagrama, há duas diferentes relações, a de elaboração e a de solução. Assim como a relação de elaboração, a de solução também foi proposta por Mann e Thompson (1988), consistindo em uma relação núcleo-satélite. Nessa relação, o conteúdo do satélite apresenta um “problema”, ao passo que o enunciado do núcleo constitui sua solução.

Na figura 5, inicialmente, o entrevistador faz uma pergunta [1] ao entrevistado, que está relacionada aos leitores de um trabalho realizado pelo informante. Apesar de a resposta do entrevistado, em [2], ser negativa, ela funciona como satélite da pergunta inicial, estabelecendo com esse núcleo uma relação de solução. Uma vez que o informante não responde totalmente o que foi solicitado, o entrevistador reitera sua pergunta, estabelecendo uma relação de elaboração com sua pergunta inicial. Nesse caso, o conteúdo de [3] funciona como satélite de [1], elaborando o conteúdo proposto na primeira pergunta e fazendo que o destinatário reconheça a existência de informações adicionais. Por sua vez, novamente, a resposta do informante, agora em [4], estabelece a relação de solução com a pergunta do entrevistador, desta vez em [3].

Em (4) e (5), o MD *mas* sinaliza a tomada de turno por parte dos entrevistados, estabelecendo uma relação de elaboração com conteúdos anteriores apresentados pelos próprios informantes.

(4) **E** - *e eles perguntavam também né,
.. “Não tem jeito de ser um resultado só?”
.. eu achei interessante é que eram professores.
I - não .. mas i-i-i-isso é geral.
E - então .. mas nós que somos leigos,
.. não somos da área tudo bem,
.. eu fiquei muito impressionada é que são professores.
I - **mas** é é é um paradigma que que surgiu .. éh:: .. a partir do momento que se criou
geometrias novas,
.. que não eram euclidianas.
.. então é um novo paradigma que:: # exatidão,
.. foi aí que a pessoa .. que que começaram a perceber que a coisa não é bem assim.*

Em (4), o entrevistado retoma um tópico no qual ele apresentou teorias que propõem um único resultado para as operações matemáticas. Assim, estabelece-se com essa porção de texto anterior a relação de elaboração.

Por último, observamos, em (5), que o entrevistado retoma e elabora sua fala por meio de outra pergunta retórica introduzida pelo item *mas*.

(5) **I** - *quem tem problema:: genético de colesterol não adianta, .. pode comer PASTO
.. que vai ter colesterol. .. isso é uma coisa:: trágica né?
E - terrível.
I - **mas** você pode ajudar como? .. atividade física , .. uma boa alimentação não vai
ajudar só nisso, .. vai ajudar em tudo .. né*

Mesmo havendo a retomada de subtópicos nessas duas últimas ocorrências, considera-se, nesses casos, a relação de elaboração, uma vez que os segmentos iniciados pelo *mas* oferecem informações adicionais com relação às falas anteriores dos informantes.

De acordo com Risso, Silva e Urbano (2002), MDs são exteriores em relação aos conteúdos proposicionais, não constituem enunciados completos por si próprios e são independentes sintaticamente. Assim, em nossa análise, ressaltamos que apesar de o *mas*, em seu papel de conjunção, tradicionalmente sinalizar relações de contraste, de concessão e de antítese nas orações coordenadas por ele, observamos relações retóricas diferentes em funcionamento como MD. Nesse contexto, o item não marca necessariamente ideias contrárias, mas inicia estratégias de estruturação tópica, funcionando de forma semelhante a outros marcadores como o *e*, o *então* e o *agora*. Cabe destacar, ainda, que os MDs não são responsáveis por estabelecer as relações de coerência, pois eles somente as sinalizam.

Considerações finais

Com base no enfoque teórico da RST (MANN; THOMPSON, 1988; MANN; MATTHIESSEN; THOMPSON, 1989), este trabalho procurou contribuir com os estudos da

Análise da Conversação a partir de uma abordagem metodológica funcionalista. Para isso, investigou-se o funcionamento do MD *mas* como um marcador produtivo na construção do texto falado e na organização retórica do texto, considerando sua atuação como sinalizador de relações de coerência.

A análise das proposições relacionais sinalizadas pelo MD *mas* seguiu critérios fundamentados em estratégias de composição do texto falado, como inserções parentéticas, reintroduções de tópicos, paráfrases, perguntas retóricas e tomadas de turno, apresentadas por Fávero, Andrade e Aquino (2006), Jubran (2006), Marcuschi (2006), dentre outros.

Após a tabulação dos dados, observou-se que as estratégias de organização tópica aqui analisadas corresponderam a quatro diferentes relações retóricas sinalizadas pelo *mas*. O marcador sinalizou três relações parentéticas em início de parênteses, 20 relações *same-unit* ao reintroduzir tópicos e três relações de reafirmação multinuclear iniciando paráfrases. Destacamos a relação de elaboração, observada em dois diferentes contextos, resultando em onze ocorrências: duas na sinalização de perguntas retóricas e nove na tomada de turnos.

Esta pesquisa procurou, portanto, colaborar com os estudos descritivos acerca do *mas* no âmbito da organização textual e no domínio da conversação. Apesar de diversos estudos (TABOADA, 2004; MANN; THOMPSON, 1987; 1992) indicarem que esse item é a marca formal mais frequente em relações de contraste e de concessão, sobretudo na microestrutura textual, observamos que o *mas* em seu papel de MD pode sinalizar outras relações retóricas e auxiliar no processo de construção do texto falado. Assim, pretendemos com este trabalho incitar futuras pesquisas sobre o funcionamento do item *mas*.

Referências

ALVES, D. V. dos S. **Uma investigação funcionalista do Marcador Discursivo *então* no estabelecimento de relações retóricas em elocuições formais do português**. 2013. 104 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

ANTONIO, J. D.; BARBOSA, C. T. Relações retóricas estabelecidas por perguntas e respostas em elocuições formais. **Todas as letras**, v. 14, n. 2, p. 186-197, 2012.

CARLSON, L.; MARCU, D. **Discourse Tagging Reference Manual**, 2001. Disponível em: <https://www.isi.edu/~marcu/discourse/tagging-ref-manual.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CASSIM, F. T. R. **Relações retóricas sinalizadas pelas estratégias de correção e de parafraseamento em elocuições formais**. 2014. 82 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

CASTILHO, A. T. de. Apresentação. *In*: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.).

Gramática do português culto falado no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

CASTILHO, A. T. de. **Nova Gramática do Português Brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2010.

CHAFE, W. L. Linguistic differences produced by differences between speaking and writing. *In*: OLSON, D. R.; TORRANCE, N.; HILDYARD, A. (Orgs.). **Literacy Language and Learning: The nature and consequences of reading and writing.** Cambridge: Univ. Press, 1985.

FÁVERO, L. L. Processos de formulação do texto falado: a correção e a hesitação nas elocuições formais. *In*: PRETI, D. (Org.). **O discurso oral culto.** São Paulo: Humanitas, 1999.

FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C. V. O.; AQUINO, Z. G. O. O par dialógico pergunta-resposta. *In*: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil.** Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

GANASIN, M. B. **Funções exercidas e relações retóricas sinalizadas pelas estratégias de parentetização e de repetição em elocuições formais.** 2016. 68 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

HILGERT, J. G. Parafraseamento. *In*: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil.** Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

JUBRAN, C. C. A. S. Parênteses: propriedades identificadoras. *In*: CASTILHO, A. T. de; BASÍLIO, M. (Orgs.). **Gramática do Português Falado.** v. IV: Estudos Descritivos. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: FAPESP, 1996.

JUBRAN, C. C. A. S. Tópico discursivo. *In*: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil.** Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

MANN, W. C.; MATTHIESSEN, C. M. I. M.; THOMPSON, S. A. **Rhetorical Structure Theory and Text Analysis.** 1989. Disponível em: <http://www.sfu.ca/rst/index.html>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. **Rhetorical Structure Theory: A Theory of Text Organization.** 1987. Disponível em: <http://www.sfu.ca/rst/index.html>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. Rhetorical structure theory: toward a functional theory of text organization. **Text**, Berlim, v. 8, n. 3, p. 243-281, 1988.

MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. **Relational Discourse Structure: A comparison of approaches to structuring text by “contrast”.** 1992. Disponível em: <http://www.sfu.ca/rst/index.html>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação.** São Paulo: Editora Ática, 1998.

MARCUSCHI, L. A. Repetição. *In*: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.).

Gramática do português culto falado no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

MATTHIESSEN, C. M. I. M.; TERUYA, K. Grammatical realizations of rhetorical relations in different registers. **Word**, v. 61, n. 3, p. 232-281, 2015.

NEVES, M. H. de M. **Texto e Gramática.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

NEVES, M. H. de M. **Gramática Funcional: interação, discurso e texto.** São Paulo: Contexto, 2018.

O'DONNELL, M. From *corpus* to codings: Semi-automating the acquisition of linguistic features. Proceedings of the AAAI Spring Symposium on Empirical Methods in Discourse Interpretation and Generation. **Proceedings of the AAAI Spring Symposium on Empirical Methods in Discourse Interpretation and Generation.** Stanford: AAAI, 1995. p. 27-29.

PRETI, D. **Análise de textos orais.** 6. ed. São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP, 1993.

RISSO, M.S.; SILVA, G. M. O.; URBANO, H. Marcadores discursivos: traços definidores. In: KOCH, I.G.V. (Orgs.). **Gramática do português falado.** v. VI: Desenvolvimentos. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

SANTOS, K. R. C. **Uma investigação funcionalista das relações retóricas do campo da avaliação no português falado.** 2018. 153 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

TABOADA, M. **Building coherence and cohesion: task-oriented dialogue in English and Spanish.** Amsterdã: John Benjamins, 2004.

TABOADA, M. Implicit and explicit coherence relations. In: RENKEMA, J. (Ed.). **Discourse, of Course.** Amsterdã: John Benjamins, 2009.

TABOADA, M.; MANN, W. C. Applications of Rhetorical Structure Theory. **Discourse Studies.** Sage Publications, 2005.

URBANO, H. Marcadores discursivos basicamente interacionais. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil.** Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

ZELDES, A. rstWeb - A browser-based annotation interface for rhetorical structure theory and discourse relations. In: NAACL-HLT 2016 SYSTEM DEMONSTRATIONS, San Diego. **Proceedings of the AAAI Spring Symposium on Empirical Methods in Discourse Interpretation and Generation.** San Diego, CA: NAACL, 2016. p. 1-5.

Sobre os autores

Gabriele Pecuch (ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-2003-9458>)

Graduada em Letras Português/Francês pela Universidade Estadual de Maringá/UEM (2020), mestre em Letras (Área de concentração: Estudos Linguísticos) pela Universidade Estadual de Maringá/UEM (2020) e doutoranda em Letras (Área de concentração: Estudos Linguísticos) pela mesma universidade.

Juliano Desiderato Antonio (ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-9816-5852>)

Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Unesp/ Araraquara, pós-doutor em Estudos Linguísticos pela Unesp/ São José do Rio Preto. Professor do Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá.

Recebido em maio de 2021.

Aprovado em agosto de 2021.

Representações discursivas de Lula: uma análise da referenciação no texto das capas da revista *Época*

Discursive representations about Lula: an analysis of the referencing on the covers of *Época* magazine

Lucélio Dantas de Aquino¹
Alexandro Teixeira Gomes²

Resumo: Este artigo objetiva analisar a referenciação e a multimodalidade para a (re)construção das Representações discursivas (Rds) de Lula em capas da revista *Época*. Através de uma pesquisa de abordagem qualitativa com apoio quantitativo, amparamo-nos na Análise Textual dos Discursos, proposta por Adam (2011), com vista a descrever e interpretar a referenciação e seus modificadores, através da categorização e recategorização do tema tratado “Lula”. O *corpus* analisado é constituído por dezessete capas da revista *Época*, coletadas entre 2002 e 2010. Nossos resultados permitem afirmar que a *Época* constrói Rds de “Lula” como um candidato que chega à presidência da República, que enfrenta problemas relacionados à sua carreira política, mas que, mesmo assim, é um homem de família que representa a nação brasileira e seu sonho de mudança. Ressaltamos que a análise realizada pressupõe a co(n)textualização dos sentidos, o que nos remeteu, por vezes, ao composto verbo-visual para uma interpretação mais assertiva das Rds do objeto de discurso “Lula”.

Palavras-chave: Representações discursivas. Referenciação. Revista *Época*. Lula.

Abstract: In this paper, we aim to analyze the referencing and the multimodality for the (re)construction of Discursive representations (Drs) about “Lula” on the covers of *Época* magazine. Using a qualitative-quantitative methodology, the research relies on the Textual Analysis of Discourses, proposed by Adam (2011), aiming to interpret the referencing and its modifiers, through the categorization and recategorization of the proposed topic “Lula”. The analyzed corpus consists of seventeen covers of the *Época* magazine, collected between 2002 and 2010. Our results allow us to affirm that *Época* builds Drs about Lula as a candidate who reaches the presidency of the Republic, faces problems related to his political career, but who, even so, is a family man who represents the Brazilian nation and its dream of change. We emphasize that the performed analysis presupposes the co (n) textualization of meanings, which sometimes led us to the verbal-visual set for a more assertive interpretation of the Drs about “Lula”.

Keywords: Discursive representations. Referencing. *Época* magazine. Lula.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Instituto Metrópole Digital, Programa de Pós-Gradua o em Inova o em Tecnologias Educacionais, Natal, RN, Brasil. Endereço eletrônico: lucelio.aquino@ufrn.br.

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó, Programa de Pós-Gradua o em Estudos da Linguagem, Currais Novos, RN, Brasil. Endereço eletrônico: alectgomes@yahoo.com.br.

Considerações iniciais

O estudo das representações discursivas (Rds) encontradas em textos concretos tem demandado diversas pesquisas que se interessam pelo nível semântico do texto. O excerto estabelecido para esse texto versa sobre as Rds construídas pela revista *Época* sobre Luiz Inácio Lula da Silva. Vale destacar que escolhemos o tema tratado, Lula, devido ao lugar social e político ocupado por Luiz Inácio Lula da Silva, a saber como Presidente da República do Brasil, cargo no qual permaneceu por oito anos (dois mandatos), isto é, de 2002 a 2010. A figura de Lula foge à tradicionalidade dos presidentes brasileiros anteriores. Sua origem e sua história de vida foram marcas que o consagraram como homem público histórico na trajetória política do país. Primeiro, por ele ter sido um ex-operário e retirante nordestino que foi eleito presidente; segundo, pelas expectativas que cercaram o seu governo, devido a sua trajetória de vida; e, terceiro, por ser esta a primeira vez que as forças de esquerda tomariam controle da nação. Acresça-se a isso o fato de ele ter sido reeleito em 2006 e de ter fechado o seu governo em 2010 com índice de 80% de aprovação do governo, conforme dados da pesquisa do Ibope encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Em relação ao gênero de discurso capa de revista, nosso interesse se deu em função de ainda não haver muitos estudos com o gênero no contexto das pesquisas em Análise Textual dos Discursos, considerando a multimodalidade que lhe é característica, o que representa o caráter inovador desse estudo frente aos demais trabalhos desenvolvidos.

Assim, tomamos como pressuposto teórico a Análise Textual dos Discursos – ATD, elaborada por Jean-Michel Adam (2011), concentrando nossa atenção no nível semântico do texto, isto é, na dimensão que permite compreender as Rds vigentes em um texto e, para esse trabalho, mais especificamente as Rds construídas pela revista *Época* sobre Lula.

Por uma questão de recorte metodológico, a análise que ora apresentamos focaliza o processo de referenciação (categorizações e recategorizações do referente) e seus modificadores contidos nos enunciados que constituem as capas da revista *Época*. Por esse ângulo, não focalizamos a análise verbo-visual, mas, quando necessário, recorreremos às imagens da capa de revista para complementar a análise.

Portanto, o presente artigo se apresenta com a seguinte organização: as considerações iniciais em que contextualizamos o objeto de estudo, justificamos e desenhamos o recorte teórico-metodológico que servirá ao desenvolvimento das análises; a fundamentação teórica contextualiza, a partir de teóricos e estudiosos, os pressupostos que sustentam os estudos das Rds e, especificamente, a referenciação e multimodalidade como elementos para a análise textual-discursiva do tema; os aspectos metodológicos que apresentam as escolhas realizadas

do ponto de vista científico a serem utilizadas para a apresentação dos resultados; a análise das Rds discursivas de Lula em capas da revista *Época* em que damos destaque aos processos referenciais e multimodais que colaboram para a (re)construção das Rds; por fim, as considerações finais do estudo realizado.

Fundamentação teórica

Adam (2011, p. 24) afirma que a Análise Textual dos Discursos se inscreve “na perspectiva de um posicionamento teórico e metodológico que, com o objetivo de pensar o texto e o discurso em novas categorias, situa decididamente a linguística textual no quadro mais amplo da análise de discurso”.

Para o autor, a Linguística Textual (LT), que, desde seu surgimento, desenvolveu-se em separado da Análise de Discurso Francesa, é entendida como “uma teoria da produção co(n)textual de sentido, que deve fundar-se na análise de textos concretos” (ADAM, 2011, p. 23). No que concerne à Análise de Discurso (AD), o autor a coloca como sendo um campo mais vasto, do qual surgem e se prospectam as práticas discursivas. Entendemos, aqui, por práticas discursivas toda “produção verbal, visual ou verbo-visual, necessariamente inserida em determinada esfera, a qual possibilita e dinamiza sua existência, interferindo diretamente em suas formas de produção, circulação e recepção” (BRAIT, 2008, p. 18). Desse modo, ao elaborar a ATD, Adam (2011, p. 43) propõe “articular uma linguística textual desvincilhada da gramática do texto e uma análise de discurso emancipada da análise de discurso francesa (ADF)”. A partir desses pressupostos, Adam (2011) deixa ver, em sua produção que, para se chegar aos efeitos de sentido do texto, este deve ser contemplado na relação com os discursos que o constituem, isto é, temos de considerá-lo co(n)textualmente.

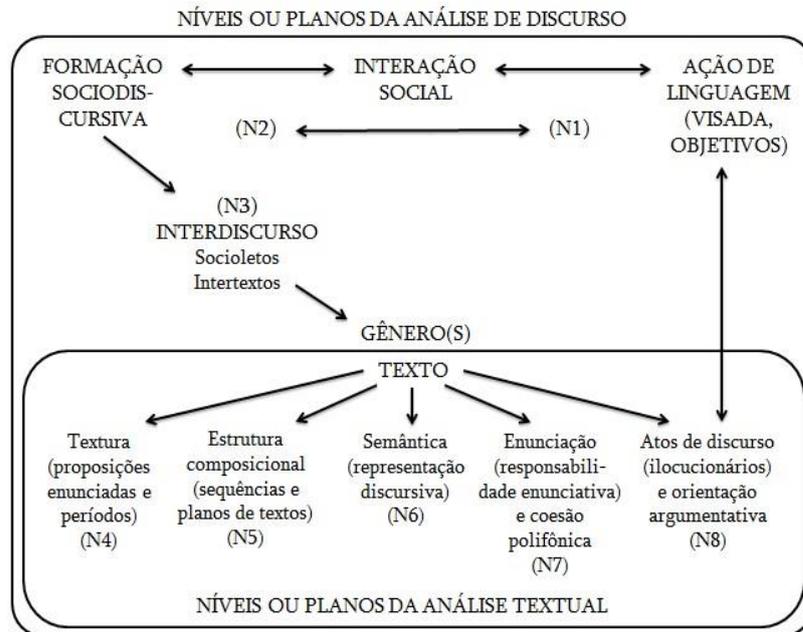
Nesse sentido, devemos interpretar um texto como um construto que, explícita ou implicitamente, manifesta um contexto. Assim, o apoio no cotexto precedente e posterior é fundamental para construir os sentidos do que é dito. Além do mais, os diferentes sentidos assumidos pelas palavras que constituem os enunciados são determinados pelas formações discursivas, pois, “toda a ação de linguagem inscreve-se [...] em um dado setor do espaço social, que deve ser pensado como uma formação sociodiscursiva, ou seja, como um lugar social associado a uma língua e a gêneros de discurso” (ADAM, 2011, p. 63).

Assim, ao definir a ATD como um construto teórico-metodológico para a análise de textos concretos, entendemos que os textos concretos, a que se refere Adam (2011), são enunciados orais, escritos e multimodais que, discursivamente, são denominados de gêneros de

discurso, isto é, são práticas sociais realizadas por interlocutores em um dado campo da atividade humana.

Desse modo, o texto deve ser entendido em sua complexidade descritiva, demandando e justificando a necessidade de recorrer a uma teoria que contemple o domínio discursivo desse objeto, pois, como afirma Adam (2011, p. 25), por ser o texto um objeto empírico tão complexo “sua descrição poderia justificar o recurso a diferentes teorias, mas é de uma teoria desse objeto e de suas relações com o domínio mais vasto do discurso em geral que temos necessidade”. Então, por essa necessidade, é que ele propõe a ATD, cujos níveis de análise podem ser visualizados no esquema apresentado na figura 01:

Figura 1: Níveis da análise de discurso e níveis da análise textual.



Fonte: Adam (2011, p. 61).

De acordo com Adam (2011), no nível textual, concentram-se as questões relacionadas à textura, à estrutura, à semântica, à enunciação e aos atos de discurso (níveis 4, 5, 6, 7 e 8, respectivamente). Todavia, na ATD, essas questões devem ser vistas na relação com o nível do discurso, ou seja, observando a ação de linguagem, a interação social e a formação discursiva que institui pragmaticamente os gêneros de discurso (níveis 1, 2 e 3), uma vez que é na relação entre o nível do texto e o do discurso que se constroem os efeitos de sentido passíveis de interpretação.

Para esse artigo, detemo-nos no nível semântico do texto, especificamente na noção de representação discursiva. Esta é uma das principais noções do nível semântico, ao lado de anáforas, isotopias, colocações, entre outras, que são responsáveis pelos entornos significativos

regentes do texto (ADAM, 2011; RODRIGUES; PASSEGGI; SILVA NETO, 2010; PASSEGGI, 2012).

Adam (2011) situa no valor descritivo de uma proposição enunciada o potencial de construir semanticamente uma representação, ou seja, de fazer referência ao mundo ou a um objeto no mundo e, para isso, aponta a relação entre tema e predicação como sendo a forma prototípica de manifestação dessa referência.

Sob essa ótica, Rodrigues, Passeggi, Silva Neto (2010, p. 173) afirmam que “toda proposição, na condição de ‘microuniverso semântico’, constitui uma representação discursiva mínima”, isto é, por mais que uma proposição-enunciado apresente apenas um ou dois constituintes (nome e adjetivo, por exemplo), essa construção referencia algo no mundo, isto é, um objeto de discurso, este, entendido, aqui, como o referente: entidade discursiva utilizada e atualizada no e por meio do discurso pelos agentes de linguagem (KOCH, 2002; 2006; CAVALCANTE, 2011).

Seguindo essas definições, Aquino (2015, p. 57) afirma que “ao pôr em discurso um objeto (referente), o locutor produz uma proposição-enunciado que constrói, por meio dos sentidos possíveis a ela atribuídos, uma representação discursiva do conteúdo referencial”. Essa afirmação ganha respaldo em Rodrigues, Passeggi, Silva Neto (2010, p. 173), ao afirmarem que “todo texto constrói, com maior ou menor explicitação, uma representação discursiva do seu enunciador, do seu ouvinte ou leitor e dos temas ou assuntos que são tratados”. Nesse sentido, para interpretá-la, devemos atentar para a representação que é construída pelo conteúdo proposicional manifestado no co(n)texto.

Adicionalmente, Passeggi (2012, p. 232) admite que as representações discursivas “são de natureza linguística, manifestadas nos/pelos textos”. Desse modo, a representação enquanto referência do enunciador, do leitor ou dos assuntos tratados só pode ser percebida na/pela produção co(n)textual de sentidos, o que implica uma (re)construção do sentido por parte do interpretante.

Para essa reconstrução, o interpretante deve recorrer às marcas linguístico-textuais que se presentificam nas proposições-enunciado. Essas marcas, tomadas como categorias semânticas de análise da representação discursiva são: referenciação, predicação, modificação, localização e relação.

De modo sintético, apresentamos o conceito das categorias semânticas de análise da representação discursiva:

a) Referenciação: responsável por manifestar os objetos de discurso (referentes) no texto. Estes, por sua vez, podem ser identificados por meio de nominalizações (categorizações)

ou de novas denominações (re categorizações), possibilitando efeitos de sentido no tratamento do referente (KOCH, 2009; CAVALCANTE, 2011; AQUINO, 2015).

b) Predicação: diz-se das seleções feitas pelo enunciador para designar um processo (ação, estado, por exemplo), as quais exercem traços semânticos sobre o referente (RODRIGUES, PASSEGGI, SILVA NETO, 2010; CASTILHO, 2010).

c) Modificação: marcas que atribuem sentidos à referenciação e à predicação, ou seja, atuam diretamente sobre os referentes, qualificando-os (adjetivos), e sobre os processos pela indicação de circunstâncias (advérbios e locuções adverbiais, excetuando-se aqueles que indicam tempo e lugar) (ADAM, 2011; RODRIGUES; PASSEGGI; SILVA NETO, 2010; QUEIROZ, 2013; AQUINO, 2015).

d) Localização: “indica as circunstâncias espaçotemporais nas quais se desenvolvem os processos e participantes” (RODRIGUES; PASSEGGI; SILVA NETO, 2010, p. 176); a localização se materializa no texto, principalmente, por meio advérbios e/ ou locuções adverbiais de lugar ou tempo (QUEIROZ, 2013; AQUINO, 2015).

e) Relação: ocorre nos textos por meio de elementos que dão continuidade aos enunciados (conectores – preposições e conjunções) e por meio de analogias (comparações e metáforas). A relação manifesta sentidos necessários à interpretação dos propósitos intencionados pelo enunciador ao produzir o texto, os quais devem ser interpretados discursivamente (MARCUSCHI, 2009; ADAM, 2011; RODRIGUES; PASSEGGI; SILVA NETO, 2010; CASTILHO, 2010; AQUINO, 2015).

As categorias apresentadas refletem apenas uma parte daquelas que podem servir aos propósitos do analista da representação discursiva, haja vista que elas “não constituem uma lista fechada” (PASSEGGI, 2012, p. 238) e podem, inclusive, ser desdobradas em subcategorias, contribuindo ainda mais para uma análise textual-discursiva. Por fim, concordamos com Rodrigues *et al.* (2012, p. 298) quando afirmam que as categorias apresentadas são “procedimentos de textualização gerais e elementares que estão na base da construção de todo texto”, haja vista constituírem o conteúdo referencial das proposições-enunciados.

Após esta breve conceitualização dos pressupostos teóricos que constituem a ATD e a representação discursiva, bem como as categorias semânticas de análise que permitem ao interpretante reconstruir as representações discursivas do enunciador, do leitor e dos temas tratados no texto, damos destaque à referenciação.

De acordo com Koch (2009, p. 61), “a referenciação constitui [...] uma atividade discursiva”. Essa afirmação converge para a ideia de Rd como construção e reconstrução de objetos de discurso, haja vista ser por meio da ação linguageira que o locutor realiza escolhas

no repertório linguístico que ele possui a sua disposição, com vista a representar estados de coisas, isto é, “os processos de referenciação são escolhas do sujeito em função de um querer-dizer” (KOCH, 2009, p. 61).

Conseqüentemente, a reconstrução desses objetos de discurso dá-se pela representação que os pré-construídos culturais, sociais e cognitivos do interlocutor (interpretante) têm em comum com os do locutor, já que:

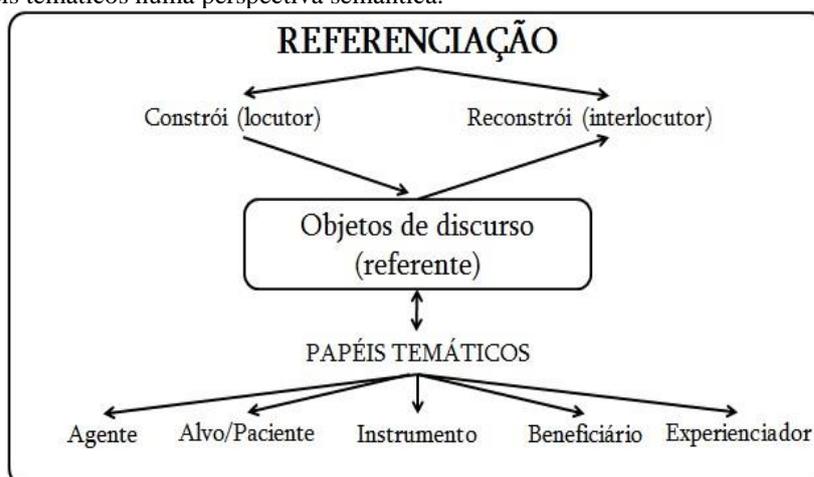
[...] todo discurso constrói uma representação que opera como uma memória compartilhada (memória discursiva, modelo textual) [...], sendo os sucessivos estágios dessa representação responsáveis, ao menos em parte, pelas seleções feitas pelos interlocutores, particularmente em se tratando de expressões referenciais. (KOCH, 2009, p. 61).

Embora não utilize a nomenclatura *referenciação*, Adam (2011, p. 218) afirma que “a escolha de um nome próprio ou de um nome de objeto mais ou menos específico muda, naturalmente, o enquadramento do objeto do discurso”. Entendemos, com isso, que, a depender da situação de comunicação e das intenções do locutor, os referentes adquirem nuances de sentido, as quais devem ser reconstruídas pelo interlocutor na interpretação.

No âmbito da ATD, considerando o estudo da representação discursiva, a referenciação se materializa nos textos por dois processos: a categorização, ou introdução referencial, que pode ser entendida como as nominalizações que aparecem pela primeira vez, introduzindo os objetos de discurso no texto (CAVALCANTE *et al.*, 2017), e, a recategorização, definida como “fenômeno cognitivo-discursivo que corresponde à evolução natural que todo referente sofre ao longo do desenvolvimento do texto” (CAVALCANTE, 2011, p. 90). Adam (2011) afirma que, para haver a retomada (recategorização), ou seja, uma nova denominação do objeto de discurso, faz-se necessária uma primeira nomeação do objeto de discurso.

Nessa perspectiva, o referente (objeto de discurso produzido na e pela prática discursiva de uso da linguagem) é construído pela operação de referência, esta compreendida como uma “operação linguística por meio da qual selecionamos, no mundo que nos cerca, um ou mais objetos (isto é, pessoas, coisas, acontecimentos) específicos, tomando-os como assuntos das nossas falas” (ILARI, 2009, p. 177). Os referentes, nesse jogo discursivo, desempenham papéis temáticos que “são distintos das funções gramaticais de sujeito, objeto e adjunto” (ILARI, 2009, p. 132). Vejamos o esquema a seguir, apresentado na figura 2.

Figura 2: Os papéis temáticos numa perspectiva semântica.



Fonte: Aquino (2015, p. 67).

Esse esquema põe em questão a referenciação na atividade de linguagem. Por meio da referenciação, o locutor constrói os objetos de discurso, ou referentes, os quais, pela ação visada do locutor, assumem papéis temáticos³, isto é, funções semânticas. É também por meio da referenciação que o interlocutor vai interpretar os objetos de discurso, reconstruindo os sentidos a partir dos papéis temáticos que esses objetos assumem na ação de linguagem.

No que diz respeito à capa de revista, conforme defende Aquino (2015), este é um gênero produzido pela relação de múltiplas semioses que se unem com vista a compor uma imagem única, capaz de falar ao leitor, uma vez que é este que define uma revista (SCALZO, 2011), bem como é para ele que os enunciados são direcionados. Por consequência disso, os assuntos tratados e representados na capa de revista têm por intenção persuadir o leitor e fazer com que ele adquira a revista. Esse destaque feito tem por intenção revelar a importância do gênero de discurso para a análise textual-discursiva, principalmente pelo fato de que é no gênero que se materializam os efeitos das escolhas linguísticas e discursivas, nas quais o analista se ampara para interpretar o texto.

Estabelecida, portanto, a fundamentação teórica que orienta o presente estudo, passamos às definições metodológicas que conduzem o trabalho.

Aspectos metodológicos

Na trilha dos estudos que visam a descrever e a interpretar as unidades linguísticas, textuais e discursivas que estão em jogo na composição de ações de linguagem e, por conseguinte, permitem a manifestação de sentidos, realizamos uma pesquisa que toma a abordagem qualitativa como fundamento metodológico principal.

³ A noção de papéis temáticos apresentada nesse trabalho se ancora em Ilari (2009).

Em complemento a essa abordagem, adotamos também a abordagem quantitativa de pesquisa, uma vez que ela nos serviu para demonstrar a ocorrência da referenciação que constitui Rds de Lula nas capas da revista *Época*.

Ao considerarmos o corpus que será analisado, bem como os princípios teóricos que norteiam a pesquisa, assumimos que nosso trabalho opera com dois métodos que se imbricam para a realização desse fazer acadêmico, a saber, a dedução e a indução. Desse modo, propomos como método de pesquisa a dedução-indução, uma vez que este se revela como o método mais adequado para alcançar o nosso objetivo de pesquisa. De modo sucinto, permite-nos dizer que as capas de revista possibilitam a construção e reconstrução de representações discursivas (dedução) e que, para chegarmos a um posicionamento acerca de quais representações ali existem, precisamos observar o objeto de estudo – as capas de revistas – e, a partir dos resultados encontrados, apresentar as conclusões (indução), ou seja, compreender as representações discursivas que a revista construiu de Lula por meio do gênero de discurso capa de revista.

Quanto à técnica de pesquisa, ao invés de adotarmos uma técnica predefinida pelos manuais de metodologia científica, seguimos os postulados teórico-metodológicos da ATD, isto é, realizamos uma análise descritiva e interpretativa dos dados. Em um primeiro momento, tabulamos os dados, a fim de termos uma descrição do corpus. Em um segundo momento, com base nos dados tabulados, damos início às interpretações do fenômeno da representação discursiva construída pela revista acerca do tema tratado em suas capas, ou seja, as Rds de Lula.

Diante disso, após essa apresentação/discussão dos aspectos teórico-metodológicos que orientam a pesquisa, apresentamos o *corpus* analisado, ou seja, o nosso objeto de estudo, a partir do qual faremos a análise dos dados.

O *corpus* é constituído por dezessete capas da revista *Época*. Estas datam desde a candidatura em que Lula foi eleito o Presidente do Brasil, no ano de 2002, ao último ano de mandato após a reeleição em 2006, no ano de 2010, ou seja, um período de nove anos.

Quando tratamos da capa, de um modo geral, usamos um código constituído pelas duas letras iniciais do nome da revista *Época* (Ep), seguido do número da edição, por exemplo: Edição 205 da revista *Época* (código: EP205).

Nossa análise considera os dois elementos verbais mais fortes do gênero de discurso capa de revista, a saber: a chamada principal e o seu subtítulo. Assim, para efeito de orientação de análise, utilizamos o recurso do sublinhado para identificar o elemento de referenciação presente no enunciado.

Além disso, identificamos os enunciados com um código que considera os elementos composicionais da capa de revista selecionados para análise, a saber: para a chamada principal, utilizamos a sigla CP + código da revista; para os subtítulos, usamos a sigla SUB + código da revista. Vejamos:

Quadro 1 – Códigos utilizados para a análise dos enunciados das capas

Elemento composicional da capa de revista (sigla)	Código da revista	Código para análise dos enunciados
Chamada principal (CP)	Ep205	CPEp205
Subtítulo (SUB)		SUBEp205

Fonte: Autoria própria.

Ressaltamos que, embora nosso foco recaia sobre os enunciados linguisticamente materializados na capa de revista, quando necessário à interpretação, recorreremos à análise conjunta do elemento visual que a compõe, haja vista defendermos que a Rd na capa de revista é construída pela relação verbo-visual que compõe o gênero (AQUINO, 2015).

Para analisar as Rds de Lula, percorremos o seguinte caminho:

1. Buscamos observar as marcas linguísticas utilizadas nas capas de revista para referenciar o objeto de discurso Lula;
2. A partir das marcas de referência evidenciadas, interpretamos o sentido que elas assumem no contexto imediato, buscando, posteriormente, estabelecer as relações contextuais que manifestam os sentidos no texto;
3. Em seguida, observamos os modificadores que acompanham o objeto de discurso, uma vez que eles possibilitam atribuir efeitos de sentido para, assim, reconstruir as qualificações dadas ao tema tratado e que, por conseguinte, são basilares para compreendermos como a revista constrói as Rds de Lula.

Análise das Rds discursivas de Lula em capas da revista *Época*: referência e seus modificadores

Para a análise das Rds de Lula, partimos do princípio de que a revista *Época*, na qualidade de locutor, emite o seu ponto de vista, responsabilizando-se pelos dizeres que estão textualmente materializados nos enunciados que compõem o gênero de discurso *capa de revista*, ou seja, é esse ponto de vista que trará o conteúdo referencial sobre o qual é possível reconstruir, a partir do texto, as Rds de Lula (AQUINO, 2015).

No texto das capas da revista *Época*, Lula é apresentado referencialmente por meio de nominalizações como *Lula*, *Lula da Silva* e *Presidente*, conforme é possível visualizar no quadro 02, em que apresentamos os dados no que diz respeito às referências, ao número de

ocorrências, aos modificadores das referências e às recategorizações do referente no *corpus* analisado e que auxiliam na reconstrução das Rds de Lula construídas pela revista *Época*.

Quadro 2 – Referências do tema Lula nas capas da revista *Época*

Referência (categorização)	Número de ocorrências	Modificadores da referência	Recategorização
Lula	16	Presidente? ⁴ ; x Serra; quase lá; presidente!; sem rodeios; desanimado.	Governo do PT; Luiz Inácio Lula da Silva; o 36º presidente da República; candidato; um sonho popular; uma nova esperança nas ruas; mudança na história; presidente; o presidente; o grande favorito para a eleição presidencial; presidente; sombra.
Presidente	01	-	-
Lula da Silva	01	-	Irmão; primo; sobrinho; parente.

Fonte: Autoria própria.

Como podemos notar, as três categorizações do tema tratado são por nominalização, corroborando o que preconiza Koch (2009), para quem é esta a forma linguística mais comum de se marcar os objetos de discurso no texto. Em se tratando da categorização do tema como *Lula*, a mais recorrente no *corpus*, ressaltamos que, das dezesseis ocorrências, quatorze aparecem ocupando a função de sujeito das proposições e, nas demais, a categorização *Lula* aparece como complemento⁵ da proposição. Vejamos os casos em que Lula é referenciado na função de sujeito:

Quadro 3 – Referências de Lula na função de sujeito das proposições-enunciados

Exemplo	Enunciados	Código
Exemplo 1	<u>Lula</u> presidente?	CPEp205
Exemplo 2	<u>Lula</u> x Serra	CPEp229
Exemplo 3	<u>Lula</u> prepara uma frente dos adversários do governo	SUBEp229
Exemplo 4	<u>Lula</u> quase lá	CPEp231
Exemplo 5	<u>Lula</u> presidente!	SUBEp500
Exemplo 6	<u>Lula</u> um sonho popular	CPEp233
Exemplo 7	<u>Lula</u> toma posse e o povo se aproxima do poder	SUBEp242
Exemplo 8	<u>Lula</u> sem rodeios	CPEp330
Exemplo 9	Os piores dias de <u>Lula</u>	SUBEp369
Exemplo 10	Como entender a espetacular mudança de cenário que vai tornando <u>Lula</u> , contra todos os prognósticos, o grande favorito para a eleição presidencial	SUBEp404
Exemplo 11	Na campanha de 2002, as promessas de <u>Lula</u> passaram de 700. <i>ÉPOCA</i> investigou o resultado de cada uma delas	SUBEp433
Exemplo 12	Por dentro da histórica derrota de <u>Lula</u>	SUBEp500

⁴ Para efeito de análise, será mantida a pontuação quando esta for necessária à interpretação dos sentidos do texto.

⁵ Entendemos complemento na perspectiva de Castilho (2010), para o qual os objetos direto, indireto e oblíquo exercem funções centrais na sentença, uma vez que são argumentos selecionados pelo verbo, assim como o sujeito.

Exemplo 13	Quem perde Lula , Mantega, Serra, Aécio – e a ganância pública	SUBEp500
Exemplo 14	Depois de Lula	

Fonte: Autoria própria.

Mesmo aparecendo na função de sujeito das proposições-enunciado, apenas nos exemplos 3, 7 e 11, o participante *Lula* é colocado como o praticante da ação, isto é, nesses exemplos, o tema tratado assume o papel temático de *agente*. Entretanto, devemos ressaltar que os pontos de vistas instituídos nos enunciados são de responsabilidade do locutor, ou seja, da revista, uma vez que ela assume a responsabilidade pelo conteúdo atribuído ao participante categorizado no enunciado.

Outro papel semântico é desempenhado pelo referente Lula ao observarmos os exemplos 10, 12 e 13. Neles, o objeto de discurso assume o papel de *beneficiário* da ação, haja vista a ação de “tornar” a apontar um ganho positivo para o referente no que concerne à sua reeleição, o processo “derrota” indica uma perda sofrida negativamente pelo referente, o que é complementado com o processo “perder”, que coloca Lula como um dos prejudicados em não poder gastar o dinheiro público. Vale ressaltar que há uma complementaridade entre os processos *derrota* e *perder*, uma vez que ambos fazem parte de enunciados que compõem o texto da mesma capa de revista.

Nos demais casos (exemplos 1, 2, 4, 5, 6, 8, 9 e 14), pela ausência de processos, temos proposições-enunciado nominais. Desse modo, não é possível observar um papel temático, uma vez que, para observarmos o papel desempenhado pelo referente, faz-se necessária a presença do processo. Importante destacar que é nas proposições-enunciado de caráter nominal que os modificadores agem, construindo a Rd de Lula como possível presidente (“presidente?”), um indivíduo que está na disputa presidencial (“x Serra”), com chances de chegar à presidência da República (“quase lá”), eleito (“presidente!”) e objetivo (“sem rodeios”). Esses modificadores revelam atributos e qualificações ao tema tratado, fazendo-nos compreender como a revista enxerga a figura de Lula como candidato e presidente eleito.

As proposições-enunciado que categorizam Lula na função de complemento são:

Quadro 4 – Referenciações de Lula na função de complemento as proposições-enunciados

Exemplo	Enunciados	Código
Exemplo 15	Pesquisa aponta que 1/3 dos eleitores preferem a sigla de Lula	SUBEp291
Exemplo 16	Dinheiro de Marcos Valério foi usado na campanha de Lula	SUBEp337
Exemplo 17	O impacto do caso Palocci sobre Lula	SUBEp232

Fonte: Autoria própria.

Ao assumir a função de complemento, o referente é colocado em dois papéis temáticos: o de beneficiário (exemplos 15 e 16) e o de alvo (exemplo 17). Logo, o objeto de discurso não é mais aquele que pratica a ação, mas aquele que de alguma maneira foi favorecido co(n)textualmente. No exemplo 17, o adjetivo “impacto” exerce uma força verbal que coloca o referente Lula como afetado por um acontecimento ocorrido com um de seus correligionários.

Todos esses papéis temáticos, quer das proposições-enunciado em que Lula aparece como sujeito, quer daquelas em que ele figura como complemento, são extremamente relevantes para a construção da Rd de Lula nas capas de *Época*, haja vista ser por meio desses papéis que compreendemos como a revista trata o tema em foco. Nesse sentido, podemos dizer que *Época* constrói a Rd de Lula como um indivíduo de atitude, mas que é afetado por acontecimentos ao seu redor, os quais são colocados pela revista ora como beneficiadores, ora como prejudiciais ao objeto de discurso Lula.

Além dos papéis temáticos e dos modificadores que definem o objeto de discurso, a revista *Época* utiliza recategorizações para se referir a Lula. Essas recategorizações fornecem novas denominações ao referente e, conseqüentemente, novas nuances para a construção da Rd do tema tratado. Observemos a seguir as proposições-enunciado em que ocorre a recategorização do objeto de discurso⁶:

Quadro 5 – Recategorizações do referente categorizado como Lula

Exemplo	Enunciados	Código
Exemplo 18	As forças e fraquezas de um governo do PT	SUBEp205
Exemplo 19	Serra pode até crescer mas se as pesquisas estão corretas, no dia 27 Luiz Inácio Lula da Silva se torna o 36º presidente da República	SUBEp231
Exemplo 20	A vitória do candidato que pedia mudanças	SUBEp232
Exemplo 21	O país não mudou. Mas há uma nova esperança nas ruas	SUBEp233
Exemplo 22	Em entrevista à <i>Época</i> , o presidente diz que é preciso ter cautela para que o Brasil cresça por mais dez anos: “Não há mais espaço para espetáculo”	SUBEp330
Exemplo 23	<i>Desanimado</i> , o presidente prevê meses de crise e admite desistir da reeleição	SUBEp369
Exemplo 24	Como entender a espetacular mudança de cenário que vai tornando Lula, contra todos os prognósticos, o grande favorito para a eleição presidencial	SUBEp404
Exemplo 25	O legado do presidente e sua sombra sobre o futuro governo	SUBEp646

Fonte: Autoria própria.

Conforme ressaltam Koch (2009), Cavalcante (2011) e Neves (2011), as recategorizações servem para dar continuidade, retomando o referente por meio de denominações que vão construindo uma rede referencial ao longo texto. Em nosso *corpus*, a

⁶ Quando houver modificadores do referente, usaremos o destaque em *itálico*.

revista *Época* apresentou recategorizações apenas nos subtítulos, o que, a nosso ver, revela a continuidade textual entre a imagem principal, a chamada principal e os subtítulos que as seguem.

Ao recategorizar Lula como *governo do PT* (exemplo 18), a revista situa o participante como parte de um grupo que pode chegar ao poder, ou seja, à presidência da República. Não obstante, associada a essa recategorização, são dispostos no cotexto precedente dois adjetivos que modificam a recategorização (“forças” e “fraquezas”), apontando que Lula, na condição de governante e membro de partido político, apresenta pontos fortes e fracos para gerenciar a nação brasileira.

Ainda tratando Lula como um possível presidente a ser eleito (exemplo 19), *Época* enuncia, por meio de uma recategorização, o nome completo do candidato *Luiz Inácio Lula da Silva*, dando visibilidade ao referente para, posteriormente, recategorizá-lo mais uma vez com o prognóstico de que ele poderá se tornar “*o 36º presidente da República*”, haja vista as pesquisas estarem, na ocasião, colocando-o a frente do candidato da oposição José Serra.

As demais recategorizações construídas por *Época* vão contextualizando os estados de Lula no cenário político. Primeiro, ele é colocado como *candidato* eleito (exemplo 20), que deseja mudanças para o país, o que nos faz compreender a recategorização utilizada, “*uma nova esperança nas ruas*” (exemplo 21), como algo desejado pelo povo que também anseia por mudanças.

No exemplo 22, a recategorização “o presidente” coloca Lula literalmente na posição política que ele ocupa, ao passo que, no exemplo 23, a mesma recategorização é modificada pelo adjetivo “desanimado”. Ao usar o adjetivo, a revista expressa o estado de espírito do presidente com relação a uma possível crise nacional.

As outras duas recategorizações, por sua vez, colocam Lula em momentos de transição, isto é, do primeiro mandato para a tentativa de reeleição (*o grande favorito para a eleição presidencial*) – exemplo 24 –, sinalizando a possível vitória de Lula no pleito; e do final de seu segundo mandato à passagem da faixa presidencial. Neste segundo momento, Lula é recategorizado por dois substantivos: *presidente* e *sombra* (exemplo 25). Todavia, quando do uso do vocábulo *sombra* como recategorização, a revista passa a ideia de que Lula figurará como um pano de fundo no novo governo, podendo até mesmo influenciar nas tomadas de decisões do presidente que o suceder. A revista, pelo uso da imagem, potencializa a construção da Rd de Lula como uma sombra ao trazer, em sua capa, apenas a silhueta da face e das mãos de Lula definidas por uma luz branca sob um fundo escuro como uma sombra. Observemos essa orquestração de sentidos na figura a seguir:

Figura 3 – Recategorização de Lula como “sombra” pela imagem principal



Fonte: Revista *Época*, edição 646.

Desse modo, as recategorizações complementam os sentidos da categorização *Lula* à medida em que a revista vai construindo a Rd do ex-presidente como um candidato que chegou à presidência, desejado pelo povo como um sonho de mudança e que, por seu primeiro mandato ter sido bem-sucedido, é o favorito e volta a se reeleger. Em sequência, a revista enuncia que, ao sair de seu segundo mandato com conquistas que ficam na história, sinaliza a possibilidade de Lula permanecer indiretamente na presidência, ficando como uma sombra sobre o governo que o sucederá.

Além da categorização de *Lula* como referente, outras duas categorizações foram utilizadas pela revista para construir a Rd de Lula enquanto objeto de discurso, a saber: *presidente* e *Lula da Silva*. Cada uma dessas categorizações teve apenas uma ocorrência no *corpus*. A seguir, discutimo-las, começando pela categorização de *presidente*.

Quadro 6 – Recategorizações do referente categorizado na imagem principal

Exemplo	Enunciados	Código
Exemplo 26	Presidente reage e testa sua candidatura à reeleição	SUBEp377

Fonte: Autoria própria.

Como vimos, em alguns casos, o substantivo *presidente* ocupou a função de modificador e recategorizador do referente *Lula*. Nos casos dos modificadores, a revista utilizou a palavra *presidente* associada a uma pontuação específica – *Lula presidente?* (interrogação), *Lula presidente!* (exclamação) –, gerando um efeito de atributo ao referente. No caso das

recategorizações, o substantivo “presidente” foi utilizado após ser referido o objeto de discurso como forma de retomada e manutenção do objeto no discurso.

No exemplo 26, o vocábulo *presidente* não está associado a uma forma linguística anterior do texto. A sua recategorização dá-se em virtude da imagem principal dada no topo da capa da revista, vejamos:

Figura 4 – Capa de *Época* com a categorização de Lula como “Presidente”



Fonte: Revista *Época*, edição 377.

A categorização do tema Lula como *presidente* aparece no subtítulo que está diretamente relacionado à chamada principal e à imagem principal. Semanticamente, *presidente* assume o papel temático de *agente* da proposição-enunciado, uma vez que demonstra ação desempenhada pelo participante (presidente) frente à crise que se apresenta no cenário político. A ação desempenhada pelo participante diz respeito ao fato de Lula, mesmo em um momento de crise, o que poderia ser prejudicial a sua campanha à reeleição, não desistir e colocar seu nome à prova na candidatura à presidência na eleição do ano de 2006. Desse modo, a revista constrói a Rd de Lula como um político reagente e que não teme a derrota.

Quadro 7 – Categorização do referente como Lula da Silva

Exemplo	Enunciados	Código
Exemplo 27	Lula da Silva uma família com cara de Brasil	CPEp284

Fonte: Autoria própria.

Já a categorização do objeto de discurso como *Lula da Silva* ocorre em uma capa de revista que exige do leitor uma leitura verbo-visual para compreender o sentido desejado pela revista. Observemos a capa a seguir:

Figura 5 – Capa de *Época* com a categorização de Lula como “Lula da Silva”



Fonte: Revista *Época*, edição 284.

A análise dessa capa nos permite afirmar que *Época*, ao categorizar Lula como *Lula da Silva*, busca materializar a dimensão familiar, popular e nacional do então presidente por meio do sobrenome “Silva”. Essa constatação dá-se pela sequência descritiva que se segue na chamada principal “... uma família com a cara de Brasil”.

Em uma análise verbo-visual, vemos que a revista se utiliza da cor vermelha para construir uma recategorização do tema tratado, a saber: *Lula Brasil*, já que estas duas palavras (Lula e Brasil) se conectam pelo destaque no tamanho da fonte e da cor vermelha que faz remissão à cor do partido de Lula, o PT. Além disso, às margens da chamada principal, é apresentado um conjunto de fotos e enunciados que sugerem outras recategorizações do referente *Lula da Silva*, tais como irmão, amigo, parente, primo e sobrinho. Vejamos no quadro 08 os subtítulos que acompanham essas fotos e os elementos que possibilitam a compreensão dessas recategorizações.

Quadro 8 – Recategorizações do referente Lula da Silva

Exemplo	Enunciados	Recategorização de Lula da Silva	Código
Exemplo 28	<u>Casal Demarchi</u> : feriado na alvorada	Amigo	SUBEp284
Exemplo 29	<u>Irmãos</u> : Vavá, Jaime e Frei Chico	Irmão	SUBEp284

Exemplo 30	Ruth: a irmã merendeira		SUBEp284
Exemplo 31	Jaime: o irmão metalúrgico		SUBEp284
Exemplo 32	Tia Maria , de Venturosa	Sobrinho	SUBEp284
Exemplo 33	Dudinha: primo de Garanhuns	Primo	SUBEp284
Exemplo 34	Antonio, primo de Caetés		SUBEp284
Exemplo 35	Prima Maria e Sebastião , inscritos no Fome Zero	Parente	SUBEp284

Fonte: Dados da pesquisa.

As recategorizações evidenciadas por meio dos enunciados estão inscritas no discurso familiar, o qual possibilita, co(n)textualmente, inferirmos que a revista dimensiona Lula como um representante do povo brasileiro.

Considerações finais

Após a realização da análise, percebemos que os elementos linguísticos utilizados na produção do texto das capas de revistas revelam diferentes Rds de Lula. Esses elementos, ao serem interpretados com base na referenciação e seus modificadores, demonstraram que as revistas fazem escolhas do repertório linguístico para construir as proposições-enunciados que são expressas nas chamadas principais e nos subtítulos e que possibilitam a reconstrução das Rds manifestadas pela revista *Época*. Em síntese, a referenciação se dá por meio de nomes próprios e substantivos ou expressões substantivas (sintagmas nominais) e os modificadores dos referentes se apresentaram por meio de adjetivos, substantivos com função de adjetivo e locuções adjetivas.

Por intermédio desses elementos escolhidos pelas revistas para compor o texto e as proposições-enunciados presentes nas capas de revista é que pudemos realizar a reconstrução das Rds de Lula. Todavia, os sentidos evocados por esses recursos só foram passíveis de serem recuperados pela ativação dos pré-construídos, isto é, dos conhecimentos linguísticos, enciclopédicos e compartilhados entre a revista e o interpretante.

Munidos, portanto, dessas condições, a análise descritiva e interpretativa nos permite afirmar que a revista *Época* constrói Rds do tema “Lula” referenciando esse objeto de discurso como um candidato que chega à presidência da República e que enfrenta problemas relacionados à sua carreira política. Além disso, o tema tratado é representado como um homem de família que representa a nação brasileira e o sonho que esta nação tem de mudança.

Em conclusão, no nível textual, as proposições-enunciado que compõem o gênero de discurso *capa de revista* são curtas e agem de forma reticular, intercambiando sentidos entre imagem e texto que contribuem para a interpretação das Rds. Por outro lado, para que os sentidos sejam validados, devemos recorrer às condições de produção, recepção e circulação

do texto para que as interpretações adquiram consistência e estejam em consonância com a intenção do locutor, no caso, da revista *Época*. Caso contrário, o empreendimento realizado pela interpretação pode atribuir sentidos não permitidos pelo texto.

Referências

ADAM, J.-M. **A linguística textual**: uma introdução à análise textual dos discursos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

AQUINO, L. D. **Representações discursivas de Lula nas capas das revistas *Época* e *Veja***. 2015. 230 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

BRAIT, B. Práticas discursivas e a esfera publicitária. In: MICHELETTI, G. (Org.). **Enunciação e gêneros discursivos**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 15-27.

CASTILHO, A. T. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CAVALCANTE, M. M. **Referenciação**: sobre coisas ditas e não ditas. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

CAVALCANTE, M. M. *et al.* Coerência e referenciação. In: MARQUESI, S. C.; PAULIUKONIS, A. L.; ELIAS, V. M. **Linguística textual e ensino**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 91-107.

ILARI, R. **Introdução à semântica**: brincando com a gramática. São Paulo: Contexto, 2009.

KOCH, I. G. V. Linguagem e cognição: a construção e reconstrução de objetos-de-discurso. **Revista de Estudos Linguísticos Veredas**, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, p. 29-42, 2002. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/cap022.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2014.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KOCH, I. G. V. **Introdução à linguística textual**: trajetória e grandes temas. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. (Coleção Linguagem)

MARCUSCHI, L. A. **Linguística de texto**: o que é e como se faz?. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009 [1983]. (Coleção Luiz Antonio Marcuschi)

NEVES, M. H. M. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2011.

PASSEGGI, L. *et al.* As representações discursivas na pesquisa autobiográfica: uma metodologia de análise semântica. In: ABRAHÃO, M. H. M. B.; PASSEGGI, M. C. (Orgs.). **Dimensões epistemológicas e metodológicas da pesquisa (auto)biográfica**: tomo I. Natal: EDUFRN; Porto Alegre: EDIPURCS; Salvador: EDUNEB, 2012. p. 231-252.

QUEIROZ, M. E. **Representações discursivas no discurso político. “não me fiz sigla e legenda por acaso”**: o discurso de renúncia do senador Antonio Carlos Magalhães

(30/05/2001). 2013. 187 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

RODRIGUES, M. G. S.; PASSEGGI, L.; SILVA NETO, J. G. “Voltarei. O povo me absolverá...”: a construção de um discurso político de renúncia. *In*: ADAM, J.-M. et al. **Análises textuais e discursivas: metodologia e aplicações**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 150-195.

RODRIGUES, M. G. S. et al. A carta-testamento de Getúlio Vargas (1882-1954): genericidade e organização textual no discurso político. **Filologia e linguística portuguesa**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 224-232, 2012.

SCALZO, M. **Jornalismo de revista**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Contexto, 2011.

Sobre os autores

Lucélio Dantas de Aquino (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-6203-8379>)

Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); especialista em Tecnologias Educacionais pela UFRN; licenciado em Letras - Habilitação em Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas pela UERN. É professor na UFRN, atuando no Instituto Metrópole Digital, no Programa de Mestrado Profissional em Letras e no Programa de Pós-Graduação em Inovação em Tecnologias Educacionais.

Alexandro Teixeira Gomes (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-4612-0361>)

Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com doutorado sanduíche na Universidade de Barcelona-Espanha; mestre em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e licenciado em Letras Português/Espanhol e Literaturas pela UFC. É professor na UFRN, atuando na Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó, no Programa de Mestrado Profissional em Letras e no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem.

Recebido em junho de 2021.

Aprovado em julho de 2021.

A organização tópica no gênero artigo de opinião

Topic organization in opinion article genre

Cleide Vilanova Hanisch¹

Resumo: Inserido no quadro teórico-metodológico da Gramática Textual-Interativa (JUBRAN, 2015), este artigo trata do reconhecimento de uma unidade da língua fundamentalmente sistemática no âmbito da organização do texto. Para tal, investiga a Organização Tópica em artigos de opinião publicados em jornais, com o objetivo de avaliar se, nesse gênero, a organização intertópica e a organização intratópica, caracterizam-se como um processo regular, ou se é um processo fundamentalmente inconstante. A metodologia adotada segue o método da análise tópica, que presume a análise textual com base na categoria do tópico discursivo e demonstra que tanto no domínio da organização intertópica quanto no contexto da organização intratópica, os artigos de opinião, particularizam-se pela presença de traços altamente regulares passíveis de serem descritos em termos de organização tópica. Esses traços de regularidades permitem sustentar que o texto é fundado em propriedades constitutivas próprias.

Palavras-chave: Organização Tópica. Tópico discursivo. Gênero Artigo de Opinião.

Abstract: Considering the theoretical and methodological framework of Textual-Interactive Grammar (JUBRAN, 2015), this study encompasses the attesting of a language unity designed into the extent of textual organization. Thus, this study Topic Organization focuses on opinion articles published in newspapers, aiming to demonstrate if in this genre, the intertopic and intratopic organization are composed as a regular process or if it is essentially a process of inconstant. The methodology applied follows the topic analysis in which consider a textual analysis based on the category of discursive topic, and demonstrates that an intertopic organization dimension and an intratopic organization context of the opinion articles are particularly characterized with high traces of irregularities from the descriptions in terms of topic organization. These traces of irregularities enable support that the text is composed with particular properties.

Keywords: Topic Organization. Discursive Topic. Opinion Article Genre.

Introdução

Neste artigo apresentamos e discutimos os resultados de uma pesquisa realizada com o processo de construção textual – Organização tópica – em *artigos de opinião* publicados em jornais. Procuramos demonstrar, aqui, a sistematicidade desse processo de construção textual em seus dois níveis de funcionamento, isto é, a organização intertópica e a intratópica nos artigos analisados.

¹ Universidade Federal do Acre, Centro de Educação e Letras, Cruzeiro do Sul, Acre, Brasil. Endereço eletrônico: cleide.hanisch@ufac.br.

A adoção da organização tópica como unidade de análise funda-se em estudos desenvolvidos por vários pesquisadores no interior da Gramática Textual-Interativa (GTI, daqui em diante), uma vertente mais atual da Linguística Textual, os quais vem demonstrando a existência de uma unidade linguística no âmbito da organização textual, baseada em particularidades específicas de organização, que se diferem, por exemplo, daquelas manifestadas no nível da frase.

No que tange à organização intertópica, os estudos da GTI assumem que cada gênero pode diferenciar-se ou aproximar-se de outros em relação aos seguintes aspectos: predominância de unicidade intertópica (cada texto de um gênero é composto por apenas um tópico) ou de complexidade intertópica (cada texto constitui-se de mais de um tópico); grau predominante de complexidade hierárquica (representado pela quantidade de Subtópicos mínimos e de Quadros Tópicos em cada texto); tipo predominante de linearização entre os SegTs mínimos do texto.

Em relação à organização intratópica, admite-se que as particularidades de um gênero são demonstradas no modo como os Segmentos Tópicos Mínimos (SegTs mínimos) são estruturados, internamente, com base na combinação entre grupos de enunciados. Nessa direção, Penhavel (2010) constata que no caso, por exemplo, de relatos de opinião, material representativo de gêneros fundamentalmente argumentativos² (como editoriais e artigos de opinião), os falantes estruturam os SegTs mínimos com base em uma alternância sistemática entre grupos de enunciados que constroem referências centrais e grupos de enunciados que constroem referências subsidiárias em relação à ideia central do SegT.

O presente estudo insere-se, exatamente, nesse contexto de comprovação da regularidade da organização textual, apresentando uma análise dos dois níveis de funcionamento da Organização Tópica, processo central de construção do texto reconhecido pela GTI, a fim de verificar, a título de exemplo, se essa organização nos mais variados gêneros, seria, com efeito, um processo sistemático, o que demonstraria, por sua vez, que o texto é uma atividade essencialmente estruturada e, como tal, apresenta regularidades específicas de organização.

² A título de esclarecimento, cabe aqui assinalar que reconhecemos o caráter argumentativo da linguagem, o qual se materializa em qualquer gênero textual (CAVALCANTE *et al.*, 2019). Nesse sentido, ao considerarmos o artigo de opinião como um gênero basicamente argumentativo, o concebemos como um gênero primordialmente destinado à função particular de argumentar, ao contrário de outros gêneros que, embora sejam guiados por uma orientação argumentativa, têm outra finalidade primordial ou explícita.

A GTI e o processo de organização tópica

A Perspectiva Textual-Interativa ou Gramática Textual-Interativa como uma proposta teórico-metodológica para a análise textual, surgiu a partir de estudos sobre o texto falado no contexto *Projeto de Gramática do Português Falado* desenvolvidos por um grupo de pesquisadores coordenados por Ingedore Grunfeld Villaça Koch, sistematizada particularmente em Jubran (2007, 2015a). No âmbito do projeto, esses pesquisadores enfrentaram o desafio de elaborar uma proposta de referência teórico-metodológica para o estudo dos processos de construção do texto, que assume o texto como objeto de estudo.

Sendo, assim, a GTI emerge como uma proposta de abordagem do texto, visto no seu processo de interlocução como o lugar onde é possível identificar regularidades de processamento de estruturas. Nesse contexto, essa perspectiva tem o papel de descrever o caráter sistemático dos procedimentos de construção textual, “aferido pela recorrência desses procedimentos em contextos definidos, pelas marcas formais que os caracterizam e pelo preenchimento de funções textual-interativas proeminentes que os especificam” (JUBRAN, 2007, p. 316). É, nesse sentido, que neste trabalho, assumimos que a identificação de regularidades no processo Organização Tópica em um gênero particular oferece subsídios não apenas para a validação da GTI como gramática do texto, mas, em especial, para a descrição textual-interativa do gênero *artigo de opinião*.

A base da proposta teórica sobre a qual essa perspectiva está assentada diz respeito à concepção de língua como forma de interação social, isto é, atividade verbal com a qual pelo menos dois interlocutores agem e expressam suas intenções com ações adequadas aos propósitos em cada intercâmbio comunicativo. No âmbito dessa concepção de língua, a GTI estabelece alguns princípios que orientam os estudos.

O primeiro princípio teórico-metodológico é o de que “os fatos nela considerados têm propriedades e funções definidas no uso, nas situações concretas de interlocução, envolvendo as circunstâncias enunciativas” (JUBRAN, 2007, p. 315). Pode-se dizer que esse princípio prevê, entre outras consequências, que a análise completa dos processos de construção textual depende de estes serem situados no contexto específico em que são utilizados.

Com base nesse primeiro princípio e na concepção de língua adotada, a GTI vem postulando que os processos de construção textual, em grande parte, são definidos pela função sociocomunicativa do gênero em que se manifestam, ou seja, estão relacionados às finalidades do gênero, tendo em vista que estes amalgamam ações particulares empreendidas por meio de textos. Daí o delineamento do presente estudo a um gênero particular, nesse caso, o *artigo de opinião*.

O segundo princípio central da GTI, decorrente do primeiro, diz respeito ao entendimento de que os fatores interacionais são constitutivos do texto e inerentes à expressão linguística. Ou seja, postula-se que os dados pragmático-situacionais se introjetam no texto, de modo que o interacional é intrínseco ao linguístico. Nessa direção, considera-se que “as circunstâncias enunciativas que sustentam a ação verbal se mostram no próprio texto, por meio das escolhas comunicativamente adequadas à situação interativa” (JUBRAN, 2007, p. 317).

Dessa forma, como explica a autora, os elementos pragmáticos são vistos como fatores imanescentes da construção do texto e de sua análise. Esses fatores, continua a autora, ao manifestarem na superfície do texto as condições enunciativas, revelam regularidades do processamento textual pelos interlocutores e, assim, sustentam a admissão e a identificação de sistematicidade no processo de construção textual. É, nesse sentido, que esse princípio desempenha um papel primordial na GTI e, inclusive, no presente estudo, na medida em que fundamenta nossa premissa de que seria possível identificar regularidades no processo de organização tópica, no âmbito de um gênero textual particular.

À luz dos pressupostos teórico-metodológicos acima descritos, a GTI estabelece-se como uma abordagem que toma o texto como objeto de estudo, a fim de investigar o processo de Organização Tópica, de modo particular, além de outros processos, tais como *Repetição*, *Correção*, *Parafraseamento*, *Parentetização*, *Tematização/Rematização* e *Referenciação*, assim como, os mecanismos encarregados de gerenciar o funcionamento desses processos, os chamados *marcadores discursivos*.

Considerando que o objeto de investigação neste trabalho é o processo central de construção textual – Organização Tópica – na discussão esboçada na seção, a seguir, enfocamos tal processo.

Princípio central de construção do texto: a organização tópica

Os estudos desenvolvidos no âmbito da GTI têm demonstrado a Organização Tópica como processo fulcral na organização do texto – fio unificador e estruturador que perpassa todo o texto e, por isso, está presente em qualquer texto, ou seja, mostra-se “como um princípio organizador do discurso, que apresenta, no plano de sua realização, uma estrutura passível de ser identificada e descrita” (JUBRAN, 1993, p. 64).

Esse processo funda-se na organização do texto por meio da construção e articulação linear e hierárquica de grupos de enunciados formulados por interlocutores a respeito de um conjunto de referentes, concernentes entre si e em relevância num determinado ponto do texto (cf. JUBRAN, 2015b; PINHEIRO, 2005).

Conforme realçamos, tal processo apresenta dois níveis de funcionamento – o intertópico e o intratópico. O processo *intertópico* compreende a divisão do texto em tópicos e subtópicos, de acordo com a sua estruturação temática, isto é, trata da divisão do texto em partes e subpartes, as quais são denominadas de *Segmentos Tópicos* (SegTs), sendo as menores subpartes chamadas de *SegTs mínimos*³. Assim, pode-se dizer que a organização intertópica abrange a articulação entre SegTs mínimos.

O processo de Organização Tópica como um todo e, principalmente, a organização intertópica define-se por duas propriedades particularizadoras: a *centração* e a *organicidade*.

A *centração* consiste no inter-relacionamento de enunciados de um segmento textual cujos referentes mantêm entre si uma relação de interdependência semântico-pragmática, que assegura a convergência dos enunciados para um assunto proeminente, ou seja, para um eixo temático. Essa propriedade, segundo Jubran (2015b), compreende os traços de concernência (relação de interdependência semântica entre os enunciados de um segmento textual, pela qual se dá a integração desses enunciados em um conjunto específico de referentes – objetos-de-discurso); relevância (proeminência desse conjunto, decorrente da posição focal assumida pelos elementos) e pontualização (localização desse conjunto, tido como focal, em determinado momento do texto, considerando a concernência e a relevância de seus elementos interacionalmente instaurado).

A *organicidade* diz respeito às relações de interdependência tópica, isto é, aos desdobramentos de um tópico em subtópicos. Tal propriedade se estabelece em dois planos: a organização hierárquica e linear ou sequencial. A primeira estabelece no texto as relações de dependência de superordenação e subordinação entre tópicos discursivos que se relacionam pelo grau de abrangência do assunto.⁴ Ou seja, essas relações instauram em um texto a possibilidade de divisão do tópico global em tópicos mais específicos, da possibilidade de divisão destes em outros mais específicos ainda, e assim sucessivamente, configurando, pois, níveis de hierarquização na organização tópica (JUBRAN, 2015b).

Desse modo, nesse plano, os tópicos se relacionam como “Supertópicos” (ST) e “Subtópicos” (SbT), na medida em que os STs expressam maior grau de abrangência do assunto em pauta e os SbTs comportam maior grau de particularização do assunto (correspondentes,

³ Pode-se dizer que, os SegTs mínimos, de modo simplificado, são unidades que equivalem a trechos de textos correspondentes, usualmente, a um, dois ou três parágrafos, no caso de um gênero escrito como o artigo de opinião.

⁴ Nos estudos sobre a organização tópica, comumente, o termo “tópico discursivo”, (ou apenas “tópico”) pode ser conceituado como o tema (o assunto) – de um texto ou parte de um texto – interacionalmente produzido pelos interlocutores em um cenário social de construção textual.

então, aos segmentos identificados como SegTs mínimos, também, denominados de SBTs mínimos) também como composito, assim, níveis de hierarquização na estruturação tópica.

A organização sequencial diz respeito às relações que se estabelecem entre os tópicos, no que tange à sua disposição na linha discursiva. O estudo desse processo envolve, particularmente, a análise dos diferentes modos de sequenciamento entre SegTs mínimos, os quais compreendem especialmente as estratégias de (i) continuidade tópica e (ii) descontinuidade tópica – esta última incluindo a as estratégias de ruptura, cisão e expansão tópicas.

A organização intratópica, processo que compõe o segundo nível de funcionamento da organização tópica, concerne ao modo como os SegTs mínimos, isto é, “unidades linguísticas de organização textual” (PENHAVEL; DINIZ, 2014, p. 22), apreendidos na linearidade textual, se estruturam internamente, ou seja, diz respeito à articulação (de grupos) de enunciados no interior dos SegTs mínimos. Consiste, portanto, na combinação potencialmente recursiva entre (grupos de) enunciados dentro do SegT mínimo. Nos estudos conduzidos no âmbito da GTI, os estudos têm demonstrado que a organização intratópica exprime uma estruturação específica de cada gênero ou conjunto de gêneros.

Em estudo específico sobre esse processo, Penhavel (2010) analisou SegTs mínimos de relatos de opinião, extraídos de um banco de dados de entrevistas sociolinguísticas (*corpus* Iboruna – cf. GONÇALVES, 2007). Nesse estudo, o autor constata que, nos relatos de opinião analisados, a estruturação interna de SegTs mínimos se configura como um processo altamente regular. Segundo o autor, os SegTs mínimos investigados são estruturados, em sua grande maioria, com base em um mesmo princípio, que presume a combinação entre grupos de enunciados que constroem referências centrais e grupos que constroem referências subsidiárias relativamente ao tópico do SegT mínimo. Os grupos de referências centrais foram denominados de *Posição* e os grupos subsidiários, de *Suporte*. O autor observa que os grupos de enunciados que funcionam como *posição* ou *suporte* podem também ser estruturados internamente com base na relação *posição-suporte*, desse modo, denominou essa relação como a recursividade do padrão *posição-suporte*.

No exemplo da figura 1 que descrevemos, a seguir, é possível entender como ocorre a relação *posição-suporte*.

Figura 1 – Relação *posição-suporte*

(1)	Bom e isso é uma parte d/ da adolescência, mas é claro que a <u>gente não tem ... só isso</u> claro que <u>tem aquelas pessoas que sabem aproveitar</u> (sabe) aquelas pessoas que tão sempre contando... com a mãe... com o pai com a família... que é/ com o namorado claro mas o namorado também acho que (não) tem que ser tudo na vida a gente tem que... saber ter amigos <u>saber aproveitar...</u>	1
	<u>Ir numa balada não precisa beber tudo que tem na balada...</u> bebe o:: tem/ o:: tanto que você acha que você vai aguentar... o tanto que você acha que vai ser legal para Você se divertir não para você passar mal.../porque <u>o bom de uma balada não é você beber e depois sair vomitando e ficar...</u> né todo mundo lá te olhando feio tal... (inint.) o legal é você beber pra ficar alegre... pra brincar não pra ficar estúpido com ninguém e tal... (PENHAVEL, 2010, p. 62).	2
		3
		4
		5
		6
		7
		8
		9

Fonte: elaborada pela autora (2019).

Penhavel (2010) identifica o tópico do SegT na figura 1 como *Saber aproveitar a adolescência*. Nota-se que o trecho compreendido nas linhas 1-4 expressa esse tópico de modo direto (o que fica mais evidente nas passagens sublinhadas). Já o trecho envolvido nas linhas 5-9, expressa, de forma particular, aspectos característicos desse tópico, na medida em que, nesta segunda parte, a informante especifica o tópico apresentado no primeiro trecho: defende o consumo moderado de bebidas em baladas (vejam-se, sobretudo, as passagens sublinhadas nesse trecho), o qual pode ser entendido como um exemplo de bom aproveitamento da adolescência.

É a relação presumida da variação entre grupos de enunciados que constituem referências centrais e grupos que constituem referências específicas relativas ao tópico do SegT que possibilita assegurar que a organização intratópica desse SegT se funda na relação *posição-suporte*. Assim sendo, os enunciados nas linhas 1-4 se configuram como unidade de *posição* que tratam, de modo mais direto, o tópico do SegT. Já os enunciados expressos nas linhas 5-9 estabelecem a unidade de *suporte* que manifesta aspectos mais particulares desse tópico.

De acordo com Penhavel (2010), a recursividade da relação *posição-suporte* instaura, no interior de um SegT, uma unidade denominada como *domínio de estruturação intratópica*, isto é, uma unidade formada por uma *posição* e seus respectivos *suportes*. Segundo o autor, o SegT como um todo por si próprio se configura como um domínio, visto que sua estruturação interna é fundada nessa relação. Assim, a cada momento que uma unidade de *posição* ou de *suporte* se subdivide, fundada na própria relação de estruturação intratópica, um novo domínio emerge, isto é, é estabelecido. No SegT, em (1), por exemplo, pode ser reconhecida a presença de um domínio (linhas 1-9), estruturado conforme a combinação *posição* (linhas 1-4) - *suporte* (linhas 5-9).

Com base nas propriedades aqui discutidas, focalizaremos os dois níveis de funcionamento da Organização Tópica em *artigos de opinião*, conforme demonstramos a partir da seção seguinte.

A organização tópica em *artigos de opinião*

Nesta seção discutimos os resultados dos dados da nossa pesquisa, avaliando se, nesse gênero, a Organização Tópica, de fato, constitui-se como um processo fundamentalmente sistemático que poderia, portanto, ser caracterizado, com base em seus dois níveis de análise – a organização intertópica e a organização intratópica. Para tal propósito, inicialmente, delineamos brevemente a constituição do *corpus* da pesquisa e os dois passos metodológicos adotados no estudo.

A metodologia adotada segue o método da análise tópica (JUBRAN, 2015b; PENHAVEL, 2010; 2017), cuja análise desenvolvida com base nas propriedades de *centração* e *organicidade*, possibilita a identificação, em qualquer texto, do processo de Organização Tópica. Assim sendo, definimos os dois passos do método de análise.

O primeiro passo de análise orientou-se para o estudo do funcionamento da organização intertópica – divisão do texto em tópicos e SbTs mínimos⁵ – em um texto que circula na sociedade e efetivou-se a partir de sua subdivisão em duas estratégias metodológicas articuladas entre si. Na primeira, analisou-se a organização intertópica hierárquica. Na segunda estratégia, a análise focalizou a organização intertópica sequencial.

No segundo passo metodológico, a observação centrou-se mais de perto no estudo da organização intratópica de SegTs mínimos componentes dos *artigos de opinião*, isto é, na estruturação interna dos segmentos textuais.

Esses segmentos, por sua vez, desenvolvem os menores subtópicos do texto – os SegTs mínimos, por meio da apuração do modo como se materializam os traços que compõem a *centração* tópica – concernência, relevância e pontualização – no interior desses segmentos em um gênero textual definido.

O *corpus* selecionado no âmbito da presente pesquisa é constituído por 20 exemplares do gênero *artigo de opinião* extraídos de quatro jornais⁶ que circulam no estado do Acre,

⁵ A título de esclarecimento, vale explicar que, usamos, em alguns momentos, a expressão “SbTs mínimos”, e não “SegTs mínimos”, porque, nesse caso, estamos no domínio da *hierarquização tópica*, que diz respeito a relações entre tópicos (temas), isto é, entre STs, SbTs (incluindo os SbTs mínimos). No que concerne à linearidade textual, ou seja, *organização intertópica sequencial*, falamos não de “SbTs mínimos”, mas sim de “SegTs mínimos”. É claro que “SbTs mínimos” e “SegTs mínimos” são conceitos correspondentes. Um SbT mínimo, que é um tópico (assunto, tema), é desenvolvido em um segmento textual (um conjunto de enunciados), segmento este que, então, constitui um SegT mínimo. Ou seja, o SegT mínimo é o trecho textual que desenvolve um SbT mínimo. Porém, dependendo de qual aspecto do processo de organização tópica se está focalizando, é adequado falar em “SbT mínimo” (organização intertópica hierárquica) ou em “SegT mínimo” (organização intertópica sequencial e/ou organização intratópica).

⁶ Os artigos que compõem o *corpus* da pesquisa foram selecionados da seção de opinião do jornalismo impresso diário, publicado pela Internet. Selecionamos quatro jornais regionais de maior abrangência de nível estadual. Em relação à política editorial, esses jornais apresentam como prioridade o noticiário estadual. Cabe aqui esclarecer

Opinião, *Página 20*, *O Rio Branco* e *A Gazeta*, coletados no período de julho a agosto de 2016.

Feitas as considerações sobre o *corpus* e a metodologia de pesquisa, passamos a discutir, a partir de agora, os dados acerca da Organização Tópica em *artigos de opinião*, especificamente, com a organização intertópica.

Em relação ao nível de organização intertópica, a pesquisa mostrou que foi a presença de *complexidade intertópica* que se manifestou como o traço particularizador do gênero investigado, dado que cada *artigo de opinião* analisado não é constituído apenas por um único tópico discursivo, mas, ao contrário, organiza-se mediante a divisão de um tópico global em SbTs mínimos. Tal constatação pode ser considerada como uma das particularidades da organização tópica do gênero em apreço, na medida em que, conforme vem sendo demonstrado em trabalhos na GTI, os gêneros podem se diferenciar uns dos outros, no que diz respeito à organização intertópica, por exibirem, como regra geral, unicidade (quando, em geral, cada texto contém um único tópico discursivo, sem divisão em SbTs) ou complexidade intertópica (quando normalmente cada texto possui um tópico global que se divide em SbTs).

Verificada, então, a presença da propriedade da complexidade intertópica no gênero em questão, analisamos, a partir de agora, os planos da organização intertópica hierárquica e sequencial.

No que diz respeito à hierarquização tópica – que consiste na instauração de relações de dependência de superordenação e subordenação entre tópicos em termos do grau de abrangência do assunto –, analisamos, como definido acima, o *grau de complexidade hierárquica* característico do gênero. Para proceder a essa análise, verificamos, em cada artigo, (i) a quantidade de SbTs mínimos (expressos em SegTs mínimos) e (ii) a quantidade de QTs.

Foi identificado que, na maior parte das vezes (50% dos casos),⁷ os *artigos de opinião* dividem-se em três SbTs mínimos. Outros casos significativos apurados no *corpus* apontam que os artigos podem constituir-se de cinco SbTs mínimos (20% dos casos), quatro (10% dos casos) e seis, sete, oito ou nove SbTs mínimos (5% dos casos para cada uma dessas três últimas possibilidades). Verificamos também que os casos menos frequentes incidem sobre a divisão dos tópicos globais em seis, sete, oito e nove SbTs mínimos (5% dos casos).

que a seleção por distintos jornais não foi motivada por uma análise comparativa das possíveis distinções de investimento do artigo em tais jornais, contudo alcançar uma maior representatividade do gênero.

⁷ Quanto à análise estatística, para obtenção desses resultados (percentuais) os dados foram submetidos à estatística descritiva.

Para efeito de exemplificação, analisamos o *artigo de opinião* (figura 2), que ilustra o caso de complexidade intertópica hierárquica mais recorrente identificado no *corpus*, isto é, aquele em que o artigo é composto por três SbTs mínimos.

Figura 2 – Exemplo da complexidade intertópica hierárquica

A pintura da paisagem para o golpe	
[[SbT mínimo 1]] Há alguns dias, o Brasil começou a parecer um país agradável nos telejornais, especialmente no Jornal Nacional, notícias amenas e apresentadores serenos. Os jornais deixaram de falar de uma paisagem devastada e começaram a dar notícias boas: “Cresce o otimismo com a economia”, anunciou o Datafolha divulgando uma pesquisa pouco convincente, tanto em aspectos políticos como econômicos. Agora, 50% querem que Temer fique, contra 32% que preferem a volta de Dilma. Em abril o instituto apurou que a maioria não queria Dilma nem Temer. 61% aprovavam o impeachment dela, e 58% o dele. Alguma fada deve estar protegendo Temer porque nada mudou no cenário que justifique tal guinada do sentimento popular. Nesta terça-feira, por sinal, ele deu um prazo de 20 dias para que seus ministros da área econômica apresentem medidas para estimular o crescimento. Tal prazo termina quando? Em agosto, ora, bolas. E tem a Olimpíada, que absorverá muita luz nas próximas semanas, deixando em segundo plano os problemas reais. Não há dúvida: começou a ser pintado, com cores suaves, um quadro de otimismo para favorecer a consumação final do golpe revestido de impeachment em agosto. Uma pintura em aquarela, com muita cor borrada e pouca nitidez das formas.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14
[[SbT mínimo 2]] Na política, o Governo emplacou Rodrigo Maia na presidência da Câmara para tocar sua agenda conservadora, começando pela PEC que aprisiona o crescimento do gasto público no índice da inflação e pela reforma previdenciária. Da agenda de agosto Temer tratará esta noite num jantar com Rodrigo e Renan Calheiros, presidente do Senado. Quando o Congresso reabrir, no início de agosto, Meirelles e sua equipe estarão apresentando medidas pró-crescimento. Se elas fossem de fato possíveis e viáveis, já estariam sendo aplicadas, não estaria o governo perdendo um precioso tempo. Não importa o recheio do bolo, importa que tenha um glacê vistoso, que agora começará a ser preparado com muito açúcar.	15 16 17 18 19 20 21 22
Até o FMI apareceu neste início de semana informando que a recessão pode acabar sendo alguns décimos menores este ano, em relação ao que previra, e que em 2017 haverá crescimento, ainda que seja apenas de 0,5%. Mas nada como o Datafolha, ao informar que os otimistas com a economia são 38%, contra 30% de pessimistas. E numa contradição com os 60% que esperam aumento da inflação e do desemprego. Mas o que importa é a manchete, e ela falou de aumento do otimismo econômico.	23 24 25 26 27
Na linha do otimismo, apesar da inflação, do desemprego e do paradeiro nos negócios, fomos também informados de que:	28 29
– A Caixa Econômica Federal voltará a financiar imóveis para a classe média.	30
– Temer pediu à equipe econômica que reduza os juros.	31
– As exportações podem ter um superávit de US\$ 46,934 bilhões na balança comercial deste ano.	32 33
– Segundo a CNI, o Índice de Confiança do Empresário Industrial teve a terceira alta seguida em julho, passando de 45,7 pontos para 47,3.	34 35
– Segundo o Credit Default Swap (CDS), com a posse de Temer o risco Brasil caiu significativamente, passado de 495,09 pontos em dezembro passado para 294,35 neste mês de julho.	36 37
[[SbT mínimo 3]] Muito mais pode ser encontrado numa garimpagem do noticiário econômico. Enquanto isso os congressistas aproveitam as férias e voltarão para trabalhar três dias por semana em agosto. No Senado, depois deste banho de cheiro e otimismo, será mais fácil confirmar a condenação de Dilma. A democracia? Seria problema se houvesse milhões nas ruas cobrando respeito ao voto, como na Turquia, mas aqui tudo segue na santa paz dos trópicos. O golpe não foi feito com tanques, o que gera indignação e revolta, mas com leis. Leis retorcidas e interpretações convenientes, mas com leis. E isso gera resignação e não revolta (A pintura da paisagem para o golpe, <i>Página 20</i> , 19 jul. 2016).	38 39 40 41 42 43 44

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

De acordo com nossa análise, o *artigo de opinião* em pauta apresenta o tópico global *Preparação de quadro otimista para consumação do golpe revestido de impeachment*. Observe-

se que, ao longo de todo artigo, são construídas expressões referenciais e enunciados, que se entrelaçam, estabelecendo referências em torno desse tópico, conforme se pode verificar nas seguintes expressões: “o Brasil começou a parecer um país agradável nos telejornais” (linhas 1-2), “Meirelles e sua equipe estarão apresentando medidas pró-crescimento” (linha 19), “a recessão pode acabar” (linha 23) e “o risco Brasil caiu” (linha 36).

O primeiro tópico (linhas 1-37) centra-se em introduzir a situação-problema, indo de uma apresentação de notícias boas e dados agradáveis até uma sutil crítica à preparação de um cenário favorável ao impeachment. Assim, convencionou-se intitular esse primeiro tópico (tópico 1) como *Delineamento de cenário otimista para impeachment*. Considerando-se as cadeias de referentes, é possível perceber seus limites e a abrangência de seus tópicos, levando a reconhecer que esse tópico se subdivide em outros dois, mais específicos: tópico 1.1 (SbT mínimo 1) e tópico 1.2 (SbT mínimo 2).

No SbT mínimo 1 (linhas 1-14), identificado como *Desenho de quadro otimista: divulgação de apenas notícias boas* os enunciados confluem para a projeção de um cenário otimista de consumação do golpe final, ou seja, o *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff. No início desse SbT, destaca-se o papel dos telejornais, sobretudo, o Jornal Nacional, na divulgação de notícias boas que favoreceriam a projeção de tal cenário. Isso pode ser observado, por exemplo, nas linhas 1 e 2. No decurso do desenvolvimento desse SbT, enfatiza-se uma série de fatos que corroboram a projeção de cenário otimista para *impeachment*, manifestados por meio de um conjunto de enunciados que instauram a propriedade da concernência em torno desses fatos, como se percebe em “Cresce o otimismo com a economia” (linhas 3-4) e “medidas para estimular o crescimento” (linha 9). Por fim, esboça-se uma inteligente crítica à projeção de tal cenário “começou a ser pintado” (linhas 11-12), “um quadro de otimismo” (linha 12) e “para favorecer a consumação final do golpe revestido de impeachment” (linhas 12-13).

O trecho que se estende da linha 15 a 37, desenvolve o segundo SbT mínimo, que rotulamos como *Projeção de medidas otimistas e sugestivas de crescimento*. Nesse trecho, projetam-se as medidas, tanto em termos políticos como econômicos, propostas pelo governo em busca de apoio popular e legitimidade que endossariam a preparação de um quadro otimista para o *impeachment*. Pode-se verificar, na integração dos enunciados do trecho em pauta, a alusão a um conjunto de referentes, concernentes entre si, que instauram a propriedade da *centração* em torno do referido subtópico, o que se vê, principalmente, em enunciados como “haverá crescimento” (linha 24) e “a Caixa Econômica Federal voltará a financiar imóveis” (linha 30).

Por fim, o excerto da linha 38 a 44 compreende o tópico 2, desenvolvido no SbT mínimo 3, que se intitula como *Golpe preparado com leis retorcidas provoca resignação*. Nesse SbT, demonstra-se o cenário ideal para a confirmação do golpe, que contaria com o consentimento da população, realçando que o golpe seria o resultado de leis postas ao avesso e interpretações convincentes, o que geraria o sentimento de resignação. O delineamento desse SbT manifesta-se, então, por meio da formulação de um grupo de referentes que estabelecem a concernência entre os enunciados, conforme se pode observar nas seguintes passagens: “os congressistas aproveitam as férias” (linha 39), “O golpe não foi feito com tanques” (linhas 42-43), “mas com leis” (linha 43), e “isso gera resignação” (linha 44).

A organização intertópica do *artigo de opinião* em apreço, em que o tópico global se subdivide em dois tópicos mais específicos, um dos quais se subdivide em outros dois mais específicos ainda, pode ser representada conforme o esquema a seguir:

Tópico global: *Preparação de quadro otimista para consumação do golpe final do impeachment*

Tópico 1: *Delineamento de cenário otimista para impeachment*

Tópico 1.1 (SbT mínimo 1): *Desenho de quadro otimista: divulgação de apenas notícias boas*

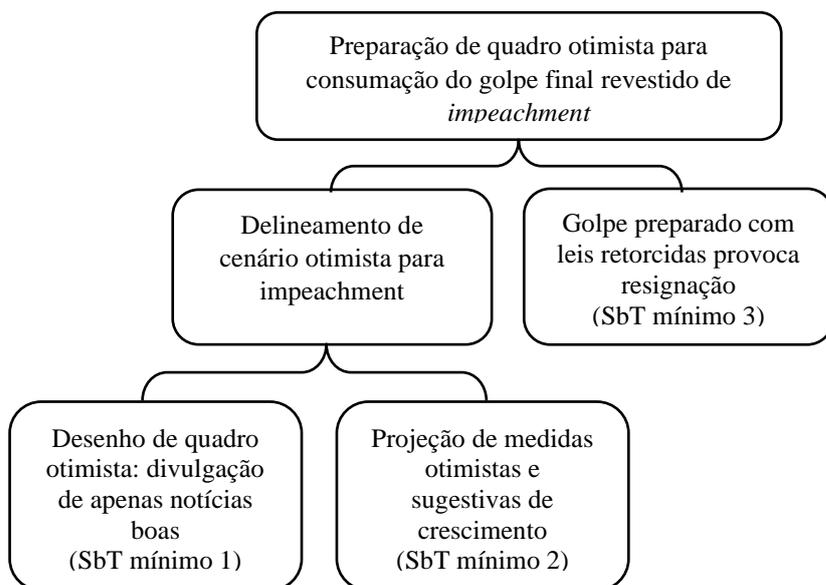
Tópico 1.2 (SbT mínimo 2): *Projeção de medidas sugestivas de crescimento*

Tópico 2 (SbT mínimo 3) : *Golpe preparado com leis retorcidas provoca resignação*

Ainda sobre o grau de complexidade da hierarquização tópica em *artigos de opinião*, a pesquisa também compreendeu a análise da quantidade de QTs por artigo. Os dados analisados demonstraram que a maioria dos artigos apresenta apenas um QT (60% dos casos), e, portanto, dois níveis hierárquicos. Esses são casos em que esse gênero, via de regra, é constituído por um único tópico global (ST) que se desdobra em SbTs, e nenhum destes subdivide-se em outros SbTs ainda mais particulares. Os casos menos recorrentes (embora também expressiva) incidiram sobre os artigos que apresentam dois QTs (40% dos casos), estruturados, portanto, em três níveis na hierarquia tópica. Esses são os casos em que o tópico global se desenvolve em SbTs particulares, e algum destes subdivide-se em tópicos ainda mais específicos.

O *artigo de opinião* da figura, ilustra os casos menos frequentes, isto é, aqueles em que os artigos são compostos por dois QTs, portanto, três níveis de hierarquia tópica. Nesses casos, o tópico central desenvolve-se em dois tópicos mais específicos e um destes se desdobra em outros dois tópicos mais particularizadores. A figura 3, a seguir, ilustra a hierarquia tópica instaurada no artigo em pauta:

Figura 3 - Hierarquia tópica em dois QTs



Fonte: elaborada pela autora (2019).

Nesse exemplo, conforme percebe-se, o tópico central do *artigo de opinião* em análise desenvolve-se em dois tópicos discursivos mais particulares que compõem o segundo nível da hierarquia. Mediante esse desdobramento, o tópico central caracteriza-se como um ST e os dois tópicos mais particulares em relação ao tópico central se estabelecem como SbTs constituindo o primeiro QT do texto. É, então, nesse sentido, que se pode afirmar, em consonância com Jubran (2015b), que o estatuto ST e SbT é relacional. À vista disso, quando um SbT se subdivide em tópicos ainda mais particulares, este SbT passa a ser um ST relativamente aos tópicos que o compõem. A subdivisão do SbT *Delineamento de cenário otimista para impeachment* em dois mais específicos, do terceiro nível de hierarquização tópica, motiva este SbT a assumir o estatuto de ST no que se refere aos seus dois tópicos coconstituintes, cuja a configuração que exibem como SbTs, concentram-se, respectivamente, nas ideias *Desenho de quadro otimista: divulgação de apenas notícias boas* e *Projeção de medidas otimistas e sugestivas de crescimento*. Nesse contexto, essa subdivisão progressiva do exemplo ilustrado (figura 2), dá origem a mais um QT, de nível inferior na hierarquia tópica.

Nosso estudo também envolveu a análise de organização intertópica linear, isto é, a análise do sequenciamento dos tópicos na linearidade textual. Mais especificamente, buscamos verificar como esse gênero textual se caracteriza quanto ao uso das estratégias de linearização, identificando, particularmente, as formas predominantes.

Nessa direção, ao manifestarem complexidade hierárquica, os *artigos de opinião* em estudo naturalmente também revelam traços regulares quanto à complexidade sequencial. Nesse caso, a particularidade do gênero é o emprego exclusivo da estratégia de continuidade

tópica. O exemplo comentado na figura 2 demonstra o emprego dessa estratégia de linearização. Nesse caso, percebe-se que cada SegT mínimo desenvolve um tópico de modo que seja possível reconhecer uma completude de desenvolvimento tópico e, somente após seu esgotamento, um novo tópico é introduzido e desenvolvido, sem perturbação na distribuição dos tópicos na linha discursiva. Desse modo, assim como foi destacado na discussão da quantidade de tópicos discursivos e de QTs por artigo, a análise a respeito das formas de linearização tópica nos *artigos de opinião* revelou que esse gênero se caracteriza por uma sólida regularidade na sua organização tópica.

As análises relativas à organização intertópica no plano hierárquico e linear aqui empreendidas mostraram que o gênero em estudo se caracteriza pela alta regularidade manifestada nos seguintes aspectos: (i) desdobramento do tópico global em três, quatro, cinco, seis, sete, oito ou nove SbTs mínimos, com preferência por uma divisão que envolva de três (principalmente) a cinco SbTs mínimos; (ii) subdivisão do tópico global em tópicos mais específicos organizados em um ou dois QTs por artigo (com predominância de um QT) e (iii) domínio absoluto da continuidade tópica no sequenciamento dos tópicos.

Demonstrada à análise intertópica hierárquica e sequencial nos *artigos de opinião*, passamos, na sequência, à discussão dos resultados obtidos no estudo em relação à organização interna dos SegTs mínimos, isto é, à organização intratópica.

A análise pautou-se na hipótese de que a organização intratópica do gênero em apreço, estaria, possivelmente, fundada na combinação de duas unidades de estruturação intratópica, *posição-suporte*, conforme definidas em Penhavel (2010), a partir do estudo de relatos de opinião.

A esse respeito, os dados mostraram que, de fato, a organização intratópica dos artigos em análise está assentada na relação entre as unidades de *posição* e *suporte*. Verificou-se que essa relação foi identificada em 98,93% dos SegTs mínimos que compõem os artigos do nosso *corpus*. Isso equivale dizer que a estruturação interna de SegTs nesse gênero também se constitui como um processo sistemático, que se organiza, tal como nos relatos de opinião, com base no princípio central-subsidiário, ou combinação *posição-suporte*.

Os SegTs mínimos nas figuras 4 e 5, a seguir, extraídos do *artigo de opinião* analisado acima, ilustra a regra geral da alternância entre as unidades *posição-suporte*:

Figura 4 – Alternância da relação *posição-suporte*

Há alguns dias, <u>o Brasil começou a parecer um país agradável nos telejornais</u> , especialmente	1
no Jornal Nacional, <u>notícias amenas</u> e apresentadores serenos. <u>Os jornais deixaram de falar</u>	2
<u>de uma paisagem devastada e começaram a dar notícias boas: “Cresce o otimismo com a</u>	3
<u>economia”</u> , <u>anunciou o Datafolha</u> divulgando <u>uma pesquisa pouco convincente</u> , tanto em	4
aspectos políticos como econômicos. Agora, <u>50% querem que Temer fique</u> , contra 32% que	5
preferem a volta de Dilma. <u>Em abril o instituto apurou que a maioria não queria Dilma nem</u>	6
<u>Temer</u> . 61% aprovavam o impeachment dela, e 58% o dele. Alguma fada deve estar	7
protegendo Temer porque nada mudou no cenário que justifique tal guinada do sentimento	8
popular. Nesta terça-feira, por sinal, ele deu um prazo de 20 dias para que <u>seus ministros da</u>	9
área econômica <u>apresentem medidas para estimular o crescimento</u> . Tal prazo termina	10
quando? Em agosto, ora, bolas. E tem <u>a Olimpíada, que absorverá muita luz nas próximas</u>	11
<u>semanas, deixando em segundo plano os problemas reais</u> .	12
Não há dúvida: <u>começou a ser pintado</u> , com cores suaves, <u>um quadro de otimismo</u> para <u>favorecer a</u>	13
<u>consumação final do golpe</u> revestido de impeachment em agosto. <u>Uma pintura em aquarela</u> , com	14
muita <u>cor borrada</u> e <u>pouca nitidez das formas</u> (A pintura da paisagem para o golpe, <i>Página 20</i> , 19	15
jul. 2016).	

Fonte: elaborada pela autora (2019).

O artigo do qual extraímos o exemplo da figura 4, conforme a análise mostrada acima, destaca a preparação de quadro otimista para consumação do golpe final do impeachment. Nesse contexto, com base na propriedade de *centração*, pode-se afirmar que o tópico ilustrado em (4) focaliza a ideia *Desenho de quadro otimista: divulgação de apenas notícias boas*. Como realçam os trechos destacados no exemplo, o conjunto de enunciados expressos nas linhas 1-14 tratam de aspectos subsidiários relativos à ideia central do tópico, abordando, especificamente, a divulgação de notícias boas e dados convincentes que confluem para a projeção de um cenário otimista e favorável ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, como evidenciam os enunciados “o Brasil começou a parecer um país agradável nos telejornais” (linha 1), “Cresce o otimismo com a economia, anunciou o Datafolha” (linha 3-4), enquanto os trechos sublinhados nas linhas 13-15, apresentam o tópico do SegT, ou seja, manifestam diretamente a ideia nuclear do SegT. Em vista disso, denominam-se os enunciados nas linhas 1-14 de *suporte* e os enunciados nas linhas de 13-15, de *posição*.

O SegT na figura 5 mostra mais um caso em que identificamos as unidades de organização intratópica de *posição* e *suporte*:

Figura 5 – Alternância da relação *posição-suporte*

Na política, o Governo emplacou Rodrigo Maia na presidência da Câmara para tocar sua agenda conservadora, <u>começando pela PEC que aprisiona o crescimento do gasto público no índice da inflação e pela reforma previdenciária</u> . Da agenda de agosto	1
Temer tratará esta noite num jantar com Rodrigo e Renan Calheiros, presidente do Senado. Quando o Congresso reabrir, no início de agosto, <u>Meirelles e sua equipe estarão apresentando medidas pró-crescimento</u> . Se elas fossem de fato possíveis e viáveis, já estariam sendo aplicadas, não estaria o governo perdendo um precioso	2
tempo.	3
<u>Não importa o recheio do bolo, importa que tenha glacê vistoso, que agora começará a ser preparado com muito açúcar</u> .	4
Até o FMI apareceu neste início de semana informando que <u>a recessão pode acabar sendo alguns décimos menores este ano</u> , em relação ao que previra, e que <u>em 2017 haverá crescimento</u> , ainda que seja apenas de 0,5%. Mas nada como <u>o Datafolha</u> , ao	5
informar que <u>os otimistas com a economia são 38%</u> , contra 30% de pessimistas. E numa contradição com os 60% que esperam aumento da inflação e do desemprego. <u>Mas o que importa é a manchete</u> , e ela falou de <u>aumento do otimismo econômico</u> .	6
<u>Na linha do otimismo</u> , apesar da inflação, do desemprego e do paradeiro nos negócios, fomos também informados de que:	7
– <u>A Caixa Econômica Federal voltará a financiar imóveis para a classe média</u> .	8
– <u>Temer pediu à equipe econômica que reduza os juros</u> .	9
– <u>As exportações podem ter um superávit de US\$ 46,934 bilhões na balança comercial deste ano</u> .	10
– Segundo a CNI, <u>o Índice de Confiança do Empresário Industrial teve a terceira alta seguida</u> em julho, passando de 45,7 pontos para 47,3.	11
– Segundo o Credit Default Swap (CDS), com a posse de Temer <u>o risco Brasil caiu</u> significativamente, passado de 495,09 pontos em dezembro passado para 294,35 neste mês de julho (A pintura da paisagem para o golpe, <i>Página 20</i> , 19 jul. 2016).	12
	13
	14
	15
	16
	17
	18
	19
	20
	21
	22
	23
	24
	25
	26
	27

Fonte: elaborada pela autora (2019).

A nosso ver, o tópico do SegT acima pode ser intitulado *Projeção de medidas otimistas e sugestivas de crescimento*. Nesse exemplo, percebe-se que o segundo grupo de enunciados destacado nas linhas 9-10, manifesta esse tópico de forma direta, o que nos permitiu, portanto, considerar esse trecho como a unidade de *posição* do segmento.

Note-se também que o primeiro conjunto de enunciados (linhas 1-8) e o terceiro (linhas 11-27) podem ser identificados como duas unidades de *suporte*, tratando, cada uma, de aspectos secundários relativamente à ideia nuclear do tópico. Nas linhas 1-8, a concernência específica gira em torno das *Medidas otimistas de crescimento no âmbito político* propostas pelo governo em busca de apoio popular e legitimidade que endossariam a preparação de um quadro favorável ao *impeachment*, conforme sugere a passagem “Meirelles e sua equipe estarão apresentando medidas pró-crescimento” (linhas 5-6). No trecho que compreende as linhas 11-27, a concernência decorre, principalmente, em relação às *Medidas otimistas de crescimento no âmbito econômico*, como indicam as passagens “Temer pediu à equipe econômica que reduza os juros” (linha 23) e “As exportações podem ter um superávit” (linhas 21).

Como mencionado, a relação *posição-suporte* pode manifestar-se, em cada domínio, sob diferentes formas de combinação: *posição-suporte*, *posição-suporte-suporte*, *suporte-posição*, *suporte-posição-suporte*, *posição-suporte-suporte-suporte* etc. O SegT mínimo na

figura 4 acima ilustra a combinação *suporte-posição*. Em (5), o SegT mínimo exemplifica a sequência *suporte-posição-suporte*. De acordo com esse aspecto, verificamos em nossos dados a existência de uma considerável padronização também em termos de combinações das unidades de *posição-suporte*. Dentre os agrupamentos identificados, dois se destacam como os mais frequentes – *posição-suporte* e *posição-suporte-suporte* –, que, juntos, respondem por 56,87% dos casos. Os demais casos se distribuem por vários tipos diferentes de combinação.

O SegT mínimo, a seguir, extraído de outro⁸ dos *artigos de opinião* analisados na pesquisa, ilustra a regra geral da combinação *posição-suporte*, isto é, o caso mais recorrente identificado em nossos dados. Além disso, esse SegT ilustra a recursividade da *relação posição-suporte*, uma vez que apresenta mais de um domínio de estruturação intratópica, assinalando que as unidades de *posição* e *suporte* também se particularizam baseada nessa mesma relação.

Sobre esse aspecto, os dados identificaram que na maior parte dos casos (87,24%), os SegTs mínimos componentes dos *artigos de opinião* apresentam apenas um domínio de estruturação intratópica, como, se pode verificar, por exemplo, no SegT mínimo em (3) analisado acima. Apuramos também SegTs mínimos constituídos por dois domínios – um primeiro domínio equivalente ao SegT inteiro e um segundo domínio equivalente à estruturação interna de um *Suporte* – e por três domínios, mas com pouca frequência. Consideramos que, no gênero em estudo, a aplicação recursiva da relação *posição-suporte* e a instauração de mais de um domínio por SegT não constituem um traço fortemente caracterizador, mas não podem ser desprezadas, já que, de fato, participam da estruturação interna de SegTs do *corpus*, num percentual até considerável, somando-se SegTs formados por dois e por três domínios (12,76% dos casos). Em (6a-b), demonstramos essa recursividade:

Figura 6a – Recursividade da relação *posição-suporte*

<u>É torturante</u> , igualmente ter que aceitar <u>essa situação insolúvel do sistema penal no Brasil</u> .	1
O tempo passa e <u>a questão carcerária se agrava mais e mais</u> , a exemplo de outros	2
<u>problemas sociais que nos afligem diariamente sem</u> que tenhamos, na condição de	3
sociedade organizada, <u>uma solução pelo menos plausível</u> que nos garanta o mínimo	4
de confiança <u>nas instituições</u> que administram o erário, e olha que não é pouco o que	5
se arrecada, através duma política tributária opressora, da já quebrada economia do	6
cidadão comum. Sei que existem especialistas da área que tentam explicar, <u>os</u>	7
<u>inexplicáveis motivos</u> que geram <u>essa superlotação dos presídios</u> que fazem estourar	8
a todo o momento, aqui e lá, <u>nas “casas de detenções” motins</u> que quase <u>sempre</u>	9
<u>acabam em mortes./ Estatísticas recentes</u> , falam que <u>o Brasil tem a quarta maior</u>	10
<u>população carcerária do mundo./ São mais de 550 mil presos</u> e, dizem, que há quase	11
<u>o mesmo número do lado de fora</u> , isto é zanzando por aí em meio aos cidadãos, <u>que</u>	12
<u>deveriam cumprir pena</u> , por algum delito cometido, <u>e não cumprem pela falta de</u>	13
<u>espaço nos presídios</u> (Nossos Terrores!, <i>A Gazeta</i> , 19 de ag. de 2016).	14

Fonte: elaborada pela autora (2019).

⁸ O SegT mínimo analisado em (6a-b) foi extraído do artigo de opinião *Nossos terrores!*, publicado no jornal *A Gazeta*, em 19 de agosto de 2016.

Segundo nossa análise, o tópico do SegT na figura 6a, pode ser nomeado *Falência do sistema penal brasileiro*. Note-se que o primeiro enunciado destacado no exemplo, linha 1, estabelece esse tópico de modo direto, motivando, desse modo, a classificá-lo como uma unidade de *posição* do segmento.

Os grupos de enunciados nas linhas 2-14, identificados como *suporte*, manifestam uma ideia subsidiária no interior do SegT em relação ao seu tópico. Conforme realçado, esses grupos de enunciados abordam a superlotação carcerária como mais um grave problema social insolúvel que aflige a sociedade brasileira, referenciada, nesse SegT, por meio de enunciados que materializam o princípio da *centração* tópica, conforme se vê, especialmente, em “a questão carcerária se agrava mais e mais” (linha 2), “essa superlotação dos presídios” (linha 8) e “sempre acabam em mortes” (linha 9-10) e discutem a ideia de que o Brasil, segundo estatísticas, teria uma grande população carcerária, o que pode ser considerado como indicação de que, de fato, a população carcerária é um dos graves problemas insolúveis no Brasil, de acordo com a concernência do trecho “Estatísticas recentes, falam que o Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo” (linhas 10-11).

No SegT em pauta, é possível ainda perceber que a unidade de *suporte* pode ser interpretada em duas partes, ou seja, também se organiza internamente segundo o princípio central-subsidiário ou *posição-suporte*. Nesse caso, o tópico do SegT nas linhas 10-11 (a partir da barra) centra-se na ideia de que o Brasil, segundo estatísticas recentes, teria uma grande população carcerária, conforme sugerem os trechos sublinhados nessas linhas (até a barra). As linhas 11-14 (depois da barra), por sua vez, elaboram referências que especificam tais estatísticas e qual seria a referida população carcerária brasileira, como mostram os trechos “mais de 550 mil presos” (linha 11) e “o mesmo número do lado de fora” (linha 12). Nesse contexto, no âmbito do SegT como todo, o segmento nas linhas 2-14 assume estatuto de *suporte*, enquanto que, no âmbito do trecho nas linhas 10-14, as linhas 10-11 (entre as barras) fundam-se como uma *posição* e as linhas 11-14 (após a barra), como *suporte*. O SegT mínimo em (6a) pode, então, ser analisado como em (6b):

Figura 6b – Recursividade da relação *posição-suporte*

<u>É torturante, igualmente ter que aceitar essa situação insolúvel do sistema penal no Brasil.</u>	1
O tempo passa e <u>a questão carcerária se agrava mais e mais</u> , a exemplo de outros	2
<u>problemas sociais que nos afligem diariamente sem</u> que tenhamos, na condição de	3
sociedade organizada, <u>uma solução pelo menos plausível</u> que nos garanta o mínimo	4
de confiança <u>nas instituições</u> que administram o erário, e olha que não é pouco o que	5
se arrecada, através duma política tributária opressora, da já quebrada economia do	6
cidadão comum. Sei que existem especialistas da área que tentam explicar, <u>os</u>	7
<u>inexplicáveis motivos</u> que <u>geram essa superlotação dos presídios</u> que <u>fazem estourar</u>	8
a todo o momento, aqui e lá, <u>nas “casas de detenções”</u> <u>motins</u> que quase sempre	9
<u>acabam em mortes.</u>	10

<u>Estatísticas recentes, falam que o Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo.</u>	11
	12
São <u>mais de 550 mil presos</u> e, dizem, que há <u>quase o mesmo número do lado de fora</u> , isto é zanzando por aí em meio aos cidadãos, <u>que deveriam cumprir pena</u> , por algum delito cometido, e não cumprem pela <u>falta de espaço nos presídios</u> (Nossos Terores!, <i>A Gazeta</i> . 19 de ag. de 2016).	13
	14
	15
	16

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Desse modo, instauram-se, no SegT em análise, considerando sua representação em (6a), dois domínios de estruturação intratópica: domínio 1 (linhas 1-16), constituído por uma unidade de *posição* (linha 1) e uma unidade de *suporte* (linhas 2-16); em (6b), instaura-se o domínio 2 (linhas 11-16), formado também por uma unidade de *posição* (linhas 11-12) e uma unidade de *suporte* (linhas 13-16).

Em síntese, com base nos dados apurados e nos exemplos analisados acima, consideramos que a organização intratópica nos *artigos de opinião*, isto é, a estruturação interna dos SegT mínimos componentes dos artigos analisados configura como unidades linguístico-textuais altamente regulares, visto que manifestam uma regra geral de estruturação interna sistematizada com base na combinação de duas unidades intratópicas – *posição* e *suporte*.

Conforme argumentamos, essas duas unidades podem subdividirem-se, no interior do SegT, fundadas na mesma relação estabelecida no âmbito do SegT como todo, motivando, desse modo, a instauração de SegTs com dois ou três domínios, além da própria estruturação de SegTs com apenas um domínio (sem recursividade), com predominância deste último caso.

Para além dessas questões, buscamos demonstrar, também, que os conjuntos de enunciados com estatuto de *posição* e aqueles com estatuto de *suporte* podem se estruturar de diversos modos no interior de cada um dos domínios que os compõem, gerando combinações como *posição-suporte*, *posição-suporte-suporte*, *suporte-posição-suporte*, dentre outras. Tais possibilidades de formação de variadas combinações com base nas mesmas unidades de estruturação intratópica também corroboram o fato de que o princípio *posição-suporte* ou centralidade-subsidiariedade, encontra-se na base da organização intratópica dos SegTs nos *artigos de opinião*.

Conclusão

Procuramos demonstrar, aqui, com a análise da Organização Tópica em *artigos de opinião* se a organização intertópica e a organização intratópica, nesse gênero, se configurariam como processos sistemáticos passíveis de serem definidos, em termos de organização tópica. Nesse sentido, a análise mostrou que, de fato, há sistematicidade nos dois processos constituintes da organização tópica. No que diz respeito à organização intertópica, a análise

evidenciou traços de regularidades manifestados nos seguintes aspectos: desdobramento do tópico global em três, quatro, cinco, seis, sete, oito ou nove SbTs mínimos, com preferência por uma divisão que envolva de três (principalmente) a cinco SbTs mínimos; subdivisão do tópico global em tópicos mais específicos organizados em um ou dois QTs por artigo (com predominância de um QT) e domínio absoluto da continuidade tópica no sequenciamento dos tópicos. No que tange à organização intratópica, a análise empreendida demonstrou a existência de sistematicidade na estruturação interna dos SegTs mínimos nos *artigos de opinião* na medida em que o interior desses SegTs se organizam, segundo a combinação potencialmente recursiva das unidades de organização intratópica *posição e suporte*.

Enfim, ao demonstrar as regularidades no processo de Organização tópica em um gênero particular, como o *artigo de opinião*, acredita-se que este trabalho não pretendeu esgotar os dados, nem construir uma análise acabada do funcionamento desse processo em nesse gênero. Ao contrário, novos e mais pontos de questionamentos devem ser lançados, para se buscar outras conclusões, também provisórias, na procura de contribuir com a pesquisa na área de Linguística Textual e, em particular, da GTI, no sentido de conferir-lhe uma maior sistematização e validação enquanto proposta genuinamente brasileira de gramática de texto.

Referências

- CAVALCANTE, M. M. *et al.* O texto e suas propriedades: definindo perspectivas para análise. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 13, n. 25, p. 25-39, 2019.
- JUBRAN, C. C. A. S. Inserção: um fenômeno de descontinuidade na organização tópica. *In*: CASTILHO, A. T. (Org.). **Gramática do português falado**. v. III. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 241-259.
- JUBRAN, C. C. A. S. Introdução. *In*: JUBRAN, C. C. S. A. (Org.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. v. 1. Campinas: Editora da Unicamp, 2015a. p. 27-36.
- JUBRAN, C. C. A. S. Tópico Discursivo. *In*: JUBRAN, C. C. S. A. (Org.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. v. 1, Campinas: Editora da Unicamp, 2015b. p. 89-132.
- JUBRAN, C. C. A. S. Uma gramática textual de orientação interacional. *In*: CASTILHO, A. T. *et al.* (Org.). **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**. Campinas: Pontes, 2007. p. 312-327.
- PENHAVEL, E. **Estudo do processo de estruturação interna de Segmentos Tópicos Mínimos em diferentes gêneros textuais**. Relatório Final de Pesquisa. São José do Rio Preto, Universidade Estadual Paulista, 2017.

PENHAVEL, E.; DINIZ, T. C. G. O processo de estruturação interna de Segmentos Tópicos Mínimos em Cartas de Leitores mineiras do início do século XXI. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 8, n. 11, p. 21-38, 2014.

PENHAVEL, E. **Marcadores Discursivos e Articulação Tópica**. 2010. 168f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

PINHEIRO, C. L. **Estratégias textuais-interativas: a articulação tópica**. Maceió: EDUFAL, 2005.

Sobre a autora

Cleide Vilanova Hanisch (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-9681-1438>)

Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Ibilce) – câmpus São José do Rio Preto; mestra em Letras pela Universidade Federal do Acre (UFAC); graduada em Letras Português pela Universidade Federal do Acre (UFAC). É professora do curso de Letras Português e do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Acre (UFAC), câmpus Floresta, Cruzeiro do Sul.

Recebido em maio de 2021.

Aprovado em agosto de 2021.

Política Editorial

Diretrizes para autores

1. A **Revista (Con)Textos Linguísticos** publica artigos inéditos sobre fenômenos linguísticos de pesquisadores doutores brasileiros e estrangeiros. Graduandos, graduados, mestrandos e mestres podem submeter artigos para avaliação desde que em coautoria com doutores.
2. Os trabalhos são apreciados por dois membros do Conselho Editorial e/ou avaliadores *ad hoc*. Havendo divergência entre eles na indicação para publicação, o trabalho é submetido à avaliação de um terceiro parecerista, na qual a Comissão Editorial se baseará para decisão final sobre a publicação.
3. A Comissão Editorial cientificará os autores sobre o conteúdo total ou parcial dos pareceres emitidos sobre o trabalho, garantindo o anonimato dos pareceristas, uma vez que os pareceres são de uso interno da Comissão. Os autores serão notificados da aceitação ou recusa dos seus artigos.
4. Os artigos podem ser escritos em português, inglês, espanhol ou francês.
5. Os dados e conceitos contidos nos artigos, bem como a exatidão das referências, serão de inteira responsabilidade do(s) autor(es).
6. Os originais apresentados não devem ter sido submetidos a outro periódico simultaneamente.
7. Os direitos autorais referentes aos artigos aprovados serão concedidos, sem ônus, automaticamente à **Revista (Con)Textos Linguísticos**, a qual poderá então publicá-los com base nos incisos VI e I do artigo 5º da Lei 9610/98.
8. Os autores devem providenciar autorização para uso das imagens. Caso contrário, será necessário retirá-las e apenas descrevê-las.

Normas para publicação

1. Os arquivos submetidos devem estar formatados conforme o modelo disponível aqui.
2. O artigo deve ser digitado em *Word for Windows*, versão 6.0 ou superior, em papel A4 (21 cm X 29,7 cm), com margens superior e esquerda de 3 cm e direita e inferior de 2 cm, sem numeração de páginas.

3. Os artigos devem ter extensão mínima de 10 e máxima de 20 páginas, incluindo todos os dados, como tabelas, ilustrações e referências bibliográficas.
4. O trabalho deve obedecer à seguinte estrutura e formatação:
 - **Título:** centralizado no alto da primeira página, em caixa baixa, contendo no máximo 240 caracteres com espaços, em fonte Times New Roman, tamanho 16, negrito.
 - **Título em inglês:** uma linha após o título na língua original do artigo, em caixa baixa, em fonte Times New Roman, tamanho 16. Se a língua original do artigo não for português, o título em português deve ser apresentado no lugar do título em inglês.
 - **Nome do(s) autor(es):** por extenso, com letras maiúsculas somente para as iniciais, duas linhas abaixo do título em inglês, alinhado à direita, seguido de um número que remeterá ao pé da página para identificação de vínculo institucional.
 - **Vínculo institucional:** em nota de rodapé, puxada do sobrenome do autor, na qual constem o departamento, a faculdade (ou o instituto, ou o centro), o nome da universidade por extenso, a cidade, a sigla da UF, o país e o endereço eletrônico do(s) autor(es).
 - **Resumos:** em português e inglês para os textos escritos em português; na língua do artigo e em português para artigos escritos em língua estrangeira. Precedido desse subtítulo e de dois-pontos, em parágrafo único, de no mínimo 100 e no máximo 200 palavras, justificado, sem adentramento, em espaçamento simples, duas linhas abaixo do(s) nome(s) do(s) autor(es). Cada um dos resumos deve ser seguido de no mínimo três e no máximo cinco palavras-chave na língua do resumo, com iniciais maiúsculas, separadas por ponto, em alinhamento justificado, espaçamento simples, sem adentramento.
 - **Texto do artigo:** iniciado na segunda página, em espaçamento 1,5 cm. Os parágrafos deverão ser justificados, com adentramento de 1,25 cm na primeira linha. Os subtítulos correspondentes às seções do trabalho deverão figurar à esquerda, em negrito, sem numeração e sem adentramento, com a inicial da primeira palavra em maiúscula. O subtítulo para a lista de referências também se submete a essa formatação. Deverá haver uma linha com espaçamento 1,5 entre o último parágrafo da seção anterior e o subtítulo seguinte. Todo destaque realizado no corpo do texto deve ser feito em itálico. Exemplos aos quais se faça remissão ao longo do texto deverão ser destacados dos parágrafos que os anunciam e/ou comentam e numerados, sequencialmente, com algarismos arábicos entre parênteses, com adentramento de parágrafo.

- **Referências:** precedidas desse subtítulo, alinhadas à esquerda, sem adentramento, em ordem alfabética de sobrenomes e, no caso de um mesmo autor, na sequência cronológica de publicação dos trabalhos citados, duas linhas após o texto.
 - Para referências em geral (de livro, de autor-entidade, de dicionário, de capítulo de livro organizado, de artigo de revista, de tese/dissertação, de artigo/notícia em jornal, de trabalhos em eventos, de anais de evento, de verbete, de página pessoal), seguir a NBR 6023 da ABNT. Os *documentos eletrônicos* seguem as mesmas especificações requeridas para cada gênero de texto, dispostos em conformidade com as normas NBR 6023 da ABNT; no entanto, essas referências devem ser acrescidas, quando for o caso, da indicação dos endereços completos das páginas virtuais consultadas e da data de acesso a arquivos *on line* apenas temporariamente disponíveis.
 - Para citações, seguir NBR 10520 da ABNT. Ressalte-se que as referências no texto devem ser indexadas pelo sistema autor-data da ABNT: (SILVA, 2005, p. 36-37). Quando o sobrenome vier fora dos parênteses, deve-se utilizar apenas a primeira letra em maiúscula.
 - No caso de haver transcrição fonética e uso de fontes do IPA, é necessário usar somente um tipo de fonte: *silDoulosIPA*, tamanho 12. A fonte pode ser obtida gratuitamente em: <http://scripts.sil.org/DoulosSIL_download>.
- **Anexos**, caso existam, devem ser colocados após as referências bibliográficas, precedidos da palavra Anexo, em negrito, sem adentramento e sem numeração.
 5. Os artigos que não se enquadrarem nas normas aqui expostas serão recusados.
 6. O artigo (um e somente um por grupo ou por autor) deverá ser enviado online em dois arquivos digitais, conforme as normas aqui divulgadas. No texto do primeiro arquivo deverá ser omitida qualquer identificação de seu(s) autor(es). No texto do segundo arquivo, anexado como “Texto do artigo com identificação de autoria”, deverá constar, em uma folha que anteceda o artigo, os seguintes dados: nome e endereço completo do(s) autor(es), com telefone e endereço eletrônico; formação acadêmica e vínculo institucional atual; especificação da seção em que se insere o artigo (Estudos Analítico-descritivos; Texto e Discurso; Linguística Aplicada).
 7. Serão devolvidos aos autores artigos que não obedecerem tanto às normas aqui estipuladas quanto às normas de formatação.

Comissão Editorial

Pedro Henrique Witches
(Editor-gerente)

Flávia Medeiros Álvaro Machado
(Editora de Seção - Estudos Analítico-descritivos)

Janayna Bertollo Cozer Casotti
(Editora de Seção - Linguística Aplicada)

Micheline Mattedi Tomazi
(Editora de Seção - Texto e Discurso)

Amanda Heiderich Marchon
Mayara de Oliveira Nogueira
(Editoras de Texto)

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Centro de Ciências Humanas e Naturais - CCHN
Programa de Pós-Graduação em Linguística - PPGEL

Av. Fernando Ferrari, 514
Campus Universitário - Goiabeiras
CEP 29075-910
Vitória - ES
Tel: +55 27 4009-2801